



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MÁRCIA ZAMARIANO

**TOPONÍMIA PARANAENSE DO PERÍODO HISTÓRICO DE  
1648 A 1853**

---

Londrina  
2006

**MÁRCIA ZAMARIANO**

**TOPONÍMIA PARANAENSE DO PERÍODO HISTÓRICO DE  
1648 A 1853**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanderci de Andrade Aguilera

Londrina  
2006

**MÁRCIA ZAMARIANO**

**TOPONÍMIA PARANAENSE DO PERÍODO HISTÓRICO DE  
1648 A 1853**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Vanderci de Andrade Aguilera  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio  
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Antonieta Carbonari de Almeida  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 14 de março de 2006.

## **DEDICATÓRIA**

*Pelo carinho, presença, força e estímulo, a meu esposo Newton, com amor. Aos filhos Juliana e Rafael, pela compreensão e paciência que tiveram comigo nesse período, dedico-lhes essa conquista como gratidão.*

## **AGRADECIMENTOS**

Desejo manifestar aqui os meus mais sinceros agradecimentos a todos os que me auxiliaram na jornada empreendida. Em especial:

A Deus, que sempre me guiou e orientou nos caminhos mais difíceis e tortuosos da vida, por mais duras que foram as batalhas e impedimentos, consegui vencê-los e superá-los, encontrando guarida em seus ensinamentos e palavras.

Aos meus familiares pelo carinho e amor, pela paciência, solidariedade e compreensão, principalmente nos momentos mais difíceis das nossas vidas bem como nos de muita alegria.

À Professora Doutora Aparecida Negri Isquerdo e ao Professor Doutor João Antonio Leite Ramos, pelas sugestões por ocasião do nosso Exame de Qualificação.

À minha orientadora, Professora Doutora Vanderci de Andrade Aguilera, pela assistência incansável, pela firmeza na orientação e pelo interesse ativo e encorajador.

Aos Professores do Curso de Mestrado em Estudo da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, pelos conhecimentos compartilhados.

Ao futuro genro Diego Liberato pela paciência em ensinar como fazer gráficos e tabelas no Excel.

Agradeço aos meus colegas do Mestrado, especialmente a Eduardo Francisco Ferreira, pelo saudável convívio e sugestões.

À CAPES que, pela concessão da Bolsa, colaborou financeiramente na concretização deste trabalho.

A todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

*A memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado. A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo).*

***Marilena Chauí***

ZAMARIANO, Márcia. **Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853.** 2006. 269f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2006.

## RESUMO

Esta pesquisa priorizou a catalogação, a classificação taxionômica, a descrição e a análise dos nomes dos acidentes físico-geográficos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853. A história do Paraná e do povo paranaense pode ser contada em três áreas histórico-culturais ligadas ao seu processo de ocupação e povoamento com conjunturas diversas e motivações distintas: a) a do Paraná Tradicional; b) a do Paraná Moderno; c) a do Sudoeste e Oeste. Pretendeu-se discutir a inter-relação homem-ambiente-língua-cultura, uma vez que o signo toponímico é um signo lingüístico enriquecido, que o denominador manipula o que já existe- um signo lingüístico- para nomear um lugar. A fundamentação para este trabalho repousa na tese de que o signo toponímico é motivado e que essa motivação é originada de fatores extralingüísticos. Para tanto, foram propostos os seguintes objetivos: recolher, nos mapas atuais, os topônimos dos municípios paranaenses que tiveram a sua fundação durante o período de 1648 e 1853; resgatar a língua de origem dos topônimos, a fim de verificar o(s) estrato(s) lingüístico(s) predominante(s) na toponímia, acompanhada da evolução histórica; proceder à classificação taxionômica dos topônimos, conforme modelo taxionômico adotado; estabelecer a relação língua/cultura e sociedade, valorizando os fatores extralingüísticos. Orientaram os estudos, basicamente, duas hipóteses de trabalho: a toponímia dos municípios paranaenses fundados no período de 1648 a 1853 incorpora totalmente particularidades socioculturais, históricas e geográficas da região a que pertencem; é no litoral que se sobressai a designação dos acidentes geográficos originados do estrato tupi. Os dados para a realização deste trabalho foram obtidos por meio de consulta a cartas do Ministério da Guerra e da Fundação IBGE, em escalas 1:100.000 e 1:50.000. Para a análise de dados foram utilizados os princípios teórico-metodológicos constantes de Dick (1990b). A pesquisa revelou que predominam topônimos de origem portuguesa, de estrutura morfológica simples e das diversas categorias de natureza física, além da presença significativa de categorias antropoculturais.

**Palavras-chave:** Período histórico. Toponímia. Paraná. Motivação.

ZAMARIANO, Márcia. **Toponymy of Paraná in the historical period from 1648 to 1853.** 2006. 269f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2006.

### ABSTRACT

This essay has prioritized the cataloguing, taxonomic classification and analysis of names of physical and geographical accidents' in the cities in Paraná which were founded between 1648 and 1853. The history of Paraná and its people can be told in three historical- cultural areas, which are related to its occupation and process of populating with a wide range of conjunctures and different motivations: a) the Traditional Paraná; b) the Modern Paraná; c) the South-west and East. It was intended to discuss the inter-relation man-environment-language-culture, since the toponymic sign is an enriched linguistic sign, which the denominator manipulates what already exists – a linguistic sign – in order to name a place. The starting point for this paper relies on the fact that the toponymic sign is motivated and this motivation is originated from extra linguistic factors. In order to prove it, the following objectives were proposed: collect, in current maps, toponyms of the cities in Paraná which were founded between 1648 and 1853; take into consideration the language from which the toponyms were originated, in order to verify the predominant linguistic *stratum* (s) in the toponymy, followed by the historical evolution; proceed to the taxonomical classification of the toponyms' physical- geographical accidents, according to the adopted taxonomical model; establish the language/culture and society relationship giving special value to extra linguistic factors. Two hypotheses of work were the basis for the search: the toponymy of the cities from Paraná founded between 1648 and 1853 totally incorporates sociocultural, historical and geographical particularities of the region they belong to. The geographical accidents' designation, originated by the tupi *stratum*, stands out in the seaside. The data used for the realization of this essay was achieved by seeking for information in the topographic letters of the Brazilian Army and IBGE Foundation, in scale of 1:100.000 and 1: 50.000. For the analysis of the data, the theoretical-methodological principles suggested by Dick (1990b) were used. This research has shown that there is a predominance of toponyms of Portuguese origin, of simple morphologic structure and also from a wide range of physical nature categories besides the significant presence of antro-po-cultural categories.

**Key-words:** Historical period. Toponymy. Paraná. Motivation.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I</b> –	Quadro geral dos dados lexicográficos e toponímicos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853 .....	101
<b>Quadro II</b> –	Grupos étnicos e lingüísticos do período colonial (1530 a 1822) até o pós-colonial .....	175
<b>Quadro III</b> –	Etnias .....	175
<b>Quadro IV</b> –	População do Paraná em 1772.....	177
<b>Quadro V</b> –	Composição da população do Paraná segundo a cor, no século XIX .....	178
<b>Quadro VI</b> –	Quadro de topônimos com taxionomia adotada e taxionomia possível .....	220
<b>Quadro VII</b> –	Quadro geral dos topônimos do litoral paranaense, segundo a Língua de Origem – mapas antigos .....	232
<b>Quadro VIII</b> –	Distribuição numérica e percentual de topônimos do litoral paranaense, segundo a Língua de Origem – mapas 1640, 1666, 1876 e atuais .....	236

## LISTA DE MAPAS

- Mapa I** – Localização do Estado do Paraná, com as primeiras vilas formadas em função de garimpos..... 213
- Mapa II** – Carta que mostra a costa entre o “Rio de S.Francisco” e a “Ilha de Cananéia”. In: Descrição de todo o marítimo, da terra de S. Cruz chamado vulgarmente Brasil por João Teyxeyra (1640) ..... 264
- Mapa III** – Demotração do Pernagua e Cananeia (1666). In: Livro de toda a costa da Província Santa Cruz feito por João Teixeira Albbernaz ..... 265
- Mapa IV** – Mappa Topographico da Provincia do Paraná (1876), na escala de 1.600.000, organizado pelo Engenheiro Carlos Rivierre, na Inspectoria Geral das Terras e Colonisação ..... 266

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico I</b>	–	Distribuição numérica de topônimos, segundo a Língua de Origem .....	168
<b>Gráfico II</b>	–	Distribuição percentual de topônimos, segundo a Língua de Origem. ....	169
<b>Gráfico III</b>	–	Distribuição numérica de topônimos nas taxionomias de natureza Antropo-cultural, Física e não-classificada .....	184
<b>Gráfico IV</b>	–	Distribuição percentual de topônimos nas taxionomias de natureza Antropo-cultural, Física e não-classificada .....	185
<b>Gráfico V</b>	–	Distribuição numérica das taxionomias toponímicas .....	187
<b>Gráfico VI</b>	–	Distribuição percentual das taxionomias toponímicas .....	188
<b>Gráfico VII</b>	–	Distribuição numérica de topônimos de natureza Física e Antropo- cultural, segundo o modelo taxionômico adotado .....	189
<b>Gráfico VIII</b>	–	Distribuição percentual de topônimos de natureza Física e Antropo- cultural, segundo o modelo taxionômico adotado .....	190
<b>Gráfico IX</b>	–	Distribuição numérica de topônimos, segundo a Estrutura Morfológica .....	224
<b>Gráfico X</b>	–	Distribuição percentual de topônimos, segundo a Estrutura Morfológica ...	225

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALPR** - Atlas Lingüístico do Paraná
- ANPPAS** - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade
- ATB** - Atlas Toponímico do Brasil
- ATEMS** - Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul
- ATEPAR** - Atlas Toponímico do Estado do Paraná
- ATESP** - Atlas Toponímico do Estado de São Paulo
- CDPH** - Centro de Documentação e Pesquisa Histórica
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PHPB** - Para a História do Português Brasileiro
- SEMA** - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- V.** - Vide, veja

## AUTORES

<b>AGC</b>	–	Antonio Geraldo da Cunha
<b>AVS</b>	–	Antonio Vieira dos Santos
<b>ADR</b>	–	Aryon Dall'Igna Rodrigues
<b>ABHF</b>	–	Aurélio Buarque de Holanda Ferreira
<b>AH</b>	–	Dicionário Antonio Houaiss da Língua Portuguesa
<b>CF</b>	–	Cândido de Figueiredo
<b>EL</b>	–	Ermelino de Leão
<b>FF</b>	–	Francisco Filipack
<b>G.ATEPAR</b>	–	Glossário ATEPAR
<b>IOC</b>	–	Instituto Osvaldo Cruz
<b>JEM</b>	–	Júlio Estrela Moreira
<b>LCT</b>	–	Luis Caldas Tibiriçá
<b>MV</b>	–	Manoel Viana
<b>M</b>	–	Dicionário Michaelis
<b>OB</b>	–	Orlando Bordoni
<b>OBB</b>	–	Oney B.Borba
<b>PFF</b>	–	Paulo Fortes Filho
<b>RM</b>	–	Romário Martins
<b>TS</b>	–	Theodoro Sampaio
<b>WFF</b>	–	Waldomiro Ferreira de Freitas
<b>ZHD</b>	–	Zilna Hoffman Domingues

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO I</b> .....	30
<b>2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA TOPONÍMIA</b> .....	31
2.1 CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA TOPONÍMIA.....	32
2.2 IMPORTÂNCIA DOS TOPÔNIMOS.....	34
2.3 O TOPÔNIMO E A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA .....	36
2.4 CRONOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS ESTUDOS TOPONÍMICOS.....	41
2.5 TOPONÍMIA NO BRASIL .....	43
2.6 ESTUDOS TOPONÍMICOS NO PARANÁ.....	47
<b>CAPÍTULO II</b> .....	52
<b>3 A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE</b> .....	53
3.1 A HISTÓRIA PELA HISTÓRIA .....	53
3.2 TEMPOS PRIMITIVOS DO TERRITÓRIO PARANAENSE .....	55
3.3 DISPUTA PELAS TERRAS BRASILEIRAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA.....	56
3.3.1 Princípios da ocupação paranaense .....	56
3.4 O PARANÁ: DA POSSE À TRANSFORMAÇÃO.....	59
3.5 OS CICLOS ECONÔMICOS DO PARANÁ .....	59
3.5.1 A mineração.....	59
3.5.2 O tropeirismo: comércio e criação de gado.....	62
3.5.3 O ciclo da erva-mate.....	63
3.6 A EXPANSÃO DO SUDOESTE PARANAENSE.....	65
3.7 A EXPANSÃO DO OESTE PARANAENSE .....	66
3.8 A OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ .....	68
3.9 HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS FUNDADOS ENTRE 1648 E 1853.....	69
3.9.1 Antonina .....	69
3.9.2 Arapoti.....	70
3.9.3 Araucária .....	70
3.9.4 Bocaiúva do Sul.....	71
3.9.5 Campina Grande do Sul.....	71
3.9.6 Campo do Tenente.....	72
3.9.7 Campo Largo .....	72

3.9.8 Cândido de Abreu.....	73
3.9.9 Castro.....	73
3.9.10 Clevelândia.....	74
3.9.11 Curitiba.....	75
3.9.12 Guarapuava.....	75
3.9.13 Guaraqueçaba.....	76
3.9.14 Guaratuba.....	76
3.9.15 Ipiranga.....	77
3.9.16 Ivaí.....	77
3.9.17 Jaguariaíva.....	78
3.9.18 Lapa.....	78
3.9.19 Laranjeiras do Sul.....	78
3.9.20 Matinhos.....	79
3.9.21 Morretes.....	80
3.9.22 Palmas.....	80
3.9.23 Palmeira.....	81
3.9.24 Paranaguá.....	81
3.9.25 Pinhão.....	81
3.9.26 Piraí do Sul.....	82
3.9.27 Piraquara.....	83
3.9.28 Ponta Grossa.....	83
3.9.29 Reserva.....	84
3.9.30 Rio Branco do Sul.....	84
3.9.31 Rio Negro.....	85
3.9.32 São José da Boa Vista.....	85
3.9.33 São José dos Pinhais.....	86
3.9.34 Tibagi.....	87
3.9.35 União da Vitória.....	87
3.9.36 Wenceslau Braz.....	88
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>89</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>90</b>
4.1 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	90
4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	92
4.3 TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS.....	94

<b>CAPÍTULO IV</b> .....	98
<b>5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CORPUS</b> .....	99
5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS TOPONÍMICOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FUNDADOS ENTRE 1648 E 1853 .....	99
5.1.2 Apresentação dos dados toponímicos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853 .....	99
5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO <i>CORPUS</i> SEGUNDO A LÍNGUA DE ORIGEM .....	163
5.2.1 Distribuição numérica e percentual dos topônimos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853, segundo a Língua de Origem .....	164
5.2.1.1 Apresentação e análise dos gráficos I e II .....	168
5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO <i>CORPUS</i> SEGUNDO A TAXIONOMIA.....	183
5.3.1 Distribuição numérica e percentual dos topônimos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853, nas taxionomias de natureza Antropo-cultural, Física e não classificados.....	183
5.3.1.1 Apresentação e análise dos gráficos III e IV .....	184
5.3.1.2 Apresentação e análise dos gráficos V e VI.....	185
5.4 TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS COM MAIOR PRODUTIVIDADE DE OCORRÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FUNDADOS ENTRE 1648 E 1853 .....	189
5.4.1 Apresentação e análise dos gráficos VII e VIII.....	189
5.4.2 Vegetação Brasileira.....	182
5.5 DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA E PERCENTUAL DOS TOPÔNIMOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FUNDADOS ENTRE 1648 E 1853, SEGUNDO A ESTRUTURA MORFOLÓGICA .....	222
5.5.1 Apresentação e análise dos gráficos IX e X .....	224
5.6 DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA E PERCENTUAL DOS TOPÔNIMOS DO LITORAL PARANAENSE, SEGUNDO A LÍNGUA DE ORIGEM .....	226
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	239
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	247
<b>BILIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	257
<b>ANEXOS</b> .....	263
ANEXO A - MODELO DE CARTA ENVIADA ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS .....	268

## 1 INTRODUÇÃO

O homem e o espaço em que vive se encontram fortemente unidos, revelando interações profundas, íntimas, sagradas ou profanas, mesclas de seu pensamento e de seu sentimento. As inter-relações daí observadas não só abarcam os aspectos considerados “biofísicos<sup>1</sup>”, mas também envolvem toda a riqueza das dimensões psíquica, mística, espiritual, estética, fazendo emergir um diálogo entre os diferentes níveis, que ilumina os estudos sobre a natureza das experiências humanas com os espaços, lugares e paisagens (LIMA, 2000, p.07).

Enquanto cenários do mundo antigo, as paisagens geográficas vislumbram horizontes de símbolos e signos em contínuo dinamismo, transmitindo mensagens que falam, silenciosamente, da percepção, da valorização, da busca dos significados inerentes às uniões e rupturas do ser humano com seu espaço. A adaptação do homem aos diversificados espaços geográficos transforma-se, portanto, em parte significativa da história de cada um deles.

Nas paisagens, encontramos os vestígios, as reminiscências, as relíquias da magnitude da história vivida pelas sociedades das diferentes culturas num passado remoto ou não. Mais íntima e individualmente, cada ser humano constrói, seleciona os cenários que envolvem sua própria história de vida, numa relação de símbolos que encerram em si atitudes, percepções, os sonhos e sentimentos únicos, singulares, relativos às suas experiências (LIMA, 2000, p.08).

O homem, procurando conhecer o universo que o cerca, deu estímulos a sua sede de conhecimentos, criando oportunidades para desvendar segredos e para construir ou encontrar lugares onde pudesse se fixar e dar início a comunidades, vilas, aldeias e cidades. Isso permitiu a ele aprender com suas descobertas e com seus erros e, até hoje, o homem busca consolidar e redefinir seus conhecimentos.

É fato que, para entender a realidade da vida diária dos indivíduos, é necessário levar em consideração as diversas atribuições de significados e interpretações dos sistemas de sinais. A investigação dos fundamentos do conhecimento da vida cotidiana realizada por meio da linguagem “constrói as objetivações dos processos de significados e o mundo intersubjetivo individual e coletivo” (MANHÃES; ARRUDA, 2004, p.02).

---

<sup>1</sup> Que se desenvolve em organismos ou seres vivos (diz-se de processo físico). (AH)

O ser humano é culturalmente formado, ao mesmo tempo em que intervém na formação de seu tempo. Assim, a natureza humana em sua complexidade é revelada pela linguagem, que se traduz no produto pertencente a toda uma sociedade que carrega consigo sua própria cultura, tradições e hábitos. Pelos vários níveis de linguagem, que se faz transmissora de idéias e do pensamento, os homens estabelecem interação entre si na sociedade, e se comunicam com o mundo.

Para Manhães e Arruda (2004, p.02), a realidade da vida diária surge com campos infinitos de significações de modo geral, mas limitada quando comparada a outras realidades. Dentro desta relação, a linguagem passa a existir como meio de interpretação, comunhão de conhecimento e fornece à realidade uma distinção entre os grupos que, juntos, formam a estrutura da sociedade. Desse modo, a linguagem é decisiva para que se possa interpretar e dar sentido às objetivações apresentadas - de acordo com as experiências vivenciadas.

Conhecer a origem da linguagem é uma discussão dos sábios desde remota Antigüidade. O universo da linguagem reflete o do homem com quem coabita e não sabem ser um sem o outro. É toda a prática, a expressão e a interação do pensamento do homem com seus semelhantes, identificando-o na sociedade, tornando-se assim, um sinal exterior ou um signo da humanidade.

A invenção da linguagem é a primeira das grandes invenções. Gestos e vozes, na busca da expressão e da comunicação, fizeram surgir nossa via de acesso ao mundo e ao pensamento, que nos envolve e nos habita, assim como a envolvemos e a habitamos. Configura-se a linguagem numa criação sócio-histórica, produto do imaginário pessoal e social. Não existe possibilidade de criar, de pensar nem de existir a não ser por meio da linguagem.

No primeiro livro da Bíblia, o Gênesis, há dois relatos da criação. Num primeiro momento, Deus cria o mundo falando e depois, há o caos. A passagem do caos à ordem faz-se por meio de um ato de linguagem, e, é esta que dá sentido ao mundo. O mito quer mostrar o poder criador da linguagem, que dá ao homem a capacidade de ordenar o mundo, de categorizá-lo. Com os signos, o homem cria universos de sentido. As línguas não são nomenclaturas que se aplicam a uma realidade pré-ordenada, mas são modos de interpretar o mundo. Por isso, estudar a linguagem é a forma de entender a cultura, de compreender o homem em sua marcha sobre a Terra.

Escrevendo sobre a teoria da linguagem, o lingüista Hjelmslev, citado por Rost (2000, p.01), afirma que “a linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os

seus atos”, sendo “o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana”.

Rost (2000, p.01) também enfatiza o que cita Rousseau no primeiro capítulo do “*Ensaio sobre a origem das línguas*”; que “a palavra distingue os homens dos animais; a linguagem distingue as nações entre si. Não se sabe de onde é um homem antes que ele tenha falado”. Prosseguindo em sua apreciação sobre a importância da linguagem, Rousseau considera que a linguagem nasce de uma “profunda necessidade de comunicação: desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo e a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isso”<sup>2</sup>.

A linguagem é a expressão do pensamento, e isto só é possível porque o homem tem uma alma pensante, que se expressa por palavras. Ao mesmo tempo em que se expressa, o homem toma consciência de si mesmo como um ser singular no mundo, com potencialidades e limitações próprias. Até onde se sabe, o homem é o único ser em toda natureza que fala, que aprende a operar o “poder mágico das palavras”.

Com as palavras, o homem se cobre e cobre de significado humano o conjunto das coisas que o rodeia. Com elas os seres humanos se comunicam, abstraem e interpretam a realidade das coisas que existem, inventam outras e lhes atribuem nomes, explicando em que condições elas chegam a se manifestar.

Da mesma forma, Bakhtin (1992, p.36-37) também destaca a centralidade da linguagem na vida do homem. Segundo ele, a palavra é o material da linguagem interior e da consciência, além de ser elemento privilegiado da comunicação na vida cotidiana, que acompanha toda criação ideológica, estando presente em todos os atos de compreensão e de interpretação. Para este autor, a palavra tem sempre um sentido ideológico ou vivencial, relaciona-se totalmente com o contexto e carrega um conjunto de significados que socialmente foram dados.

A palavra é também polissêmica e plural, uma presença viva da história, por conter todos os fios ideológicos que a tecem. Almandrade (2002, p. 01) já dizia que: “a fala toma conta da coisa (...), o objeto depois de nomeado, passa para o mundo da linguagem (...),

---

<sup>2</sup>Disponível em:

[http://www.armazem.literario.nom.br/autoresarmazemliterario/eles/martinhocarlos/host/filosofia/29\\_modulo29](http://www.armazem.literario.nom.br/autoresarmazemliterario/eles/martinhocarlos/host/filosofia/29_modulo29).  
Acesso : 25 maio 2004.

o homem se aproxima ou se distancia do mundo e das coisas, apropria-se do real e tenta dominar o desconhecido. A coisa e o mundo tornam-se imagens e conceitos (...).”

No entanto, quando o homem penetra nessa realidade, ele domina o mundo e é dominado pela linguagem, pela fala, pela forma de encarar as coisas a sua volta. Passa a criar algo que não existe na sua realidade, pelo pensamento e pelo conhecimento, e dá nome a esse algo. A partir do conhecimento que se tem do objeto, ele deixa de existir para o mundo e o que passa a ter valor é a palavra, o nome e não o objeto (ou ser) em si.

O nome substitui o ser. O que passa a ter sentido e o faz existir no mundo é o nome, o que ele remete a nossa consciência. Criamos novos objetos e seres dentro e fora da realidade, nomeando o que nos cerca e fazendo de nós donos do real e do imaginário. Desse modo, na sua própria linguagem, as coisas e os seres da natureza se comunicam ao homem.

Recordando Benjamin (1992, p. 182), o homem é o “senhor da natureza”; natureza e seres vivos comunicam-se-lhe, e ele, como “instância privilegiada da criação”, nomeia-os e alcança assim o seu conhecimento. Ao mesmo tempo, nomeando, o ser humano expressa sua própria essência espiritual, no nome e, quando no cotidiano designa as coisas, manifesta então a sua essência lingüística.

Percebe-se também, que, ao servir-se de sua capacidade lingüística para nomear os lugares, o homem estabelece algumas relações: primeiro consigo próprio, ao demonstrar conhecer a realidade circundante e utilizar seu conhecimento para designar um local; e depois com seus interlocutores, pois, através do topônimo por ele usado, transmite com maior exatidão, o real significado que lhe atribuiu.

Dentro dessa perspectiva, pode-se recordar que a nomeação de lugares é prática tradicional do homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana e, pode-se percebê-la através das obras antigas da História e da civilização mundial, que retratam os locais e como viviam os habitantes das antigas comunidades.

O homem sempre necessitou conhecer para nomear, e, conforme afirma Dick (1990b, p.05) no Gênesis, Livro Sagrado dos cristãos, despontam acidentes geográficos, como nomes de rios, os primeiros conhecidos com suas nascentes no Jardim do Éden (do hebraico, “lugar de delícias”), localizados na banda do Oriente, e designados como *Pisom*, *Giom*, *Tigre* e *Eufrates*.

No que tange às características de signo, julga-se indispensável pontuar diferenças entre o signo lingüístico e o signo na condição de topônimo. O primeiro foi concebido por Saussure como uma entidade dotada de significante e de significado. Conforme

o estudioso, “o signo lingüístico une não uma coisa a um nome, mas um conceito e uma imagem acústica”.

Para o lingüista genebrino, o significante é imotivado, ou seja, é arbitrário em relação ao significado, com o qual não possui laço natural na realidade. Entretanto, no signo toponímico, o processo de nomeação é fundamentado pela motivação, refletindo sempre a realidade daquele que o nomeou: “o topônimo se constitui num tipo particular de signo. Se analisarmos a natureza dessas unidades do sistema, percebemos que, na sua gênese, elas diferem dos demais signos lingüísticos no que tange à motivação” (ISQUERDO, 1996, p.85).

Diante desse fato, acrescentam-se as palavras de Dick (1990b, p.81), para quem o topônimo “não é um signo lingüístico especial, mas ao contrário, um designativo vocabular comum, acrescido, porém, da função específica de identificação dos lugares” que, ao ser manipulado pelo denominador, configura-se como signo lingüístico enriquecido que reflete os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, históricos, físico-geográficos, humanos, biológicos, enfim de todas as forças sociais atuantes no momento em que o homem realiza a nomeação de um lugar. “Logo, apenas o emprego dos signos lingüísticos é que se torna especial nas ciências onomasiológicas: ou, em outras palavras, a função significativa dos mesmos em seu objeto de estudo” (DICK, 1990b, p.16).

Assim sendo, a investigação do signo toponímico pode desvelar a história da vida e a mentalidade dos grupos humanos de determinada época, visto que nos topônimos estão conservadas as tradições e costumes de um povo ou registradas as características topográficas locais mais sensíveis. Os topônimos são, pois, “verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram em si um valor que transcende ao próprio ato de nomeação” (DICK, 1990a, p.22).

Neste particular, convém lembrar que a sociedade humana tem uma característica muito interessante, que é criar o conhecimento, renová-lo e criar novamente. Neste processo contínuo de vir a ser, alguns elementos, entre eles os topônimos, encontram-se guardando, no tempo e no espaço, elementos de “outros tempos”, como a nos lembrar que somos o único animal que constrói a própria história, de forma cumulativa e revisada.

Esta história pode ser resgatada quando se buscam, por meio dos topônimos, traços e vestígios que garantirão que o passado não perderá seu lugar, mas se configurará como a fonte para a construção no presente de uma memória que é de fundamental importância para as pessoas. A sensação de que a maior realidade do presente está, sobretudo, na compreensão do passado é que joga o homem, mesmo sem saber porque, aos estudos

históricos, quer individuais quer coletivos. Ninguém pode compreender-se a si mesmo sem que compreenda o meio em que vive.

Neste sentido, o léxico se configura como sendo a somatória de experiências vividas por um grupo sócio-lingüístico-cultural. Desse modo, ao se apropriar da linguagem, o homem se constitui como uma figura positiva no campo do saber e atuando sobre a própria língua, pode criar e recriar o léxico. A língua, patrimônio de toda uma comunidade lingüística e instituição social, apresenta-se como veículo da difusão da cultura e da ideologia, retratando as inclinações que abarcam cada momento histórico, a maneira de pensar e as expectativas dessa sociedade. Ela representa a imensa herança que um povo confia ao indivíduo e nele deposita. Nela estão contidas as experiências de todos os séculos (DARGEL, 2003, p.54).

Conforme o lingüista Sapir (1969, p.20), “a trama de padrões culturais de uma civilização está indicada na língua em que essa civilização se expressa”. Dick (1990b, p.87) acrescenta que:

Sapir deixou, como lição, o fato de que o traço ambiental, na medida em que o grupo humano tem por ele um interesse altamente significativo, aparecerá como elemento integrante do seu léxico e, provavelmente, de sua toponímia, traduzindo, dessa forma, objetivamente, e em contornos nítidos, a verdadeira apreensão da realidade, segundo a maneira pela qual dela se utiliza.

Partindo-se dessas considerações, fica evidente que, ao estudar o léxico de uma língua, pode-se também apreender a realidade do grupo que a utiliza: sua cultura, sua história, seu modo de vida, sua visão de mundo. E, utilizando-se do léxico, o ser humano sempre atribuiu nome a tudo que o cerca – às coisas, aos animais, às pessoas, ao espaço físico em que vive.

Neste estudo, prioriza-se investigar a influência do ambiente em um recorte toponímico, uma vez que o topônimo se apresenta como um dos aspectos do léxico, no que se refere a sua motivação designativa. Segundo Sapir (1969, p.45), é no léxico de uma língua que se reflete com maior nitidez o ambiente físico e social dos falantes de uma determinada comunidade.

Ao pesquisar a toponímia<sup>3</sup> de uma região, conhecemos a própria história dessa localidade, bem como as crenças, lutas, expectativas e os valores das pessoas que a

---

<sup>3</sup> Neste trabalho utiliza-se *Toponímia*, grafada com inicial maiúscula, quando se referir à disciplina da Ciência Onomástica; já *toponímia*, com inicial minúscula, quando se referir à toponímia de uma região. O mesmo procedimento será adotado em relação à disciplina *História*.

habitam/habitaram. No ato de evocar as lembranças, histórias de vida são resgatadas, trazendo em seu bojo o que de mais significativo permaneceu. Este processo envolve laços afetivos, alegrias, tristezas, conquistas, perdas e, sobretudo, vivências, que, de alguma forma, vão se refletir no meio em que o homem vive.

As designações de lugar possuem uma função muito clara na organização social humana, e, assim, por vezes, ouve-se falar de um local que fica guardado em nossa memória. Em outros momentos, ao nos aproximarmos de uma cidade, surge a nossa frente uma placa com seu nome, o que pode nos levar a perguntar o porquê de ter esse nome e não outro. Em se tratando de nomes engraçados ou por lembrarem algum fato ou objeto, de imediato conseguimos memorizá-lo. Não importa qual seja o nome que uma localidade recebeu, pois se sabe que ele tem um significado que o acompanha há muito tempo.

Essa denominação provavelmente possui uma história, que, de certa forma, é a história dos valores, das crenças, das experiências e dos mitos que a formaram. Enfim, todos os lugares têm um nome que os identifica ou que lhes é característico. A origem desses nomes, às vezes, pode estar ligada a acontecimentos passados, a características naturais e até às lendas e histórias pertencentes à localidade. Nomear o espaço em que vive é, para o homem, uma questão de sobrevivência, uma vez que se organiza e se orienta geograficamente por meio dos nomes.

Em suas formulações relativas à memória, Ecléa Bosi (1998, p.31) chama a atenção para o significado e a retenção das lembranças pelos indivíduos, sintetizando, com propriedade, o processo em que se configura a memória:

(...) o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique (...).

Nesse encontro com nossa memória, estão presentes o espírito, o pensamento e o sentimento, fazendo com que os fragmentos do passado ressurgam vivificados. Sobre a lembrança, a autora acrescenta que se trata de “um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito”. Um aspecto que merece destaque por sua importância corresponde à relação entre memória e espaço.

Em suas formulações, Halbwachs (1990, p.80-81) ressalta o envolvimento entre o espaço, os indivíduos e os grupos, relacionando-os às lembranças, quando afirma que:

enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito. (...) Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo (...) então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária para que haja memória é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória (...)?.

Desse modo, recuperar o passado evocando as lembranças, a memória e a história, é a primeira garantia de um sentido para o presente. Esta pesquisa toponímica – a classificação dos acidentes físicos (rios, serras, arroios, ribeirões) dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853 – foi motivada pelo fato de os topônimos serem uma fonte inesgotável do passado da terra, da sua gente, de suas atividades, da sua história, ou dos simples acontecimentos que ali se passaram. Também a respeito deste tema, destaca-se o reconhecimento da importância do resgate toponímico para uma comunidade sócio-lingüístico-cultural.

Por meio desta pesquisa, tenta-se recuperar fatos históricos, lingüísticos, etnológicos e sociais que pertencem a este período, uma vez que a história do Paraná, como de qualquer outro espaço geográfico, é o conhecimento de todos os fatos que a memória humana registrou desde os primeiros seres que nele viveram e vivem. Ademais, o estudo da toponímia desse período pode revelar aspectos que até mesmo os paranaenses desconhecem, pois os fatores sociais e históricos, que influenciaram a escolha de um determinado nome de lugar, permitem resgatar a visão do denominador no ato de nomeação.

Como se sabe, pelo Tratado de Tordesilhas, quase todo o Estado do Paraná seria da Espanha, restando apenas pequena parte do litoral a Portugal. Partindo de Assunção (fundada em 1537), os espanhóis iniciaram a tentativa de conquista do atual Paraná, fundando, em 1547, a cidade del Guairá, e, em 1576, a Vila Rica del Espírito Santo. A chegada de portugueses logo depois, vindos de São Paulo, confirma a posse do território, ao erigir, em 1646, o Pelourinho (símbolo de posse por El Rei). Em seguida, Gabriel de Lara instituiu, em 1648, a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (LAZIER, 2003, p.17-18; 41).

Na mesma obra, Lazier (2003, p.41-42) afirma que em 1711, a Capitania de Paranaguá passou a fazer parte da imensa Capitania Geral de São Paulo, surgindo em 1715 o primeiro atrito entre os Estados. A lei nº 437 de 17 de julho de 1852 efetuou nova Reforma

Administrativa na Província de São Paulo e a Comarca de Curitiba passou de 5ª para 10ª Província. Em 1853, transformou-se na Província do Paraná.

De acordo com Martins (19-- , p.267) “foram de ordem geral e supremo interesse político: a conveniência da defesa das fronteiras com as Repúblicas Argentina e do Paraguai e das instituições ameaçadas pelo movimento republicano no Rio Grande do Sul”, as razões visíveis, motivadoras do projeto legislativo desmembrando da Província de São Paulo a sua Comarca “mais meridional” e a elevando à categoria de Província.

Cumprir destacar que as condições do meio físico paranaense influíram no seu povoamento, na fixação humana em suas terras e no aproveitamento de suas reais possibilidades econômicas. Sem dúvida, o *habitat* paranaense possui características próprias que, analisadas e devidamente apreciadas, explicam fatos da sua ocupação geográfica e evolução histórica. O recorte feito para estudo neste trabalho justifica-se pela experiência de verificar os aspectos mais acentuados dos topônimos do período delimitado, revelando assim os fenômenos dos ciclos econômicos, característica da economia brasileira e paranaense.

É interessante tratar destes ciclos bem como das questões legais, pois estes podem figurar como fatores que influenciaram na motivação toponímica paranaense, principalmente porque podem estar na base que marcou a criação dos topônimos. Os ciclos econômicos que o Paraná viveu são o que melhor define o povo paranaense, porque a cada um deles corresponde uma forma de exploração do solo, de ocupação da terra, um regime de trabalho e um tipo humano, que, conjugados, expressam a fisionomia deste Estado.

Outro aspecto a ressaltar é que, originalmente, a população do Paraná se constituiu por alguns faiscadores e mineradores de ouro, estabelecidos no litoral e, posteriormente, no planalto curitibano. Entretanto, convém lembrar que, para a formação do efetivo populacional paranaense, concorreram os mesmos elementos étnicos que constituíram os fundamentos da população brasileira, estando presentes o branco, o índio, o negro e toda a variada gama de mestiços.

Deve-se acrescentar, também, a colaboração dos imigrantes, pois como afirma Balhana (2003, p.288), “no decorrer de quase um século de colonização, desde a fundação da colônia Rio Negro, em 1829, até o estabelecimento da colônia holandesa de Carambeí, em 1911, mais de cem núcleos coloniais foram fundados no Paraná, e cerca de cem mil colonos foram localizados em seu território”.

Espera-se com esta pesquisa discutir a inter-relação homem-ambiente-língua-cultura, uma vez que o signo toponímico é um signo lingüístico enriquecido, que o denominador manipula o que já existe - um signo lingüístico - para nomear um espaço. Este

projeto parte do princípio de que a linguagem permite ao homem criar um universo simbólico, para expressar seus sentimentos, idéias e pensamentos, organizando seu mundo cultural, pois, acima de tudo, a linguagem é uma representação coletiva que revela a visão que um grupo tem de si mesmo e daquilo que o afeta.

Condição necessária para a existência da memória individual e social, a linguagem se estabelece ao longo da história, permitindo que o ser humano se estenda no tempo através de sua cultura. Logo, pelo caráter de resgatar a memória sociocultural e retratar a história, uma vez que esses traços são refletidos no nível lexical, sobretudo na denominação dos lugares, é que se justifica uma pesquisa sobre toponímia.

Julga-se apropriado recordar que o interesse pelos estudos toponímicos surgiu durante o período de graduação, quando atuei como bolsista (PIBIC/CNPq) no projeto de pesquisa “A Toponímia Paranaense, a partir de 92 – ATEPAR 2”, o qual ofereceu um campo bastante profícuo para pesquisas e tem, ainda, muito a ser explorado. A participação neste projeto permitiu a elaboração de trabalhos apresentados em encontros científicos, sempre tendo por meta refletir minuciosamente essa área, tentando desenvolver uma pesquisa que colaborasse para a interpretação da toponímia e da história de nosso Estado.

O passo inicial dos estudos toponímicos em Londrina foi dado pela professora Dr<sup>a</sup>. Vanderci de Andrade Aguilera, em 1995, no curso de Especialização em Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Londrina, quando ministrou a disciplina de Dialetoлогия e Sociolingüística.

Por sua autoria, surgiu em 24 de outubro de 1996, o projeto “Pelos caminhos do Paraná: esboço de um Atlas Toponímico – ATEPAR”, tendo como colaboradores: professora Ivone Alves de Lima, professor Dr. João Antonio Leite Ramos, professora Dr<sup>a</sup>. Rejane Maria Szkudlarek Leão, e como coordenadora a professora Dr<sup>a</sup>. Maria Antonieta Carbonari de Almeida. Participaram com a equipe de professores citados, alunos de Graduação do Curso de Letras, que desenvolveram pesquisa de iniciação científica ou atividades acadêmicas complementares. O projeto ATEPAR inicialmente contou com dados do IBGE/91 (323 municípios). As atividades se desenvolveram até 30 de dezembro de 1999.

O encerramento do projeto não significou a finalização da pesquisa nos dados toponímicos. Assim, em 19 de abril de 2000, da mesma autora, surgiu o projeto “A Toponímia Paranaense, a partir de 92 - ATEPAR 2”. Nesta segunda fase, houve a inclusão dos novos municípios emancipados a partir de 1992, perfazendo um total de 399 cidades.

Atuava na coordenação, a professora Dr<sup>a</sup>. Maria Antonieta Carbonari de Almeida, como supervisores professora Ivone Alves de Lima e professor Dr. João Antonio

Leite Ramos, como colaboradores o professor Ricardo Correia Lima Huber e alunos da Graduação que continuaram desenvolvendo pesquisa de iniciação científica ou atividades acadêmicas complementares. O encerramento do projeto ATEPAR 2 se deu em 30 de setembro de 2003, com o relatório final apresentado em 07 de outubro de 2003, destacando cerca de 20.000 topônimos cadastrados com análise etnolingüística e etimológica.

A partir dessa iniciativa constituiu-se o banco de dados do ATEPAR, mediante cartas enviadas às Prefeituras Municipais com um questionário. A extensão do banco de dados pode ser medida em números, já citados anteriormente, mas, considera-se que a multiplicidade e a qualidade das informações armazenadas constituem uma fonte de pesquisa para futuros trabalhos acadêmicos que, eventualmente, contribuirão para o Atlas Toponímico do Paraná.

Diante do exposto anteriormente, predisposto para esta investigação histórico-toponímica, e buscando contribuir para a interpretação da toponímia e da história de nosso Estado, estruturam-se os objetivos deste trabalho: i) recolher, nos mapas atuais, os topônimos dos municípios paranaenses que tiveram a sua fundação durante o período de 1648 e 1853; ii) resgatar a língua de origem dos topônimos, a fim de verificar o (s) estrato (s) lingüístico (s) predominante (s) na toponímia, acompanhada da evolução histórica; iii) proceder à classificação taxionômica dos topônimos dos acidentes físico-geográficos, conforme modelo taxionômico adotado; iv) estabelecer a relação língua/cultura e sociedade, valorizando os fatores extralingüísticos.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, trabalha-se com duas hipóteses: 1 – a toponímia dos municípios paranaenses fundados no período de 1648 a 1853 incorpora totalmente particularidades socioculturais, históricas e geográficas da região<sup>4</sup> a que pertencem; 2 – é no litoral<sup>5</sup> que se sobressai a designação dos acidentes geográficos originados do estrato tupi, uma vez que esses povos deixavam por onde passavam rastros de sua cultura e de sua língua.

---

<sup>4</sup> O estado do Paraná é dividido em 10 (dez) mesorregiões. Os municípios desta pesquisa pertencem as seguintes mesorregiões: Metropolitana da Curitiba (Antonina, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Curitiba, Guaraqueçaba, Guaratuba, Lapa, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piraquara, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais), Centro-sul (Clevelândia, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Palmas, Pinhão), Centro-oriental (Arapoti, Castro, Jaguariaíva, Palmeira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Tibagi), Sudeste (Ipiranga, Ivaí, União da Vitória), Norte Central (Cândido de Abreu) e Norte Pioneiro (São José da Boa Vista, Wenceslau Braz) IBGE – Base cartográfica IAP - 2002.

<sup>5</sup> Estão localizados no litoral três municípios com etimologia indígena: Guaraqueçaba, Guaratuba e Paranaguá.

Confirmados quais os municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853<sup>6</sup>, tendo por base o histórico e data de fundação, e os métodos de pesquisa (indireta, descritiva e histórica), buscaram-se, inicialmente, as fontes que consolidariam este trabalho. Em um primeiro momento, consultou-se o banco de dados do projeto ATEPAR, no qual se encontram sistematizados os topônimos paranaenses para a constituição do *corpus*.

Assim, o primeiro levantamento no ATEPAR, indicou serem aproximadamente trinta e seis os municípios que se enquadraram neste período, considerando-se a data de fundação da localidade: Antonina, Arapoti, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo do Tenente, Cândido de Abreu, Castro, Clevelândia, Curitiba, Guarapuava, Guaraqueçaba, Guaratuba, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Lapa, Laranjeiras do Sul, Matinhos, Morretes, Palmas, Palmeira, Paranaguá, Pinhão, Piraquara, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Reserva, São José da Boa Vista, São José dos Pinhais, Tibagi, União da Vitória, Wenceslau Braz.

A metodologia empregada, pelo projeto ATEPAR, para obtenção dos dados, foi uma correspondência enviada às Prefeituras Municipais com um questionário<sup>7</sup>. Não se pode afirmar, categoricamente, somente com estas respostas, e, ainda mais, sabendo-se que muitas localidades têm um vasto espaço geográfico, que as informações enviadas, correspondam à completude de seus itens (aqui considerados topônimos).

Neste aspecto, deve-se também considerar a possibilidade de certo designativo de lugar ser conhecido na localidade por um nome e, oficialmente, por outro. É importante destacar que alguns municípios fundados durante este período já foram objetos de pesquisa somente a partir dos dados armazenados no projeto e, seria interessante valer-se de outra fonte que pudesse confirmar/complementar o ATEPAR.

Julgou-se, então, mais oportuna a utilização de mapas oficiais fornecidos pela SEMA<sup>8</sup>, em cartas da Diretoria do Serviço Geográfico – Ministério da Guerra e da Fundação IBGE – Carta do Brasil, em escalas 1:100.000 e 1:50.000. Com relação à diferença de escala nos mapas, entende-se que isso não se configura como obstáculo para o levantamento e análise dos dados toponímicos, pois não será objetivo desta pesquisa a elaboração de cartas toponímicas dos municípios estudados.

---

<sup>6</sup> Para confirmar as datas de fundação recorreu-se também à Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Municípios do Estado do Paraná (IBGE), O Paraná e seus Municípios (Ferreira, 1999) e dados históricos da SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná .

<sup>7</sup> V. cópia anexa.

<sup>8</sup> SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná.

Ressalte-se que, a opção da fonte de dados (mapas) se deu pelo fato de se pretender realizar um estudo diacrônico<sup>9</sup> dos topônimos e, tratando-se de uma pesquisa da toponímia oficial, a documentação cartográfica se coloca como a fonte de pesquisa mais confiável. São esclarecedoras neste sentido, as palavras de Dick (1996, p. 34) ao assinalar que

os pontos de inquérito tradicionais em uma enquête de língua são substituídos, neste tipo de análise, pelo estudo exaustivo da forma escrita fixada nos mapas e conservada em todos os traços impressivos de sua constituição, principalmente quando marcam acidentes físicos – rios ou morros, córregos ou serranias – menos sujeitos às substituições intencionais pelas suas próprias características.

Analisar os mapas sobre um determinado território e em determinado contexto histórico, significa, antes de tudo, tomar os mapas como fontes históricas, vestígios de uma atividade humana. Melhor dizendo, o que se representa nos mapas não são apenas códigos geográficos que indicam as posições de determinados lugares em relação aos outros.

É muito mais do que isso. Os mapas são, como todos os documentos, monumentos. Devem ser tomados como monumentos, pois eles, claramente, foram feitos com a intenção de enviar uma mensagem para o futuro, ou mais especificamente, construir um futuro, estabelecer uma memória sobre o espaço que deveria tornar-se memória coletiva. Todo mapa tem que ser examinado tendo presentes os elementos históricos neles referidos, do mesmo modo que, sem o mapa, não seria possível compreender nem as modificações das fronteiras, nem as variações do tráfico ou das sedes humanas, nem os movimentos dos povos.

Buscando-se contextualizar esta dissertação, apresenta-se a seguir uma síntese do que se propõe fazer em cada capítulo: o primeiro capítulo traz os *Pressupostos Teóricos da Toponímia*, no qual se encontram sintetizadas as principais idéias em que se baseiam as discussões, envolvendo aspectos como: conceituação e importância da toponímia; importância dos topônimos; o topônimo e a motivação toponímica; cronologia e sistematização dos estudos toponímicos; Toponímia no Brasil; Estudos toponímicos no Paraná.

No segundo capítulo sintetiza-se a *História da Ocupação do Território Paranaense*, uma vez que se pode situar a Toponímia atualmente com orientações e perspectivas novas, em um ramo distinto do conhecimento humano e lingüístico, inscrevendo-

---

<sup>9</sup> Diacronia aqui significa que o elenco de topônimos abarca um contínuo de mais de duzentos anos, isto é, municípios fundados entre os anos de 1648, ano da fundação do primeiro município – Paranaguá até 1853, marco do início da Província do Paraná.

se suas questões nos quadros da História, da Geografia ou das Ciências Sociais, e por elas solucionadas. A história dos topônimos se entrelaça sobremaneira com a história dos povos no seu constante deslocamento para a posse do solo, justificando-se, por isso, a necessidade do envolvimento de fatos históricos pertencentes à região.

*Procedimentos Metodológicos* é o tema do terceiro capítulo, no qual se encontram as diretrizes utilizadas para a realização desta pesquisa toponímica. Deste capítulo consta o modelo taxionômico proposto por Dick (1990b), que servirá de base para a classificação semântica dos topônimos que compõem o presente *corpus*.

*Apresentação, Análise e Discussão do corpus* é o tema do quarto capítulo, com o enquadramento dos topônimos na taxionomia proposta por Dick (1990b), analisando as taxionomias encontradas com índice percentual igual ou superior a 5 %. A seguir, apresentam-se as *Considerações Finais* sobre a pesquisa realizada, seguida de *Referências* e *Anexos*.

## **CAPÍTULO I**

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA TOPONÍMIA

A língua, na qualidade de instituição social, cumpre sua tarefa de veículo de difusão da cultura e da ideologia, uma vez que reflete as inclinações que envolvem cada momento histórico e traz à luz o modo de pensar e as expectativas de uma comunidade, em um dado espaço geográfico.

Ao dominar a natureza, ao dominar as técnicas, ao dominar o conhecimento, só se pode fazê-lo e transmiti-lo dando nome às coisas, dando nome às idéias, criando conceitos. Então, um dos traços fundamentais disso é que a memória do homem tem que ser amparada pela criação vocabular contínua. Em suma, o que o indivíduo vê, pressente, imagina, descobre ou inventa pode ser nomeado pela palavra. Uma vez nomeado, o conhecimento pode ser socializado e integrar-se na cultura coletiva. Houaiss (1983 apud MANZOLILLO, 2001, p. 02).

Através da dinamicidade da língua, evidenciada altamente no léxico (nível lingüístico que melhor expressa a mobilidade das estruturas sociais), é que se pode perceber a maneira como uma sociedade vê e representa o mundo. Assim, pode-se acrescentar que, examinando-se o léxico, caracteriza-se sobremaneira não apenas a língua, mas também o fato cultural que deixa transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida e à visão de mundo de um determinado grupo. E, por essa perspectiva, uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e representar tudo que há em seu mundo (ISQUERDO, 1996, p.90-91).

Diante das constatações, compartilha-se com Biderman a idéia de que:

o vocabulário exerce um papel crucial na veiculação do significado, que é, afinal de contas, o objeto da comunicação lingüística. [...] o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana. [...] no aparato lingüístico da memória humana, o léxico é o lugar do conhecimento sob o rótulo sintético de palavras – os signos lingüísticos (BIDERMAN, 1998, p.179).

Desse modo, considera-se que o léxico se caracteriza como um guia de referência para todo trabalho que pretende analisar aspectos que envolvam a relação entre sociedade, cultura, ambiente, língua e homem, recorrendo-se às idéias de Sapir (1969, p.45),

no sentido de que “o léxico de uma língua, é o que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes”. Os topônimos, como integrantes do léxico e conseqüentemente da língua, podem representar toda a infinidade de valores, reproduzindo a realidade de um grupo social.

A Toponímia é uma das disciplinas que incorpora diversificadas nuances do léxico de uma língua. Isso ocorre pela inserção dos topônimos originados de diversos estratos lingüísticos. De acordo com Dick (1999 apud DARGEL, 2003, p.55),

a Toponímia, principalmente, serve-se dessas circunstâncias de base, equivalente ou próxima a um substrato vocabular, para aí deitar suas raízes, aproveitando-se do material lingüístico que mais se adequa à configuração dos conceitos que deve transmitir. Uma nomenclatura local ou uma cadeia onomástica que interage com vários segmentos culturais, num aparato semiótico de relações e procedências diversas, constitui, realmente, uma base de pesquisa lingüística altamente produtiva.

## 2.1 CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA TOPONÍMIA

Tradicionalmente define-se a Toponímia como sendo formada pelas palavras gregas *topos* (lugar) e *onyma* (nome). O nome possui função de identificação, isto é, tudo que existe tem sua nomenclatura, terminologia, sistema de palavras, qualidades para determinar fatos, fenômenos ou objetivos, com o intuito de determinar seu real significado e suas relações com o universo conhecido.

Delimitar o campo de trabalho e caracterizar o objetivo da Toponímia como disciplina autônoma foi sempre uma das grandes dificuldades que encontravam os estudiosos seja para sua conceituação ou para situá-la “em um ramo distinto do conhecimento humano”. Para muitos, com orientações e perspectivas novas, “suas questões poderiam, se inscrever nos quadros da História, da Geografia ou das Ciências Sociais, e por elas solucionadas”.

Como ramo da Onomástica, cabe à Toponímia estudar a procedência da significação dos nomes dos lugares, considerando os aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antro-po-lingüísticos que originaram os nomes de lugares e suas subsistências. Seu campo não se limita somente ao aspecto lingüístico ou etimológico, pois um topônimo sempre está relacionado à história e à cultura de uma localidade em estudo (DICK, 1990a, p.35-36).

A esse respeito pode-se acrescentar: a Toponímia é uma das disciplinas que integram a ciência lingüística por investigar o léxico toponímico considerando-o expressão lingüístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente; propõem o resgate da atitude do homem diante do meio, através da nomeação dos lugares (DICK, 1990a, p.36).

O estudo dos topônimos evidencia ainda a inter-relação homem-ambiente-língua-cultura, que foi defendida por Sapir (1969, p.44), para quem a língua de um povo é influenciada pelo ambiente, como podemos depreender de suas palavras:

tratando-se da língua, que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo “ambiente” tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, flora e os recursos minerais. Por fatores sociais entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

Embora Sapir não se refira diretamente à Toponímia, pode-se conceber o topônimo como um signo lingüístico, ou seja, uma unidade de língua enriquecida. E, a partir das constatações de Sapir, adequá-las à Toponímia, haja vista que, ao estudar a toponímia de uma região, podem-se perceber indícios que nos conduzem a confirmar que o ambiente está refletido na língua, por meio dos topônimos. Assinalando esse aspecto histórico-cultural, pode-se resgatar a posição de Dick (1990a, p.19), acerca desse particular:

a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antro-po-culturais.

Salazar - Quijada (1985, p.15), um dos autores mais completos e recentes da toponímia venezuelana, destaca que a Toponímia pertence a uma disciplina com caráter mais abrangente chamada Onomástica que, em sua concepção genérica e universal, refere-se ao

que é próprio do nome. Essa disciplina divide-se em dois ramos essenciais: a Antroponímia – estudo dos nomes próprios de pessoas – e a Toponímia – investigação dos nomes próprios de lugares.

O referido autor define a Toponímia como “... aquella rama de la Onomástica que se ocupa del estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socio-económicos y antroponímicos, que permitieron y permiten que un nombre de lugar se origine y subsista<sup>10</sup>.”(SALAZAR-QUIJADA, 1985, p. 18)

## 2.2 IMPORTÂNCIA DOS TOPÔNIMOS

Tendo em vista que o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade, ele já nasce enriquecido pela circunstância que designa, sendo o “portador do que se poderia chamar de espírito coletivo”, trazendo consigo uma carga histórico-social bastante ampla (DICK, 1990b, p.105).

Para Salazar-Quijada (1985, p.29-30), “a Toponímia permite conhecer as características culturais de homens que habitaram ou habitam uma determinada região” e, como a Arqueologia, salienta ele, às vezes os topônimos podem ser a “única evidência da presença histórica de grupos humanos em determinada área”. Assevera que os topônimos constituem um bem patrimonial de qualquer País, pois é por meio dos designativos de lugares que as nações apresentam sua personalidade geográfica e se particularizam em relação aos demais territórios do mundo.

Assim, o pesquisador venezuelano relaciona a importância da toponímia na aplicação teórica e prática em segmentos da atividade humana<sup>11</sup>:

**a.) importância cartográfica:** os mapas, frutos da atividade cartográfica, possuem como os homens, um corpo e um espírito. O corpo corresponde à representação do território e o espírito, à da sua nomenclatura geográfica. Em uma equipe de cartografia, é fundamental a presença de um toponimista com formação sólida, pois um erro na nomenclatura de um mapa pode trazer graves consequências para seus usuários;

<sup>10</sup> Tradução: “aquele ramo da Onomástica que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, sócio-econômicos e antroponímicos, que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista”.

<sup>11</sup> Sobre a importância dos topônimos v. SALAZAR-QUIJADA, 1985, p.29-50.

**b.) importância jurídica:** ressalta-se que a imprecisão de nomes geográficos em propriedades públicas e privadas pode levar a sérios problemas de ordem legal. Se os limites de uma propriedade não estiverem sustentados por uma base toponímica clara e firme, ela se encontra em situação de problema de difícil solução;

**c.) importância geográfica:** por meio dos topônimos, identificam-se acidentes naturais e culturais, pois os geógrafos necessitam conhecer em detalhes a geografia física, a geografia humana, a geografia regional e urbana. Os topônimos são vitais para a área espacial por relacionarem o homem ao ambiente. Assim, para a geografia, eles constituem pontos de partida para numerosas investigações;

**d.) importância histórica:** um topônimo é um dado histórico por meio do qual um historiador pode reconstruir a cultura de um povo: sua economia, seus movimentos migratórios, aspectos lingüísticos e aspectos da vida social e espiritual das pessoas que habitam ou habitaram uma região. A toponímia indígena, numa zona onde esses grupos têm desaparecido, permite, conjuntamente com os restos arqueológicos, abordar estudos para o conhecimento histórico de antigos habitantes de uma área geográfica;

**e.) importância folclórica:** várias são as influências toponímicas feitas pelos povos em suas manifestações folclóricas. Os topônimos aparecem em inúmeras produções literárias e expressões culturais (nomes de acidentes geográficos, Estados e cidades fazem-se presentes em músicas e poemas);

**f.) importância político-administrativa:** a toponímia é também de suma importância para as atividades político-administrativas, uma vez que permite fixar as referências dos limites de um município, distrito, Estado e até limites internacionais. A política cadastral de arrecadação de impostos fundamenta-se em referências toponímicas, já que os topônimos permitem situar as propriedades públicas e privadas, diferenciá-las e demarcá-las com precisão. Um descuido na correta escritura de sua localização pode ocasionar sério inconveniente para o cadastro nacional;

**g.) importância lingüística:** um dos principais fundamentos da toponímia está ligado à explicação etimológica dos topônimos e nesse sentido está intimamente ligada à Lingüística. De fato, a toponímia é um fenômeno lingüístico aplicado a fenômenos geográficos. O homem, pela sua fala, designa e diferencia cada um dos fenômenos geográficos e culturais ao seu redor. O lingüista, ao estudar os nomes geográficos antigos e históricos, pode chegar a conclusões importantes, ao obter nomes geográficos aborígenes e com sua conseqüente análise etimológica proporcionar à História valiosos dados de reconstrução do passado;

**h.) importância patrimonial:** por ser acervo cultural de um país, a toponímia deve ser considerada patrimônio nacional. Todo país anseia ressaltar seus valores pátrios: sente-se orgulho do nome do país, do Estado e do município. Esses topônimos, produto histórico de conquistas e colonização, particularizam seus moradores do resto do mundo;

**i.) importância viária:** essa importância é conhecida por um sem número dos que viajam através de estradas e percorrem os rincões no território. É por meio da toponímia, nos mapas, que os viajantes se orientam determinando a origem e o destino de sua viagem. Há avisos e letreiros com nomes de localidades para orientar o usuário, sendo esta sua aplicação mais prática;

**j.) importância social:** topônimos podem ter um significado afetivo essencial para os habitantes de uma comunidade e assim uma pessoa estranha não pode entendê-lo inteiramente. Para os habitantes de uma determinada localidade não é cabível alterar nomes usados em honra a pessoas proeminentes da história local, em memória de fatos históricos e do cotidiano. Erros em ortografia e pronúncia do nome da localidade podem ocasionar situações constrangedoras, pois há um sentimento social de orgulho pela associação do topônimo com o lugar que designa. Da mesma forma, é arbitrário que se altere um topônimo sem que seus habitantes permitam. O topônimo é para o lugar o que o nome próprio é para a pessoa, não se muda sem o consentimento da própria pessoa.

Frente ao exposto, pode-se acrescentar que, apesar de o signo toponímico estar inserido entre os demais signos do sistema lingüístico, há algumas particularidades que o diferem dos demais nomes próprios, pois o topônimo além de designar, significa, e mediante o estudo da sua estrutura, podem-se obter dados da realidade regional (históricos, políticos, econômicos e sócio-culturais). Há ainda, outro aspecto de relevância que é a questão da presença da motivação que geralmente é estimulada pela realidade circundante e valorizada pelo denominador no ato de nomeação.

### 2.3 O TOPÔNIMO E A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA

A ação de nomear as coisas sempre esteve presente na história da humanidade. Anteriormente a uma geografia humana (país, Estado, município, distrito, bairro) existiu uma geografia física com características específicas, de acordo com as

particularidades locais (hidrografia, orografia, vegetação). Juntamente com os elementos físicos há também os elementos de ordem sociocultural influenciando e determinando a vida do homem nesse ambiente.

Segundo Salazar-Quijada (1985, p. 08-09),

o mais antigo tesouro da lingüística e de outras realidades que não hajam prescrito, encontram-se na toponímia. Os nomes de muitos acidentes geográficos de todo o mundo provêm de épocas nas quais, o homem não conhecia a escritura e nenhuma de suas formas. Estes nomes chegaram a nós por tradição oral.

Ou seja, o homem não inventa rios, mares e montanhas, pois nasce em meio a esses lugares que estão lá há muito tempo:

a nomeação de lugares sempre foi exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana. Obras antigas da história e da civilização mundiais colocam essa prática como costumeira, ainda que distinta, em certos pontos, do processo denominativo vivido modernamente. O livro sagrado dos cristãos reflete uma coletânea singular de nomes, topônimos e antropônimos dos mais antigos noticiados, segundo a cosmovisão dos primitivos hebreus. Nos versículos iniciais do Gênesis, por exemplo, despontam acidentes geográficos, nomes de rios, os primeiros conhecidos com suas nascentes no jardim que se chamou Éden (DICK, 1990b, p.05).

Nesse sentido, dizer que a “toponímia reflete de perto a vivência do homem enquanto membro do grupo que o acolhe nada mais é que reconhecer o papel por ela desenvolvido no ordenamento dos fatos cognitivos” (DICK, 1990a. p, 19).

Percebe-se também, que ao utilizar-se de sua capacidade lingüística para nomear os lugares, o homem estabelece algumas relações: primeiro consigo próprio, ao demonstrar conhecer a realidade circundante e utilizar-se de seu conhecimento para designar um local; e depois com seus interlocutores, pois, através do topônimo por ele usado, transmite, com maior exatidão, o real significado que lhe atribuiu.

Diante desse fato, acrescentam-se as palavras de Dick (1990b, p.81) para quem o topônimo “não é um signo lingüístico especial, mas ao contrário, um designativo vocabular comum, acrescido, porém, da função específica de identificação dos lugares” que, ao ser manipulado pelo denominador, configura-se como signo lingüístico enriquecido que

reflete os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, históricos, físico-geográficos, humanos, biológicos, enfim, de todas as forças sociais atuantes no momento em que o homem realiza a nomeação de um lugar.

Logo, apenas o emprego dos signos lingüísticos é que se torna especial nas ciências onomasiológicas: ou, em outras palavras, a “função significativa dos mesmos é que se diferencia quando a toponímia os transforma em seu objeto de estudo” (DICK, 1990b, p.16).

A questão da definição de signo lingüístico tem-se constituído, ao longo do tempo, nas mais diferentes culturas, numa grande preocupação para os estudiosos da Filosofia, da Lógica e da Lingüística, gerando discussão, tanto no que diz respeito à sua definição, quanto às classificações propostas e quanto ainda à denominação utilizada. Dentre os termos apresentados pelos diferentes estudiosos para a definição de signo têm-se, por exemplo: sinal, índice, ícone, alegoria.

Saussure (1970, p.80), reconhecido pelo seu caráter metodológico, foi o primeiro lingüista a formular uma teoria concreta para o signo lingüístico. Conforme o estudioso, “o signo lingüístico une não uma coisa a um nome, mas um conceito e uma imagem acústica”. Nessa perspectiva, ele considera a língua como sistema de signos, cada elemento com duas faces – conceito e imagem acústica - e alia as duas variáveis à função sígnica, ou seja: significante – que se realiza no plano da expressão e significado – que se realiza no plano de conteúdo. Desse modo, o signo se configura na interação do sentido com a imagem acústica.

Nas pesquisas de Saussure, além dos elementos significantes e significados, destacam-se duas características primordiais do signo: a arbitrariedade e a linearidade. Para o autor, o signo é arbitrário porque não tem com o significado nenhuma ligação natural na realidade. E mais, não exclui totalmente que o signo lingüístico possa ser “parcialmente” motivado, pois “[...] apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervêm um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: *o signo pode ser relativamente motivado*” (SAUSSURE, 1970, p.154) (grifo nosso).

Em seus estudos sobre significação, Pierre Guiraud (1973, p.35), conceitua o signo como: “um estímulo – isto é, uma substância sensível – cuja imagem mental está associada no nosso espírito à de um outro estímulo que ele tem por função evocar com vista a uma comunicação”. Dessa consideração apresentada, pode-se inferir que o signo está ligado a algo que substitui ou representa as coisas, ou seja, a realidade.

No estudo da motivação do signo toponímico, Dick (1990a, p.33), não desconsidera a relação que Saussure faz de significado/significante, mas descarta a possibilidade da existência de signos imotivados (signos completamente desvinculados do significado), e mais, que a arbitrariedade em língua diz respeito ao significante imotivado que é completamente desvinculado do significado.

No entanto, para a pesquisadora, ao aplicar o mesmo princípio à toponímia, nota-se uma diversidade de aspecto:

o elemento lingüístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada (DICK, 1990a, p.34).

Ainda conforme Dick, embora o topônimo em sua estrutura seja

uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se no ato de batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo (DICK, 1990b, p.18).

A motivação é, pois segundo a estudiosa, característica do signo, podendo-se falar em duplo aspecto da motivação toponímica: o primeiro aspecto é a intencionalidade, que anima o denominador, em um processo seletivo, para escolher um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico. O segundo diz respeito à origem semântica da denominação, isto é, ao significado que ela evidencia, seja ele transparente ou opaco. A intencionalidade e a origem semântica da denominação, enquanto modalidades da motivação toponímica configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da toponímia e acabam influenciando na formalização das taxionomias dos nomes de lugares.

Nessas circunstâncias, o signo lingüístico em função toponímica, ao representar a projeção aproximativa do real, torna clara a natureza semântica do seu significado. Poder-se-ia dizer que há uma relação unívoca entre os termos implicados que traduzem referências de cor, forma, tamanho, constituição natural, como em rio Grande, rio Pequeno, ribeirão Preto, córrego Branco, riacho Fundo, lagoa Rasa, ilha Comprida, aldeia Velha, Vila Nova, entre outros (DICK, 1990b, p.19). (grifo nosso)

Observa-se que, nos exemplos citados, os topônimos se aproximam do conceito de ícone ou de símbolo, sugeridos pela própria natureza dos acidentes nomeados, pondo em relevo outra das características do onomástico toponímico: a indicação precisa dos aspectos físicos ou antro-po-culturais contidos na denominação (DICK, 1990b, p.18-19).

Dentro de uma teoria de comunicação toponímica, o objetivo deveria ser não apenas identificar acidentes a partir de um nome, mas sim analogicamente, empregar-se uma técnica discriminativa que os precisasse em sua situação geográfica. Parece não haver dúvida que tal nomenclatura atenderia, de maneira hábil, a esses fundamentos e, por meio desses recursos, “a mensagem emitida e consubstanciada no nome a ser interpretado atingiria plenamente os receptores” (DICK, 1990a, p.40).

Dick (1990b, p.120) lembra também os designativos indígenas que muito contribuíram para o enriquecimento de nosso idioma e sempre exerceram fundamental importância na toponímia brasileira. Na reconstituição dos topônimos brasileiros, pode-se perceber nesses onomásticos um modo autêntico e espontâneo de individualizar os acidentes da terra, numa frequência que atinge milhares de nomes.

Desse modo, é perceptível na toponímia brasileira a existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena como ‘Botucatu’ (bons ares, bom clima), ‘Catanduva’ (abundância de cerrados), ‘Paraíba’ (rio ruim, imprestável ou inavegável) entre outros (DICK, 1990a, p.45).

Nesses topônimos percebe-se que o indígena nomeou os acidentes geográficos estimulado pela realidade e pelo quadro ambiental em que vivia. Neste sentido, Aguilera (1999, p.125) atesta que a nomeação dos acidentes geográficos não é feita aleatoriamente pelo homem. Ao contrário, o denominador a faz “movido por alguma impressão sensorial e/ou sentimental que o acometa no momento da denominação”.

Várias são as teorias para estabelecer e fixar a origem da motivação e a natureza dos motivos. Para George Mouly (1970 apud DICK, 1990a, p.47) o motivo da denominação de um lugar pode vir de fontes diversas, pois, como esclarece, “o termo motivo é frequentemente empregado para abranger tanto as condições internas, quanto os padrões apreendidos de comportamento, através do qual procura satisfazer suas necessidades”, e envolve uma complexa interação das “condições do indivíduo e do ambiente total em que se encontra”.

Acresce-se ainda que, consoante Dick (1990b, p.18), a motivação toponímica apresenta duplo aspecto que pode transparecer em dois momentos. O primeiro na intencionalidade de denominador, quando se percebe o motivo que o levou a escolher, entre

tantos, o nome específico para o lugar. Já o segundo é pela “própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas”.

Percebe-se que independentemente da terminologia adotada - símbolo ou ícone - a idéia de que o signo lingüístico é em sua origem sempre motivado não é contestada. Há certa unanimidade entre os estudiosos da área semântica a respeito do caráter motivador do signo lingüístico.

Também esta pesquisa esta fundamentada na tese de que o signo toponímico é motivado e que essa motivação é originada de fatores extralingüísticos, ou seja, considera-se que a realidade circundante influencia o processo de nomeação dos lugares.

## **2.4 CRONOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS ESTUDOS TOPONÍMICOS**

A prática da nomeação dos lugares sempre foi exercida pelo homem e tem importância vital para o ser humano. Dick (1990b, p.01-03) apresenta, em suas pesquisas, as considerações a seguir sobre a evolução histórica da Toponímia até chegar à sistematização da disciplina.

Na verdade, a Toponímia começou a ser considerada disciplina autônoma em 1878 na França, a partir dos estudos de August Longnon e do curso, por ele ministrado, na École Pratique des Hautes-Études e no Colégio de França. Após sua morte, alguns de seus discípulos publicaram, em 1912, a obra *Les Noms de Lieu de France*, baseados no curso ministrado por Longnon.

Os estudos onomásticos foram retomados, na mesma escola, em 1922, por Albert Dauzat, um dos discípulos de Longnon, que fundou, uma década depois, a *Revue des Études de Toponymie* com uma bibliografia crítica, região por região, das fontes e dos trabalhos publicados que incluíram pesquisas dos historiadores, geógrafos e lingüistas europeus sobre nomes antigos de lugares.

Além desse importante trabalho, Dauzat organizou, em 1938, o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, do qual participaram representantes de vinte e um países, propondo para esses estudos: realização periódica de Congressos Internacionais de Toponímia e Antroponímia; organização de uma Sociedade Internacional de Toponímia e Antroponímia; criação, nos países que não possuíssem, de departamentos oficiais para a

elaboração de glossários de nomenclatura geográfica; sistematização dos processos de pesquisa.

No continente americano, têm-se interessantes estudos voltados para a Toponímia. Na América Setentrional destacam-se os trabalhos realizados no Canadá e nos Estados Unidos, principalmente, porque esses países possuem órgãos especializados para a pesquisa e para a divulgação dos resultados das pesquisas toponímicas. Nos Estados Unidos, há a revista “*Names*”, publicação oficial de “*American Name Society*”, fundada em 1951, em Detroit, que conta com a colaboração de George Stewart, reconhecido estudioso da Toponímia pela publicação “*A Classification of Place Names*” (1954). Nessa obra o autor apresenta “os mecanismos pelos quais os lugares são nomeados, apontando, deles, nove categorias discriminativas” (DICK, 1990b, p.02). No Canadá, há desde 1966, o “*Grupo de Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica*”, ligado ao Departamento de Geografia da Universidade de Laval, Québec.

Ainda conforme Dick (1990b, p.03), na Europa russa, Pospelov, fazendo uma retrospectiva da toponímia da antiga União Soviética, cita três modelos de orientação seguidos pelos pesquisadores, salientando uma maciça produção na área. Entre os centros de língua, nos quais funcionam *Comissões Toponímicas*, cita o *Instituto de Lingüística da Academia da Ucrânia* e a *Sociedade Geográfica Russa*.

Os estudos sobre nomes geográficos são recomendados desde a década de 1960, pela ONU, que necessita de uma cartografia precisa com a normalização da ortografia dos topônimos. Já em 1970, no Peru, fundou-se o *Instituto de Investigações Toponímicas*; o Panamá, em 1972, publicou uma parte do *Dicionário Geográfico*, compreendendo topônimos das quatro primeiras letras do alfabeto (ALBINO, 2004, p.17-18).

Com relação à África, foram analisados estudos toponímicos como: a) forma de registro dos topônimos nativos devido à heterogeneidade lingüística; b) apanhado geral sobre a toponímia Sul-Africana; c) toponímia bérbere (sic) no Saara Ocidental; d) toponímia Marroquina e Grãfia; e) formação dos nomes dos berberofones do Marrocos. Na Turquia estudou-se a influência dos topônimos da Ásia-média sobre a Ásia-menor, por força da migração (Mehmet Erüz); além da relação entre toponímia e vida social (Amiran Kurtkan). (DICK, 1990b, p.03)

Na Venezuela, o antropólogo Salazar-Quijada (1985 apud ALBINO, 2004, p.18) afirma que não há em seu país, do ponto de vista legal, nenhum organismo encarregado de oficializar a cartografia dos nomes geográficos e nem há critérios objetivos para designar nomes e acidentes ou outros elementos naturais e culturais.

O referido pesquisador propõe uma classificação que considera cinco aspectos dos topônimos: seus elementos; sua extensão; sua localização; sua aplicação e seus motivos.

## **2.5 TOPONÍMIA NO BRASIL**

No Brasil, apesar de durante muito tempo os estudos toponímicos terem sido relegados a um segundo plano, temos obras importantes e significativas que merecem registro. No princípio, os estudos sobre toponímia enfatizavam os topônimos de origem tupi.

Dentre estes, destaca-se a obra clássica de Theodoro Sampaio (1928), “O Tupi na Geografia Nacional”. A referida obra apresenta orientações significativas para pesquisas dessa natureza. Além de conter vocabulário, com sólida etimologia sobre a língua tupi, traz comentários a respeito do predomínio do tupi na geografia nacional e apresenta também um resumo sobre a gramática desta língua.

A obra de Sampaio mereceu o reconhecimento de Levy Cardoso, pela grandeza das investigações e pela seriedade das análises a que os vocábulos foram submetidos na determinação de sua etimologia: “esse trabalho foi sem dúvida um dos grandes marcos a assinalarem, na literatura brasílica, um momento histórico” (CARDOSO, 1961, p.323).

Cardoso publicou, em 1961, a obra “Toponímia Brasílica”, que difundiu a etimologia de alguns topônimos brasílicos da Amazônia, notadamente os de origem caribe e aruaque. À época o autor lamenta que um plano sistematizado, que abranja, em seu estudo, as diversas zonas do território brasileiro ainda não foi tentado, o que só seria possível mediante a participação da “instituição mais indicada, pela seriedade que imprimiu aos seus trabalhos, do que o prestantíssimo Instituto de Geografia e Estatística, para a realização dessa imensa obra de brasilidade” (CARDOSO, 1961, p.315).

Outro trabalho a respeito da toponímia brasileira e que merece ser lembrado é o de Carlos Drumond que, ao publicar em 1965, “Contribuição do Bororo à Toponímia Brasílica”, salienta que entre os estudos brasileiros um dos mais negligenciados era, sem dúvida alguma, o referente a nome de lugares. Destaca ainda a posição da toponímia no Brasil que, segundo ele, não usava métodos apropriados para a descrição dos topônimos, consistindo-se em listagens de nomes indígenas, acompanhadas ou não de um significado.

Dick (1990a, p.21) resgata o pensamento sobre aspectos importantes na análise dos fatos toponímicos, como:

a história das transformações dos nomes de lugares; a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens; o seu desaparecimento; a sua relação com as migrações, a colonização, os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo; os nomes inspirados por crenças mitológicas visando algumas vezes assegurar a proteção dos santos ou de Deus, seriam deixados de lado pelos estudiosos.

A pesquisadora destaca que o fato desses aspectos serem “deixados de lado pelos estudiosos”, levou Drumond a “concluir com pessimismo que, na realidade, não possuímos ainda toponimistas” (DICK, 1990a, p.21). (grifo da autora)

Disciplina antiga, a Toponímia viu-se, quase sempre, relegada no país, a um plano secundário, no conjunto das matérias afins, como História, Geografia, Ciências Sociais, por exemplo, às quais empresta subsídios valiosos (DICK, 1990a, p.19).

A Toponímia, enquanto disciplina científica, em função de uma estrutura curricular oficial, é ministrada regularmente, no território brasileiro, apenas na Universidade de São Paulo. Hodiernamente, pode-se contar com os estudos abrangentes e sistematizados realizados pela professora Dr<sup>a</sup>. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, dessa Universidade, que há mais de vinte anos dedica-se às pesquisas toponímicas.

Seu trabalho, como proponente do ATEB – Atlas Toponímico do Brasil e do ATESP – Atlas Toponímico de São Paulo, inspirou a outros pesquisadores, surgindo as variantes regionais ATEPAR – Atlas Toponímico do Paraná e ATEMS – Atlas Toponímico do estado de Mato Grosso do Sul, os quais contribuirão para a confecção do primeiro Atlas Toponímico do Brasil.

Dentre os trabalhos da professora Dick, destaca-se “*A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*”<sup>12</sup>, tese de doutorado defendida em 1980, em que a autora apresenta resultados sobre particularidades da toponímia no Brasil; sólidos princípios teóricos da disciplina e o modelo taxionômico para a classificação dos topônimos.

Outra obra valiosa da pesquisadora é “*Toponímia e Antroponímia no Brasil – Coletânea de Estudos* (1990)”, que reúne importantes artigos sobre as disciplinas onomásticas, Toponímia e Antroponímia. A pesquisa de Dick enriquece, sobremaneira, os estudos toponímicos e pode ser considerada a de maior importância sobre o assunto no Brasil,

---

<sup>12</sup> A versão consultada para esta pesquisa é de 1990.

por mostrar uma abordagem teórica profunda, subsidiada por vasto conhecimento de obras relativas à área toponímica. Seu trabalho constitui fonte de pesquisa fundamental para quem deseja especializar-se neste campo de estudo, por revestir-se de qualidades estruturais e científicas inovadoras.

De acordo com Dick (1990b, p.iv), “a toponímia do Brasil não é um todo homogêneo. Apresenta configurações que remontam, em suas origens, às várias famílias indígenas que habitaram e/ou habitam o País”. Com uma maior contribuição do tupi (Carimã - PA, Arapongas - PR); ao lado deste surge em parcelas menores outras como aruaco (Juína - MT); caingangue (Goio-Erê - PR) e bororo (Adugori). Outra contribuição na língua nacional, especificamente na formação dos topônimos, embora quantitativamente menor foi do africano (Loanda - PR, Quilombo - MG); e em proporção mais restrita, ocorrem topônimos de natureza estrangeira: do japonês (Assaí – PR); do francês (Xambrê - PR); do espanhol (Astorga – PR) e do alemão (Nova Friburgo - RJ)<sup>13</sup>.

Nesse sentido, o estudo toponímico no Brasil comporta considerações referentes não somente aos nomes de origem portuguesa, mas também aos dois outros adstratos lingüísticos existentes, o indígena e o africano, além do moderno contingente de nomes resultantes da imigração européia. Em cada uma dessas camadas línguotoponomásticas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento humano que as define.

Destaca-se ainda no Brasil, de acordo com Albino (2004, p.24), “a pesquisa de Staub (1986) sobre a formação dos topônimos de Santa Cruz do Sul (RS), analisando os inúmeros topônimos germânicos que constam do mapa que Gaspar Bartolomay, então prefeito municipal, mandou elaborar em 1922”. Afirma ainda que, segundo Staub, os topônimos de Santa Cruz são provas palpáveis da presença alemã na localidade e que nomes dados a localidades formavam justapostos híbridos (um constituinte alemão e um português): Alte Pikade (Picada Velha), Linie Shweren (Linha Shwerin), e que não existe município, em todo Rio Grande do Sul, que tenha sofrido maior influência alemã na formação de topônimos do que a comunidade de Santa Cruz do Sul.

Ainda sobre a toponímia do Brasil, ressalta-se também a tese de doutoramento da professora Aparecida Negri Isquierdo, “*O Fato Lingüístico como Recorte na Realidade Sócio-cultural*” (1996), que apresenta um estudo do léxico dos seringueiros do Estado do Acre, incluindo a toponímia dos seringais, onde acrescenta que:

---

<sup>13</sup> Os exemplos acima citados se encontram em Dick (1990 b, p.38, 122, 123, 135, 147). Aqueles que pertencem ao Estado do Paraná foram retirados de Almeida (2004, p.04)

sendo o topônimo um signo similar aos demais signos do sistema, está sujeito às mesmas leis que regem todas as outras unidades da língua. O estudo do signo toponímico pode fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história de uma região. Tal fato se justifica porque a dinamicidade ou não de um léxico está intimamente relacionada com as mutações ocorridas nesses diferentes fatores da história de uma comunidade (ISQUERDO, 1996, p.91).

Organizados em campos lexicais, a autora analisa os topônimos, conforme os traços semânticos comuns entre eles. Destaca-se que Isquierdo, a partir de 1999, iniciou os estudos sobre a toponímia do estado do Mato Grosso do Sul.

A partir de sua orientação, citam-se dentre outros, o trabalho de Scheneider (2002), “*Um olhar sobre os caminhos do Pantanal sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos*”, que analisou os topônimos referentes aos nomes de acidentes físicos (baías, corixos, córregos, vazantes entre outros formadores da geografia pantaneira) e o de Dargel (2003), “*Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do bolsão sul-mato-grossense*” que priorizou o estudo nos nomes dos acidentes físico-geográficos da região do Bolsão sul-mato-grossense (BSM) localizado a leste e ao norte do estado do Mato Grosso do Sul.

Entre os trabalhos mais recentes sobre toponímia brasileira, destaca-se pela importância o estudo realizado em Minas Gerais por Ramos e Venâncio, “*Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa*”. O artigo objetivou “identificar critérios adotados na escolha dos nomes das localidades, tendo em conta permanências e substituições”, e “propor uma tipologia de base sócio-histórica para topônimos mineiros”. O *corpus* analisado se compõe de duas amostras: i.) nomes de cidades mineiras ao longo dos séculos XVIII e XX; ii.) nomes oficiais e populares de favelas de Belo Horizonte (RAMOS e VENÂNCIO, 2002, p.113).

De acordo com os autores, o levantamento “vinculado à Secretaria de Assuntos Fundiários de Minas Gerais confirmou que dos 853 municípios mineiros, apenas 15% nunca sofreram alteração na respectiva designação”. O nome de personalidades históricas está presente em somente “61 localidades (7,1%)”, podendo-se afirmar que a “mudança de nomes de cidades mineiras estava, e ainda está, vinculada ao ‘apagamento’ de nomes religiosos. Na maior parte das vezes, isso ocorreu por meio da eliminação da referência ao santo padroeiro do lugar (Santa Rita de Cássia > Cássia; Santo Antônio de Coluna > Coluna)” (RAMOS; VENÂNCIO, 2002, p.115).

Segundo Ramos e Venâncio, em outro momento da história mineira, observava-se a substituição de nomes religiosos por topônimos que fazem referência ao poder real português (Caeté > Vila Nova da Rainha). Passado o período colonial, algumas designações religiosas foram substituídas em proveito de fatos ou de personagens da história brasileira (São João Del Rei > Tiradentes). O mesmo fator atingiu os nomes estrangeiros, que foram substituídos por nacionais (Filadélfia > Teófilo Otoni).

Com relação à adoção de designações indígenas, destacam que estão presentes em 9,9% das localidades mineiras. Já com os nomes de origem africana “houve um processo de apagamento da memória africana na toponímia mineira”. Citam também a tendência de apresentar rigor na grafia das palavras, mudança orientada pela lei de 1938 (Oberava > Uberaba) e o apagamento de nomes descritivos.

Os autores demonstram que a troca de nomes é sistemática, e pode ser vista nas etapas: nome descritivo > nome religioso > nome indígena > nome de pessoa > nome com sufixo – *polis* ou – *lândia*. Para eles, a ordenação mantém-se, apesar da trajetória nem sempre completa: “não encontramos nenhum nome de personagem ilustre que tenha sido substituído por nome descritivo, nem tampouco um nome terminado em *polis* que tenha sido substituído por um nome descritivo ou indígena” (RAMOS e VENÂNCIO, 2002, p.118).

Quanto às favelas, os nomes oficiais convivem simultaneamente com os nomes não-oficiais. O exame dos nomes das favelas “vai mostrar tendência semelhante àquela observada em relação aos municípios: o nome oficial apaga marcas da tradição popular. Das 154 favelas atuais, 43,9% têm dois nomes” (RAMOS e VENÂNCIO, 2002, p.119).

Na conclusão sobre o estudo dos nomes de localidades mineiras, os autores identificaram “uma sistematicidade decorrente do condicionamento por fatores sócio-históricos e a recorrência de um padrão, que é, de fato, um *continuum* que vai da ausência (quase) total do controle do poder público à presença desse”.

## 2.6 ESTUDOS TOPONÍMICOS NO PARANÁ

Em Londrina, a professora Dr<sup>a</sup>. Vanderci de Andrade Aguilera iniciou, em 1995, no curso de Especialização em Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Londrina, os estudos toponímicos, ao ministrar a disciplina de Dialetologia e Sociolinguística e chamar a atenção dos alunos para a ausência de estudos que envolvessem a toponímia, como

forma de apreender e interpretar as raízes e os processos históricos-políticos da denominação espacial paranaense.

A partir dessa iniciativa, vários trabalhos monográficos foram e continuam sendo realizados na área da toponímia paranaense, o que motivou a pesquisa sobre os designativos paranaenses e no futuro a concretização do Atlas Toponímico do Estado do Paraná – ATEPAR. O projeto “Pelos Caminhos do Paraná – Esboço de um Atlas Toponímico – ATEPAR”, inicialmente contou com dados do IBGE/91 (323 municípios), e na seqüência, o projeto “A Toponímia Paranaense, a partir de 92 - ATEPAR 2” envolveu os novos municípios emancipados a partir de 92, perfazendo um total de 399 cidades.

Encerrado recentemente em 30 de setembro de 2003, buscou-se com a realização do ATEPAR, sistematizar os topônimos paranaenses visando contribuir para uma pesquisa mais abrangente, o Atlas Toponímico do Brasil, que propõe um levantamento dos nomes geográficos etimologicamente ligados a estratos dialetais no sistema da língua falada do Brasil. O ATEPAR, por não contar com novos recursos nem com a prorrogação do projeto, apresenta, até o momento, uma proposta de cartografia das regiões Norte Pioneiro, Centro Oriental e Oeste, feita pelo colaborador professor Dr. João Antonio Leite Ramos.

Em artigo intitulado “A estrutura dos topônimos paranaenses”, Almeida (2000, p.01-03) destaca alguns resultados das pesquisas realizadas, apresentados na seqüência:

a- ) LIMA constatou que os hagiopônimos são freqüentes nas regiões mais novas, além disso, há a ocorrência dos hagiopônimos aparentes<sup>14</sup>, como acontece com Santa Mônica: o nome traz o “santa”, mas o histórico informa que é uma homenagem à filha de um dos primeiros colonizadores.

b- ) RAMOS considerou que muitos nomes dos municípios paranaenses foram mantidos, a partir de nomes indígenas já existentes em acidentes geográficos da região (Pitanga, Jaguariaíva); além disso, nomes indígenas designativos de plantas, animais e minerais também são aproveitados para nomear as cidades (Imbituva, “reunião de cipó”; Araruna, “pássaro preto”; Itaperuçu, “caminho da pedra grande”).

c- ) ALBINO destacou que os rios paranaenses são denominados, basicamente, a partir de suas particularidades mais marcantes: o volume das águas, o seu curso acidentado, a sua coloração, animais e vegetais que se encontram em suas margens,

---

<sup>14</sup> A denominação de hagiopônimos autênticos e aparentes foi criada por Lima (1998). Os hagiopônimos autênticos são os topônimos respaldados por um padroeiro homônimo; os hagiopônimos aparentes por sua vez, são aqueles de inspiração política, ou seja, motivados pela homenagem a pessoas influentes e/ou fundadores.

tudo pode ser causa de motivações toponímicas que acabam se consagrando. A pesquisadora observou que os principais rios receberam denominações de influência indígena, como: rio Ivaí (“rio das frutas”), rio Paranapanema (“rio inútil”), rio Paraná (“semelhante ao mar”), rio Iguaçu (“rio grande”), rio Piquiri (“rio dos peixinhos”), rio Tibagi (“rio do pouso”).

Já com relação à estrutura, Almeida (2000, p.01-03) destaca aqueles formados por um único nome, como Farol, Lobato, Cambé (lexia simples -172 ocorrências, cerca de 40%); por mais de um nome, como Rio Azul, Godoy Moreira, Lidianópolis (lexia composta); por um sintagma adjetival, como Pérola do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu (lexia sintagmática). As lexias simples podem apresentar constituintes de ordem diversa como o morfema flexional *-s* de plural (Jesuítas, Palmas, Pinhais) e morfemas derivacionais (Renascença, Londrina, Mandaguaçu).

Continua seu artigo destacando que, na análise mórfica, há uma única ocorrência de prefixo: *re-*, de origem latina, que indica “de novo”; assim, o nome Renascença surgiu na comunidade pioneira de Vargem Bonita que, após passar por períodos de dificuldades econômicas, sociais e por litígio agrário, pensou num “renascimento” da localidade.

E mais, a idéia de diminuição é acrescentada a bases substantivas, por meio dos sufixos *-ete* (Morretes), *-ita* (Pranchita), *-eja* (Sertaneja) e *-inho/inha* (Jacarezinho, Jataizinho, Mangueirinha, Matinhos, Quitandinha, Chopinzinho e Congonhinhas). A idéia de relação, pertinência está presente nos topônimos a partir do emprego de sufixos como *-ina* (Antonina), *-al* (Palmital), *-eiro* (Marmeleiro).

Já o sufixo *-dor* forma substantivo de verbo e designa agente, instrumento de ação; está presente em Mirador e Roncador. Por sua vez, Realeza apresenta sufixo *-eza*, que forma substantivo de adjetivo. O aumentativo é derivado do acréscimo do sufixo *-ão* a bases substantivas, como em Pinhalão e Barracão. Os sufixos de origem indígena também estão presentes, para indicar coleção, lugar e grandeza: Guaratuba, Iguaçu, Curitiba, Guarapuava.

Com relação à noção numérica, afirma serem poucos os topônimos: Dois Vizinhos, Quatro Barras, Três Barras do Paraná, Quarto Centenário e Quatro Pontes. As lexias adjetivais presentes são sempre positivas, como em Bom Sucesso, Balsa Nova, Terra Rica, Rancho Alegre. Algumas vezes o adjetivo é denotativo: Céu Azul, Ribeirão Claro, Campo Largo, outras, antecede o substantivo: Alto Paraná, Nova Londrina, Grandes Rios, dando ênfase à característica descritiva.

As locuções adjetivas podem ser agrupadas em três categorias: as que fazem referência à localização geográfica (Pérola do Oeste, Altamira do Paraná), as que têm por referencial um grande rio (São Jorge do Ivaí, Serranópolis do Iguaçu) e as que traduzem uma emoção ou uma particularidade regional (União da Vitória, São José dos Pinhais).

A análise revelou topônimos que são formados pelo processo de acronímia: Altônia derivou-se de Alberto Byington Júnior; Cianorte, da antiga Companhia de Terras Norte do Paraná e Ibema da Indústria Brasileira de Madeiras.

Em relação a outro padrão sintático têm-se topônimos formados por composição, Cerro Azul e Maria Helena; Paranacity (revela a junção de um radical tupi a um radical inglês); Miraselva (apresenta um verbo espanhol aglutinado ao seu complemento); Planalto e Lindoeste são decorrentes da aglutinação. Dois radicais *-polis* e *-lândia* têm-se mostrado recorrentes: Adrianópolis, Lupionópolis, Indianópolis, Sertanópolis, Matelândia, Rolândia, Cafelândia, Itaipulândia, Ramilândia.

Considerando a etimologia, especificamente dos nomes dos municípios paranaenses, predominam palavras da língua portuguesa. Observa-se que cerca de 15% dos designativos são de origem indígena: Kaloré (caingangue), Mandaguaçu e Cambé (tupi), Porecatu (guarani). Já nas lexias oriundas de línguas diversas tem-se o japonês (Assaí); o africano (Loanda); do francês (Corbélia); do italiano (Sabáudia, Colombo) e do espanhol (Astorga, Colorado, Miraselva).

Almeida (2000) finaliza seu artigo destacando que o banco de dados do projeto ATEPAR “contribui para que o binômio Homem-Linguagem seja enriquecido com uma visão multidisciplinar, com dados da História (Peabiru), da Mitologia (Fênix), da Psicologia (Nova Esperança) e da Religiosidade (Santa Amélia)”.

Entre os trabalhos realizados no curso de Especialização em Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Londrina podem-se citar os desenvolvidos: Santos (1996) “*Topônimos londrinenses: uma proposta taxionômica com base no motivo da denominação*”; Cardoso (1996) “*Especificidades da Motivação Toponímica na Microrregião de Campo Mourão*”; Francisquini (1996) “*O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos em treze municípios da microrregião de Paranavaí*”; Oliveira (2000) “*Esboço de um Atlas Toponímico*”; Albino (2002) “*A Substituição do Nome de Lugar: um ato essencialmente motivado*”; Moreira (2002) “*Toponímia dos mais novos municípios paranaenses*” e Zamariano (2004) “*Estudo da Toponímia de Londrina e Municípios Limítrofes*”, entre outros.

Dentre os trabalhos executados na área da pesquisa toponímica do Paraná, destaca-se a dissertação de mestrado realizada por Francisquini (1998) “*O Nome e o Lugar: uma proposta de estudos toponímicos na microrregião de Paranavaí*”. Seu trabalho envolveu

por meio de pesquisa “in loco”, o estudo dos topônimos de vinte e nove municípios da microrregião, no Noroeste Paranaense, que apresentou aspectos históricos, geográficos e econômicos da região; síntese do histórico de cada município e um glossário com os topônimos em ordem alfabética com suas respectivas etimologias, taxionomias e motivações.

Outra pesquisa bastante significativa no âmbito da toponímia paranaense é a dissertação de mestrado de Albino (2004) “*A relação da Hidronímia com a História social no Paraná: uma descrição diacrônico-contrastiva*” que focalizou o estudo dos topônimos relativos à rede hidrográfica do rio Iguaçu, constantes de dois mapas topográficos do século XIX (1876 e 1896) e 107 mapas municipais, elaborados a partir de 1980 disponibilizados pela SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná.

Também está em curso outra pesquisa no campo da toponímia paranaense, a de Hélio Costa Moreira, envolvendo o estudo toponímico de 22 municípios paranaenses que ficam localizados em antigas rotas dos tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas.

Percebe-se, a partir do exposto, que diferentes enfoques foram dados nos trabalhos realizados, constatando-se a interpretação de Dick (1990b, p.16) para a toponímia, como sendo um “imenso complexo línguo-cultural”, onde ao especialista da matéria abre-se um “amplo campo de investigação e não será pretensioso de sua parte objetivar o encontro de vinculações entre o nome de lugar e as características que subordinam o denominador à sua época”.

Acrescenta a pesquisadora que há um estreito vínculo entre o objeto denominado e seu denominador, levando assim a toponímia ao estudo do motivo das designações. Entende-se, ao observar as pesquisas realizadas sobre a toponímia paranaense, que

o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita relação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as suas próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida (DICK, 1990b, p.47)..

Assim, o mecanismo da nomeação, causado por influências externas ou subjetivas, transparece em topônimos das mais diversas origens e procedências.

Pode-se, por exemplo, por meio de um estudo dos topônimos paranaenses, encontrar ao Sul do estado, região caracterizada pelos pinhais de *Araucaria brasiliana* designativos como Pinhão, Araucária, Curitiba, Pinhal de São Bento; e ao norte e oeste, região ocupada pela cultura cafeeira, designativos como Cafeara, Cafelândia, Cafezal do Sul.

## **CAPÍTULO II**

### 3 A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE

#### 3.1 A HISTÓRIA PELA HISTÓRIA

O valor de um topônimo transcende, certamente, ao próprio momento do batismo, na medida que se presta a um fim utilitário – a identificação dos lugares. Mais evidente se torna esse aspecto, quando houver uma “adequação” entre o nome escolhido e o local por ele designado. Um topônimo que se revista de tais caracteres tende a se tornar insubstituível, no seio da comunidade, porque lhes exprime a “marca da história” (DICK, 1990b, p.207).

Se em um topônimo percebemos a “marca” da história, esta não pode ser descartada, uma vez que não representa somente o relato concatenado de um episódio qualquer ou de uma série de acontecimentos entrosados na evolução geral da vida humana. É também tudo aquilo que corresponde ao rastro deixado pela própria vida, e que permitirá a alguém, algum dia, reconstituí-la convenientemente, para pôr ao alcance do presente e do futuro, as lições do passado.

Cada geração tem, de sua cidade, a memória de fatos ou acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. Pierre Nora, em sua obra “Entre a Memória e a História” (1993 apud CANDOTTI, 1997, p.05), destaca que

a história e a memória seguem por caminhos diferentes: enquanto a memória detém-se na preservação das tradições, imagens, lugares, documentos e momentos que ficaram no passado, a história busca a desmistificação de todo esse arsenal acumulado por ela.

A história, para Nora, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais; diferente da memória, ela não conhece o absoluto, apenas o relativo. Ainda de acordo com o historiador francês, atualmente não existe mais memória, já que, para ele, a memória verdadeira se encontra presente apenas nas sociedades ditas primitivas, enquanto que nos outros grupos sociais há a história.

O autor afirma que nos dias atuais possuímos apenas lugares de “memória”<sup>15</sup>, conceito que propõe e remete aos espaços físicos ou simbólicos em que a sociedade e os homens de nosso tempo procuram voluntariamente construir memória. “O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação de dois fatores (simples e ambíguos; naturais e artificiais) que leva a sua sobre-determinação recíproca” (NORA, 1993, p.23). Para ele, lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações constituem-se em memoriais da história.

Para o pesquisador citado,

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...].A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no termo presente (NORA, 1993, p.09).

A idéia de Nora corrobora Foucault (1995, p.233) para quem:

a história, como se sabe, é efetivamente a região mais erudita, mais informada, mais desperta, mais atraente talvez de nossa memória, mas é igualmente a base a partir da qual todos os seres ganham existência e chegam à sua cintilação precária.

Assim sendo, deduz-se que a história enriquece as representações possíveis da memória, fornece símbolos e conceitos para que a sociedade pense sobre si mesma e sobre sua relação com o passado e fertiliza a memória, reativando as lembranças. A intersecção que há entre a Toponímia e a História permite que o campo de trabalho de ambas se sinta tocado de perto.

Enquanto a História facilita os segmentos dos processos, a Toponímia contribui para um melhor conhecimento dos fatos e dados que se mantinham mascarados nos nomes de lugar, tendo em vista que, muitas vezes, os topônimos podem ser as únicas evidências da presença histórica de grupos humanos em uma área geográfica.

---

<sup>15</sup> Lugares de memória: “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra: material (depósito de arquivos), simbólico (um minuto de silêncio) e funcional (manual de aula, testamento)”.

Pode-se afirmar que os topônimos paranaenses trazem consigo “marca” da história e da cultura de uma localidade, e revelam muito do passado histórico do Paraná. Assim, torna-se quase impossível relatar os topônimos do período de 1648 a 1853, sem se referir à História do Paraná. É fato que o processo de ocupação do território paranaense se deu em diferentes épocas e por diferentes povos, e o percurso da evolução histórica e esta diversidade contribuiu para o surgimento de vários municípios.

### **3.2 TEMPOS PRIMITIVOS DO TERRITÓRIO PARANAENSE**

Vestígios arqueológicos que se encontram no Museu Paranaense<sup>16</sup> mostram que as primeiras evidências de povoamento no atual território do estado do Paraná remontam a cerca de 8000 a.C. Foram populações que produziram os sambaquis fluviais do vale do rio Ribeira e as populações caçadoras coletoras do vale do rio Paraná.

Os sambaquis eram locais de acampamento de populações de caçadores – coletores que exploravam os recursos do litoral, onde ainda são encontrados restos alimentares, como conchas de moluscos, além de artefatos de pedra, osso, evidências de fogueiras, habitações e sepultamentos humanos.

Segundo Ferreira (1999, p.38), “de 1549 data a primeira notícia do litoral paranaense. A fonte é do alemão Hans Staden, aventureiro e tripulante de um navio espanhol que imprevistamente aportou em nossas praias, assolado por uma tempestade”. Para Martins (19-- , p.200), “desta notícia se infere que a parte norte da costa de Paranaguá em 1549, já era visitada por portugueses de São Vicente”. Portanto, deve-se aos vicentinos, que percorriam o litoral paulistano em busca de ouro, o início do povoamento do atual território paranaense.

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.pr.gov.Br/museupr/expolon1.html>. Acesso: 25 abr. 2003.

### **3.3 DISPUTA PELAS TERRAS BRASILEIRAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA**

Para Bastos e Silva (1992, p.10), no decorrer do século XV, o governo português direciona suas práticas comerciais para o Oriente, em virtude da atração representada pelas especiarias, que alcançavam altos preços no mercado europeu.

As atividades comerciais empreendidas pelos portugueses tornam-se muito dispendiosas, fazendo despertar o interesse pelas terras descobertas por Cabral, que funcionariam como um meio alternativo de obter novos recursos financeiros através da exploração. Essas terras pertenciam por direito de descoberta aos portugueses, e, durante os “trinta primeiros anos, Portugal enviou ao Brasil apenas algumas expedições exploradoras”, não havendo nenhuma atividade econômica que efetivasse a posse da terra, com exceção da exploração do pau-brasil.

Conforme atesta Martins (19-- , p.50), ao mesmo tempo, os espanhóis também iniciavam o reconhecimento da parte que lhes cabia do território brasileiro, segundo o Tratado de Tordesilhas, o qual fora assinado com o intuito de que os reinos de Portugal e Espanha não entrassem em guerra pela divisão das terras. O Brasil estava, nessa época, dividido por uma linha imaginária a partir do oeste das Ilhas de Cabo Verde, que, no sentido norte a sul, cortava aproximadamente desde o litoral cearense até a atual cidade de Laguna em Santa Catarina.

Desse modo, as terras a oeste pertenciam a Espanha e as do leste a Portugal. Essa linha foi denominada de Meridiano de Tordesilhas, nome derivado do Tratado de Tordesilhas, assinado em 07 de julho de 1494, acordo que estabeleceu normas e que “não foi, na prática, de nenhuma maneira obedecida” (MARTINS, 19-- , p.50). Assim, no século XV, a maior parte das terras brasileiras e principalmente do território paranaense, ficava sob jurisdição espanhola, cabendo a Portugal somente o litoral.

#### **3.3.1 Princípios da ocupação paranaense**

Como exposto anteriormente, as terras que formam o território paranaense, no início da colonização ficaram sob o domínio espanhol e restou a Portugal uma estreita faixa, que abrangia as capitânicas de São Vicente (doada a Martim Afonso de Souza) e Santo

Amaro (doada a Pero Lopes de Souza). Assim, as terras que compreendiam as doações feitas por D.João III (1521-1557), soberano português, em 1532 a Martim Afonso de Souza (donatário português), “marcou para os paranaenses o início de sua história regional” (ASARI, 1978, p.209).

Preocupado com a posse das terras que lhe pertenciam (no Paraná, região de Guairá), o governo da Espanha fundou algumas vilas. Em 1554, na margem oriental do rio Paraná, poucos quilômetros abaixo das antigas Sete Quedas (na região do atual município de Guaira), fundou-se a Vila de Ontiveros, com o objetivo de paralisar a penetração portuguesa na travessia do Peabiru (caminho indígena mais seguro para o litoral vicentino).

Em 1557, devido à precariedade da Vila e à hostilidade dos índios, os espanhóis transferiram a Vila de Ontiveros para três léguas acima, junto à foz do rio Piquiri, onde fundaram a Ciudad Real de Guairá (atualmente região do município de Terra Roxa). Em 1576, na confluência dos rios Corumbataí e Ivaí, criaram a Villa Rica del Espiritu Santo (região que abrange o atual município de Fênix e Parque Estadual de Vila Rica do Espiritu Santo).

O povoamento espanhol na região de Guairá estabeleceu a subordinação dos indígenas através das “*encomiendas*”<sup>17</sup> que eram formadas em terras concedidas pela Coroa espanhola a pessoas que quisessem morar naquelas terras, e pacificar e catequizar os índios. Na metade do século XVI, os índios guaranis revoltaram-se contra o sistema de encomiendas, pois os espanhóis transformaram-no em regime de escravidão.

Assim, nos primeiros anos do século XVII, o governo delegou a pacificação e conversão dos indígenas aos jesuítas que vêm para trabalhar e administrar as “reduções” (pequenos núcleos de povoamento). Com esta transferência e através da Carta Régia de 1608, criou-se a Província del Guairá nas terras ocidentais do Paraná (CARDOSO;WESTPHALEN, 1981, p.40).

Nos vales às margens dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri, Paranapanema e Iguaçu, apesar da forte oposição dos habitantes das províncias, efetivou-se o trabalho dos missionários da Companhia de Jesus<sup>18</sup>, com a instalação de treze reduções<sup>19</sup>. Segundo Wachowicz (2000,

---

<sup>17</sup> A palavra *encomienda* significa encargo, renda sobre um lugar; recomendação na língua espanhola. Isto quer dizer que os espanhóis deveriam cuidar dos índios e discipliná-los para o trabalho.

<sup>18</sup> Constituiu-se numa sociedade missionária que foi fundada em 1534 por Santo Inácio de Loyola. Seu objetivo primordial era a defesa do catolicismo diante da Reforma Protestante e também difundir-lo nas novas terras descobertas no Ocidente e Oriente. Ao Brasil, os primeiros jesuítas chegam em 1549, comandados por Pe. Manoel de Nóbrega. Em 1759 são expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, usando por pretexto o envolvimento dos jesuítas nos conflitos ocorridos na região do Guairá. A alegação é de que a organização tornara-se quase tão poderosa quanto o Estado, ocupando funções e atribuições mais políticas que religiosas. Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/vinicrashbr/principal/HistoriaDoBrasil.htm>. Acesso: 24 jun. 2003.

p.35), “o sucesso absoluto das reduções levantou temores dos luso-brasileiros de São Paulo”. Por conta desses temores, os bandeirantes paulistas<sup>20</sup> empreenderam ao território da Província de Guairá vários ataques, sendo o primeiro em 1618 e, a partir de 1629, resolveram acabar definitivamente com as reduções jesuíticas.

Os bons preços alcançados pelos indígenas capturados no mercado paulista, aliado ao fato de terem eles alguma instrução e certo conhecimento de algum ofício, favoreciam economicamente os bandeirantes, principalmente os comandados por Manuel Preto, Raposo Tavares e Fernão Dias, a invadirem as reduções, aprisionando índios.

A expulsão dos jesuítas e a destruição dos núcleos por eles construídos significaram a vitória dos portugueses na luta pela posse e conquista do território. Terminado o domínio espanhol em 1640, a região foi incorporada ao Brasil com a assinatura dos Tratados de Madrid (1720) e Santo Ildefonso (1777).

Apenas a título de ilustração, uma vez que a relação história e topônimos será retomada ao longo da dissertação, destaca-se aqui que a toponímia paranaense resgata o vivido/relatado acima nomeando municípios como Bandeirantes, Jesuítas e Santo Inácio. A denominação para o município de Bandeirantes se constitui em homenagem à atitude ousada e pioneira dos desbravadores da região (bandeirantes modernos), que chegaram em 1920 quando ainda era sertão bruto e habitado por povos indígenas da nação caingangue, enfrentando todo tipo de adversidade.

Já o topônimo Jesuítas homenageia os padres jesuítas espanhóis que desenvolveram o trabalho missionário na região; Santo Inácio, por sua vez, é homenagem ao passado histórico do lugar, numa referência à antiga redução jesuítica Santo Inácio Mini que, por volta de 1610, prosperou no território que hoje abriga o atual município de Santo Inácio.

Destaca-se ainda nesse período, de acordo com Albino (2004, p.36), o município de Fênix, pois este surgiu das ruínas da outrora Vila Rica de Espírito Santo, que, em 1732, foi sitiada, destruída e incendiada pelos bandeirantes. Assim “a reconstrução da cidade permite uma comparação à ave (fênix), que, segundo a mitologia, quando queimada renasce das cinzas”.

---

<sup>19</sup> Nossa Senhora do Loreto, Santo Inácio Mini, São Francisco Xavier, São José, Nossa Senhora da Encarnação, Santa Maria, São Paulo do Iniaí, Sete Arcanjos de Taioba, São Miguel, São Pedro, Conceição de Nossa Senhora dos Guanhamos, São Tomé e Jesus Maria (CARDOSO e WESTPHALEN, 1981, p.40).

<sup>20</sup> O bandeirantismo, responsável pela incorporação de cerca de 2/3 do atual território nacional à Coroa Portuguesa, pode ser dividido em duas fases: até meados do século XVII, as expedições dirigiram-se ao sul aprisionando indígenas para serem escravizados; desse período em diante seu interesse maior foi a busca de metais e pedras preciosas (COLODEL, 1988, p.13).

### **3.4 O PARANÁ: DA POSSE À TRANSFORMAÇÃO**

Convencionou-se, entre historiadores, geógrafos e topógrafos, dividir o estado do Paraná em três áreas histórico-culturais ligadas ao seu processo de ocupação e povoamento.

Wachowicz (2001, p.279-287) atesta que a primeira área corresponde ao que chamamos de “Paraná Tradicional”, que teve sua história iniciada no século XVII, com o ciclo do ouro descoberto pelos portugueses no Brasil: Iguape, Cananéia, Paranaguá e Curitiba; estruturou-se no século XVIII, com o surgimento das tropas e o trabalho campeiro na ocupação dos Campos de Guarapuava e Palmas; e mais tarde, no século XIX, com a chegada de imigrantes e as atividades extrativas da erva-mate e da madeira.

A segunda área, correspondente ao norte do Paraná, chamado de “Norte Velho ou Norte Pioneiro” surge com o fluxo de imigrantes (japoneses, italianos, sírio-libaneses) e migrantes (paulistas, mineiros) que vêm para povoar e explorar a floresta, seguindo até o final do século XIX e princípio do século XX com o início da produção cafeeira que abrangeu a região desde Jacarezinho até Paranavaí.

A terceira e última fase originou-se em meados da década de 1950, quando ocorre o deslocamento populacional chamado de “frente sulista” que ocupa o oeste e sudoeste paranaense. De um modo geral, a penetração populacional do território paranaense teve como finalidade básica ocupar o território e fundamentalmente baseou-se na atividade econômica. Os primeiros núcleos de povoamento estabelecidos no litoral com a descoberta do ouro iniciaram não só a posse e transformação do território, mas também a atividade econômica.

### **3.5 OS CICLOS ECONÔMICOS DO PARANÁ**

#### **2.5.1 A mineração**

A atividade de busca de minérios representa, talvez, o mais importante papel na história do Brasil, se nem sempre econômico, contudo de extrema relevância social e cultural. A busca por ouro e prata se justificava, consoante Liccardo *et al.* (2004, p.43), “à

medida que eram proibidos outros tipos de mineração, a produção de sal e a metalurgia, crimes estes puníveis muitas vezes com a morte”.

De acordo com os pesquisadores, as primeiras referências documentadas e comprovadas de extração mineral no Brasil estão no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que guarda um dos mais antigos documentos cartográficos referentes à Baía de Paranaguá. Sua confecção remonta ao ano de 1653 e nesse mapa já constavam as principais minas de ouro da região. Soares & Lana (1994) também publicaram uma coletânea de mapas, incluindo detalhes da Baía de Paranaguá citando as lavras existentes no ano de 1666<sup>21</sup>.

A exploração dessas jazidas trazia grande interesse à coroa portuguesa, pois, terminado o período de apresamento de índios, os paulistas continuaram, estimulados pelo rei de Portugal, a penetrar nos sertões em busca de ouro. Alguns bandeirantes resolveram caminhar para o sul, junto ao litoral, e, “entre 1570 e 1584, surgem as pequenas faisqueiras auríferas nas vizinhanças de Paranaguá” (ASARI, 1978, p.209).

Para a pesquisadora citada, as jazidas atraíram aventureiros em busca de ouro, vindos de Santos, São Vicente, Cananéia e São Paulo, que costearam os rios de Ararapira e Superagüi, entraram na baía e se alojaram na ilha de Cottinga, para posteriormente se transferirem para o continente, começando um núcleo de povoamento que se transformou na cidade de Paranaguá.

Gabriel de Lara, pouco antes de 1646, encontrou ouro nas encostas da Serra Negra e manifestou junto à Câmara Municipal de São Paulo a descoberta, garantindo assim o direito de ser guarda-mor das minas nas terras de cuja exploração fora encarregado. A consolidação do primeiro núcleo ocupacional paranaense deu-se em meados do século XVII (1646-1648), com a inauguração do pelourinho e com as eleições para a escolha das “autoridades da Vila” entre elas Gabriel de Lara, nomeado capitão-fundador.

Esse núcleo pode se considerado responsável em parte pela ocupação das áreas próximas à baía de Paranaguá, uma vez que a busca de ouro resultou na fundação de Antonina e Morretes. À medida que novas incursões eram feitas e que mais minas eram descobertas, novos núcleos populacionais iam surgindo e desses nascem cidades como São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul e, por volta da década de 1660, o povoado que mais tarde se transformaria na cidade de Curitiba.

No interior, a busca do ouro atingiu principalmente a vasta região do Assungui, Jaguariaíva e Tibagi e do planalto de Curitiba. Romário Martins (19-- , p.181-182)

---

<sup>21</sup> Este mapa será utilizado quando da abordagem dos topônimos do litoral paranaense.

fala em “longas explorações das famosas lavras de Itaimbé (Assungui), por ventura início da caça ao ouro no Brasil”. Ainda são mencionadas lavras em Arraial Grande (São José dos Pinhais), Campo Largo, Catanduvas, Canguiri, Uvaraporanga e Purunã.

Wachowicz (2000, p.62-63) cita, no litoral, as minas do Pantanal e Panajóias como sendo as mais produtivas e ainda menciona como também importantes as minas de Limoeiro, Marumbi, Uvaparanduva, Tagaçaba e Serra Negra. No Planalto de Curitiba a extração se destacou nas minas do Arraial Queimado (atual Bocaiúva do Sul), Botiatuva, Purunã, Atuba, Vilinha e Canguiri.

Para Boutin (1989, p.119), as décadas de 1720 e 1730 marcaram a decadência completa da extração mineral e os povoadores foram abandonando a zona montanhosa e seguindo para a zona do planalto. Esse período foi histórica e culturalmente marcante no Brasil – principalmente no estado do Paraná - e o final dele define inclusive as mudanças de rumo na economia local.

A região correspondente ao atual estado do Paraná, florescente nessa época, mergulhou no esquecimento ao final do século, uma vez que a descoberta do ouro em quantidades maiores em Vila Rica (Minas Gerais) e em seguida Cuiabá e Goiás deslocou o foco da febre do ouro. Esse fato movimentou grandes contingentes da população e condenou os povoados do Paraná ao abandono por várias décadas até um novo ciclo econômico, com a vinda dos tropeiros.

Embora os topônimos paranaenses não registrem, nos designativos dos municípios, relação com o ciclo da mineração, o mesmo não ocorre quando da denominação de ilhas, rios, como se observa com o emprego de “fisqueira” na nomeação de lugares do litoral paranaense.

De acordo com Ferreira (1988, p.288), “fisqueira” tem os significados de: 1. “lugar onde se encontram faíscas. 2. bras. Resto de cascalho que fica abandonado ao pé do barranco, nas catas trabalhadas; e “fiscador” é: “1. aquele que procura faíscas das minas; fisqueiro, garimpeiro. 2. bras. MG. Indivíduo que se ocupa na lavagem das substâncias auríferas nas margens e no álveo dos regatos e das torrentes”.

Uma análise dos topônimos designativos do litoral paranaense<sup>22</sup> possibilitou o resgate desse momento histórico nos nomes: rio Fisqueira (Antonina, Guaraqueçaba), morro da Fisqueira (Guaraqueçaba). Nesta pesquisa destaca-se arroio da Fisqueira (Ponta

---

<sup>22</sup> Zamariano, Márcia. “Percebendo a Toponímia do Litoral Paranaense”, comunicação apresentada no Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Marília/2001, publicada em Estudos Lingüísticos XXXI 2002.

Grossa), rio Faisqueira (Tibagi). Perpetua-se assim, na toponímia o ciclo inicial de nossa ocupação – do ouro.

### **3.5.2 O tropeirismo: comércio e criação de gado**

Para Martins (19-- , p.223-224), a partir de 1730, com a escassez de novos descobrimentos e com a queda na produção de ouro, uma economia complementar à atividade mineradora veio contribuir para a ocupação do território paranaense: a criação e o comércio de gado.

A frustração em relação ao garimpo, ocorrida no primeiro planalto paranaense por parte dos pioneiros da ocupação do território, encontrou, na criação de gado, uma alternativa de sobrevivência e sua posterior expansão para a região, denominada de “Campos Gerais”, com a pecuária extensiva.

Com o estabelecimento do caminho que comunicava os campos do Rio Grande do Sul desde Viamão até a tradicional feira paulista de Sorocaba, onde se comercializava gado bovino e muar, o território paranaense torna-se referência para as tropas. Os tropeiros, entrando no Paraná, paravam em pousadas para a recuperação dos animais, usufruindo das pastagens naturais das invernadas.

Segundo Wachowicz (2001, p.101-107), os primeiros caminhos terrestres, no atual território, tiveram sua origem com os indígenas, sendo depois utilizados pelos bandeirantes em suas expedições e pelos faiscadores de ouro, culminando, com o decorrer do tempo em caminho de tropas. Eram vários os caminhos existentes: o do Peabiru, da Graciosa, de Cubatão, de Itupava, do Arraial e de Sorocaba-Viamão. O caminho Sorocaba-Viamão, que até 1731, no Paraná era chamado de Estrada da Mata, foi usado por mais de 100 anos pelas tropas e tropeiros. De sua penetração e subsequente tomada de território criaram-se e organizaram-se vários pousos, invernadas e povoações, originando-se muitas cidades que existem atualmente nos Campos Gerais, como Jaguariaíva, Piraí do Sul, Lapa, Ponta Grossa e Castro.

A partir da década de 1860, de acordo com Cardoso; Westphalen (1981 p.56), o ciclo do tropeirismo entrou em declínio, após ocorrer à melhoria dos rebanhos da Província de São Paulo e a construção e prolongamento de estradas de ferro que substituíram o transporte feito em tropas.

Do ponto de vista toponímico, podem-se destacar as origens dos nomes de Mangueirinha, Campo Magro e Peabiru que remontam a esse período. A denominação Mangueirinha justifica-se a partir de uma pequena mangueira de gado e mulas, instalada por volta de 1870, à margem esquerda do rio Iguaçu.

Campo Magro deve-se ao fato de que, na época do inverno, quando os tropeiros transitavam pela região, o gado emagrecia devido às poucas pastagens verdes. Os pastos pareciam um campo minguido, ou seja, um campo magro (FERREIRA, 1999).

A denominação de Peabiru se deve ao caminho de Peabiru que, além de fazer parte da história de nosso estado, deu seu nome ao município, cujo território é atravessado em sentido leste-oeste por esse caminho. Segundo histórico enviado pelo município, o nome Peabiru é de origem tupi-guarani, e constitui-se de dois vocábulos: ‘pe’ que significa ‘caminho’ e ‘abiru’ que quer dizer ‘grande amassado’, formando-se então, “caminho grande amassado”.

Observe-se, por exemplo, que no município da Lapa, encontra-se o rio do Pouso, e em Palmas o córrego do Pouso Feio, nomes surgidos devido ao movimento dos tropeiros que percorriam toda a região, e uma alusão ao local de descanso nas longas viagens. A origem do nome relembra o movimento do tropeirismo, fator de fundamental importância na economia e povoamento do Paraná.

### **3.5.3 O ciclo da erva-mate**

Os bandeirantes, através de contatos com os indígenas das reduções de Guairá, foram os primeiros a trazer notícia e o hábito da bebida do mate, então chamada “congonha” (ASARI, 1978, p.220).

De acordo com Cardoso; Westphalen (1981, p.58), a erva-mate começou a se destacar na economia paranaense a partir de 1820, quando passou a ser comercializada regularmente com alguns países da América do Sul. A produção ervateira (concentrada nos ervais do alto Iguaçu) enfrentou inúmeras dificuldades para se desenvolver por se tratar de uma atividade extrativa em moldes rudimentares. Imaginava-se a erva produzida no Paraná de baixa qualidade e inferior à do Paraguai, tendo em vista ser este o maior produtor na época, o que interferia diretamente nos mercados compradores da produção paranaense.

Na evolução do ciclo da erva-mate paranaense, dois nomes se destacaram: por volta de 1820, D.Francisco Alzaray (argentino) ensina os produtores paranaenses outros métodos de comércio, técnicas do fabrico e beneficiamento. As ervaes passam a ser mais bem podadas; a secagem e trituração feita à moda paraguaia satisfazendo melhor o paladar platino e melhorando a qualidade da nossa erva. Outro colaborador foi o engenheiro Francisco Camargo Pinto, construtor das máquinas até hoje usadas no beneficiamento do mate (WACHOWICZ, 2001, p.131).

A Guerra do Paraguai (1864) facilitou o destino da exportação do mate brasileiro. Na queda do maior concorrente, o único a dispor de erva para abastecer os mercados passa a ser a nova Província<sup>23</sup>. Com o término da guerra em 1870, o Paraguai volta a fazer concorrência.

O ciclo da erva-mate foi um dos mais longos e produtivos da economia paranaense, “a cultura fez a Província, criou cidades, ampliou fronteiras, aparecendo como o produto de sustento da economia paranaense até praticamente o fim da República Velha com a Revolução de 1930” (FERREIRA, 1999, p.45).

Entretanto, a região de Guarapuava, que se desenvolveu neste ciclo, pois era possuidora de grandes reservas e produtora de erva bruta, não obteve benefícios nessa exploração, pois esta atividade extrativa não reteve capitais na região, não conseguindo fixar população e nem melhorar sua qualidade de vida (SILVA, 1997, p.04).

Enfim, a atividade ervateira introduziu o Paraná nos tempos modernos, uma vez que em 1853 existiam noventa engenhos de beneficiamento e a produção chegou a representar 85% da economia da Província. Concretiza-se como reflexo dos recursos oriundos da erva-mate o povoamento de cidades como Guaíra, Bom Jesus do Sul, Agudos do Sul e Chopinzinho entre outras.

A despeito da atividade condutora da economia exercida pelo ciclo da erva-mate no povoamento do Paraná, não há na nomenclatura dos municípios paranaenses, muita referência a essa erva. Apenas o município de Congonhinhas, traz em seu histórico<sup>24</sup> que “o nome originou-se de uma planta natural da região”. De acordo com Bueno (1989, p.167), congonha “é o nome vulgar de diversas plantas semelhantes ao mate”.

---

<sup>23</sup> Em 1853 a Comarca de Curitiba foi elevada à categoria de Província quando se desmembrou de São Paulo.

<sup>24</sup> Banco de dados do projeto ATEPAR.

### 3.6 A EXPANSÃO DO SUDOESTE PARANAENSE

Incluem-se, na região Sudoeste Paranaense, municípios de ocupação antiga, como Guarapuava, Palmas, Clevelândia, União da Vitória, Mangueirinha. Os Campos de Palmas e Campos de Guarapuava foram ocupados ainda na primeira metade do século XIX, por resultado de medidas oficiais.

Guarapuava foi criada por decreto do governo da Província de São Paulo em 1819; Palmas surgiu no final do século XIX por iniciativa do governo do Paraná e pela concessão de sesmarias destinadas à pecuária. No referido século, as atividades econômicas eram baseadas na extração da erva-mate, da madeira e da pecuária. A chegada em grande escala de catarinenses e gaúchos como peões das fazendas de Palmas e de Clevelândia colaborou para a ocupação da região.

Em 1916, com o fim da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, a região do Contestado<sup>25</sup>, no Sudoeste do Paraná, passou a ser região oeste de Santa Catarina. Muitos paranaenses que viviam nessa região recusavam-se a permanecer sob o governo catarinense, migrando para a área que pertencia ao Paraná. O governo do Paraná, preocupado em acolher essa população, funda a Colônia Bom Retiro, através do decreto 382, de 07 de maio de 1918, em terras de uma fazenda que lhe deu o nome. Com o tempo, a localidade passou a denominar-se Colônia Pato Branco e, posteriormente, Pato Branco.

Na aquisição de terras no sudoeste do estado, no início do século XX, vigorava o sistema de posse. A chegada de uma nova frente ocupacional colonizadora formada por sulistas (colonos gaúchos e catarinenses), pressiona o posseiro, que, não resistindo à oferta, desiste da terra, embrenhando-se no sertão à procura de nova posse (WACHOWICZ, 2001, p.181).

Na década de 1920, os terrenos da Colônia Pato Branco já estão ocupados. As regiões vizinhas de Vitorino, Enéas Marques, Renascença, Itapejara d'Oeste etc., foram ocupadas pelo sistema de posse.

Após a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas no poder, o Interventor do Paraná, Mário Tourinho faz retornar ao estado as terras do Sudoeste até a fronteira com Santa

---

<sup>25</sup> Denominação da luta armada verificada entre o Paraná e Santa Catarina (de 1912 a 1916), por questões limítrofes, bem como pela ocorrência das guerrilhas do Contestado, problema de ordem fundiária e social, provocado pelo choque entre os chamados “fanáticos” seguidores do monge José Maria, proprietários de terras, Companhias Concessionárias estrangeiras e polícias estaduais pela posse e propriedade da terra face ao estado de miséria e exploração dos caboclos da região (Cardoso e Westphalen, 1981, p.70).

Catarina, que haviam sido tituladas à Companhia Brasileira de Viação e Comércio – BRAVIACO. Com a intenção de colonizar a região, o governo Vargas criou em 1943, a Colônia Nacional General Osório – CANGO, a 60 km da fronteira na região entre Barracão e Santo Antônio. O objetivo maior da CANGO era atrair o excedente de mão-de-obra agrícola do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná.

A partir da década de 1930, há a reativação do processo ocupacional da região em virtude do cancelamento de muitas concessões; da concentração de esforços no estabelecimento das vias de comunicação e do movimento migratório intensificado de forma surpreendente. Assim, por iniciativa particular ou estatal, surgem, a partir de 1945, cidades como Goio-Erê, Manoel Ribas e Campo Mourão entre outras.

### 3.7 A EXPANSÃO DO OESTE PARANAENSE

De acordo com o historiador Colodel (1988, p.16), a história da ocupação moderna do Oeste paranaense “tem se apresentado aos historiadores com um balizamento temporal bastante nítido e que pode ser vislumbrado a partir da segunda metade do século XIX”. O grande acontecimento desse período é a deflagração da Guerra do Paraguai ocorrida de 1864 a 1870. Essa guerra nem bem havia terminado, e o Exército Imperial, preocupado com a localização estratégica da região, funda, em 1889, a Colônia Militar (hoje Foz do Iguaçu).

A penetração da região Oeste era de difícil acesso, e para alcançá-la seria através do rio Paraná; da estrada de ferro Guaíra - Porto Mendes ou da “picada” aberta que levava de Guarapuava à Foz do Iguaçu e que teve seu leito melhorado somente em 1920. No Oeste do Paraná, por mais de cinquenta anos, assentou-se um modelo de exploração que ficou conhecido pela história como “*obrages*”<sup>26</sup>, nas quais trabalhavam os “*mensus*”<sup>27</sup>. As *obrages* existiam unicamente para a exploração intensiva dos produtos (extração vegetal), e quando as

---

<sup>26</sup> *Obrages* nada mais eram do que imensos domínios rurais que se estabeleceram no Oeste Paranaense e também na porção sul do Mato Grosso. O termo é castelhano e vem designar as propriedades e/ou explorações instaladas onde havia predominância de paisagem de clima subtropical tanto na Argentina como no Paraguai. Foi nesses países, desde o início do século XIX, que as *obrages* surgiram (Colodel, 1988, p.24).

<sup>27</sup> Designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa *obraje*. O termo equivale-se a peão. O seu trabalho era pago mensalmente ou pelo menos sua conta era assim movimentada. Etimologicamente, a expressão vem do espanhol: *mensual*, ou seja, mensalista (Colodel, 1988, p.23).

reservas vegetais se esgotavam, eram abandonadas. Não havia por parte dos obrageros a preocupação de que a área por eles explorada fosse colonizada (COLODEL, 1988, p.23-24).

Os obrageros chegam ao Oeste quando as *obrages* que possuíam em terras argentinas começam a declinar. Vislumbram nas terras paranaenses a riqueza através da extração da erva-mate e da madeira em toras. Para o transporte das mercadorias, desenvolveu-se a navegação fluvial através do rio Paraná, instalando-se portos instáveis e perenes.

Em 1924, ocorre no Brasil o Movimento dos Tenentes ou Tenentismo, revolução militar que muito influenciou na vida político-econômica do Oeste Paranaense. A passagem e o combate das tropas revolucionárias no domínio das *obrages*, tendo por destaque Luís Carlos Prestes, libertou do trabalho servil os *mensus*. Após permanecerem cerca de oito meses no Oeste, as tropas deixam a região iniciando a história da Coluna Prestes.

Em 03 de novembro de 1930, com o decreto nº 300, o governo retoma as terras concedidas e tituladas a grupos econômicos nacionais e estrangeiros, abrindo o povoamento aos migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A década de 1940 revela-se como uma etapa de povoamento intensivo pelas companhias colonizadoras. Em 1946, através da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ<sup>28</sup> fez-se a venda de terras e o efetivo povoamento da região oeste. Sua sede era no atual município de Toledo.

A verdadeira corrente povoadora somente ganharia impulso a partir da década de 1940. O governo federal, querendo nacionalizar a região com um povoamento real e efetivo, cria sob a égide política de Getúlio Vargas a “Marcha para o Oeste”. Surge como forma de ocupação sistemática dos imensos “vazios demográficos e econômicos”.

Com a ocupação do Norte do Paraná, a população vinda dos estados de São Paulo, Minas Gerais e também do nordeste brasileiro, dirige-se para o Oeste, surgindo de sua ação povoadora municípios como Palotina, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Cafelândia. Os atuais municípios de Cascavel, Catanduvas, Guaraniaçu e Foz do Iguaçu foram fundados por uma rarefeita frente de colonização proveniente dos Campos de Guarapuava, das antigas colônias de imigrantes europeus. A importância na colonização da região pela MARIPÁ, ficou registrada na toponímia paranaense designando o município de Maripá, localizado no Oeste paranaense.

---

<sup>28</sup> Companhia privada de capital gaúcho.

### 3.8 A OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ

Nas últimas décadas do século XIX, estabeleceu-se a ocupação do norte paranaense, relacionada diretamente com a cafeicultura paulista, atingindo seu auge em meados de século XX (1940 – 1960). As primeiras tentativas de expansão rumo ao norte do Paraná existiram mais por razão militar que colonizadora, como foi o caso da Colônia Militar de Jataí e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo. A Colônia Militar tinha por objetivo a fiscalização do trânsito de mercadorias para o Mato Grosso e Paraguai. São Pedro de Alcântara e Jataí deram origem a Jataizinho e São Jerônimo deu origem a Araiporanga, posteriormente São Jerônimo da Serra.

Por volta de 1860, a expansão da cafeicultura paulista atinge os limites da Província do Paraná, estabelecendo-se nessa época, um núcleo urbano, denominado Colônia Mineira, atualmente Siqueira Campos. Esta colônia foi fundada em 1862 por Francisco José de Almeida, mineiro que foi para a região atraído pela fama das terras e que estimulou a migração de outros mineiros, os quais, sabendo da fertilidade das terras, iniciam as plantações de café.

Ferreira (1999, p.73) argumenta que o Norte do Paraná, definido pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri, foi dividido em três áreas segundo a época e a origem das colonizações: Norte Velho (Pioneiro), Norte Novo e Norte Novíssimo.

A primeira fase de ocupação que durou de 1860 a 1925, resultou no chamado Norte Velho, conhecido regionalmente por Norte Pioneiro, cuja área se estendia do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi. Neste período são fundadas as cidades de Wenceslau Braz, Tomazina, Santo Antonio da Platina, Jacarezinho, Cambará e Andirá, entre outras.

O processo de ocupação tornou-se contínuo, e na segunda fase, que se tornou conhecida como Norte Novo e foi colonizada de 1920 a 1950, estabeleceu-se a região de Cornélio Procópio até o rio Ivaí. Em meados da década de 20, a cafeicultura se estendeu até a região algodoeira de Assaí, favorecida pela expansão do fluxo imigratório. Com o trabalho dos colonos estrangeiros, paulistas, mineiros e nordestinos, consolidou-se o progresso da região.

A colonização desse período é marcada por várias concessões de terras, sendo a mais importante a realizada através de venda, pelo governo do estado, de terras

devolutas<sup>29</sup> à ‘Paraná Plantation Ltd. ’, companhia inglesa que tinha como subsidiária no Brasil a ‘Companhia de Terras Norte do Paraná’ – CTNP- que adquiriu, em 1925, 350.000 alqueires de terras, continuou comprando até completar 515.017 alqueires, em 1928.

Em 1944, um grupo de investidores paulistas adquire a CTNP, alterando em 1951 o nome para Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. Nas áreas loteadas, instalaram-se cidades como Londrina, Apucarana, Arapongas, Cambé, etc. Na terceira e última fase, que compreendeu o período de 1940 a 1960, foi realizado o povoamento da região denominada Norte Novíssimo, abrangendo áreas próximas do rio Ivaí e Piquiri, com a fundação de cidades como Maringá, Umuarama, Rondon e Xambrê.

Como os demais ciclos da ocupação ocorridos no estado, a atividade cafeeira está retratada na denominação de alguns municípios, demarcando a área abrangida pelos cafezais. Seus vestígios persistem na nomenclatura dos municípios: Cafeara, Cafelândia, Cafezal do Sul. Os topônimos Ourizona e Ouro Verde do Oeste referem-se ao café, chamado metaforicamente de “ouro verde”.

### **3.9 HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FUNDADOS ENTRE 1648 E 1853**

#### **3.9.1 Antonina**

Os índios carijós foram os primeiros habitantes das terras de Guarapiróca, denominação indígena dada a Antonina nos tempos coloniais. Assim como aconteceu em todas as cidades da orla marítima do Paraná, foi a exploração do ouro que trouxe os primeiros desbravadores portugueses. Antônio de Leão e Pedro Uzeda foram os primeiros habitantes de Antonina, os quais receberam em 1648 e 1654 de Gabriel de Lara, três sesmarias no litoral antoninense. A fundação da povoação teve lugar em 12 de setembro de 1714, data em que, com a autorização do Bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, construiu-se a capela do Pilar da Graciosa, na Fazenda Graciosa. Em 29 de agosto de 1797, foi elevada à categoria de Vila, com a denominação de Antonina, em memória do príncipe D. Antonio,

---

<sup>29</sup> Segundo a Lei de Terras (Lei nº 601 de 18/09/1850), eram aquelas que não se encontravam por qualquer título legítimo, no domínio de particulares ou dadas em sesmarias ou outras concessões, ou ocupadas por posse ou aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. Disponível em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso: 25 jun.2003.

filho de Dom João VI e Dona Carlota Joaquina. Em 06 de novembro de 1797 foi elevada à categoria de cidade e a 21 de janeiro de 1857 se constituiu Comarca da Província de São Paulo.

### **3.9.2 Arapoti**

A história de Arapoti está estreitamente ligada à de Jaguariaíva, podendo-se afirmar que ambas tiveram os mesmos fundadores. Em 1719, Bartholomeu Paes de Abreu requereu uma sesmaria na região de Jaguariaíva, permitindo a movimentação em toda esta região. A origem do município de Arapoti remonta a uma fazenda de criação de gado chamada Cachoeirinha, que foi povoada aos poucos até alcançar os foros de Vila. Em 1913, com a chegada da estrada de ferro Rede Viação Paraná – Santa Catarina verificou-se o desenvolvimento local, formando-se o povoado em redor da nova estação ferroviária, o qual recebeu a denominação de Cachoeirinha, passando a distrito em 07 de março de 1934. No entanto, o distrito só foi elevado à categoria de município a 26 de novembro de 1954, desmembrando-se de Jaguariaíva.

### **3.9.3 Araucária**

Datam de 1668 as primeiras notícias da região que hoje constitui o município de Araucária, quando Domingos Rodrigues da Cunha obteve uma sesmaria, situada na passagem de Apiaúna, nas proximidades do rio Iguaçu. Este pioneiro fundou ali um pequeno povoado, cuja primeira denominação foi Tindiquera. Em 1837, a Capela de Nossa Senhora da Luz de Tindiquera foi elevada a Capela Curada, um ano depois foram estabelecidas as primeiras divisas do bairro. Através da Lei Provincial nº 021, de 28 de fevereiro de 1858, foi criada a Freguesia do Iguassu, e em 1868, a Freguesia foi desligada de Curitiba e anexada como distrito de São José dos Pinhais. A partir de 1876, começou a corrente imigratória, isto no tempo do Império, principalmente por poloneses, seguidos por alemães, italianos, ucranianos, que notavelmente deram à região um surto de progresso. Pelo

Decreto Estadual nº 40, de 11 de fevereiro de 1890, foi criado o Município de Araucária, em território desmembrado de Curitiba e São José dos Pinhais.

#### **3.9.4 Bocaiúva do Sul**

Ao serem descobertos e povoados os campos de Curitiba, existia no planalto curitibano uma localidade chamada Arraial Queimado, cuja denominação provém de um incêndio que, em épocas imemoriais, teria destruído a primitiva povoação fundada, com nome ainda hoje ignorado. Em 1710, foi concedida uma carta de sesmaria a Domingos Fernandes Grosso, que abrangia as terras do Arraial Queimado. A chegada de Manoel José Cardoso, chefe de numerosa prole, e outros moradores fortalece o desenvolvimento e povoamento do local. A lei de 22 de abril de 1870 eleva a povoação à categoria de Freguesia. A 12 de abril de 1871 era criado o município de Arraial Queimado, que, depois da Proclamação da República, passou a denominar-se Bocaiúva, numa homenagem ao ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório, Quintino Bocaiúva. Em 30 de dezembro de 1943, recebeu a denominação de Imbuial, mudando novamente em 01 de outubro de 1947 quando passou a chamar-se Bocaiúva do Sul.

#### **3.9.5 Campina Grande do Sul**

A povoação de Campina Grande do Sul teve sua origem mais ou menos no ano de 1666 com a denominação “Freguesia de São João Batista”. A 15 de Outubro de 1883, foi o terreno, onde se acha fundada a Igreja do Santo Padroeiro, doado à Freguesia do mesmo nome, pelos cidadãos: Francisco Garcia de Lima e Antonio Ribeiro dos Santos, fundadores deste município. Pela lei de 18 de abril de 1873 foi criada a Freguesia de Campina Grande, elevando-se a sua sede à categoria de Vila, sendo desmembrado de Arraial Queimado. A 22 de março de 1884 foi solenemente instalada a Vila de Campina Grande e empossada a sua Câmara Municipal, de acordo com a Lei e decreto Provincial em regência, formando um Distrito Judiciário, pertencente ao termo de Colombo, sendo subdividido em três distritos policiais: Campina Grande (sede), Quatro Barras e Capivari Grande. Em ato datado de janeiro

de 1939, o Interventor Manoel Ribas anexou o município de Campina Grande, passando a ser distrito de Piraquara com a denominação de Timbu. Permaneceu Timbu como Distrito segundo de Piraquara até 1951, quando voltou a ser município. Mais tarde, em 07 de fevereiro de 1956, o município até então denominado Timbu, passou a sua denominação antiga, mais o acréscimo de “do Sul”, ficando então com o nome de “Campina Grande do Sul”, por força da Lei nº. 2593 de 07 de fevereiro de 1956, sancionada pelo Sr. Moisés Lupion, Ex-Governador do estado.

### **3.9.6 Campo do Tenente**

Seus habitantes primitivos eram os caingangues e os botocudos. Pelos idos de 1543 já se conhecia seu território, pois a existência da Capitania de Itamaracá incluía o território que compõe o município de Campo do Tenente. A origem do povoado dá-se em função de sua localidade estar no caminho das tropas que faziam a rota Sorocaba-Viamão, e que certamente serviu de ponto de parada de descanso das mesmas, e mais tarde, parada obrigatória dos tropeiros. Criado pela Lei nº 4.338 de 25 de janeiro de 1961, foi instalado oficialmente em 29 de outubro do mesmo ano e desmembrado do município de Rio Negro.

### **3.9.7 Campo Largo**

A pessoa que habitou a localidade, por volta de 1814, foi o português Coronel Antonio Luiz, conhecido pela alcunha de “Tigre”, proprietário da sesmaria. A localidade prosperou e recebeu o nome de Freguesia Colada de Tamanduá, que se situava nas proximidades da Freguesia Nova (Palmeira). Em 1819 o capitão Antônio da Costa, que morava em Curitiba, e possuidor de terras naquela região, doou parte de sua propriedade, permitindo que naquela região se instalasse quem bem entendesse, desde que cuidasse da terra doada. Nesse período, o Capitão enviou ao lugar uma imagem de Nossa Senhora da Piedade, que mandara vir da Bahia em 1816. A construção da nova capela iniciou-se em 1821, sendo executada pelo Capitão Jerônimo José Vieira e administrada por João Antônio da Costa e o Padre José Joaquim Ribeiro da Costa, o qual realizou a primeira missa no local, além de ser o

protetor espiritual da comunidade. Após o término da construção da capela, em 1828, o vilarejo foi elevado à categoria de Capela Curada, pelo Bispo D. Manuel Gonçalves de Andrade. Em 12 de março de 1841, criou-se o distrito judiciário de Campo Largo da Piedade, pertencendo à comarca de Curitiba e a 02 de abril de 1870, foi criado o município com território desmembrado de Curitiba. A atual denominação – Campo Largo – é de origem geográfica, advinda da largueza dos horizontes do lugar. A denominação de Campo Largo é antiga, vindo desde os tempos do desbravamento dos Campos de Curitiba. O Coronel Antônio Luiz, português de nascimento e conhecido pelo apelido de “Tigre”, foi o grande pioneiro do atual município. Possuía uma sesmaria exatamente onde se situa a sede municipal.

### **3.9.8 Cândido de Abreu**

A primeira leva de imigrantes europeus que aportou no Paraná em 1829 e que se compunha de 60 famílias de alemães começou a colonização estrangeira em terras paranaenses. Em 1847, por iniciativa do médico francês Dr. João Maurício Faivre, e sob os auspícios da Imperatriz, D. Tereza Cristina, foi fundada a “Colônia Tereza”, que deu origem aos municípios de Cândido de Abreu e Reserva. Este núcleo foi fundado com 87 franceses, mas, apesar de todos os esforços do Dr. Faivre, a colônia fracassou, e os colonos abandonaram o seu benfeitor, que faleceu em 30 de agosto de 1858. O município foi criado pela lei de 26 de novembro de 1954 com território desmembrado de Reserva. A cidade de Cândido de Abreu tem este nome em homenagem ao Engenheiro Cândido de Abreu, que foi responsável pela construção da rodovia estadual que liga Ponta Grossa a Cândido de Abreu.

### **3.9.9 Castro**

O atual município de Castro, localizado nos Campos Gerais, foi, a princípio, um “pouso” ou “arraial” de tropeiros na rota do Viamão, em vista da situação do lugar (pastagens, aguada, clima, etc.). A primitiva denominação da localidade – Pouso do Iapó – foi progredindo, e em 1751, construiu-se a primeira capela, sendo elevada posteriormente à categoria de Freguesia de Sant’Ana do Iapó em 1770. O município tem sua história no

tropeirismo. Era ponto obrigatório da passagem das tropas de Viamão, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, em São Paulo. Os tropeiros pernoitavam às margens do rio Iapó, dando origem à primeira denominação do local, Pouso do Iapó. Em 1774, foi elevado à categoria de Freguesia, com a denominação de Freguesia Nova de Sant'Ana do Iapó. Em 1789 tornou-se Vila Nova de Castro, em homenagem a Martinho Mello e Castro, então Secretário dos Negócios Ultramarinos, que muito beneficiou o povo da região. Com o progresso acelerado, ocorreu a instalação da Comarca, em 1854, não tardando a se tornar Cidade de Castro, no ano de 1857, graças ao empenho do Padre Damaso José Correia junto à Presidência da Província.

### **3.9.10 Clevelândia**

O início da ocupação da região onde se encontra o atual território de Clevelândia data de 1839, que historicamente, foi percorrida pelos sertanistas à procura de um caminho que melhorasse a vazão do comércio de tropas. As tentativas de Atanagildo Pinto Martins e depois a de Joaquim Ferreira dos Santos de encontrarem o tão almejado caminho estabeleceu um litígio entre as duas bandeiras. Concomitantemente, outro problema aparecia na região: a célebre Questão das Missões, originada na demarcação de limites entre Brasil e Argentina. Toda a extensa região compreendida entre a Freguesia de Palmas e a fronteira da Argentina, era zona contestada. Em face da gravidade da questão em jogo, foi nomeado árbitro o então presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Grever Cleveland, o qual, depois dos estudos necessários, dirimiu a questão em favor do Brasil. Muitos anos mais tarde, o governo do Paraná, deu ao município a denominação de Clevelândia em homenagem ao referido presidente americano. Posteriormente, durante a Guerra do Paraguai, o contingente destacado para vigiar a fronteira, teve seus alojamentos provisórios transformados em habitações permanentes, de sorte que após alguns anos o arraial se constituiu numa povoação. A lei provincial de 16 de outubro de 1884 criou a Freguesia de Bela Vista de Palmas. Com a lei de 29 de março de 1909 passou a denominar-se Clevelândia.

### **3.9.11 Curitiba**

A região de Curitiba começou a ser povoada por volta de 1630, por habitantes vindo de Paranaguá, onde havia sido descoberto o ouro de aluvião, formando o povoado de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, que foi elevado à Vila em 29 de março de 1693, pelo capitão-povoador Matheus Martins Leme. Em 1721, com a visita do ouvidor Raphael Pires Pardino, ocorre a mudança do nome da Vila e da rotina do povoado. Sem muitos recursos minerais, a região fez com que muitos dos moradores se deslocassem para a região de Minas Gerais. Durante muito tempo, a Vila não foi mais do que uma passagem do transporte de gado dos campos de Viamão, no Rio Grande do Sul, a São Paulo (Sorocaba).

### **3.9.12 Guarapuava**

O descobrimento dos Campos de Guarapuava foi obra realizada pelo Sargento Cândido Xavier de Almeida e Souza que, em 1768, partiu comandando a quarta bandeira que iria descobrir finalmente a região situada no extremo-oeste de Curitiba. Em Carta Régia, de 05 de novembro de 1808, o Príncipe Regente determinou que fosse feita guerra aos índios que impediam o povoamento. Foram meses e meses de viagem a cavalo, desbravando o sertão, até que no dia 17 de junho de 1810, a expedição colonizadora chegou às margens de um rio, que foi chamado de Coutinho. Ergueram-se ali barracas. Ao redor, para proteção contra os índios, foi levantado um cercado com 40 palmos de altura, no qual um soldado ficava de guarda, ou seja, de atalaia. Nascia aí o Fortim Atalaia, um marco de resistência contra o povo indígena que, mais tarde transformou-se num povoado. Um desentendimento entre o comandante da Expedição Colonizadora – desejava que a cidade real fosse construída no Campo Real – e o Padre catequista – queria fundar a cidade no atual município de Pinhão ou entre os rios Coutinho e Jordão – mostrou a força do Padre Chagas. No dia 11 de novembro de 1818, a pedido do Padre Chagas, D. João VI criou a Igreja Matriz e a Freguesia de Nossa Senhora de Belém. Os moradores do antigo Povoado de Atalaia mudaram-se para o novo local e no dia 9 de dezembro de 1819 foi instalada a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, um pequeno povoado que se transformaria na cidade de

Guarapuava. Em 17 de julho de 1852, a Freguesia foi elevada à Vila, pela lei imperial nº 12, passando a ser a Vila de Guarapuava. Somente a partir de 12 de abril de 1871, através da lei provincial nº 271 foi denominada como Cidade de Guarapuava.

### **3.9.13 Guaraqueçaba**

Com a descoberta do ouro na região do litoral paranaense, numerosos mineiros e aventureiros se dirigiram para a região, explorando os rios e escavando o ouro de lavagem em diversos lugares. Em 1838, Cipriano Custódio de Araújo e José Fernandes Correia construíram uma capela no sopé do morro de Quitumbê, sob a invocação do Bom Jesus dos Perdões. Em torno dessa capela foram surgindo as primeiras edificações, formando em pouco tempo um povoado, o qual foi elevado à categoria de Freguesia em 1854 e à de município em 1880. Permaneceu nessa categoria até 1938, quando extinto e anexado como simples distrito de Paranaguá. Em 10 de outubro de 1947 teve sua autonomia administrativa restaurada e novamente a instalação do Município.

### **3.9.14 Guaratuba**

A 5 de dezembro de 1765, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, ordenou a Afonso Botelho de Sampaio e Souza que fundasse um povoado na enseada de Guaratuba, que a fim de bem executar sua tarefa, reuniu duzentos casais e transferiu-os para o referido local, dando-lhes as ferramentas necessárias e demarcando-lhes as terras, de acordo com as necessidades de cada um. A 13 de maio de 1768, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão mandou construir uma igreja neste novo povoado e, a 29 de abril de 1771, foi celebrada a primeira missa, oficiada pelo pároco Bento Gonçalves Cordeiro e ajudada pelos padres Frei João Santana Flores e Francisco Borges. Nesta mesma data este povoado foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de Vila São Luiz de Guaratuba da Marinha. A 10 de outubro de 1947, foi dada autonomia ao Município, sendo instalado oficialmente em 27 de outubro do mesmo ano.

### **3.9.15 Ipiranga**

Foi de Ponta Grossa que, por volta de 1850, partiu a primeira expedição que atingiria o território do atual município de Ipiranga. Guiados pelo índio Joaquim, vários desbravadores penetraram o território, dando-lhe a denominação de Guarda Velho, de onde passaram, em seguida, para as localidades de Lustosa, Avencal, Enxovia e Quebra-cachorro, construindo casas e cultivando as terras. Mas a fundação propriamente dita de Ipiranga foi obra do português Joaquim Teixeira Duarte, que veio para o Paraná em 1853. Ele chegou à localidade no ano de 1866, fixando residência e iniciando a fundação de um povoado. Em 1867 trouxe para a povoação o Padre Antônio Pina, celebrante de primeira missa em louvor à padroeira, Nossa Senhora da Conceição. A partir de 1829, quando chegaram os primeiros imigrantes europeus ao Paraná, Ipiranga sofreu a influência de colonos poloneses, alemães e holandeses, fundadores, na região, de núcleos coloniais. Por ato de 05 de abril de 1890, foi criado o distrito de paz de Ipiranga. Obteve foro de Vila em 07 de dezembro de 1894, passando também à categoria de município autônomo. A sede municipal elevou-se à categoria de cidade pela Lei nº 2.736 de 31 de março de 1930.

### **3.9.16 Ivaí**

Por volta de 1850, começaram a se estabelecer nesse território os primeiros imigrantes europeus, principalmente poloneses, alemães e holandeses que fundaram as colônias de Taió, Ivaí e Bom Jardim, encontrando terras férteis para a exploração da agricultura e fixar residência. O núcleo colonial chamava-se Miguel Calmon, e era composto de 519 pessoas, organizadas pelo Governo Federal. O distrito judiciário de Ivaí, então sob a jurisdição de Ipiranga, foi criado pela Lei nº 2.255 de 24 de março de 1924. Foi elevado à categoria de município pela Lei nº 4.382 de 10 de junho de 1961 e instalado oficialmente em 03 de dezembro de 1961. A sua economia baseia-se no setor primário com destaque para a agropecuária. A extração da erva-mate é uma atividade significativa, representando uma das importantes fontes de renda de Ivaí.

### **3.9.17 Jaguariaíva**

O povoado de Jaguariaíva nasceu ao longo do histórico Caminho de Viamão à Sorocaba, do descanso de tropeiros, à margem esquerda do Rio Jaguariaíva, no início do século XIX. A Freguesia de Jaguariaíva foi criada através de Alvará Régio assinado por D. Pedro I no dia 15 de setembro de 1823. A lei nº 2 de 26 de julho de 1854, criou a Comarca de Castro, a qual ficou pertencendo à Freguesia de Jaguariaíva. A lei provincial nº 423 de 24 de abril de 1875, elevou a Freguesia de Jaguariaíva à categoria de Vila de Jaguariaíva. Pela Lei Estadual nº 15 de 21 de maio de 1892, Jaguariaíva passou à condição de Município. A sede municipal foi promovida à categoria de cidade pela Lei estadual nº 811 de 05 de maio de 1908.

### **3.9.18 Lapa**

Lapa foi fundada por volta de 1731, no histórico caminho Viamão-Sorocaba, pelos tropeiros que à margem da Estrada da Mata faziam seu “pouso” para descanso das tropas. Seu primeiro nome foi Capão Alto. Foi elevada à categoria de Freguesia em 13 de junho de 1769, dia de Santo Antônio - seu padroeiro e, devido ao seu rápido desenvolvimento, foi feita ao Governador Geral da Capitania de São Paulo uma petição para que fosse elevada à Vila. Em 06 de junho de 1806, a petição foi aprovada passando a denominar-se Vila Nova do Príncipe. A 30 de maio de 1870, foi criada a Comarca da Vila Nova do Príncipe, sendo instalada a 11 de junho de 1871. Em 1872, foi elevada à categoria de Cidade, com o nome de Lapa, que em latim significa pedra, em virtude das formações areníticas que formam a Gruta do Monge.

### **3.9.19 Laranjeiras do Sul**

Já em 1888, ao ser criada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, encontravam-se instalados na região alguns colonos descendentes de europeus e paraguaios. Em 1898, com

base na Lei Estadual nº 185, de 25 de abril daquele ano, o povoado passava a sediar um distrito policial, subordinado à sede municipal que era Guarapuava. Mais tarde o distrito foi transformado em Colônia Militar, instalada pelo 1º Batalhão de Engenharia durante a gestão do Marechal Mallet no Ministério da Guerra. A Colônia foi, por isso, batizada com o nome deste chefe militar. Os desdobramentos da Revolução Paulista em território paranaense transformaram a Colônia Mallet em centro de operação legalista. Foi lá que o General Rondon manteve durante algum tempo o seu QG na campanha contra os rebeldes; foi lá também que mandou construir um campo de pouso, de onde decolaram dois monomotores para bombardearem, com panfletos, os revolucionários entrincheirados em Guaraniaçu e Catanduvas, concitando-os à rendição. Com a criação do Território Federal do Iguaçu, em 13 de setembro de 1943, Laranjeiras do Sul passou a integrar a nova unidade Federativa. Através do Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro daquele ano, o vilarejo foi desmembrado do território paranaense e um ano mais tarde, através do Decreto nº 6.887, datado de 21 de setembro de 1944, a povoação viu-se alçada à condição de Capital do Território Federal do Iguaçu, sob a denominação de Iguaçu. Reintegrada ao Paraná, através do Decreto Estadual nº 533, de 21 de novembro daquele ano, Iguaçu manteve no entanto a sua autonomia, sendo reinstalado como Município a 30 de novembro do mesmo ano sob o nome de Iguaçu. No ano seguinte, mudou-se o nome para Laranjeiras do Sul.

### **3.9.20 Matinhos**

A colonização de Matinhos começou em meados do século XIX, quando os índios carijós habitavam o litoral do Paraná. Sua primeira denominação foi Matinho, nome de um rio existente no município, e seus colonizadores iniciais foram os portugueses e italianos, que fundaram colônias agrícolas. Em 1927, foi inaugurada a Estrada do Mar, ligando Paranaguá a Praia de Leste, que trouxe diversas famílias, em sua maioria alemãs, fixadas em Matinhos. Em 27 de janeiro de 1951, de acordo com a Lei nº 613, Matinhos foi elevada à categoria de Distrito pertencente à Paranaguá, e à categoria de Município, a 12 de outubro de 1967, desmembrando-se de Paranaguá.

### **3.9.21 Morretes**

A fundação de Morretes data de 1721, quando o Ouvidor Rafael Pires Pardinho determinou que a Câmara Municipal de Paranaguá demarcasse 300 braças em quadra local onde seria a futura povoação de Morretes, para, em 31 de outubro de 1733, a mesma Câmara determinar a demarcação das terras. O primeiro morador da região foi João de Almeida. Em meados do século XVIII mudou-se para o povoado de Morretes, o Capitão Antonio Rodrigues de Carvalho e sua mulher, Maria Gomes Setúbal, construindo ali uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes. Pela Lei Provincial nº 16, de 1º de março de 1841, foi elevada à categoria de Município, sendo desmembrado do de Antonina e instalado solenemente a 5 de julho de 1841. A 24 de maio de 1869, pela Lei Provincial nº 188, passou a denominar-se Nhundiaquara e recebeu os foros da cidade; mas em 07 de abril de 1870, pela Lei nº 227, voltou a denominar-se Morretes.

### **3.9.22 Palmas**

A primeira expedição levada aos Campos de Palmas data de 1726 e foi chefiada pelo intrépido sertanista Zacarias Dias Côrtes. Nas lutas de conquista e povoamento dos Campos de Palmas aparecem, com destaque, duas impressionantes figuras de chefes indígenas, pela eficiente atuação que tiveram junto aos conquistadores brancos e na pacificação de tribos: Viri e Condá. Pela Lei nº 22, de fevereiro de 1855 foi criada a Freguesia de Palmas. Vinte anos depois, pela Lei Provincial nº 484, de 13 de abril de 1877, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, passando a constituir município autônomo. A Lei nº 586, de 16 de abril de 1880, elevou o município à categoria de termo judiciário, suprimido mais tarde e restaurado pela Lei nº 968, de 02 de novembro de 1889. A Vila de Palmas foi elevada à sede de comarca e recebeu foros de cidade pela Lei nº 233, de 18 de dezembro de 1896.

### **3.9.23 Palmeira**

Em 1819, o vigário Antônio Duarte dos Passos recebeu por doação do Tenente Manoel José de Araújo um terreno para edificar uma igreja que seria a Matriz de uma nova Freguesia dos Campos Gerais, em 07 de abril de 1819, considerada a data oficial da fundação de Palmeira. Porém, somente a 03 de julho de 1820 é que se iniciou a construção da igreja. Em 08 de setembro é transferida oficialmente a Freguesia de Tamanduá para Palmeira com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira. As obras da Igreja Matriz são concluídas em 1837 quando é feita a sua inauguração. Em 15 de fevereiro de 1870 a Freguesia é elevada à condição de Vila de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira.

### **3.9.24 Paranaguá**

Na década de 1550-1560, famílias de São Vicente de Cananéia deslocaram-se ao litoral paranaense. Primeiro à ilha da Cotinga e a seguir às margens do rio Itiberê. Em 1640, chegou o Capitão Provedor Gabriel de Lara, e a fidalga família com investidura de governo militar. Já em 1646 mandou erigir o Pelourinho, símbolo de poder e justiça de El-Rei. Em 1648, a povoação tornou-se Vila, chamando-se Vila de Nossa Senhora do Rocio de Paranaguá. Em 1660 tornou-se Capitania, passando à condição de Cidade em 05 de fevereiro de 1842. Ao ser criada a Província do Paraná, também se criou a Capitania dos Portos do Paraná, que passou a funcionar em 13 de fevereiro de 1854.

### **3.9.25 Pinhão**

Silvério de Oliveira e sua mulher Antonia Maria de Jesus foram os pioneiros do lugar e deram a sua propriedade o nome de Pinhão. Em 1844, a família Oliveira construiu uma fortaleza na Fazenda Pinhão com o objetivo de se proteger dos ataques indígenas. Mais tarde, outras famílias se instalaram na localidade fazendo crescer o pequeno povoado. Em 18 de fevereiro de 1964, foi criado o município de Pinhão. O nome é proveniente do nome do rio

Pinhão, o qual foi assim nominado pela abundância de araucárias (pinheiros) e em consequência seus frutos (pinhões) que margeavam o referido rio.

### **3.9.26 Pirai do Sul**

Cabe aos bandeirantes o mérito de haverem sido desbravadores desta região e responsáveis pela abertura da histórica estrada para o sul do país, que mais tarde tornou-se o Caminho das Tropas, por onde transitavam os comboios de gado, que iam de Viamão, no Rio Grande do Sul, até as feiras de Sorocaba, no estado de São Paulo. Nessa época, o território era dividido em sesmarias. Pirai não comportou o requerimento de sesmarias porque não possuía o tamanho previsto na Constituição das Terras. Por ser uma propriedade menor, Pirai recebeu a denominação de sítio, onde se instalou Manoel da Rocha Carvalhais, nos idos de 1716. Este sítio ficava à margem do Rio Iapó. Manoel da Rocha Carvalhais, homem muito religioso, tinha em sua propriedade um pequeno oratório, mas a sua vontade era a de construir uma Capela ao Senhor Menino Deus, o que veio a acontecer somente no ano de 1830, quando a propriedade já pertencia a Bernardo Moreira Paes. Em 1872 o povoado foi elevado à Freguesia, com a denominação de Freguesia do Senhor Menino Deus de Pirahy, fazendo parte do município de Castro. Com a construção da capela, a localidade começa a desenvolver seu espaço de forma organizada, os pequenos caminhos vão se transformando em ruas ordenadas em quadras ao redor da nova capela. Suas casas e armazéns em perfeita harmonia com o modo de vida da época. Pela lei nº 631, de 05 de março de 1881, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila. A 23 de março de 1912 a, então, Vila de Pirahy tornou-se Termo Judiciário, recebendo seu primeiro Juiz e seu primeiro Promotor e, através do Decreto-Lei nº 5197 de 01 de dezembro de 1937, passa à cidade. Com o progresso, conseqüentemente, Pirai recebe em 23 de abril de 1946 o título de Comarca. A cidade se desenvolveu às margens do rio Pirai, recebendo por isso o mesmo nome. Entretanto, por já existir um município no estado do Rio de Janeiro, com o nome de Pirai, ficou estabelecido que seu nome seria Pirai - Mirim. A comunidade insatisfeita exigiu mudanças, pois além de Pirai - Mirim ser o nome de um bairro da zona rural do município, o vocábulo, ainda, significava peixe pequeno. Então, com a lei nº 02 de 10 de outubro de 1947, o nome passou a ser Pirai do Sul.

### **3.9.27 Piraquara**

O povoamento dos Campos de Curitiba teve sua origem nos trabalhos de mineração, na procura de ouro, nas pesquisas dos garimpos. Das lavras do Arraial Grande, fundado por bandeirantes foi que se originou o atual município de São José dos Pinhais e deste o de Piraquara. O capitão Manoel Picam de Carvalho fundou um sítio, pequeno arraial de mineração, no lugar onde hoje se encontra o município de Piraquara. Apesar de sua antiguidade, o povoado de Piraquara permaneceu estacionário durante muitos anos, pois, somente com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro de Paraná, ligando o litoral ao planalto, foi que a localidade sofreu o primeiro impulso de progresso. Pela Lei nº 836 de 09 de dezembro de 1885 foi criada a Freguesia de Piraquara sob a invocação do Sr. Bom Jesus. Pelo Decreto de 10 de janeiro de 1890, foi elevada à categoria de Vila, com a denominação de Deodoro. Mais tarde, em abril de 1929, voltou a denominar-se Vila de Piraquara, e, em 31 de março de 1938 recebeu os foros de cidade.

### **3.9.28 Ponta Grossa**

A constituição da população se deu pela soma de desbravadores, tropeiros, famílias ilustres vindas principalmente de São Paulo, raras combinações com indígenas, e depois sofrendo alterações étnicas provocadas por imigrantes. O primeiro pedido de terras na região foi feito em 1704, pelo paulista José de Góes e Moraes, filho do Capitão-mor Pedro Taques de Almeida. Ponta Grossa foi fundada em 1812, quando surgiram seus primeiros moradores, que foram Domingos Teixeira Lobo, Benedito Mariano Ferreira Ribas, Antonio da Rocha Carvalhaes. Em 15 de setembro de 1823, foi criada a Freguesia de Estrela, primeiro nome do vilarejo. Em 7 de abril de 1855 a Freguesia foi elevada à categoria de Município, desmembrando-se de Castro, com a denominação de Ponta Grossa, e instalando-se a 6 de dezembro de 1855. Sua elevação à cidade deu-se em 24 de março de 1862. Ponta Grossa teve uma característica principal a orientar os acontecimentos mais importantes de sua história, pois, devido a sua localização geográfica, se tornou caminho obrigatório e parada para pouso das tropas, movimento que representou os recursos de transporte e o forte do comércio entre Viamão e Sorocaba no Século XVIII.

### **3.9.29 Reserva**

Na primeira metade do século XIX, aportaram a esta localidade os primitivos povoadores de que há notícia efetiva na formação e evolução do atual município de Reserva. José Mariano de Marins, vindo de Faxina, Província de São Paulo, portando título possessório de uma gleba de terras que lhe fora doada pelo Governo da Província de São Paulo, localizada à margem esquerda do rio Tibagi, chegou ao local por volta de 1840, aproximadamente. Acompanhado de pequena comitiva, José Mariano de Marins procurou estabelecer-se nas proximidades das nascentes do rio Imbaú, afluente do Tibagi, até hoje conhecido pela denominação de Marins. Neste povoado – Marins – foi fundada pelo médico francês Dr. João Mauricio Faivre, a primeira colônia estrangeira, Tereza Cristina, sob os auspícios de D. Tereza Maria Cristina, esposa do Imperador D. Pedro II, que foi grande incentivador da colonização estrangeira no Paraná. Embora os colonos, com raras exceções, abandonassem o local, o Dr. Faivre continuou na obra empreendedora da qual só desistiu depois de exausto de forças e impossibilitado pelas enfermidades. A criação do distrito de Reserva somente se deu pela Lei Municipal de 20 de abril de 1906, tendo sido pela Lei Estadual nº 2.038 de 26 de março de 1921 elevado à categoria de Vila e de município, tendo sido desmembrado do território de Tibagi.

### **3.9.30 Rio Branco do Sul**

A primitiva povoação era de Nossa Senhora do Amparo, onde em 1790, o então vigário de Curitiba, Padre Francisco das Chagas Lima, benzeu um terreno para servir de cemitério. Em 1831, a capela de Nossa Senhora do Amparo do Votuverava tinha como capelão o Padre João Camargo, em 1834 já gozava do predicamento de curato. Depois da instalação da Província do Paraná é que se deu a criação da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Votuverava, ato que se deu em virtude da Lei Provincial nº 30 de 04 de abril de 1855. A sede da Freguesia foi transferida em 1861 para os terrenos doados por Domingos Costa, conforme Lei nº 67, de 23 de maio do mesmo ano, voltando em 1871 novamente à primitiva povoação. É que pela Lei Provincial nº 255, de 16 de março de 1871, antiga Freguesia de Nossa Senhora do Amparo foi elevada à categoria de Município desmembrado

de Curitiba, com a denominação de “Votuverava”, tendo em vista, a sua sede ter recebido o nome de Vila. Pelo decreto-lei Estadual nº 7573 de 20 de outubro de 1938, foi extinto o município de Rio Branco, passando o seu território a integrar o município de Cerro Azul, na qualidade de simples distrito de Cerro Azul, em decorrência do Decreto-lei Estadual nº 199, de 30 de dezembro de 1943, voltou a denominar-se Votuverava. No ano de 1947, por força da Lei Estadual nº 02 de 10 de outubro, voltou mais uma vez à categoria de Município, com a denominação de Rio Branco do Sul, realizando-se a sua instalação no dia imediato ao de sua restauração como unidade municipal autônoma, portanto dia 11 de outubro de 1947.

### **3.9.31 Rio Negro**

Desde os tempos das Capitâneas de São Pedro do Sul, esta região era cortada por tropeiros que conduziam o gado de Viamão no Rio Grande do Sul a Sorocaba em São Paulo. O caminho aberto pelo próprio gado, era difícil e os perigos constantes, o que acarretava vultosos prejuízos aos tropeiros. Considera-se a data de fundação de Rio Negro, 26 de julho de 1828 (data de elevação da Capela Provisória a Capela Curada, a pedido de João da Silva Machado). Rio Negro passou de Capela Curada à Freguesia do Senhor Bom Jesus de Rio Negro em 28 de fevereiro de 1838 e, elevada à categoria de Vila pela lei nº 219 de 02 de abril de 1870, decretado pela Assembléia Provincial do Paraná e promulgada pelo então Presidente da Província, Antônio Luiz Affonso de Carvalho. No dia 15 de setembro de 1870 deu-se a instalação do município de Rio Negro, com a posse da 1ª Câmara de Vereadores, oficializada em 15 de novembro do mesmo ano, na qual comemora-se a data de emancipação para Município.

### **3.9.32 São José da Boa Vista**

Em 1848, Domiciano Corrêa Machado, acompanhado de sua esposa, Ana Cândida de Farias Machado, filhos de escravos, partiram de São Caetano da Vargem Grande, estado de Minas Gerais, em direção aos já afamados sertões da 5ª Comarca de São Paulo, mais tarde Província e hoje estado do Paraná. Este sertanista mineiro estabeleceu-se

provisoriamente no lugar denominado Aldeia de São João (hoje Itaporanga), situado à esquerda do rio Verde e à direita do rio Itararé. Sendo devoto de São José, Domiciano Corrêa Machado, logo após chegar à localidade, escolheu na confluência dos rios Pescaria com Itararé, uma área de terras, de que fez doação para construir o patrimônio denominado São José do Cristianismo. A povoação prosperou, e, pela Lei Provincial de 20 de abril de 1870, foi criado o distrito judiciário de São José do Cristianismo. Entretanto, forma-se um novo patrimônio com a nova doação de uma área de terras localizada à margem do rio Pescaria feita por Bernardino da Silva, que se denominou São José da Boa Vista. A prosperidade deste novo povoado fez com que os moradores de São José do Cristianismo se transferissem gradativamente para a nova localidade, até que em 29 de março de 1875, pela Lei Provincial a sede do distrito judiciário foi transferida para São José da Boa Vista. Foi elevada à categoria de município pela Lei Provincial de 24 de março de 1876 e à categoria de cidade pela Lei Estadual de 24 de dezembro de 1897. Em divisões territoriais datadas de 1936 a 1987, São José da Boa Vista figurou como distrito judiciário de Wenceslau Braz. Somente pela Lei estadual de 25 de julho de 1960, foi desmembrado do município de Wenceslau Braz e elevado à categoria de município.

### **3.9.33 São José dos Pinhais**

Em 1640 as expedições em busca de ouro e índios formaram o primeiro núcleo de civilização branca no 1º Planalto, o qual foi denominado Arraial Grande, hoje Pilão de Pedra, em São José dos Pinhais. O núcleo formado pelos povoados estabelecidos no Arraial Grande e ao redor da Capela do Bom Jesus dos Perdões passou por um período de decadência econômica. A população diminuiu consideravelmente e os habitantes que permaneceram passaram a se dedicar a uma economia de subsistência ou ao comércio. O tropeirismo, que, embora não tenha envolvido diretamente a população do Arraial Grande, possibilitou uma dinamização do comércio na região devido ao movimento das tropas, ocasionando uma melhoria na qualidade de vida e um novo aumento populacional. Essa fase é também marcada pela construção de outra capela na região, em 1755, chamada Capela de São José ou pelo nome composto de São José do Patrocínio da Boa Morte e Bom Jesus dos Perdões (provável origem do nome do Município). São José cresceu econômica e

demograficamente sendo elevada à categoria de Freguesia em 1758, passando à categoria de Vila em 1852 e a município em 8 de janeiro de 1853.

### **3.9.34 Tibagi**

Os primitivos moradores da atual cidade do Tibagi procediam de São Paulo, e seu estabelecimento na região foi lento e durou vários anos, até que fosse definitivamente escolhida a localização do povoado. Foi povoado por Antônio Machado Ribeiro, vulgo Machadinho, que veio de São Paulo em 1782, acompanhado de sua família, instalando-se na Fazenda da Fortaleza, propriedade do seu compadre José Felix da Silva e, mais tarde, estabeleceu-se à margem do Tibagi, justamente no local onde se encontra a cidade de Tibagi. Machado Ribeiro e sua família tomaram posse das terras compreendidas desde o rio Pinheiro Seco até a barra do rio Santa Rosa em 28 de junho de 1794, as quais foram herdadas por seu filho Manoel das Dores Machado. A Freguesia foi criada pela Lei nº 15 de 06 de março de 1846. O município foi criado pela Lei nº 302 de 18 de março de 1872, e oficialmente instalado em 10 de janeiro de 1873.

### **3.9.35 União da Vitória**

A 17 de novembro de 1769, o capitão Antonio da Silveira Peixoto navegando o rio Iguaçu, atingiu a localidade onde se acha a cidade de União da Vitória, e aí fundou o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória. Em 1880, o coronel Amazonas de Araujo Marcondes adquire uma vasta gleba de terras. Pelo decreto nº 54 de 27 de março de 1890 foi a Freguesia elevada à categoria de Vila, e pelo decreto nº 55, do mesmo dia, mês e ano passou à categoria de município, desmembrado de Palmas.

### 2.9.36 Wenceslau Braz

As origens históricas do município de Wenceslau Braz se confundem com as de São José da Boa Vista e São José do Cristianismo, cujas origens datam de 1848, quando Domiciano Correa Machado acompanhado da esposa e filhos partiu de Minas Gerais com destino as terras que limitavam com o estado de São Paulo. No início chama-se Brasópolis e pertencia à comarca de Tomazina. Uma estratégia política permitiu que Wenceslau Braz fosse desmembrado de Tomazina e anexado à Comarca de São José da Boa Vista, que se efetivou em 16 de março de 1934. Em 17 de outubro de 1935 foi transferida para Wenceslau Braz a sede da Comarca e do município de São José da Boa Vista, e a instalação oficial se deu em 26 de novembro de 1935.

Na seqüência, apresenta-se o Capítulo III – procedimentos metodológicos que contém a Constituição do *corpus*, Descrição e Análise do *corpus* e as Taxionomias Toponímicas.

## **CAPÍTULO III**

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Conforme já destacado, em um primeiro momento, os dados do *corpus* desta pesquisa foram obtidos mediante consulta ao banco de dados do projeto ATEPAR – Atlas Toponímico do Estado do Paraná.

O projeto ATEPAR, para a elaboração do Atlas Toponímico do Estado do Paraná, em sua primeira fase - 24 de outubro de 1996 a 30 de dezembro de 1999 - registrou e analisou o nome dos 323 municípios paranaenses catalogados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/1991 e de seus acidentes físicos (rios, montanhas, serras) e dos bairros (urbanos e rurais) e distritos. Em sua segunda fase - 19 de abril de 2000 a 30 de setembro de 2003 - registrou e analisou os topônimos de 76 novos municípios, emancipados após 1991.

Partindo-se do levantamento cartográfico-documental e dos dados obtidos via pesquisa indireta (enviou-se um questionário por correspondência às prefeituras municipais), os topônimos foram classificados com base na etimologia e motivação e enquadrados na taxionomia proposta por Dick (v.3.3). Desta forma, foi composto o banco de dados - ATEPAR, registrando-se as informações lingüísticas e histórico-geográficas dos nomes do Paraná (v.1.6).

Após os primeiros contatos com o banco de dados do ATEPAR, constatou-se que ali estariam armazenadas muitas informações, as quais poderiam servir de embasamento para outros trabalhos, consolidando-se como um campo profícuo às pesquisas.

Em seguida, optou-se pela escolha do período que seria pesquisado. A escolha se fez a partir de dados históricos: data da fundação da primeira cidade paranaense, Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá em 1648, e a elevação à Província em 1853 (desmembrando-se de São Paulo). Tal escolha propiciaria desvendar e resgatar por meio da toponímia vários aspectos da terra e do homem em diferentes espaços, épocas e paisagens, pois a história dos acontecimentos passados tem de conter, entre outras respostas, quando e onde.

Sem dúvida, as condições do meio físico paranaense influíram no seu povoamento, na fixação humana em suas terras e no aproveitamento de suas reais possibilidades econômicas, como se depreende das palavras de Westphalen (1957, p.53-54)

dois aspectos típicos que configuram o Paraná como zona de trânsito - a encruzilhada do Piabiru sobre os Campos Gerais, e as andanças do gado pela estrada de Laguna através os Campos Gerais. [...] zona de trânsito, encruzilhada, aqui no Paraná se entrecrocaram regionalismo e nacionalismo, [...] ao mesmo tempo que guardamos as nossas peculiaridades regionais que nos fazem por vêzes diferentes. [...] Situação de trânsito que nos fez portugueses, e não espanhóis, porque o trânsito português foi o mais intenso e o que deixou maiores raízes culturais<sup>30</sup>.

O recorte feito para estudo neste trabalho justifica-se pela experiência de verificar os aspectos mais acentuados dos topônimos do período delimitado, revelando assim os fenômenos dos ciclos econômicos, característica da economia brasileira e paranaense.

Estabelecido o objeto de estudo, o primeiro passo foi a busca da outra fonte que pudesse complementar/confirmar<sup>31</sup> os dados retirados do ATEPAR. Primeiramente, recorreu-se a algumas instituições, como Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Biblioteca Pública de Londrina, mas em nenhum desses locais conseguiu-se o material necessário<sup>32</sup>.

Optou-se então pelo contato telefônico com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, que por meio da Cartógrafa Gislene Lessa, providenciou a cópia e o envio de um CD contendo o material solicitado. Segundo ela o governo estadual havia transferido para outro imóvel os arquivos da instituição, e naquele momento seriam os únicos mapas disponíveis. Como a Sr<sup>a</sup>. Gislene não informou uma data provável para que pudesse enviar outros mapas, resolveu-se utilizar os que já estavam em nosso poder.

Buscando comprovar a hipótese de que no litoral paranaense há predominância da designação de acidentes geográficos originados de língua indígena, utilizou-se o confronto em três mapas antigos: carta que mostra a costa entre o “Rio de S. Francisco” e a “Ilha de Cananéia” - In: Descrição de todo o marítimo, da terra de S. Cruz chamado vulgarmente Brasil por João Teyxeyra (1640); Demontração de Pernagua e

---

<sup>30</sup> Optou-se por manter a grafia original da autora.

<sup>31</sup> Neste aspecto, a utilização das cartas geográficas oficiais permitiu que se verificasse uma pequena diferença entre os itens (aqui considerados topônimos) e as informações enviadas pelas Prefeituras no questionário remetido aos pesquisadores do ATEPAR.

<sup>32</sup> Cartas geográficas ou topográficas dos municípios do Paraná.

Cananeia (1666) - In: Livro de toda a costa da Província Santa Cruz feito por João Teixeira Albernaz e *Mappa Topographico da Província do Paraná* (1876)<sup>33</sup>, na escala de 1.600.000, organizado pelo Engenheiro Carlos Rivierre, na Inspectoria Geral das Terras e Colonização.

O *corpus* compreende, então, um total de **36 municípios** que envolvem o recorte diacrônico (1648 a 1853), os quais possuem em sua totalidade **2.108 topônimos**, que foram elencados a partir dos **mapas atuais**, e, no capítulo de análise dos dados do litoral, os topônimos constantes dos **mapas de 1640, 1666 e 1876**.

#### 4.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

De posse das informações obtidas nos mapas oficiais<sup>34</sup> e constituído o *corpus*, os dados foram tabulados, levando-se em conta a quantidade de acidentes constante em cada um dos mapas.

Constatou-se serem 2.108 topônimos, somando-se os de natureza física e os de antroponímico-cultural, assim distribuídos numericamente por município: Antonina (71), Arapoti (55), Araucária (40), Bocaiúva do Sul (81), Campina Grande do Sul (42), Campo Largo (46), Campo do Tenente (14), Cândido de Abreu (107), Castro (73), Clevelândia (38), Curitiba (23), Guarapuava (113), Guaraqueçaba (243), Guaratuba (123), Ipiranga (50), Ivaí (48), Jaguariaíva (42), Lapa (109), Laranjeiras do Sul (23), Matinhos (21), Morretes (53), Palmas (45), Palmeira (55), Paranaguá (77), Pinhão (58), Piraquara (19), Piraí do Sul (28), Ponta Grossa (74), Rio Branco do Sul (51), Rio Negro (27), Reserva (48), São José da Boa Vista (22), São José dos Pinhais (47), Tibagi (49), União da Vitória (38), Wenceslau Braz (25).

A partir da constituição do *corpus*, classificaram-se os topônimos de acordo com a taxionomia adotada - Dick (1990b, p.31-34), por se considerar a mais apropriada, pois configura-se como uma proposta voltada para a realidade brasileira e abrange um número maior de categorias toponímicas em relação a outros modelos. A classificação dos topônimos, segundo o modelo de Dick, considera o elemento “topônimo”, precedido de um elemento genérico, “definidor da classe onomástica”. Desse modo, *fitotopônimos* são os topônimos de

<sup>33</sup> Por se tratar de mapa antigo, não é permitida sua reprodução por meio de xerocópias, restando como única forma a reprodução por fotografia.

<sup>34</sup> Cartas da Diretoria do Serviço Geográfico – Ministério da Guerra e da Fundação IBGE – Carta do Brasil, em escalas 1:100.000 e 1:50.000.

índole vegetal; os *zootopônimos*, da fauna; os *hidrotopônimos* são os resultantes de acidentes hidrográficos e assim por diante.

Visando a obter um indicador das categorias mais produtivas, utilizou-se o método estatístico por julgá-lo um modo seguro para se obter informações quantitativas. Desse modo, traz-se no decorrer do trabalho 12 gráficos como uma forma de explicar a produtividade dos resultados obtidos.

Organizaram-se os topônimos em um quadro geral, contendo os dados toponímicos e lexicográficos. Como não tínhamos tido acesso a um modelo de ficha lexicográfica e toponímica quando do início desta pesquisa, recorreu-se ao modelo de Dargel (2003)<sup>35</sup>, pois até então não ocorrera nenhuma pesquisa semelhante no Paraná<sup>36</sup>.

Desse modo, constituído o *corpus* e a classificação dos topônimos conforme a taxionomia adotada distribuíram-se os signos toponímicos no quadro, que contém os seguintes dados: **município; tipo de acidente; topônimo; língua de origem; classificação taxionômica e estrutura morfológica do topônimo.**

Na seqüência, efetuou-se uma pesquisa etimológica dos topônimos, e, para os de origem indígena, apresentam-se as etimologias e abonações resgatadas em dicionários e *outra obras*<sup>37</sup> necessárias a melhor esclarecimento. A seguir, procedeu-se a uma análise etnolingüística (influências sofridas pelo topônimo das camadas portuguesa, indígena ou africana) e histórico-cultural dos topônimos, recorrendo-se a várias fontes - de maneira especial na Geografia e História do Paraná – como meta de reconhecer as raízes étnicas destes topônimos.

No item referente à estrutura morfológica do topônimo, classificou-se como simples, quando formado por apenas um formante e composto, que apresenta mais de um elemento em sua formação<sup>38</sup>.

Para tornar mais efetiva e rigorosa a concepção da motivação, bem como para evidenciar a abrangência das taxionomias utilizadas, apresenta-se, a seguir, o modelo taxionômico aplicado para a classificação semântica dos topônimos.

---

<sup>35</sup> Dargel (2003, p.24) destaca que os “itens incluídos no quadro não foram retirados de outros trabalhos. [...] ao elaborarmos ao nosso modelo, ainda não tínhamos acesso ao modelo proposto por Dick para a sistematização dos topônimos”.

<sup>36</sup> Durante o programa de Mestrado, a professora Dr<sup>a</sup> Aparecida Negri Isquero ofertou um seminário sobre toponímia no qual trouxe como material auxiliar bibliográfico a tese de Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (2003), que continha o modelo de ficha lexicográfica e toponímica. Como ainda não tínhamos conhecimento dessa ficha, achamos conveniente usar o modelo de Dargel (2003).

<sup>37</sup> Livros que contemple a História do Paraná, histórico dos municípios, Dissertações, Teses e outros. Para maiores esclarecimentos sobre essas fontes (v. 4.1.2).

<sup>38</sup> Considerou-se o topônimo híbrido como composto, embora não se desconsidere a classificação de Dick (1990b, p.13). Para maiores esclarecimentos v.4.5.

### 4.3 TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS

Na análise da motivação toponímica, pode se recorrer ao estudo das categorias taxionômicas propostas por Dick (1990a), que tiveram por objetivo, além da formulação de uma terminologia técnica, específica da matéria, dar destaque aos motivos que comandam a organização da nomenclatura geográfica, embora esse critério seja apenas uma dentre outras possibilidades de abordagem.

Dick (1990b, p.26) expõe um modelo taxionômico para a classificação dos topônimos que se baseou nas duas ordens genéricas nas quais se agrupam os fatos determinantes da escolha do nome de lugar: a sua natureza física e a antro-po-cultural, permitindo a aferição objetiva das causas motivadoras dos designativos.

A terminologia técnica adotada é composta do elemento “topônimo”, antecedido de um outro elemento genérico, definidor da referida classe onomástica. Desse modo, nomes cuja origem revela uma filiação a elementos vegetais foram denominados fitotopônimos, em que o primeiro membro da palavra **fito** – (filiação a elementos vegetais) – define a classe genérica, e o segundo **topônimo** - revela a procedência do estudo específico.

Segundo Dick (1990b, p.13), os elementos morfológicos dos topônimos se dividem em: topônimo ou elemento específico simples; topônimo composto ou elemento específico composto e topônimo híbrido ou elemento específico híbrido. O primeiro é aquele que se define por um só formante, como em rio Moura, e o topônimo composto é o que possui mais de um elemento formador, como em ilha Canoa Velha.

Para tornar mais rigorosa a compreensão da motivação toponímica, apresentar-se-á a seguir as Taxionomias Toponímicas propostas por Dick (1990b, p.31-34). A pesquisadora esclarece que o primeiro modelo taxionômico de classificação apresentado por ela, em 1975, foi reformulado em 1980, para uma complementação mais atualizada, totalizando assim vinte e sete classificações. Têm-se, assim, onze taxionomias de natureza física e dezesseis de natureza antro-po-cultural.

#### A – TAXIONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA:

- 1 – **Astrotopônimos** – referentes aos corpos celestes: rio da Estrela (ES).
- 2 – **Cardinotopônimos** – relativos às posições geográficas: praia de Leste (PR).
- 3 - **Cromotopônimos** – referentes à escala cromática: rio Negro (AM).

- 4 - Dimensiotopônimos** – referentes à dimensão dos acidentes geográficos (extensão, comprimento, largura, espessura, altura, profundidade): ilha Comprida (AM).
- 5 – Fitotopônimos** – de índole vegetal: arroio Pinheiro (RS).
- 6 – Geomorfotopônimos** – relativo às formas topográficas, (elevações - montanha, monte, morro, colina, coxilha; depressões do terreno – vale, baixada; formações litorâneas – costa, cabo, angra, ilha, porto): Monte Alto (SP), Ilhabela (SP).
- 7 – Hidrotopônimos** – resultantes de acidentes hidrográficos, (água, córrego, rio, ribeirão, braço, foz): Rio Preto (SP).
- 8 – Litotopônimos** – os de índole mineral e também os referentes à constituição do solo (barro, barreiro, tijuco, ouro): arroio do Ouro (RS), Pedreiras (SP).
- 9 – Meteorotopônimos** – relativos a fenômenos atmosféricos (vento, chuva, trovão, neve): riacho das Neves (BA).
- 10 – Morfotopônimos** – os que refletem o sentido de forma geométrica: Triângulo (MT).
- 11 – Zootopônimos** – relativos a animal (doméstico e não doméstico): Vacaria (RS), lagoa da Onça (RJ).

#### **B – TAXIONOMIAS DE NATUREZA ANTROPO - CULTURAL:**

- 1 – Animotopônimos ou Nootopônimos** – referentes à vida psíquica e á cultura espiritual não pertencentes à cultura física (vitória, triunfo, saudade, belo, feio): Vitória (ES).
- 2 – Antropotopônimos** – os referentes aos nomes próprios individuais (prenome, hipocorístico, prenome + alcunha, apelidos de família, prenome + apelido de família): Abel (MG), Bentinho (MG), Fernão Velho (AL), Abreu (RS), Antônio Amaral (MG).
- 3 – Axiotopônimos** – relativos aos títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios individuais: Duque de Caxias (RJ).
- 4 – Corotopônimos** – referentes a nomes de cidades, países, Estados, regiões e continentes: Europa (AC), Uruguai (MG).
- 5 – Cronotopônimos** – encerram indicadores cronológicos, representados pelos adjetivos novo/nova, velho/velha nos topônimos: Nova Viçosa (BA).
- 6 – Dirrematopônimos** – os constituídos por frases enunciados: Valha-me Deus (MA), Deus me Livre (BA).
- 7 – Ecotopônimos** – relativos às habitações: Sobrado. (BA)
- 8 – Ergotopônimos** – referentes aos elementos da cultura material: córrego da Flecha (MT).
- 9 – Etnotopônimos** – relativos aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas): ilha do Francês (RJ).

**10 – Hierotopônimos** – relativos a nomes sagrados de crenças diversas (cristã, hebraica), a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto, com subdivisões em **Hagiotopônimos** (nomes de santos/santas do hagiológico romano): São Paulo e **Mitotopônimos** (entidades mitológicas): ribeirão do Saci (ES).

**11 – Historiotopônimos** – relativos aos movimentos de cunho histórico-social, a seus membros e às datas comemorativas: rio 7 de Setembro (MT), Inconfidência (RJ).

**12 – Hodotopônimos ou Odotopônimos** – referentes às vias de comunicação rural ou urbana: Rua da Palha (BA), Travessa (BA).

**13 – Numerotopônimos** – relativos aos adjetivos numerais: Três Coroas (RS).

**14 – Poliotopônimos** – constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial: Vila dos Anjos (MG).

**15 – Sociotopônimos** – os relativos às atividades profissionais, locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade (largo, praça): serra do Sapateiro (SP), Engenho Novo (MG).

**16 – Somatotopônimos** – os relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou do animal: Cotovelo (MG), Dedo Grosso (SC).

Reformuladas e publicadas as taxionomias, Dick (1990b, p.29) ressalta que a “exeqüibilidade de uma terminologia básica” para a Toponímia “só pode ser acolhida, integralmente, a partir de sua comprovação na nomenclatura regional”. Assim sendo, é “a rede diversificada de nomes que irá determinar o aparecimento dos termos genéricos, definidores da própria categoria pesquisada”.

Desse modo, “à medida que se vai penetrando nos segredos das designações verifica-se que outras formas nominativas podem ocorrer, [...] em função da abrangência total e completa das taxionomias possíveis” (DICK, 1990b, p.29). A autora esclarece que, ao elaborar o modelo taxionômico, teve a preocupação de que, por meio da taxionomia, pudesse evitar a volta ao passado histórico para se conseguir descobrir o significado do topônimo.

No decorrer da pesquisa feita pelo projeto ATEPAR, a equipe constatou que não houve uma definição precisa na taxionomia proposta por Dick para casos como o conjunto formado por siglas, como Cianorte (Companhia de Terras Norte do Paraná). Assim, houve a necessidade de formular cinco novas taxionomias, não em detrimento das categorias propostas, mas em “função da abrangência total e completa das taxionomias possíveis”:

**1 – Acronimotopônimos** – relativos às siglas: Cianorte (PR).

**2 – Estematotopônimos** – os percebidos pelos sentidos: ribeirão Doce (PR).

**3 – Grafematopônimos** – os que apresentam entre os elementos distintivos letras do alfabeto; Seção C (PR).

**4 – Higiētopônimos** – relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem-estar físico: água Limpa (PR).

**5 – Necrotopônimos** – os que se referem ao que são ou que está morto, a restos mortais: córrego Caveira (PR).

As duas primeiras taxionomias foram criadas por sugestão da professora Dr<sup>a</sup> Vanderci de Andrade Aguilera e por Ignez de Abreu Francisquini em sua Monografia de Especialização; as demais foram criadas com a ajuda do professor de Latim e Literatura Latina do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina, professor Aluysio Fávero.

O capítulo seguinte volta-se à apresentação, análise e discussão dos dados.

## **CAPÍTULO IV**

## 5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DO *CORPUS*

### 5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS TOPONÍMICOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FUNDADOS ENTRE 1648 E 1853

#### 5.1.2 Apresentação dos dados toponímicos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 a 1853

Neste capítulo, são apresentados os dados lexicográficos e toponímicos, distribuídos em um quadro geral, a saber: Quadro geral dos dados lexicográficos e toponímicos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853<sup>39</sup>.

Intenciona-se, com a apresentação dos dados em um quadro, evidenciar os topônimos encontrados/analísados, fato que traria ao leitor deste estudo uma melhor visualização e compreensão do *corpus* pesquisado.

O estudo etimológico das lexias<sup>40</sup> consideradas fundamentou-se em um conjunto de obras, cujos dados completos constará das Referências Bibliográficas, aqui indicadas somente pelos autores: Antonio Geraldo da Cunha (1999) – **AGC**, Antonio Houaiss- **AH** (2001), Antonio Vieira dos Santos (s/d) – **AVS**, Aryon Dall’Igna Rodrigues (1995) – **ADR**, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986) - **ABHF**, Cândido de Figueiredo (1937) – **CF**, Ermelino de Leão (1994) – **EL**, Francisco Filipack (2002) – **FF**, Glossário ATEPAR- **G. ATEPAR**, Instituto Osvaldo Cruz – **IOC**, Júlio Estrela Moreira (1975) – **JEM**, José Mesquita de Carvalho (1953) – **JMC**, Luis Caldas Tibiriçá (1984,1985) – **LCT**, Manoel Viana (1976) – **MV**, Michaelis (1975) – **M**, Oney B.Borba (1986) – **OBB**, Orlando Bordoni [19..] - **OB**, Paulo Fortes Filho (2004) – **PFF**, Romário Martins (1995) – **RM**, Theodoro Sampaio (1928) – **TS**, Waldomiro Ferreira de Freitas (1999) – **WFF** e Zilna Hoffman Domingues (2004) – **ZHD**.

<sup>39</sup> Na elaboração deste capítulo usou-se como referência o trabalho de Dargel (2003), desconsiderando-se os itens: tipo de acidente - TA e variante cartográfica lexical – VCL.

<sup>37</sup> Lexia - lingüística: unidade do léxico (vocabulários, expressões idiomáticas, locuções, etc); lingüística estrutural: unidade funcional significativa de comportamento lexical. Pode ser lexia simples, lexia composta ou lexia complexa (AH, 2001, on-line).

A escolha dos autores se deve primeiramente por aqueles conhecidos em todo território, como Antonio Geraldo da Cunha, Luis Caldas Tibiriçá, Theodoro Sampaio, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, e, em seguida os que se sobressaem em seu trabalho regional como Antonio Vieira dos Santos, Ermelino de Leão e Romário Martins.

Destaca-se que a disposição dos termos no referido quadro corresponde à seguinte estrutura: 1- **Município** – localização espacial do topônimo - os trinta e seis municípios do período foram organizados em ordem alfabética; 2- **Tipo de acidente** – o elemento genérico do sintagma toponímico (córrego, rio, ribeirão, serra, etc.); 3- **Topônimo** - o elemento específico do sintagma toponímico; 4- **Língua de origem** – estrato lingüístico presente na base do topônimo - **LI** – língua indígena: como em rio **Cacatu**; **LP** – língua portuguesa: rio **da Forquilha**; **LA** – língua africana: rio **Caxambu** e **LE** - língua estrangeira: rio **Redomona**.

Ainda, pelo fato de termos encontrado étimos de outras línguas indígenas que não só a tupi, decidiu-se empregar uma classificação que abrangesse todas as variantes e assim classificar como **LI** (língua indígena), como por exemplo, em Guamiranga de Baixo - **LI + LP**. Quando se tratar de um topônimo procedente de duas ou mais línguas diferentes, isto é, um caso de hibridismo, esta referência estará implícita na coluna sobre língua (s) de origem.

Não sendo possível descobrir a língua de origem e a classificação taxionômica do topônimo, indica-se com - **N/C**. Para os topônimos que necessitem de explicações, apresenta-se etimologia, discussão e comentários; 5- **Classificação Taxionômica** – item reservado para a classificação taxionômica dos topônimos analisados, de acordo com o modelo adotado (Dick, 1990b, p.31-34), seguindo as vinte e sete<sup>41</sup> taxes com vistas a obter dados qualitativos e quantitativos a respeito do universo pesquisado. Assim sendo, os topônimos de índole vegetal são classificados como **fitotopônimos** (rio **Abobreira** – Antonina); 6-**Estrutura morfológica do topônimo** – elemento específico do sintagma toponímico que pode ser classificado morfológicamente como simples – quando formado por um elemento – (rio **Coqueiro** – Campina Grande do Sul), composto<sup>42</sup> – em que aparecem dois elementos ou mais na sua composição – (rio **Barra do Doutor** – Cândido de Abreu).

Há, também, nos dados levantados a partir dos mapas atuais, acidentes geográficos que se destacam com mais de uma denominação como em rio *do Peixe ou*

<sup>41</sup> Quando for necessário recorrer-se-á às taxes sugeridas pela equipe do ATEPAR.

<sup>42</sup> Dentro da classificação de composto incluem-se os híbridos (v. 4.4).

*Laranjinha*, rio *Ribeirão Grande ou Invernada*. Diante desse fato, optou-se por analisar o primeiro designativo, como por exemplo: *rio do Peixe*.

A seguir, apresenta-se um pequeno fragmento do Quadro I que ilustra o modelo descrito.

Município	Tipo de acidente	Topônimo	Língua (s) de origem	Classificação taxionômica	Estrutura morfológica do topônimo
<i>Antonina</i>	rio	Abobreira	LP	fitotopônimo	simples
	porto	Barão de Tefé	LP	axiotopônimo	composto
	rio	Cacatu	LI	fitotopônimo	simples
	ilha	Guamiranga de Baixo	LI+ LP	fitotopônimo	composto

A seguir apresenta-se o quadro geral dos dados lexicográficos e toponímicos que reúne 2.108 topônimos analisados nesta pesquisa, distribuídos conforme as categorias anteriormente descritas.

Município	Tipo de acidente	Topônimo	Língua (s) de origem	Classificação taxionômica	E. M. do Topônimo
<i>Antonina</i>	rio	Abobreira	LP	fitotopônimo	simples
	porto	Barão de Tefé	LP	axiotopônimo	composto
	rio	Bonito	LP	animotopônimo	simples
	rio	Cacatu – cacatú – corr. caá-catú: mato ralo, fácil de penetrar; o cerrado. (TS)	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Calista – variação fonética de Calixto.	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	Catarina	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Cedro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Curitibaiba – ‘curityba’: pinheiral + ‘yba’ – princípio, origem - onde começa o pinheiral (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	morro	da Boa Vista	LP	animotopônimo	composto
	rio	da Forquilha	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	da Caratuva - <i>Chusquea pinnifolia</i> : espécie de bambu-anã <sup>43</sup> .	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	da Olaria	LP	sociotopônimo	simples

<sup>43</sup> Disponível em: [www.cosmo.org.br/marumbi/aserradomar.htm](http://www.cosmo.org.br/marumbi/aserradomar.htm).

	ilha	da Ponta Grossa	LP	geomorfotopônimo	composto
	serra	da Repartição	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	da Virgem Maria	LP	hierotopônimo	composto
	rio	das Antas	LP	zootopônimo	simples
	ilha	das Garças	LP	zootopônimo	simples
	ilha	das Rosas	LP	fitotopônimo	simples
	baía	de Antonina	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Baixio	LP	geomorfotopônimo	simples
	ilha	do Barbosa	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Biguá – de ‘py’, ‘by’: pé e ‘guá’: redondo - ave pelicaniforme da família dos falocrocacídeos, também chamada mergulhão e corvo-marinho (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	serra	do Cabrestante <sup>44</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	morro	do Cantagalo	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	do Cedrinho	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	do Corisco – “[...] outrora existia uma encantadora ilha revestida de frondosa e acolhedora vegetação tropical, [...]. Nome algum poderia ser mais próprio para designar o maravilhoso e idílico recanto, senão aquele que lhe foi dado – “Graciosa”. Algum tempo depois, em momento dramático e de profunda tristeza dos moradores vizinhos - a morte trágica de um homem, vitimado por fulminante raio, trocou-lhe o nome pelo de “Ilha do Corisco”, que persiste até hoje” (JEM).	LP	meteorotopônimo	simples
	morro	do Corisco	LP	meteorotopônimo	simples
	rio	do Curtume	LP	sociotopônimo	simples
	ilha	do Duro <sup>45</sup>	LP	animotopônimo	simples
	ilha	do Guará - a garça vermelha, a ave aquática <i>Íbis rubra</i> (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	do Inferno	LP	mitotopônimo	simples
	pico	do Marumbi - lagoa cheia de tábuas (ABHF).	LP	hidrotopônimo	simples
	serra	do Marumbi	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	do Nácar – “[...] começando na primeira tem o rio Nácar na entrada de sua foz, hé areento, e baixo;mas dentro fundo e	LP	antropotopônimo	simples

<sup>44</sup> Máquina destinada a içar a amarra da âncora, e que consiste num tambor que gira à volta de um pião ou eixo vertical (ABHF).

<sup>45</sup> 1. Árduo, trabalhoso, penoso; 2. Cruel, insensível, impassível, empedernido (ABHF).

		onde há hua fabrica de pilar arroz do Commendador Manoel Antonio Guimaraens” (AVS). <sup>46</sup>			
	rio	do Neves	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Nunes	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	do Pedrinho	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Teixeira – “Fica situada na baía de Paranaguá, na enseada de Guarapiracaba (atual baía de Antonina), a 3 léguas distante da Ilha Cotinga. Os documentos antigos dão a ilha o nome de Francisco Teixeira” (EL).	LP	antropotopônimo	simples
	serra	dos Órgãos <sup>47</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	ilha	dos Passarinhos	LP	zootopônimo	simples
	ilha	dos Ratos	LP	zootopônimo	simples
	rio	Faisqueira - “Outros investigadores; pelos mesmos annos ou depois delles, examinando os grandes rios que dezaguão na Bahia da Villa Antonina; sendo entre elles o da Faisqueira que inda em memoria de encontrarém nelle este metal conserva o proprio nomes derivado dos trabalhadores faiscentes [...]” (AVS – Tomo 1). <sup>48</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Furado	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Gaivotas	LP	zootopônimo	simples
	rio	Gervásio	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	ilha	Guamiranga de Baixo – guamiranga - alteração de guapiranga: nome comum a várias madeiras de cerne avermelhado (LCT.)	LI + LP	fitotopônimo	composto
	ilha	Guamiranga de Dentro	LI+LP	fitotopônimo	composto
	rio	Guapiara – como guapiara: do fundo do vale, ou da baixada; o que jaz no fundo, ou ocupa o fundo da concavidade (TS).	LI	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	Inácio Alves	LP	antropotopônimo	composto
	rio	Joãozinho Feliz	LP	antropotopônimo	composto

<sup>46</sup> Optou-se por manter a grafia original do autor. Manoel Antonio Guimarães (1813-1893)-“era uma das individualidades de maior projeção econômico-social e política do passado de Paranaguá e do Paraná. [...] Pelo Decreto imperial de 21/07/1876, foi agraciado com o título de Barão de Nacar. Pelo Decreto imperial de 31/08/1880, com o título de Visconde Nacar” (WFF).

<sup>47</sup> Grande instrumento constituído de teclado, pedaleira e tubos, que são os principais responsáveis pela produção do som em consequência do ar que neles é introduzido sob pressão (AH).

<sup>48</sup> Optou-se por manter a grafia original do autor.

	rio	Mãe Catira – “antigo rio Itaupava - a nova denominação teve origem em fato acidental e, possivelmente de pouca importância, pois dele só chegou até nós vaga memória, perdendo-se na imensidão das serras e dos anos toda e qualquer notícia de sua verdadeira procedência, todavia, conta a tradição que nessa paragem residia em épocas remotas, uma negra velha, conhecida por Mãe Catira, a qual talvez fosse uma quilombola, ou negra fugida, que buscara o refúgio da serra, em troca do cativo” (JEM).	LP	axiotopônimo	composto
	ilha	Mamangava – mamangaba-abelhão munido de ferrão, do gênero <i>Bombus</i> ; do idioma caingangue: ‘ma-mang’ abelha de fruta (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Mergulhão	LP	zootopônimo	simples
	rio	Monte Alegre	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Moura	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Nhundiaguara – ‘nhundiá-‘quara’ - a morada do jundiá, o buraco do peixe deste nome (TS).	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Pequeno	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Pinheiro	LP	fitotopônimo	simples
	córrego	Prejereba – talvez do tupi – ‘pira’ + ‘ye’reb’: volver-se – peixe teleosteo, percomorfo, da família dos lobotídeos ( <i>Lobotes surinamensis</i> ), do Atlântico [...] (ABHF).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Quatinga – <i>Hemulon aurolineatum</i> – conhecido também como cocoroca, habita fundos rochosos, coralinos [...], em águas rasas <sup>49</sup> .	LI	zootopônimo	simples
	ilha	Ramos	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Sagrado	LP	hierotopônimo	simples
	rio	Santa Rosa	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São João	LP	hagiotopônimo	simples
	rio	São Sebastião	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Seco <sup>50</sup>	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Tucunduva - corr. tucũ-	LI	fitotopônimo	simples

<sup>49</sup> Disponível em: [www.eptv.globo.com/terradagente/natv.asp?cp=44](http://www.eptv.globo.com/terradagente/natv.asp?cp=44).

<sup>50</sup> Desprovido de umidade, ou de líquido; enxuto (ABHF).

		dyba: a palmeira do tucum. Pode ser corr. de tucũ-tyba- o sítio do tucum, o palmar de tucuns (TS).			
	rio	Xaxim – xanchim - corr. Chan-chim ou çam-ci: a corda lisa, a fibra macia (TS).	LI	fitotopônimo	simples
<i>Arapoti</i>	córrego	Água do Piquete – piquete: francês piquet (ABHF).	LP+LE	hidrotopônimo	composto
	rio	Arrozal	LP	fitotopônimo	simples
	córrego	Aterrado	LP	geomorfotopônimo	simples
	córrego	Banhado Grande – banhado: espanhol platino: bañado - pântano coberto de vegetação (ABHF).	LE+LP	geomorfotopônimo	composto
	córrego	Barra Mansa	LP	hidrotopônimo	composto
	córrego	Barreiro	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Batel – do francês batel, atual bateau - pequeno barco (ABHF).	LE	ergotopônimo	simples
	ribeirão	Cachoeirinha	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Canoinhas – de canoa- do aruaque, através do espanhol ‘canoa’ + ‘inhas’ - sufixo nominativo: diminuição (ABHF).	LI	ergotopônimo	simples
	córrego	Capivara – ‘caapiĩ – uára’ - o comedor de capim, herbívoro (TS).	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	Caratua	LI	fitotopônimo	simples
	córrego	Cavallhada <sup>51</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	água	Caxambu – de origem africana- grande tambor usado na dança do mesmo nome, no bailado moçambique e no jongo; bendenguê (ABHF).	LA	ergotopônimo	simples
	rio	Caxambu	LA	ergotopônimo	simples
	arroio	Caxambuzinho	LA	ergotopônimo	simples
	córrego	Cerradinho	LP	fitotopônimo	simples
	córrego	Cipriano	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	da Anta Brava	LP	zootopônimo	composto
	ribeirão	da Natureza	LP	animotopônimo	simples
	rio	das Perdizes	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Cinzas	LP	litotopônimo	simples
	água	do Barulho	LP	animotopônimo	simples
	rio	do Café	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	do Campão	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	do Jerivá – do tupi ‘jeri’wa’- jeribazeiro: palmeira ( <i>Arecastrum romanzoffianum</i> ), comum na orla litorânea, de estipe alto e elegante, folhas com	LI	fitotopônimo	simples

<sup>51</sup> Folgado, ainda vivo no Brasil, em que cavaleiros ricamente trajados se exibem numa encenação [...], cuja duração pode se estender por três dias, relembrando as cavalladas medievais (AH).

		numerosos segmentos, e cujos cocos são ricos em mucilagem adocicada, razão por que os apreciam muito as crianças; baba-de-boi, coquinho, jeribá ou jerivá (ABHF).			
	água	do Miguel José	LP	antropotopônimo	composto
	rio	do Norato	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Peixe ou Laranjinha	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Tigre	LP	zootopônimo	simples
	ribeirão	do Rato	LP	zootopônimo	simples
	ribeirão	do Vinho	LP	ergotopônimo	simples
	rio	Dois Irmãos	LP	numerotopônimo	composto
	ribeirão	dos Antunes	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	dos Patos	LP	zootopônimo	simples
	rio	Erval – espanhol platino yerbal- mata em que domina a erva-mate ou congonha (ABHF).	LE	fitotopônimo	simples
	córrego	Invernadinha – espanhol platino invernada - designação comum a certas pastagens rodeadas de obstáculos, naturais ou artificiais, onde se guardam eqüídeos, muares e bovinos, para repousarem ou recobrem as forças (ABHF).	LE	sociotopônimo	simples
	rio	Lambedor - terreno salgado e alagadiço, aonde os animais sequiosos por sal vão lambar a terra (M).	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Lopinho – diminutivo de Lopes.	LP	antropotopônimo	simples
	córrego	Mambuca - mumbuca: variedade de abelha grande e negra (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	córrego	Manhoso	LP	animotopônimo	simples
	água	Pai Joaquim	LP	axiotopônimo	composto
	arroio	Papagaio	LP	zootopônimo	simples
	córrego	Passo do Felisberto	LP	hidrotopônimo	composto
	córrego	Pousinho	LP	ecotopônimo	simples
	arroio	Pulador	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Quebra-perna	LP	dirrematopônimo	composto
	rio	Quinze	LP	numerotopônimo	simples
	rio	Quizot	LE	antropotopônimo	simples
	rio	Redomona - redomão: do espanhol platino redomón - diz-se do cavalo que ainda está sendo domado (ABHF).	LE	zootopônimo	simples
	rio	Roncador	LP	hidrotopônimo	simples
	ribeirão	Saltinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	córrego	Sanfona	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Santo Antônio	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Taquaruçu – ‘taquar-uçú’ - a cana grande, a taquara	LI	fitotopônimo	simples

		grossa, bambu (TS).			
	arroio	Vaca Brava	LP	zootopônimo	composto
<i>Araucária</i>	rio	Barigui – de mbariwí’y: rio dos mosquitos-pólvora (ADR).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	ribeirão	Campeirinho	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	Campestre	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Campestrinho	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Campina das Pedras	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Campina dos Martins	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Campo Redondo	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Capinzal	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Capivara	LI	zootopônimo	simples
	rio	Cristal	LP	litotopônimo	simples
	arroio	da Capoeira – caapuera - mata que foi destruída pela mão do homem e nasceu dela nova mata que não é virgem (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	das Antas	LP	zootopônimo	simples
	ribeirão	das Gralhas	LP	zootopônimo	simples
	córrego	das Onças	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Enéas	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Gurski	LE	antropotopônimo	simples
	arroio	do Lote Cinco <sup>52</sup>	LP	sociotopônimo	composto
	rio	do Mato Branco	LP	fitotopônimo	composto
	rio	do Maurício	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Pessegueiro	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	do Salão	LP	sociotopônimo	simples
	rio	do Tomás	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	dos Pessegueiros	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Faxinal	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Fazendinha	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	Formigueiro	LP	zootopônimo	simples
	rio	Guajuvira – guajubira: planta da família das borrogináceas; de ‘guaju – ybyrá’- pau de formiga (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Iguaçu – do tupi, ‘y’: água, o rio + ‘guassú’: grande e grosso - rio grande (LCT).	LI	dimensiotopônimo	simples
	ribeirão	Iguaçu	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Ipiranga – do tupi, ‘y’: água, rio + ‘piranga’: vermelho, corado, ruivo, rubro, pardo - rio vermelho (TS).	LI	cromotopônimo	simples
	rio	Isabel Alves <sup>53</sup>	LP	antropotopônimo	composto
	rio	Passa Una – passa + ‘una’: preto, escuro, negro (LCT).	LP+LI	hodotopônimo	composto

<sup>52</sup> Por se considerar que lote é uma área pequena de terreno, urbano ou rural, destinada a construções ou a pequena agricultura, é que se classificou como sociotopônimo.

<sup>53</sup> Segundo Albino (2004, p.158), esse designativo é uma homenagem à professora Isabel Alves da Rocha.

	arroio	Passo do Soares	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Pianduva – ‘piũ’: variedade de mosquito; borrachudo (LCT) + ‘duva’: abundância – muito mosquito.	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Rondinha <sup>54</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Taquaroca – ‘tacuara’: taquara, bambu + ‘oca’: tirar, arrancar, cortar, diminuir - cortar bambu (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Verde	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Verde Abaixo	LP	cromotopônimo	composto
<b>Bocaiúva do Sul</b>	rio	Abaixo	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	Água Amarela	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Água Clara	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Água Comprida	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Antinha	LP	zootopônimo	simples
	córrego	Araçaeiro – do tupi ara’sá: arvoreta ou arbusto da família das mirtáceas ( <i>Psidium littorale</i> ),[...] araça,araçaeiro e araçoeiro (ABHF).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Aranhas	LP	zootopônimo	simples
	água	Areia Branca	LP	litotopônimo	composto
	rio	Bacaetava – mbaé-caitaba - a queimada (TS) .	LI	sociotopônimo	simples
	rio	Barra Bonita	LP	hidrotopônimo	composto
	córrego	Barraquinha	LP	ecotopônimo	simples
	arroio	Bocáina	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Bom Sucesso	LP	animotopônimo	composto
	ribeirão	Cantagalo	LP	animotopônimo	simples
	rio	Capivari – capivary, corr. caapiuar-y: o rio das capivaras (TS).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Capoeirinha	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Carijós <sup>55</sup> – corr. cari-yó - o procedente do branco europeu (TS).	LI	etnotopônimo	simples
	arroio	Castelo da Anta	LP	ecotopônimo	composto
	ribeirão	Cerro <sup>56</sup> Lindo	LP	geomorfotopônimo	composto
	córrego	Comprido	LP	dimensiotopônimo	simples
	serra	da Bocáina	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	da Conceição	LP	hagiotopônimo	simples
	córrego	da Cruz	LP	hierotopônimo	simples
	rio	da Mina	LP	hidrotopônimo	simples
	córrego	da Pedra	LP	litotopônimo	simples
	córrego	da Sanga- do espanhol platino zanja - pequeno regato, que seca facilmente (ABHF).	LE	hidrotopônimo	simples

<sup>54</sup> De ronda – lugar onde pasta, vigiada pelos camaradas, a tropa (ABHF).

<sup>55</sup> Designa também um galináceo de penas pretas e brancas (TS).

<sup>56</sup> Cerro – colina pequena e penhascosa, geralmente de forma tabular (ABHF).

	ribeirão	da Serra	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	das Barras	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	das Lavras	LP	sociotopônimo	simples
	rio	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	serra	do Cabrestante	LP	ergotopônimo	simples
	rio	do Tanque	LP	ergotopônimo	simples
	rio	do Tigre	LP	zootopônimo	simples
	ribeirão	dos Patinhos	LP	zootopônimo	simples
	rio	dos Veados	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Estiva	LP	ergotopônimo	simples
	rio	Grande da Laura	LP	dimensiotopônimo	composto
	ribeirão	Invernada	LE	sociotopônimo	simples
	rio	Invernada Grande	LE+LP	sociotopônimo	composto
	lajeado	Lapinha	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Limeira	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Limoeiro	LP	fitotopônimo	simples
	córrego	Macacos	LP	zootopônimo	simples
	rio	Mandaçaia – ‘mandassaia’ - variedade de abelha do gênero melipona (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	Marmeleiro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Marrecas	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Massaroca- maçaroca - bola formada por emaranhamento nas crinas do pescoço e especialmente da cauda dos cavalos, resultante da falta de trato (AH).	LP	somatotopônimo	simples
	rio	Matão	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Mineiro	LP	etnotopônimo	simples
	arroio	Morro Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Ouro Fino	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Paiol de Cima	LP	sociotopônimo	composto
	ribeirão	Paraíso	LP	animotopônimo	simples
	rio	Pardinho <sup>57</sup>	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Pardo	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Passa Vinte	LP	dirrematopônimo	composto
	ribeirão	Pau <sup>58</sup> de Sangue	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Pavão	LP	zootopônimo	simples
	rio	Pederneiras <sup>59</sup>	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Pedra Lisa	LP	litotopônimo	composto
	rio	Ponta Grossa	LP	geomorfotopônimo	composto
	ribeirão	Pontal	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Pula Sapó	LP	dirrematopônimo	composto
	ribeirão	Pulador	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Putunã – putuna – pytuna - noite; preto, negro, escuro (LCT).	LI	cromotopônimo	simples
	córrego	Raso	LP	dimensiotopônimo	simples
	córrego	Retiro dos Patinhos	LP	sociotopônimo	composto

<sup>57</sup> Poderia ser também uma homenagem ao Corregedor Pardinho, mas não se dispõe de fatos ou dados que confirme esta hipótese.

<sup>58</sup> Embora não lexicalizado, os dicionários trazem dezenas de entradas com a lexia “pau”, significando árvore ou arbusto.

<sup>59</sup> Pedra muito dura, que produz faíscas, quando ferida com um fragmento de aço, sílex, pedernal, pedra-de-fogo (ABHF).

	rio	Ribeira	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Rodeio	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	Roncador	LP	hidrotopônimo	simples
	ribeirão	Samambaia – corr. çamambai -o trançado de cordas; cordas entrelaçadas formando parapeito, cordas emaranhadas; alusão a trama confusa dessas plantas sociais, invasoras (Felix herbácea) (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Santa Clara	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Santa Cruz	LP	hagiotopônimo	composto
	serra	Santana	LP	hagiotopônimo	simples
	córrego	São Luis	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Miguel	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Pedro	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Tapera - aldeia extinta; de 'ta-puera' (LCT).	LI	ecotopônimo	simples
	arroio	Tigrinho	LP	zootopônimo	simples
	rio	Tingüi - corr. Ty-gui ou tyghi: o líquido que vem, o sumo, a espuma, o enjôo, o enfado. O sumo extraído de cipós batidos para matar o peixe nos rios e lagoas (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Uberaba – corr. y-beraba - a água brilhante, clara, transparente, cristalina (TS).	LI	hidrotopônimo	simples
	<i>Campina Grande do Sul</i>	Água Branca	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Amarelo	LP	cromotopônimo	simples
	córrego	Basílio	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Bonito	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	Branco	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Canguiri - de kángwéry: rio da ossada ou de akángwéry: rio da caveira (ADR).	LI	necrotopônimo	simples
	rio	Capivari	LI	zootopônimo	simples
	rio	Cedro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Coqueiro	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	da Figueira	LP	fitotopônimo	simples
	serra	da Graciosa	LP	animotopônimo	simples
	rio	da Roseira	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	do Boi	LP	zootopônimo	simples
	serra	do Cabrestante	LP	ergotopônimo	simples
	represa	do Capivari	LI	zootopônimo	simples
	rio	do Cerne <sup>60</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	do Cerrinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Engenho	LP	sociotopônimo	simples

<sup>60</sup> Parte do lenho das árvores formada de células mortas e sem substâncias nutritivas de reserva. Fica no centro do tronco (ABHF).

	ribeirão	do Pino	LP	ergotopônimo	simples
	serra	dos Órgãos	LP	ergotopônimo	simples
	ribeirão	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	ribeirão	Indaiatuba – indayatuba – corr. indayá-tyba - abundância de indaiás, o sítio das palmeiras indaiás (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Jaguatirica – corr. yaguá-tirica - a onça tímida, fujona, <i>Felis mitis</i> (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Lapinha	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Mandaçaia	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	Manoel José	LP	antropotopônimo	composto
	rio	Mundéu – mundé - alçapão, armadilha (LCT).	LI	ergotopônimo	simples
	rio	Faxinal	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Florestal	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Gracioso	LP	animotopônimo	simples
	rio	Palmeirinha	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Pardinho	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Pocinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	Pousinho	LP	ecotopônimo	simples
	rio	Raso	LP	dimensiotopônimo	simples
	ribeirão	Saltinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Taquari – ‘taquar-y’ - o rio das taquaras (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Terra Boa	LP	litotopônimo	composto
	rio	Timbu - nome que no Nordeste dão ao gambá. (LCT)	LI	zootopônimo	simples
	rio	Tucum – tucũ – variedade de palmeira (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Tucunduva	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Vermelho	LP	cromotopônimo	simples
<b>Campo Largo</b>	rio	Açungui – assunguy – acugui - o sangue de gente (TS).	LI	somatotopônimo	simples
	arroio	Água Quente	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Angico	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Beleza	LP	animotopônimo	simples
	morro	Boa Vista	LP	animotopônimo	composto
	arroio	Cigarra	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Colônia	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Conceição	LP	hagiotopônimo	simples
	ribeirão	da Fábrica	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	da Lomba	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	da Prata	LP	litotopônimo	simples
	morro	da Serrinha	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	Descalvado	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Cerne	LP	fitotopônimo	simples
	morro	do Ourives	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	Dom Rodrigo	LP	axiotopônimo	composto
	rio	dos Matos <sup>61</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Endoenças - do latim	LP	hierotopônimo	simples

<sup>61</sup> Pode ser originário da família Matos.

		‘indulgências’ - nome que se dá às solenidades religiosas de Quinta-feira Santa (JMC).			
	serra	Endoenças	LP	hierotopônimo	simples
	córrego	Espírito Santo	LP	hierotopônimo	composto
	morro	Felpudo	LP	estematotopônimo	simples
	lajeado	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroio	Itambezinho - v. Itaimbé - c. içá-aimbé, a pedra afiada o penedo ponteagudo (TS) + zinho: sufixo nominativo ‘diminuição’ (ABHF).	LI	litotopônimo	simples
	rio	Itaqui - ‘itaky’- mó, pedra de afiar. (LCT)	LI	litotopônimo	simples
	rio	Jacu - corr. yacú, adj., esperto, cuidadoso, desconfiado, cauteloso. É o nome da ave Penélope (TS).	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	Lavras	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Ouro	LP	litotopônimo	simples
	rio	Palmital	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Palmital ou São Silvestre	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Passa <sup>62</sup> Três	LP	hodotopônimo	composto
	rio	Passa Una	LP+LI	hodotopônimo	composto
	arroio	Purunã - do tupi: ‘puruna = puru = poro’: gente + ‘una’: preta = gente preta (OB).	LI	etnotopônimo	simples
	rio	Ribeirão Grande ou Invernada	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Ribeirinha	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Santa Quitéria	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Santana	LP	hagiotopônimo	simples
	ribeirão	São Caetano	LP	hagiotopônimo	composto
	água	São Pedro	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Sete Saltos	LP	numerotopônimo	composto
	arroio	Taquaral - ‘taquara’ + ‘al’ - extenso aglomerado de taquaras em determinada área; bambual, bambuzal, tabocal (AH).	LI	fitotopônimo	simples
	morro	Três Barras	LP	numerotopônimo	composto
	rio	Três Barras	LP	numerotopônimo	composto
	arroio	Três Córregos	LP	numerotopônimo	composto
	morro	Três Irmãos	LP	numerotopônimo	composto
	rio	Verde	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Verde ou Rondinha	LP	cromotopônimo	simples
<b><i>Campo do Tenente</i></b>	arroio	Buriti - burity - corr. mbirity - árvore que emite líquido; a palmeira (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Branco	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Campo do Tenente	LP	fitotopônimo	composto
	arroio	da Capoeira	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	da Fazenda	LP	sociotopônimo	simples

<sup>62</sup> Passa - de passagem: local por onde se passa (ABHF).

	rio	da Várzea	LP	geomorfotopônimo	simples
	córrego	do Correia	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	do Miguel	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	do Potreirinho	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	do Sapezal –sapé - do tupi ‘ssápé’: o que alumia – capim da família das gramíneas, muito conhecido por cobrir choças+ ‘z’ + ‘al’- quantidade mais ou menos considerável de sapés dispostos proximamente entre si. (ABHF).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	dos Veigas	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	ribeirão	Rodeio	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	Vermelho	LP	cromotopônimo	simples
<b><i>Cândido de Abreu</i></b>	rio	Alonso	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Água Quente	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Areião	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Baitaca – baetaca: corr. mbaé-taca - o ruído, o barulhento. Maetaca: é uma variedade de papagaio (TS).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Banhado Vermelho	LE+LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Barra Bonita	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Barra do Pito	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Barra da Imbuia – ‘barra’ + ‘da’ + ‘imbuia’ - preciosa madeira do sul do Brasil (LCT).	LP+LI	hidrotopônimo	composto
	rio	Barra do Doutor	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Barra Grande	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Barra Preta	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Barro Seco	LP	litotopônimo	composto
	rio	Barreirinho	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Barrinha	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Belo	LP	animotopônimo	simples
	morro	Bico de Papagaio	LP	somatotopônimo	composto
	arroio	Bodoque <sup>63</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Bonfim	LP	hagiotopônimo	simples
	rio	Bonito ou Pedrinho	LP	animotopônimo	simples
	rio	Botocudo	LP	etnotopônimo	simples
	rio	Branco	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Cadeadinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Caju – ver acaju: caju. (LCT)	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Cambucica – aplica-se a certos animais menores que seus congêneres, mais ariscos e, geralmente, de fio de lombo escuro (M).	N/C	zootopônimo	simples

<sup>63</sup> Arco para atirar bolas de barro endurecidas ao fogo, pedrinhas, etc (ABHF).

	rio	Candó – na Índia Portuguesa; corte de árvores ou de ramos de árvores para queimada (do guz. Khandho) (CF).	LE	fitotopônimo	simples
	rio	Cava Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Chupador <sup>64</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	da Barra Escondida	LP	hidrotopônimo	composto
	arroyo	da Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	da Faca	LP	ergotopônimo	simples
	serra	da Laranjeira	LP	fitotopônimo	simples
	serra	da Mesa	LP	ergotopônimo	simples
	morro	da Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	serra	da Prata	LP	litotopônimo	simples
	rio	da Vergonha	LP	animotopônimo	simples
	rio	do Cachorro	LP	zootopônimo	simples
	serra	do Caju	LI	fitotopônimo	simples
	rio	do Cirino	LP	antropotopônimo	simples
	arroyo	do Erval	LE	fitotopônimo	simples
	arroyo	do Forno	LP	ergotopônimo	simples
	arroyo	do Irineu	LP	antropotopônimo	simples
	arroyo	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	arroyo	do Tigre	LP	zootopônimo	simples
	serra	do Pinhão	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Sol	LP	astrotopônimo	simples
	arroyo	dos Teixeiras	LP	antropotopônimo	simples
	arroyo	dos Índios	LP	etnotopônimo	simples
	arroyo	dos Pelechates	LE	antropotopônimo	simples
	rio	Duas Antas	LP	numerotopônimo	composto
	rio	Erval	LE	fitotopônimo	simples
	arroyo	Faxinal Boa Vista	LP	fitotopônimo	composto
	arroyo	Faxinal de Baixo	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Figueira	LP	fitotopônimo	simples
	arroyo	Fraqueza	LP	animotopônimo	simples
	arroyo	Funil <sup>65</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroyo	Furneiro <sup>66</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroyo	Gamelão	LP	ergotopônimo	simples
	arroyo	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroyo	Imbuia	LI	fitotopônimo	simples
	arroyo	Iratim – v. iraxim – variante de iratim - do tupi i'ra'ting, abelha branca (ABHF).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Ivaí – 'ivahy', corr. ybá-y - o rio das frutas (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Ivaizinho - 'ivahy', corr. ybá-y - o rio das frutas (TS) + zinho: sufixo nominativo 'diminuição' (ABHF) - o rio das frutas pequeno.	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Jacaré – nome comum de diversas espécies de sáurios do Brasil (LCT).	LI	zootopônimo	simples

<sup>64</sup> Remoinho (nos rios) (ABHF).

<sup>65</sup> Qualquer objeto em forma de funil (ABHF).

<sup>66</sup> De furna - caverna ou gruta, geralmente formada de blocos de pedra; fojo, antro, subterrâneo (ABHF).

	arroio	Jaciaba - de 'jacy' - corr. 'ya-cy', a lua + 'aba', cabelo - raios de lua (TS).	LI	astrotopônimo	simples
	arroio	João Manoel	LP	antropotopônimo	composto
	arroio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Laranjeira	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Macaco	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Mambeca	N/C	N/C	simples
	arroio	Mangueirinha	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	Marcondes	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Maria Flora	LP	antropotopônimo	composto
	rio	Marrecas	LP	zootopônimo	simples
	morro	Marumbi	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Matão	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Miranda	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Monjolo Velho – monjolo - do quimbundo – engenho tosco, movido à água, usado para pilhar milho (ABHF).	LA+LP	ergotopônimo	composto
	arroio	Moquém – corr. mocaê ou mô – caê - faz que seque; o secadouro, o assador; gradeado de varas sobre brasas para assar a caça ou peixe (TS).	LI	ergotopônimo	simples
	rio	Ouro Fino	LP	litotopônimo	composto
	rio	Palmital	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Passo Fundo	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Pedra Vermelha	LP	litotopônimo	composto
	rio	Pedrinho	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Perobas – 'yperoba': peroba, madeira de lei ótima para construção (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Pessegueiro	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Pilão Velho	LP	ergotopônimo	composto
	arroio	Pinhalzinho	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Pinhão	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Pitanga – vermelho, corado, [...] é o nome da fruta ácida de pele delicada e corada da <i>Eugenia uniflora</i> (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Ponte Coronel	LP	ergotopônimo	composto
	rio	Ranchinho – diminutivo de rancho - do espanhol: casa pobre, da roça, choça (ABHF).	LE	ecotopônimo	simples
	lajeado	Raso	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Riozinho	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Sabugueiro <sup>67</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	rio	São Francisco	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Pedro	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Tamanqueira <sup>68</sup>	LP	fitotopônimo	simples

<sup>67</sup> Arbusto melífero (*Sambucus australis*), nativo do Brasil (BA ao RS) e Argentina, com propriedades purgativas, drásticas e eméticas, [...] flores aromáticas, alvas, em umbelas paniculadas; acapora (AH).

	arroio	Taquaruçu	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Tateto – taitetu = cateto; variedade de porco-domato. De ‘t-ãi-eté-tu’: o que ataca com os dentes caninos (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Três Barras	LP	numerotopônimo	composto
	morro	Trombudinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	Trombudo	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Ubázinho – ‘ubá’ (ybá): coco, coqueiro (LCT) + zinho: sufixo nominativo ‘diminuição’ (ABHF) - coqueiro pequeno.	LI + LP	fitotopônimo	simples
	córrego	Vavá	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Vorá – própolis; massa amarela que se encontra dentro das colméias; variedade de abelha do gênero Trigona (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Xaxim	LI	fitotopônimo	simples
<b>Castro</b>	ribeirão	Alguns dias	LP	dirrematopônimo	composto
	arroio	Areião	LP	litotopônimo	simples
	rio	Bomba	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Brígido <sup>69</sup>	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Bulcão <sup>70</sup>	LP	meteorotopônimo	simples
	ribeirão	Cachoeira Roncadeira	LP	hidrotopônimo	composto
	lajeado	Campo Comprido	LP	fitotopônimo	composto
	arroio	Canhambora <sup>71</sup> – Canhambora- (corr. de quilombola) - escravo fugitivo que se ocultava nos quilombos (M).	LI	etnotopônimo	simples
	arroio	Carretão	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Cercado <sup>72</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	Cunhaporanga – ‘cunha’: mulher, índia; fêmea + ‘poranga’: belo, bonito - mulher bonita (LCT).	LI	etnotopônimo	simples
	arroio	da Aparição	LP	mitotopônimo	simples
	arroio	da Campina do Estrepe	LP	fitotopônimo	composto
	arroio	da Cotia – cutia – corr. agutí ou a-cuti - o indivíduo que come de pé, de referência ao hábito que tem o animal deste nome de tomar o alimento com as patas dianteiras (TS).	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	da Guarina – gibão (OB).	LI	ergotopônimo	simples
	arroio	da Invernada	LE	sociotopônimo	simples

<sup>68</sup> Árvore da família das rutáceas [...] (ABHF).

<sup>69</sup> Pode ser originário de Brígido da Silva Furtado, primitivo dono da fazenda Socavão em Castro (OBB).

<sup>70</sup> Nevoeiro, nuvem de fumaça (ABHF).

<sup>71</sup> Canhambora – canhembara - fugitivo, perdido (LCT).

<sup>72</sup> Lugar de pastagem abundante, limitado por tapumes naturais, onde os viajantes guardam à noite seus animais (ABHF).

	ribeirão	da Lagoa da Onça	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	das Antas	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Pombas	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Campo Grande da Várzea	LP	fitotopônimo	composto
	lajeado	do Carambeí – do guarani ‘carumbé’: tartaruga + ‘y’:rio - rio das tartarugas (FF).	LI	zootopônimo	simples
	serra	do Carambeí	LI	zootopônimo	simples
	rio	do Carmo	LP	hagiotopônimo	simples
	morro	do Chapéu <sup>73</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	do Curral <sup>74</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	do Diogo	LP	antropotopônimo	simples
	morro	do Ferro	LP	ergotopônimo	simples
	morro	do Índio	LP	etnotopônimo	simples
	rio	do Inglês	LP	etnotopônimo	simples
	água	do Marco <sup>75</sup>	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	do Ouro	LP	litotopônimo	simples
	lajeado	do Pedregulho	LP	litotopônimo	simples
	rio	do Tanque	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	do Timbézinho – timbé: árvore da família leguminosas (OB)+ zinho/inho: sufixo nominativo ‘diminuição’ (ABHF)-timbé pequeno.	LI +LP	fitotopônimo	simples
	arroio	do Xaxim	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Dois Irmãos	LP	numerotopônimo	composto
	arroio	dos Alves	LP	antropotopônimo	simples
	lomba	dos Arrieiros <sup>76</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	dos Machados	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Órfãos	LP	animotopônimo	simples
	água	dos Rodrigues	LP	antropotopônimo	simples
	lajeado	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Guabiroba – guavirova – ‘guabi-iroba’ - o comestível amargo, ou fruto que trava (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Guararema – espécie de planta silvestre; de ‘guararema’: pau fétido (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Guartelá – etimologia popular- guar-te-lá, guarda-te-lá,acautela-te-lá,resguarda-te-lá (2ª pessoa do singular do imperativo de guarda-se com apócope), de onde vem o topônimo Guartelá (FF).	LP	animotopônimo	simples
	rio	Iapó – ‘yapó’ – ‘y-apó’ - a	LI	hidrotopônimo	simples

<sup>73</sup> Considerou-se que o acidente possui a forma de chapéu.

<sup>74</sup> Lugar onde se junta e recolhe gado; arribaria, malhada, corte (ABHF).

<sup>75</sup> Sinal de demarcação de distâncias; baliza (AH).

<sup>76</sup> Arrieiro - homem que guia bestas de carga; almocreve, arreador (ABHF).

		água transbordada, a inundação; a cheia do rio; os alagados à margem dos grandes rios (TS).				
	arroio	Inhouíva – Nhoahiva – provém de línguas camé e abanhaén – ‘nhum’ (camé): campo + ‘ahiba’: mal - campo mal (EL).	LI	fitotopônimo	simples	
	rio	Jotuba	N/C	N/C	simples	
	ribeirão	Lagoa da Onça	LP	hidrotopônimo	composto	
	córrego	Malfazida – provavelmente de mal feita.	LP	animotopônimo	simples	
	rio	Maracanã - ave da família dos psitacídeos (LCT).	LI	zootopônimo	simples	
	arroio	Maria Leme	LP	antropotopônimo	composto	
	ribeirão	Mato Grande	LP	fitotopônimo	composto	
	arroio	Monjolo	LA	ergotopônimo	simples	
	ribeirão	Morro Grande	LP	geomorfotopônimo	composto	
	arroio	Não me toques	LP	dirrematotopônimo	composto	
	arroio	Olaria	LP	sociotopônimo	simples	
	rio	Pampulha – de pampa: tipo de formação campestre, com raros arbustos e pequenas árvores [...] + ulha - é menos freqüente que -ulho <sup>77</sup> , mas de características comparáveis (AH).	LP	geomorfotopônimo	simples	
	rio	Pirai – pirahy – ‘pira-y’ - o rio do peixe (TS).	LI	zootopônimo	simples	
	rio	Pirai-mirim	LI	zootopônimo	simples	
	rio	Pitangui - ‘pitang-y’ - o rio das pitangas (TS).	LI	fitotopônimo	simples	
	rio	Ribeira	LP	hidrotopônimo	simples	
	arroio	São Cristóvão	LP	hagiotopônimo	composto	
	rio	São João	LP	hagiotopônimo	composto	
	serra	São Joaquim	LP	hagiotopônimo	composto	
	ribeirão	São Lourenço	LP	hagiotopônimo	composto	
	rio	Socavão <sup>78</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples	
	rio	Tabuão <sup>79</sup>	LP	ergotopônimo	simples	
	lajeado	Taipa das Pedras	LP	ecotopônimo	simples	
	lajeado	Tapera	LI	ecotopônimo	simples	
	rio	Taquara – como ta-quara - a haste furada, ou oca (TS).	LI	fitotopônimo	simples	
	arroio	Tatu – tatú - ta-tú - o casco encorpado, ou grosso, couraça (TS).	LI	zootopônimo	simples	
	<b>Clevelândia</b>	lajeado	Dois Irmãos	LP	numerotopônimo	composto

<sup>77</sup> Tem ou aparenta ter conexão com os sufixos ou terminação -alha, -alhas, -elho, -ilha, -ilho, -olho, que têm como denominador comum o fato de provirem do latim -cùlu-, -cùla-, -liu-, -lia- e manterem certa afinidade com a noção de diminutivo não raro expressivo e pejorativo (AH).

<sup>78</sup> 1. grande socava. 2. esconderijo, abrigo. 3. lapa, gruta. 4. lugar retirado (ABHF).

<sup>79</sup> 1. tábua grande; prancha. 2. estiva ou ponte de madeira bruta para se atravessarem pequenos cursos de água ou terrenos encharcados (ABHF).

	lajeado	Aterrado	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Aterrado Alto	LP	geomorfotopônimo	composto
	arroio	Baú ou Catafest	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Cachoeirinha	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Capilé - do francês capillaire: 1. calda feita com suco de capilária (avencas). 2. ficha que um parceiro dá de presente a outro, durante o jogo (ABHF).	LE	ergotopônimo	simples
	arroio	Capivara	LI	zootopônimo	simples
	rio	Chopim – chopi ou chopim - nome de um pássaro, como um tordo, vulgo vira-bosta (TS).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Coruja	LP	zootopônimo	simples
	lajeado	Crisciuma – criciúma: de origem tupi – designação comum a numerosíssimas espécies da família das gramináceas, cujo colmo tem largo emprego na fabricação de balaios e cesto [...]: bambu-trepador, gurixima, pitinga (ABHF).	LI	fitotopônimo	simples
	lajeado	da Campina	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	da Cascata	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	da Divisa I,II	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	da Joaquina	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	das Araras – voz onomatopaica com que se designam os grandes papagaios (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	das Capivaras	LI	zootopônimo	simples
	rio	das Lontras	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Alhal	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Banho	LP	higietopônimo	simples
	arroio	do Leão	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Morais	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Oliveira	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Pampa	LP	geomorfotopônimo	simples
	lajeado	Gote	LE	antropotopônimo	simples
	lajeado	Guerreiro	LP	animotopônimo	simples
	arroio	Lagoão	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Manjolo	LA	ergotopônimo	simples
	lajeado	Nhá Mazilia	LP	axiotopônimo	composto
	arroio	Padilha	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Pato Branco	LP	zootopônimo	composto
	arroio	Quinze	LP	numerotopônimo	simples
	lajeado	Raso	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroio	Ribeiro	LP	antropotopônimo	simples
	lajeado	Santa Maria	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Francisco	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	São Miguel	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Tigre	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Varejão – vara grande (ABHF).	LP	ergotopônimo	simples

<i>Curitiba</i>	rio	Antonio Prado	LP	antropotopônimo	composto
	rio	Atuba – cogote, toutiço, oecipídio (OB).	LI	somatotopônimo	simples
	rio	Bacacheri <sup>80</sup> – ‘baré-ig’: rio pequeno (EL).	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Barigui	LI	zootopônimo	simples
	rio	Belém	LP	corotopônimo	simples
	rio	Boa Vista	LP	animotopônimo	composto
	arroyo	Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Cascatinha	LP	hidrotopônimo	simples
	arroyo	da Prensa	LP	ergotopônimo	simples
	arroyo	do Andrada - “[...] vindo Lourenço Rodrigues de Andrade com sua mulher, e hua filha cazada com hum F. Seixas; e outro irmão de nôme Antonio Rodrigues de Andrade, [...] e destes primários Colônos se originarão as tres principais familias Coritibanas – denominadas- Andrades – Soares -e Seixas” (AVS - Tomo 1). <sup>81</sup>	LP	antropotopônimo	simples
	arroyo	do Fundão	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroyo	Espigão	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Iguaçu	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Iraí – ‘irahy’ – corr. de iray: a água ou rio do mel (TS).	LI	estematotopônimo	simples
	rio	Juevê – do guarani - ‘ju’: espinho + ‘bebá’: chato - espinho chato. Árvore da família das rutáceas, <i>Fagara rhoifolia</i> , cujo tronco e galhos se cobrem de grandes e agudos espinhos (FF).	LI	fitotopônimo	simples
	arroyo	Moinho	LP	ergotopônimo	simples
	arroyo	Mossunguê – ‘mossuuguê’ – ‘moçym-ghê’ - os mossuns ou enguias do Brasil (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Passa Una	LP+LI	hodotopônimo	composto
	rio	Passo do França	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Ponta Grossa	LP	morfotopônimo	composto
	rio	Pequeno	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroyo	Pinheirinho	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Tarumã – planta da família das verbenáceas (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
<i>Guarapuava</i>	arroyo	Abobreira	LP	fitotopônimo	simples
	arroyo	Água Branca	LP	hidrotopônimo	composto
	arroyo	Anta Gorda	LP	zootopônimo	composto

<sup>80</sup> Do guarani- macachary – ‘macá’ - mergulhão, ave aquática dos colimbídeos + ‘chary’: ema, ave reiforme, reídea, com designação imprópria de avestruz no Rio Grande do Sul (FF).

<sup>81</sup> Optou-se por manter a grafia original do autor.

	arroio	Aterrado Alto	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Bananas	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Banhado Grande	LE+LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Barreiro	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Barro Preto	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Bela Vista	LP	animotopônimo	composto
	rio	Boa Sorte	LP	animotopônimo	composto
	arroio	Bom Retiro	LP	animotopônimo	composto
	rio	Bonito	LP	animotopônimo	simples
	rio	Cachoeira Branca	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Cachoeirinha	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Cadeado <sup>82</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Cambará- câmara – corr. caá-mbará - a planta variegada, a planta de folhas de várias cores (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Campinas	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Campo Novo	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Campo Real	LP	fitotopônimo	composto
	arroio	Capão da Vargem	LI+LP	fitotopônimo	composto
	rio	Cascavel	LP	zootopônimo	simples
	rio	Charqueada	LE	sociotopônimo	simples
	arroio	Charquinho <sup>83</sup>	LE	hidrotopônimo	simples
	rio	Coutinho	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Combrão <sup>84</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Corredor	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	da Balbina – pode ser de Balbina Francisca Siqueira que doou 3.000 alqueires de terras a seus escravos <sup>85</sup> .	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	da Casa Nova	LP	ecotopônimo	composto
	arroio	da Chácara	LP	sociotopônimo	simples
	rio	da Divisa	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	da Divisa	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	da Estrela	LP	astrotopônimo	simples
	rio	da Fazendinha	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	da Fraqueza	LP	animotopônimo	simples
	rio	da Lagoa	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	da Laje	LP	litotopônimo	simples
	rio	da Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	rio	da Pedra Grande	LP	litotopônimo	composto
	arroio	da Viola	LP	ergotopônimo	simples
	rio	das Águas Belas	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	das Almas	LP	animotopônimo	simples
	rio	das Araras	LI	zootopônimo	simples
	rio	das Mortes	LP	necrotopônimo	simples
	rio	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	rio	das Pombas	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Baú	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	do Bento	LP	antropotopônimo	simples

<sup>82</sup> Derivação: sentido figurado: aquilo que impede ou dificulta um movimento, uma ação, um processo; obstáculo, empecilho, impedimento (AH).

<sup>83</sup> Provavelmente de charco: água estagnada e imunda, de pouca profundidade (ABHF).

<sup>84</sup> Pequena elevação longitudinal que separa propriedades rústicas (M).

<sup>85</sup> Reportagem do jornal Folha de Londrina de 19-20/10/2005 relata que área de aproximadamente 3.000 alqueires foi herdada pelos escravos em 1860. A proprietária Balbina Francisca de Siqueira deixou em seu testamento que repassava as terras para os seus escravos e libertos.

	rio	do Bugre – do francês bougre: indivíduo dos bugres, tribo indígena do sul, da região entre os rios Iguazu e Piquiri e as cabeceiras do Uruguai (ABHF).	LE	etnotopônimo	simples
	arroio	do Butka	LE	antropotopônimo	simples
	rio	do Cachorro	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Capão Raso	LI +LP	fitotopônimo	composto
	rio	do Cento e Um	LP	numerotopônimo	composto
	arroio	do Claudiano	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Corvo	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Esfria Freio	LP	dirrematopônimo	composto
	rio	do Faxinal I,II	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	do Freio	LP	ergotopônimo	simples
	rio	do Guará – a garça vermelha, a ave aquática <i>Íbis rubra</i> (TS).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	do Lustosa	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	do Paiol de Telha	LP	sociotopônimo	composto
	arroio	do Pelado <sup>86</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	do Pimpão	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Poço	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Posto	LP	sociotopônimo	simples
	rio	do Rondinho	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	do Tanílio	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Veado	LP	zootopônimo	simples
	rio	dos Fuegos <sup>87</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	dos Limas	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Martins	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Papagaios	LP	zootopônimo	simples
	lajeado	dos Porcos	LP	zootopônimo	simples
	arroio	dos Souzas	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Três Capões	LP+LI	numerotopônimo	composto
	arroio	Gramado	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Gramados	LP	fitotopônimo	simples
	lajeado	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Imbu – corr. y-mb-ú - a árvore que dá de beber, alusão aos tubérculos grandes desta planta, que, nas raízes, segregam água e matam a sede dos viajantes do sertão em tempo de seca (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Iratim	LI	zootopônimo	simples
	rio	Jordão	LP	corotopônimo	simples
	arroio	Lagoão	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Lajeadozinho	LP	litotopônimo	simples
	rio	Lajeado Grande	LP	litotopônimo	composto
	rio	Lajeado Raso	LP	litotopônimo	composto

<sup>86</sup> Rapador, campo com pastagem meio consumida pelo gado, ou com escassa forragem; pelado, pelador (ABHF).

<sup>87</sup> Variação de fueiro: estaca destinada a amparar a carga do carro de bois (ABHF).

	rio	Lanceta – do francês lancette – cutelo pequeno com que se abatem reses no matadouro (ABHF).	LE	ergotopônimo	simples
	rio	Lontrão	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Macorama	N/C	N/C	simples
	rio	Maitá – V. ‘mbaitá’ – mesmo que mbaetaca e baitaca - ave da família dos psitacídeos; baitaca (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Manequinho	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Maracujá – corr. maraú-ya - fruto do marahú ( <i>Passiflora</i> ) (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	córrego	Monjolo	LA	ergotopônimo	simples
	arroio	Panela	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Passo Ruim	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Passo Ruim	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Pinhão	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Pinhãozinho	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Pombinhas	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Porungos – Porungos/Purungos – fruto do porongueiro, o qual ocado fica sendo uma cuia ou cabaça para água (OB).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Quebra Joelho	LP	dirrematotopônimo	composto
	rio	Rincão – do espanhol rincón - 1. local bem protegido, rodeado de matas ou rios. 2. qualquer porção de campanha gaúcha onde haja regato, capões ou mata qualquer (ABHF).	LE	geomorfotopônimo	simples
	rio	Rincão da Canoa	LE +LI	geomorfotopônimo	composto
	rio	Sabiá – corr. çoó-biã - o animal aprazível, mavioso. É o <i>Turdus sabiá</i> (TS).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Santa Rita	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Jerônimo	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São João	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	São Joaquim	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Socorro	LP	animotopônimo	simples
	arroio	Sundária – pode ser de: suindara – variante: tuinda, suindária, suinara – tupi: sui’nara, tui’nara: curuja : çuindara tuindara.ajaya.cuyauju.urut aguê – ave da ordem dos estrigiformes, família dos titonídeos ( <i>Tyto alba</i> ), espécie de coruja. (AGC)	LI	zootopônimo	simples
	rio	Taguá – contr. Taguaba - pedra ou argila de comer; barreiro. Alt. Taguaba, Taguá, Tauá. Pode proceder ainda de Itaguá,	LI	litotopônimo	simples

		ou itá-guá, significando – pedra ou argila variegada, de cores diversas (TS).			
	rio	Taquaruçu	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Tigrinho	LP	zootopônimo	simples
<b>Guaraqueçaba</b>	rio	Abobreira	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Açungui	LI	somatotopônimo	simples
	serra	Agudo Grande	LP	morfotopônimo	composto
	rio	Amêijoa – do árabe al + latim Mytilu - designação comum aos moluscos bivalves, da família dos lucínídeos, [...] e outros do gênero [...] (ABHF).	LE	zootopônimo	simples
	rio	Arapira – ‘arara’:ave + ‘pira’: pele - pele da arara (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Bananal	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Bandarra <sup>88</sup>	LP	mitotopônimo	simples
	rio	Barreiro	LP	litotopônimo	simples
	rio	Batalha <sup>89</sup>	LP	animotopônimo	simples
	morro	Bico Torto do Rio dos Patos	LP	somatotopônimo	composto
	morro	Bico Torto do Rio Poruquara	LP+LI	somatotopônimo	composto
	morro	Bicudo <sup>90</sup> Grande	LP	somatotopônimo	composto
	morro	Bicudo Pequeno	LP	somatotopônimo	composto
	rio	Birigui	LI	zootopônimo	simples
	rio	Boguaçu - ‘mboiguassu’ – cobra-de-veado - literalmente cobra grande (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Borrachudo <sup>91</sup>	LP	zootopônimo	simples
	rio	Bracinho <sup>92</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Braço da Esquerda	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Braço do Macaco	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Braço do Norte	LP	geomorfotopônimo	composto
	ribeirão	Braço do Rio do Meio	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Braço do São Pedro	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Braço Feio	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Branco de Cima	LP	cromotopônimo	composto
	rio	Branco de Baixo	LP	cromotopônimo	composto
	ribeirão	Bucuva – simplório, parvo, pateta, sandeu (ABHF).	LP	animotopônimo	simples
	rio	Buqueirinha <sup>93</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Buquera Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Caapora – habitante do mato; neologismo: simples, rústico, humilde (LCT).	LI	etnotopônimo	simples
	ribeirão	Caatinga – região seca, de	LI	fitotopônimo	simples

<sup>88</sup> Adivinho, vidente (AH).

<sup>89</sup> Classificou-se como animotopônimo por considerar batalha como luta, peleja, esforço, empenho.

<sup>90</sup> Bicudo: que tem bico (ABHF).

<sup>91</sup> Designação comum aos insetos dípteros da família dos simulídeos. [...], pium, promotor (ABHF).

<sup>92</sup> A lexia “braço” ou seu diminutivo será considerado: ramificação lateral de um rio; esteiro (AH).

<sup>93</sup> Considerou-se o mesmo aspecto de boqueirão: mesmo que brechão (geomorfologia) (AH).

		pouca vegetação. (LCT).			
	rio	Cacheta – Caxeta – árvore paludícola, ( <i>Tabebuia cassinoides</i> ) da família das bignoniáceas, nativa no litoral, da qual se fazem cepas de tamancos, colheres de pau, soquetes de feijão, miniaturas e brinquedos. Variante: caixeta e cacheta (FF).	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Cafezinho	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Caité – corr. Caá-itê - o mato discorde, variegado; o mato feio (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	ilha	Canoa Velha	LE+LP	ergotopônimo	composto
	rio	Capelinha	LP	hierotopônimo	simples
	rio	Capivari	LI	zootopônimo	simples
	ilha	Casca da Ostra ou Seco Grande	LP	zootopônimo	composto
	rio	Catumbi – ‘catumby’ - de ‘caá – tumby’ – ao pé do monte; à beira da mata (TS).	LI	geomorfotopônimo	simples
	serra	Cavoca <sup>94</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Cedro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Cerco <sup>95</sup> Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Cerquinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Conceição	LP	hagiotopônimo	simples
	rio	Conceição de Cima	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Copiúva – arbusto ou pequena árvore, da família das Cunoniáceas [...]; guaraparé, guarapari, garaparim, pau-do-chapado (ABHF).	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Copiúvinha	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Coqueiro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Cordeiro <sup>96</sup>	LP	zootopônimo	simples
	rio	Cotia	LI	zootopônimo	simples
	morro	Cunhaporanga	LI	animotopônimo	simples
	costa	da Guarda <sup>97</sup>	LP	animotopônimo	simples
	rio	da Anta	LP	zootopônimo	simples
	morro	da Buzina	LP	ergotopônimo	simples
	rio	da Caçada	LP	sociotopônimo	simples
	rio	da Cerca	LP	ergotopônimo	simples
	serra	da Custódia	LP	animotopônimo	simples
	canal	da Draga ou do Varadouro	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	da Escada	LP	ergotopônimo	simples
	morro	da Faisqueira	LP	sociotopônimo	simples
	serra	da Fazenda	LP	sociotopônimo	simples
	rio	da Fonte	LP	hidrotopônimo	simples

<sup>94</sup> Pode ser derivado do verbo cavoucar: abrir cavoucos; trabalhar como cavouqueiro (AH).

<sup>95</sup> Tapagem feita num rio com entulho qualquer, para que as águas escurram apenas por um lugar apertado (ABHF).

<sup>96</sup> Filhote de carneiro, assim considerado até um ano de idade; anho, borrego (AH).

<sup>97</sup> Ato ou efeito de aguardar; aguardamento, espera (AH).

	serra	da Janelinha	LP	ergotopônimo	simples
	morro	da Janelinha	LP	ergotopônimo	simples
	rio	da Luzia	LP	antropotopônimo	simples
	rio	da Madre ou da Sorte	LP	hierotopônimo	simples
	ilha	da Mandirituba – alteração de mandiy-tyba - mandiocal, plantação de mandioca (mandiyba) (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	morro	da Palha	LP	fitotopônimo	simples
	morro	da Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	rio	da Pescada	LP	zootopônimo	simples
	morro	da Quatinga	LI	zootopônimo	simples
	serra	da Utinga – utinga – corr. y-tinga - a água ou rio branco (TS).	LI	cromotopônimo	simples
	serra	da Virgem Maria	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	da Zoadá	LP	animotopônimo	simples
	rio	Dário	LP	antropotopônimo	simples
	rio	das Antas	LP	zootopônimo	simples
	ilha	das Cobras	LP	zootopônimo	simples
	córrego	das Conchas	LP	zootopônimo	simples
	ilha	das Gamelas	LP	ergotopônimo	simples
	baía	das Laranjeiras	LP	fitotopônimo	simples
	rio	das Laranjeiras	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	das Laranjeiras ou das Pedras	LP	fitotopônimo	simples
	morro	das Pacas	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Pacas	LP	zootopônimo	simples
	ilha	das Peças – cujo nome hé indicador de que nella antigamente alli serião collocadas alguas peças d’artelharia. (AVS - Tomo 1). <sup>98</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	rio	das Peças	LP	ergotopônimo	simples
	rio	das Pedrinhas	LP	litotopônimo	simples
	rio	das Varas	LP	ergotopônimo	simples
	costa	de Fora	LP	geomorfotopônimo	simples
	baía	de Guaraqueçaba – ‘guará’ : garça, colhereiro + ‘kessaba’- lugar, tempo, modo de dormir; rede; neologismo : cama, ninho da garça (LCT).	LI	sociotopônimo	simples
	baía	de Paranaguá – ‘paranãguá’ - enseada do mar; foz, desembocadura de rio caudaloso (LCT).	LI	hidrotopônimo	simples
	morro	do Araçá – ‘arassá’ – araçá (fruta) (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	baía	do Arapira	LI	zootopônimo	simples
	serra	do Azeite <sup>99</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	do Barbado	LP	estematotopônimo	simples
	enseada	do Benito	LP	antropotopônimo	simples

<sup>98</sup> Optou-se por manter a grafia original do autor.

<sup>99</sup> Como escorregadio - em que se escorrega facilmente; resvaladio; escorregadiço, escorregável; lubrico (ABHF).

	ilha	do Benito	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Botequim	LP	sociotopônimo	simples
	morro	do Bronze	LP	ergotopônimo	simples
	córrego	do Bugre	LE	etnotopônimo	simples
	serra	do Cadeado	LP	ergotopônimo	simples
	rio	do Campo	LP	fitotopônimo	simples
	morro	do Canudal	LP	geomorfotopônimo	simples
	canal	do Canudo	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	do Caraça <sup>100</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	morro	do Cerro Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	do Cerro Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	do Conha <sup>101</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	morro	do Costa	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Costa	LP	antropotopônimo	simples
	enseada	do Engenho	LP	sociotopônimo	simples
	morro	do Esteiro <sup>102</sup>	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	do Esteiro	LP	hidrotopônimo	simples
	serra	do Feiticeiro	LP	mitotopônimo	simples
	morro	do Fojo	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	do Franco	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Franco	LP	antropotopônimo	simples
	canal	do Furadinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Furadinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Gama	LP	antropotopônimo	simples
	serra	do Gato	LP	zootopônimo	simples
	baía	do Itaqui	LI	litotopônimo	simples
	enseada	do Itaqui	LI	litotopônimo	simples
	serra	do Itaqui	LI	litotopônimo	simples
	ilha	do Lamim - Cremos que tenha esta denominação por haver pertencido algum membro da família Lamim, que antigamente era preponderante. A ela pertenceu o famoso capitão Tigre. Antonio Luiz Lamim, conhecido pela alcunha de Tigre, era um vulto de raro valor pelos dotes de energia e de caráter de que era dotado. [...]. Ilha na baía de Paranaguá, próxima a costeira que fronteira a ilha do Teixeira (EL).	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Lessa	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	do Macaco	LP	zootopônimo	simples
	ilha	do Mangue Seco	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	do Martins	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	serra	do Mirante	LP	sociotopônimo	simples
	serra	do Morato	LP	antropotopônimo	simples
	canal	do Norte	LP	cardinotopônimo	simples

<sup>100</sup> Pequena máscara (A).

<sup>101</sup> Saliência escabrosa no tronco das árvores desde a base até certa altura (ABHF). Numa árvore, ramo concrecente ou parte angulosa que ressalta a partir da raiz até o ponto em que o tronco começa a ser roloço (AH).

<sup>102</sup> Parte estreita de rio ou de mar, que penetra terra adentro; braço, estuário (ABHF).

	rio	do Papagainho	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Papagaio	LP	zootopônimo	simples
	ilha	do Pinheirinho	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	do Pinheiro	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	do Pinto	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Pinto	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Pires	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Poço	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	do Poço Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	baía	do Poruquara – ‘poru’: transitivo usar, praticar + ‘cuara’: cova, buraco; estar furado, ter buraco - (LCT).	LI	ecotopônimo	simples
	morro	do Poruquara	LI	ecotopônimo	simples
	furo	do Pavoçá <sup>103</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	do Pavoçá	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Quebra	LP	animotopônimo	simples
	morro	do Queimado	LP	sociotopônimo	simples
	ilha	do Rabelo	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Rato	LP	zootopônimo	simples
	serra	do Rio Branco	LP	hidrotopônimo	composto
	chapadão	do Rio Verde	LP	hidrotopônimo	composto
	cachoeira	do Salto Morato	LP	geomorfotopônimo	composto
	ilha	do Sambaqui – sambaki – mesmo que ostreira; aglomerado de conchas formando montículos, onde certos povos primitivos faziam seus enterramentos rituais; de itambaky, ostra, ostreira (LCT).	LI	litotopônimo	simples
	rio	do Sambaqui	LI	litotopônimo	simples
	rio	do Santo	LP	hagiotopônimo	simples
	enseada	do Saquinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	do Sebuí – sebuí - forma dialetal de ambóia, minhoca (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	ilha	do Segredo	LP	animotopônimo	simples
	rio	do Segredo	LP	animotopônimo	simples
	canal	do Superagui <sup>104</sup> – rainha dos peixes.	LI	axiotopônimo	simples
	ilha	do Superagui	LI	axiotopônimo	simples
	morro	do Superagui	LI	axiotopônimo	simples
	canal	do Tibicanga – tibi: cheio, apinhado + canga: osso - cheio de osso (OB.)	LI	dimensiotopônimo	simples
	furo	do Tibicanga	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	do Tio Antonio	LP	axiotopônimo	composto
	serra	do Tromomô – pode ser de trombombó - modo especial de pescar tainhas (OB).	LI	sociotopônimo	simples
	rio	do Valentim	LP	antropotopônimo	simples
	canal	do Varadouro	LP	hidrotopônimo	simples

<sup>103</sup> Maior semelhança - pavoá = aguapé (ABHF).

<sup>104</sup> Disponível em: <http://www.sulambiental.com.br/parana-superagui.htm>.

	morro	dos Alves	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Medeiros	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Patos	LP	zootopônimo	simples
	baía	dos Pinheiros	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	dos Porcos	LP	zootopônimo	simples
	rio	Eerval	LE	fitotopônimo	simples
	rio	Faisqueira	LP	sociotopônimo	simples
	córrego	Formiga	LP	zootopônimo	simples
	rio	Fortuna	LP	animotopônimo	simples
	rio	Fundo	LP	dimensiotopônimo	simples
	ilha	Furaga <sup>105</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Guaraquara - pode ser de ‘guará’: garça, colhereiro + ‘cuara’: cova, buraco; estar furado, ter buraco = buraco do guará (LCT).	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Guaiapé – (de guaiepeva, com apócope) – veja cusco - cão pequeno de raça ordinária. Sinônimo geral: guaiepeva, guapeva, guaiapé (ABHF).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Guanandituba – ‘guanandi’: planta da família das gutíferas; de guara-nandy, madeira resinosa + ‘tuba’-‘tyba’: sufixo abundancial - muita madeira (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Guapicum	N/C	N/C	simples
	rio	Guaracuí – espécie de madeira do vale do Paraíba (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	ilha	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Guamiranga	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Guaraqueçaba	LI	sociotopônimo	simples
	rio	Inhate <sup>106</sup> – “Dessa bandeira fez parte Diogo de Unhate, escrivão da Câmara de São Paulo, que em 1614, [...] requere e lhe foi concedida uma data de sesmaria de terras “na parte que se chama Paranaguá, começando na barra do rio Ararapira cortando a rumo de nordeste pela costa até barra de Superagui, [...] ”. (Livro de Registros de Sesmarias, de São Paulo). Ainda hoje conserva o seu nome um rio em Superagui, o que parece atestar que Unhate povoou as terras que lhe foram concedidas” (RM).	LP	antropotopônimo	simples

<sup>105</sup> Provavelmente de furacar: fazer furos ou buracos em; esburacar, esfuracar (M).

<sup>106</sup> Inhate- ‘y’: água, rio + ‘nhati’: mesmo que jati - abelha = rio da abelha (LCT).

	rio	Ipanema do Sul – ipanema – corr. ‘y-panema’ - a água ruim, imprestável; o rio sem peixe, ou ruim para pesca (TS).	LI+LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Itaqui	LI	litotopônimo	simples
	rio	Itimirim – ‘y’: água, rio + ‘ti’: branco + ‘miri’: pequeno =pequeno rio branco (LCT).	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Itinga – corr. y-tinga - a água branca; o rio branco (TS).	LI	cromotopônimo	simples
	rio	Jabaquara – corr. yabá-quara - o refúgio ou esconderijo de fujões, vulgo – quilombo (TS).	LI	sociotopônimo	simples
	rio	Jaguari – jaguary – corr. yaguar-y - o rio da onça (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Japuira – do tupi – veja guaxe - ave passeriforme [...], do Brasil central para o sul, de coloração preta [...]; japira, japuira, japu (ABHF).	LI	zootopônimo	simples
	rio	José Luis	LP	antropotopônimo	composto
	ilha	Jurerê de Dentro	N/C	N/C	composto
	ilha	Jurerê de Fora	N/C	N/C	composto
	rio	Lavrinha	LP	sociotopônimo	simples
	córrego	Lingüiça	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Maçaranduba – do tupi: masarãduwa - designação comum a duas árvores da família das sapotáceas [...] duras e resistentes que servem para obras externas (ABHF).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Mãe Luzia	LP	axiotopônimo	composto
	rio	Mandu <sup>107</sup> - era o nome de uma espécie de fantasma que nas mascaradas das aldeias, se apresentava envolvido em palha, como um feixe de folhas secas. Mand-u, o feixe que vem, ou anda (TS).	LI	mitotopônimo	simples
	morro	Massarapuã – ‘massará’ - barragem para apanhar peixes; espécie de pari, tapume de madeira, nos rios, para facilitar a pesca + ‘puã’: elevado, levantado (LCT).	LI	ergotopônimo	simples

<sup>107</sup> 1. mandú – modo incorreto de pronunciar – Manoel, entre os índios catechumenos. 2. Designa, também, uma ave pequena, impassível, da família das *Bucconinae* (TS).

	ilha	Mimosa	LP	animotopônimo	simples
	rio	Minguçu - provável variante de 'mboiguassu' – cobra-de-veado - literalmente cobra grande (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Moquém	LI	ergotopônimo	simples
	rio	Morato - atribuímos a denominação ao fato de ter pertencido a família Morato, que tão saliente papel representou na vida de Paranaguá (EL).	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Moratinho	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	Olaria	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Pacatuva – pacatuba – corr. paca-tyba - o sítio das pacas; onde estas se encontram em abundância (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Paciência	LP	animotopônimo	simples
	rio	Pacotuva – pacotuba - corr. pacó – tyba - o sítio das bananeiras, ou onde abundam, o bananal, ou pacoval (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Pardinho	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Pasmado	LP	animotopônimo	simples
	rio	Pederneiras	LP	litotopônimo	simples
	serra	Pelada <sup>108</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Piracicaba – pirassycaba - lugar de um rio onde cessa a subida dos peixes (LCT).	LI	hidrotopônimo	simples
	rio	Piraçununga – pirassununga – corr. pira-cynunga: o peixe rumorento, ou o ronca-peixe (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Piraçununguinha	LI	zootopônimo	simples
	rio	Poruquara	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Poruquara-mirim	LI	ecotopônimo	composto
	rio	Potinga – espécie de gramínea ou bambuzinho cujo colmo pode ser usado na varrição de ruas e praças. Sinônimo: pitinga, criciúma (FF).	LI	fitotopônimo	simples
	ilha	Rasa - a ilha chamada Raza, he seu terreno plano e baixo d'onde derivou o nome tem de comprimento légoa e meia, e pouco productiva (AVS- Tomo 1). <sup>109</sup>	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Real	LP	animotopônimo	simples

<sup>108</sup> Campo de serra (ABHF).

<sup>109</sup> Optou-se por manter a grafia original do autor.

	rio	Roseira	LP	fitotopônimo	simples
	serra	Santa Luzia	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Santo Antonio	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Sebuí	LI	zootopônimo	simples
	rio	Serra Negra	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Tagaçaba – passagem das garças (ZHD).	LP	hodotopônimo	simples
	rio	Taquanduva – taquá: forma contracta de taquara + ‘tyba’ – sítio das taquaras (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Tavares	LP	antropotopônimo	simples
	córrego	Terra Seca	LP	litotopônimo	composto
	rio	Trancado	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Trindade	LP	hierotopônimo	simples
	rio	Turvo	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Utinga	LI	cromotopônimo	simples
	córrego	Vale Fundo	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Verde	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Vermelho	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Vivua - diz-se de comida mal feita e mal cozida, pastosa ou de má qualidade (PFF).	LP	ergotopônimo	simples
<b>Guaratuba</b>	rio	Água Vermelha	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Alegre	LP	animotopônimo	simples
	rio	André Gomes	LP	antropotopônimo	composto
	serra	Araçatuba – corr. araçá-tyba - o sítio dos araçás, onde há araçás em abundância (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Araraquara <sup>110</sup> - ‘araraquara’ – o refúgio ou paradeiro das araras (TS).	LI	ecotopônimo	simples
	serra	Araraquara	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Arraial	LP	poliotopônimo	simples
	rio	Barigui ou Birigui	LI	zootopônimo	simples
	rio	Bocamarte – bacamartedo francês braquemart - arma de fogo, de cano curto e largo, reforçada na coronha.	LE	ergotopônimo	simples
	rio	Bogaçu	LI	zootopônimo	simples
	morro	Brejatuba – brejauba, brajauva – mesmo que ‘airy’ - variedade de palmeira, também chamada brejauva (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	morro	Cabaraquara – ‘cabará’: cabra + ‘quara’: o buraco, a cova, o esconderijo, o refúgio - refúgio, esconderijo da cabra (OB).	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Cabaraquara	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Caçada	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Caminho Novo	LP	hodotopônimo	composto

<sup>110</sup> Do tupi ‘ara’, que significa claridade, luz do dia e ‘quara’, toca, buraco, morada. Disponível em <http://www.araraquara.sp.gov.br/>.

	rio	Canavieiras <sup>111</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	serra	Canavieiras	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	Castelhana – do espanhol castelano. 1. De, ou pertencente, ou relativo a Castela (Espanha). 2. O natural ou habitante do Uruguai ou da Argentina (ABHF).	LE	etnotopônimo	simples
	rio	Castelinho	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Claro	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Cubatão	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	Cubatão	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Cubatãozinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	ilha	da Barra do Cubatão ou Coroa de Fora	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	da Berta	LP	antropotopônimo	simples
	serra	da Boa Vista	LP	animotopônimo	composto
	morro	da Caveira	LP	necrotopônimo	simples
	rio	da Cova	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	da Furna	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	da Igreja	LP	hierotopônimo	simples
	rio	da Laje	LP	litotopônimo	simples
	rio	da Palha	LP	fitotopônimo	simples
	morro	da Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	rio	da Praia	LP	geomorfotopônimo	simples
	ilha	da Salina ou Sepultura	LP	sociotopônimo	simples
	morro	da Subida Grande	LP	hodotopônimo	composto
	morro	da Vaca	LP	zootopônimo	simples
	rio	da Vaca	LP	zootopônimo	simples
	morro	das Caieiras	LP	sociotopônimo	simples
	ilha	das Garças	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Garças	LP	zootopônimo	simples
	ilha	das Garcinhas	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Laranjeiras	LP	fitotopônimo	simples
	rio	das Onças	LP	zootopônimo	simples
	morro	das Palmeiras	LP	fitotopônimo	simples
	rio	das Palmeiras	LP	fitotopônimo	simples
	baía	de Guaratuba – V. guaratiba - corr. guará – ‘tyba’ - garças em abundância; o sítio das garças (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Descoberto <sup>112</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	morro	do Agudinho	LP	dimensiotopônimo	simples
	ilha	do Araça	LI	fitotopônimo	simples
	morro	do Arrasto <sup>113</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	ilha	do Barigui ou Birigui	LI	zootopônimo	simples
	morro	do Bico Torto	LP	somatotopônimo	composto
	morro	do Cândido	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Capinzal	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	do Casqueiro	LP	sociotopônimo	simples
	rio	do Cedro	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	do Chapéu	LP	geomorfotopônimo	simples

<sup>111</sup> 1. Planta gramínea ( *Sorghum saccharatum*). 2. Erva graminácea ( *Arundinaria canavieira*) (M).

<sup>112</sup> Local onde se descobriu ouro e se estabeleceu serviço de mineração (ABHF).

<sup>113</sup> Grande saco e alares de rede de pesca (ABHF).

	ilha	do Chapeuzinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	do Engenho	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	do Engenho	LP	sociotopônimo	composto
	ilha	do Fincão - 2. Vetores da doença de Chagas: numerosos nomes vulgares que receberam em vários países, muitos deles sugerindo a observação indígena de seus aspectos morfológicos e seus hábitos. No Brasil, além de "barbeiro" poderemos citar, "chupança", "fincão", "furão", "bicudo", "percevejão", "bicho-de-parede", "percevejo-grande", "procotó", "porocotó", "baratão", "bruxa", "cafote", "cascudo", "piolho de piaçava", "quiche do sertão", "rondão" e "vum-vum" <sup>114</sup> .	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Fincão	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Henrique	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Ipê – corr. y-pé ou yb-pé: a árvore cascuda (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	ilha	do Itacolomi – de itacurumi - o menino de pedra ou pedra-menino (LCT).	LI	litotopônimo	simples
	ribeirão	do Leopoldo	LP	antropotopônimo	simples
	morro	do Mamão	LP	fitotopônimo	simples
	morro	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	ilha	do Papagaio	LP	zootopônimo	simples
	morro	do Passo	LP	hidrotopônimo	simples
	ilha	do Pepino – do espanhol pepino Fruto do pepineiro (ABHF).	LE	fitotopônimo	simples
	rio	do Pimenta	LP	antropotopônimo	simples
	morro	do Poço Preto	LP	geomorfotopônimo	composto
	ilha	do Rato	LP	zootopônimo	simples
	morro	do Ricardo	LP	antropotopônimo	simples
	morro	do Rolado <sup>115</sup>	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	do Saco	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Tiques	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Veiga	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Meros	LP	zootopônimo	simples
	ilha	dos Patos	LP	zootopônimo	simples
	rio	Empanturrado	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Esteio Grande	LP	ergotopônimo	composto
	rio	Facãozinho	LP	ergotopônimo	simples
	morro	Fundão	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Furado Grande	LP	hidrotopônimo	composto

<sup>114</sup> Disponível em: <http://memorias.ioc.fiocruz.br/94sup1/21.html>.

<sup>115</sup> Diz-se do mar com grandes ondas ou rolos (ABHF).

	rio	Furta-maré	LP	dirrematotopônimo	composto
	morro	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	serra	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Guaratubinha	LI	zootopônimo	simples
	ilha	Guaxuma – V. guaxima – do tupi wa'sima - planta da família das malváceas, de fibras têxteis e, dotada de propriedades medicinais: guaxiúma, guaxuma, guanxuma, uaicima (ABHF).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Guaxuma	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Imbira – corda de cipó ou de casca de árvore; nome de várias plantas brasileiras; de 'ymbyra', fibra, filamento (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	João Alves	LP	antropotopônimo	composto
	rio	Joãozinho	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Jundiaquara – 'nhundiá-quara' - a morada do jundiá, o buraco do peixe deste nome. Alt. Jundiaquara (TS).	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Mandiocal – extenso aglomerado de mandiocas em determinada área. Mandioca - tupi 'mandi'oka', raiz da planta chamada 'mandi'íwa' + 'al' (em vocábulos com o sentido de 'coletivo de determinada planta, árvore etc. e/ou, p.ext, 'terreno ou local onde medram ou são cultivados vegetais (ou tipo de vegetação) designados pela base (referente ao nome do vegetal ou a um produto seu) (AH).	LI	fitotopônimo	simples
	lago	Maria Chica	LP	antropotopônimo	composto
	rio	Minguita <sup>116</sup>	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Mirim – 'miri' - pequeno (LCT).	LI	dimensiotopônimo	simples
	morro	Morretes	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Pai Paulo	LP	axiotopônimo	composto
	rio	Panelas <sup>117</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	Parati <sup>118</sup> – 'pará-ty' - a jazida do mar; o lagamar, o golfo (TS).	LI	geomorfotopônimo	simples
	rio	Parati	LI	geomorfotopônimo	simples

<sup>116</sup> Pode ser originário de minguta: de tamanho reduzido; pequeno, mirrado (AH).

<sup>117</sup> Considerou-se que o acidente tinha essa forma. Buraco escavado por certos animais; cova, toca (AH).

<sup>118</sup> 1. tupi -pira'ti: peixe branco- provavelmente pi'ra:peixe e 'tinga': branco, claro. 2. aguardente de cana; cachaça (AH).

	rio	Pirizal – extenso aglomerado de piris em determinada área; juncal. (AH)	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Preto	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Quilombo – do quimbundo – quilombo - capital, povoação, união – valhacouto de escravos fugidos (ABHF).	LE	ecotopônimo	simples
	rio	Quiriri – kyrirĩ – mesmo que kiriri; kirirĩ ; silencioso, calado, calar-se (LCT).	LI	animotopônimo	simples
	morro	Redondo	LP	morfotopônimo	simples
	ilha	Sai-guaçu – mesmo que ‘saíra-sapucaia’ ( <i>Tangara peruviana</i> ). Saíra migratória ( <i>Tangara peruviana</i> ), encontrada em restingas, borda de pinhais e áreas campestres, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina e Paraguai; [...] (AH).	LI	zootopônimo	composto
	rio	Sai-guaçu	LI	zootopônimo	composto
	rio	São João da Serra do Mar	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Tabatinga – corr. tauá-tinga - o barro branco, o barreiro de argila branca (TS).	LI	litotopônimo	simples
	morro	Taguá	LI	litotopônimo	simples
	rio	Tamanduá – mamífero desdentado que se alimenta de formigas; do guarani, ‘tá-mondahá’ - ladrão de formigas (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Taquaruvu - Pode ser variante de taquaruçu: tupi - takwaru’su: ta’kwara ‘taquara’ + u’su ‘grande’ (AH).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Tenente	LP	axiotopônimo	simples
	rio	Triste	LP	animotopônimo	simples
	rio	União	LP	animotopônimo	simples
	rio	Vitório	LP	antropotopônimo	simples
<b>Ipiranga</b>	córrego	Alagadinho	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Areiazinho	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Barracas	LP	ecotopônimo	simples
	rio	Bitumirim – bitú – corr. ‘ybytú’: o vento, a aragem, a nuvem + ‘mirĩ’ : pequeno - vento pequeno (TS).	LI	meteorotopônimo	simples
	arroio	Bonito	LP	animotopônimo	simples

	arroio	Cangueira <sup>119</sup> - calosidade produzida pela canga no pescoço dos animais (ABHF).	LP	somatotopônimo	simples
	arroio	Cangueirinha	LP	somatotopônimo	simples
	ribeirão	Campo Novo	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Capivari da Coxilha Alta	LI+LP	zootopônimo	composto
	arroio	Cava Funda	LP	geomorfotopônimo	composto
	arroio	Cerro Azul	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	da Barrinha	LP	hidrotopônimo	simples
	lajeado	da Divisa ou do Bugio	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	da Floresta	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	da Porteira	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	das Furnas	LP	geomorfotopônimo	simples
	córrego	Descalvado	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	do Caixão	LP	geomorfotopônimo	simples
	sanga	do Cardoso	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Cedro	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	do Engenho	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	do Gado	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Gato	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Paiol	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	dos Galvões	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Índios	LP	etnotopônimo	simples
	arroio	Engenho Novo	LP	sociotopônimo	composto
	arroio	Guarda Velha	LP	sociotopônimo	composto
	rio	Guavirova	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Imbituva – de imbé-tyba - lugar onde há abundância de cipó-imbé ou guaimbé (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Ipiranga	LI	cromotopônimo	simples
	arroio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Macucos - corr. macucu, como ma-cú-cú - a cousa de muito comer, ou muito bom de comer:alusão ao físico da ave deste nome [...] (TS).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Moquém	LI	ergotopônimo	simples
	arroio	Olaria	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Palmital	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Passo do Romão	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passinho	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Pinguela	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Poço Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	córrego	Pratinho	LP	ergotopônimo	simples
	rio	Quatis – ‘qua-ti’ - o que é riscado, ou lanhado; o que traz riscas pelo corpo (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Roncador	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	São Domingos	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Santana	LP	hagiotopônimo	simples
	arroio	Santo Antonio	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Taboão <sup>120</sup>	LP	ergotopônimo	simples

<sup>119</sup> Cangoera – corr. Canga - os ossos, a ossada (TS).

<sup>120</sup> Tabuão – tábua grande, prancha (ABHF).

	arroio	Taió - de 'tayoba' - planta gramínea da região penhascosa (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Tamanduá	LI	zootopônimo	simples
	rio	Tibagi – 'tibagy' – 'tyba'+ 'g'+ 'y' - o rio do pouso (TS).	LI	sociotopônimo	simples
<i>Ivaí</i>	arroio	Água Morna	LP	hidrotopônimo	composto
	córrego	Água Parada	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Barreirinho	LP	litotopônimo	simples
	lajeado	Barreiro	LP	litotopônimo	simples
	rio	Bitumirim	LI	meteorotopônimo	simples
	arroio	Bom Jardim	LP	animotopônimo	composto
	rio	Branco	LP	cromotopônimo	simples
	arroio	Campinas Belas	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Capivari da Coxilha Alta	LI+LP	zootopônimo	composto
	arroio	Chupador	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	da Espia	LP	animotopônimo	simples
	serra	da Imbuia	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	da Raiz	LP	fitotopônimo	simples
	morro	de São Roque	LP	hagiotopônimo	composto
	morro	do Chupador	LP	geomorfotopônimo	composto
	serra	do Dias	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Estado	LP	sociotopônimo	simples
	serra	do Lombão	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	morro	do Palmito	LP	fitotopônimo	simples
	serra	do Palmito	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	do Passarinho	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Saltinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	do Susto	LP	animotopônimo	simples
	serra	do Tigre	LP	zootopônimo	simples
	rio	dos Índios	LP	etnotopônimo	simples
	serra	dos Macacos	LP	zootopônimo	simples
	rio	dos Patos	LP	zootopônimo	simples
	lajeado	dos Paulistas	LP	etnotopônimo	simples
	arroio	Enxovia <sup>121</sup> Velha	LP	ecotopônimo	composto
	rio	Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroio	Hipólito	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Ivaí	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Melado	LP	estematotopônimo	simples
	arroio	Paíol	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Palmital	LP	fitotopônimo	simples
	morro	Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Pretinho	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Quatis	LI	zootopônimo	simples
	rio	São João	LP	hagiotopônimo	composto
	serra	São Roque	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Sururuca – 1. Espécie de peneira grossa; de sururu (LCT).	LI	ergotopônimo	simples

<sup>121</sup> Cárcere térreo ou subterrâneo, escuro, úmido e sujo (ABHF).

	rio	Tigre	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Três Monjolo	LP+LA	numerotopônimo	composto
<b>Jaguariaíva</b>	córrego	Banhado Grande	LE+LP	geomorfotopônimo	composto
	serra	Boa Esperança	LP	animotopônimo	composto
	arroio	Bom Jardim	LP	animotopônimo	composto
	ribeirão	Caçador	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Butiá – espécie de palmeira do sul do Brasil (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Cajuru – de ka’ájuru: boca do mato (ADR).	LI	fitotopônimo	simples
	serra	Campo das Cinzas	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Capivari	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Cilada	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	Cinco Bocas	LP	numerotopônimo	composto
	rio	Cinco Réis	LP	numerotopônimo	composto
	ribeirão	da Barra Mansa	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	da Caixa	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	da Conceição	LP	hagiotopônimo	simples
	arroio	da Invernada	LE	sociotopônimo	simples
	morro	da Mandinga	LP	mitotopônimo	simples
	rio	das Cinzas	LP	litotopônimo	simples
	serra	das Furnas	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	das Gralhas	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Mortes	LP	necrotopônimo	simples
	rio	das Perdizes	LP	zootopônimo	simples
	rio	Diamante	LP	litotopônimo	simples
	ribeirão	do Jerivá	LI	fitotopônimo	simples
	serra	do Manuel Grande	LP	antropotopônimo	composto
	serra	do Paranapiacaba – ‘paraná-apiacaba’- a vista do mar; o ponto donde se pode avistar o mar; miramar (TS).	LI	hidrotopônimo	simples
	ribeirão	do Sapateiro	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	do Sertãozinho	LP	litotopônimo	simples
	ribeirão	Espigão Alto	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Galho Caído	LP	fitotopônimo	composto
	lajeado	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	ribeirão	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	ribeirão	Grota Funda	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Iapó	LI	hidrotopônimo	simples
	rio	Jaguariaíva – ‘tyaguariahibá’- rio da onça brava (ATEPAR).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Jaguaricatu- ‘jaguaricatú’ – corr. yaguary-catú - o yaguary bom; o que tem água perene (TS).	LI	hidrotopônimo	simples
	ribeirão	Lajeado Grande	LP	litotopônimo	composto
	rio	Lanças <sup>122</sup>	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	Quebra-cangalha	LP	dirrematotopônimo	composto
	arroio	Quebra-tábuas	LP	dirrematotopônimo	composto

<sup>122</sup>Quando toda a região de Arapoti, Jaguariaíva, Pirai do Sul e demais municípios pertenciam à comarca de Castro, houve uma família de sobrenome Lança que participou no povoamento. IBGE - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Municípios do Estado do Paraná.

	rio	Redomona	LE	zootopônimo	simples
	lajeado	Santo Antonio	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Taquaral	LI	fitotopônimo	simples
<b>Lapa</b>		Água Amarela	LP	cromotopônimo	composto
	rio	Caiacanga – ‘cai-acanga’ - a cabeça chamejante ou em labaredas; é o nome do polvo, no tupi (TS).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Américo	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Aterrado Alto	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Barra Vermelha	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Barreiro	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Barroão	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Boa Vista	LP	animotopônimo	composto
	rio	Bonito	LP	animotopônimo	simples
	arroio	Brocas	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Bugio	LP	zootopônimo	simples
	rio	Cabeçudo	LP	somatotopônimo	simples
	rio	Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Campestre	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Capivari	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Caracol	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Casa da Pedra	LP	ecotopônimo	composto
	arroio	Caxambeva <sup>123</sup>	N/C	N/C	simples
	arroio	Cerrito	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	Claro	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Corisco	LP	meteorotopônimo	simples
	rio	da Água Azul	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	da Água Azulzinha	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	da Anta Gorda ou dos Patos	LP	zootopônimo	composto
	rio	da Areia	LP	litotopônimo	simples
	arroio	da Chapada	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	da Colher	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	da Divisa I,II	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	da Estiva	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	da Floresta	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	da Pedra Azul	LP	litotopônimo	composto
	rio	da Várzea	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	rio	das Porteiras	LP	ergotopônimo	simples
	rio	Despique	LP	animotopônimo	simples
	arroio	Diamante	LP	litotopônimo	simples
	ribeirão	do Calixto	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do França	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Hilário	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Mandurim – ‘manduri’ - variedade de abelha do gênero Melipona (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	do Monjolo	LA	ergotopônimo	simples
	arroio	do Paiol Velho	LP	sociotopônimo	composto
	rio	do Palmital	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Pessegueiro	LP	fitotopônimo	simples

<sup>123</sup> A forma nambeva, consta do Atlas Lingüístico do Paraná (Aguilera: 1994), carta 54, e significa uma variedade de galinha que tem as pernas curtas. Esta variante foi registrada exclusivamente no litoral, nos pontos Guaraqueçaba, Paranaguá e Guaratuba. Em Aguilera (2002, p.31) consta como tupinismo.

	rio	do Pinheiral	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Poço	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	do Pouso	LP	ecotopônimo	simples
	arroio	do Povinho	LP	sociotopônimo	simples
	rio	dos Alves	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Bihl	LE	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Bragas	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Cardosos	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Cochos	LP	ergotopônimo	simples
	rio	dos Correias	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Fonseca	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Leks	LE	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Lourenço	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Mitos	LP	mitotopônimo	simples
	rio	dos Patinhos	LP	zootopônimo	simples
	rio	dos Patos	LP	zootopônimo	simples
	arroio	dos Pintos	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Poços	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	dos Prestes	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Quatis	LI	zootopônimo	simples
	rio	dos Rosas	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Soares	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Espigão Branco	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Faxinal	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Forquilha	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	Fundo	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroio	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroio	Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Humaitá – corr. mbaitá- o papagaio pequeno, também conhecido por maitaca (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Iguaçu	LI	dimensiotopônimo	simples
	arroio	Lagarto	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Lagoão	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Lajeado Liso	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Limeira	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Liso	LP	estematotopônimo	simples
	arroio	Manilha <sup>124</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	Mato Grande	LP	fitotopônimo	composto
	arroio	Meleiro <sup>125</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Paiquerê – terra da fartura (ATEPAR).	LI	animotopônimo	simples
	rio	Passa Dois	LP	dirrematopônimo	composto
	arroio	Passa-passo	LP	dirrematopônimo	composto
	rio	Passo da Areia	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo da Cruz	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo da Guarda	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo do Atalho	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo do Pero – passo + pero: nome que os índios davam aos portugueses,	LP	hidrotopônimo	composto

<sup>124</sup> Tubo de cerâmica, de concreto ou de aço, que compõe canalizações para escoamento de águas e esgoto. (ABHF).

<sup>125</sup> Negociante de mel, caçador de mel (ABHF).

		nos primeiros tempos da colonização. Provavelmente do antropônimo Pero por Pedro; por meio de um processo de conversão ou derivação imprópria (AH).			
	arroio	Passo dos Marianos	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Pousinho	LP	ecotopônimo	simples
	arroio	Restinga	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Rondinha	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Santa Clara	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	São Bento	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Francisco	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	São João	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São João	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Sem-sal	LP	dirrematotopônimo	composto
	arroio	Sítio Velho	LP	sociotopônimo	composto
	rio	Soares	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Sobradinho	LP	ecotopônimo	simples
	rio	Três Pinheiros	LP	numerotopônimo	composto
	rio	Turvo	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Vaca Gorda	LP	zootopônimo	composto
	arroio	Vira Machado	LP	dirrematotopônimo	composto
<b>Laranjeiras do Sul</b>	rio	Água do Boi	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Amola Faca	LP	dirrematotopônimo	composto
	ribeirão	Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Caveira	LP	necrotopônimo	simples
	rio	Cavernoso	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Chagu – Xagu- camé ou caigangue – rio da cobra (ATEPAR).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Crim	N/C	N/C	simples
	arroio	da Fatura	LP	animotopônimo	simples
	rio	das Cobras	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Leão	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Trigal	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	dos Macacos	LP	zootopônimo	simples
	arroio	dos Passarinhos	LP	zootopônimo	simples
	rio	Feio	LP	animotopônimo	simples
	rio	Guarani – corr. Guarini - o guerreiro, o lutador (TS).	LI	etnotopônimo	simples
	rio	Lambari – ‘lambary’, corr. aramberi - o peixinho de água doce semelhante à sardinha (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Laranjeiras	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Peludo	LP	estematotopônimo	simples
	rio	Pinheiro Torto	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Soberbo	LP	animotopônimo	simples
	rio	Tapera	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Tigrinho	LP	zootopônimo	simples
	rio	União	LP	animotopônimo	simples
<b>Matinhos</b>	morro	Batatal	LP	fitotopônimo	simples
	praia	Brava	LP	animotopônimo	simples

	rio	Cachoeirinha	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Cambará	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Campo Novo	LP	fitotopônimo	composto
	rio	da Onça	LP	zootopônimo	simples
	morro	da Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	morro	das Margaridas	LP	fitotopônimo	simples
	praia	de Matinhos	LP	fitotopônimo	simples
	morro	do Bico Torto	LP	somatotopônimo	composto
	morro	do Boi	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	Guaraguçu – variedade de xaréu - peixe da família dos carangídeos (OB).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Indaial ou Sertão Grande – ‘indayá’ – corr. andá-yá -: amêndoas ou cocos caídos. É a palmeira <i>Attalea compta</i> (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	morro	Itaguá-Taguá	LI	litotopônimo	simples
	praia	Mansa	LP	animotopônimo	simples
	rio	Matinhos ou da Cachoeira	LP	fitotopônimo	simples
	morro	Parati	LI	geomorfotopônimo	simples
	rio	Parati	LI	geomorfotopônimo	simples
	rio	Pery – corr. piry ou piri - o junco (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Preto	LP	cromotopônimo	simples
<b>Morretes</b>	rio	Araribá – ‘ararybá’ - árvore da família das rubiáceas, empregada em tinturaria pelos índios; mesmo que ruivinha (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Arraial	LP	poliotopônimo	simples
	rio	Barroca	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Bom Jardim	LP	animotopônimo	composto
	serra	Canavieiras	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Caninana – variedade de cobra sem veneno (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Candongá - étimo banto de origem controversa: ação ardilosa, de má-fé; trapaça, enredo (AH).	LE	animotopônimo	simples
	rio	Canhembora	LI	etnotopônimo	simples
	rio	Carambiú – ‘cará’: planta tuberosa cultivada pelos índios; é assim chamado o inhame de São Tomé + ‘mbiú’: irregular - comida, alimento (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Cristal	LP	litotopônimo	simples
	serra	da Farinha Seca <sup>126</sup>	LP	fitotopônimo	composto
	rio	da Lagoa	LP	hidrotopônimo	simples
	serra	da Prata	LP	litotopônimo	simples
	morro	do Bicho	LP	zootopônimo	simples

<sup>126</sup> Espécie nativa bastante comum em nossas matas. Floresce de janeiro a fevereiro. Suas principais características são o tronco liso e claro, e a floração branca ou creme, com flores muito pequenas, de onde veio o nome. Disponível em: <http://eadmelo.sites.uol.com.br/florin/fseca.htm>.

	pico	do Diabo	LP	mitotopônimo	simples
	rio	do Inferno	LP	mitotopônimo	simples
	serra	do Mar	LP	hidrotopônimo	simples
	pico	do Marumbi	LP	hidrotopônimo	simples
	serra	do Marumbi	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	do Neves	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Pinto	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	do Rosado	LP	cromotopônimo	simples
	morro	do Taquaral	LI	fitotopônimo	simples
	serra	dos Órgãos	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	dos Fariseus	LP	etnotopônimo	simples
	rio	dos Macacos	LP	zootopônimo	simples
	rio	dos Padres	LP	hierotopônimo	simples
	rio	Fortuna	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	Fundo	LP	dimensiotopônimo	simples
	serra	Graciosa	LP	animotopônimo	simples
	morro	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Guaratubinha	LI	zootopônimo	simples
	rio	Ipiranga	LI	cromotopônimo	simples
	rio	Iporanga – ‘y’:rio + ‘poranga’: belo, bonito - rio bonito, belo (LCT).	LI	animotopônimo	simples
	rio	Itapava - de itupeva- tupi ‘itu pewa’ - cachoeira chata, com influência de itaipava: pequena queda d’água.; itaipava, itoupava, itupeba, entaipaba (ABHF).	LI	hidrotopônimo	simples
	rio	Jacareí – jacarehy - corr. ‘yacaré-y’- o rio do jacaré (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Jardim	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Mãe Catira	LP	axiotopônimo	composto
	rio	Marumbi	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	Nhundiaquara	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Passa-sete	LP	dirrematotopônimo	composto
	rio	Pau Oco	LP	fitotopônimo	composto
	morro	Pelado	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Pitinga – ‘pi-tinga’ - a pele branca (TS).	LI	cromotopônimo	simples
	rio	Sagrado	LP	hierotopônimo	simples
	rio	Salgado	LP	estematotopônimo	simples
	rio	Sambaqui	LI	litotopônimo	simples
	rio	São João	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Sebastião	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Sapitanduva – ‘sapi’: o fundo do olho. ‘sapi’+ ‘tan’+ ‘dyba’: “olhos” + ‘ralos’ + ‘local’ - local dos olhos ralos (ATEPAR).	LI	somatotopônimo	simples
	rio	Squarema – socorema, como socó-rema - a catinga ou fétido dos socós (TS).	LI	estematotopônimo	simples
	rio	Tombo d’água	LP	geomorfotopônimo	composto

<i>Palmas</i>	rio	Barro Preto	LP	litotopônimo	composto
	lajeado	Boa Vista	LP	animotopônimo	composto
	córrego	Bonito	LP	animotopônimo	simples
	rio	Butiá	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Chico André	LP	antropotopônimo	composto
	rio	Chopim	LI	zootopônimo	simples
	rio	da Bandeira	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	da Dama	LP	axiotopônimo	simples
	rio	da Estiva	LP	ergotopônimo	simples
	córrego	da Estrela	LP	astrotopônimo	simples
	lajeado	da Goiabeira – de goyaba – corr. acoyá ou acoyaba, a-coyaba - o ajuntamento de caroços; agregado de caroços, pinha de grãos (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	córrego	da Grama	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	da Lontra	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Caldeiras	LP	ergotopônimo	simples
	ribeirão	das Capivaras	LI	zootopônimo	simples
	lajeado	das Catandubas – catanduba, catanduba - grande árvore de madeira branca; cerradão; matagal rasteiro e espinhoso (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	córrego	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	córrego	do Banhadão – espanhol platino bañado - pântano coberto de vegetação + ‘ão’: sufixo nominativo : aumento (ABHF).	LE	geomorfotopônimo	simples
	córrego	do Caçador	LP	sociotopônimo	simples
	córrego	do Isidoro	LP	antropotopônimo	simples
	lajeado	do Moinho do Engenho	LP	ergotopônimo	composto
	rio	do Palmito	LP	fitotopônimo	simples
	lajeado	do Passo Velho	LP	hidrotopônimo	composto
	córrego	do Pintado <sup>127</sup>	LP	zootopônimo	simples
	córrego	do Pouso Feio	LP	ecotopônimo	composto
	lajeado	do Saltinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	córrego	do Tigre	LP	zootopônimo	simples
	rio	dos Patos	LP	zootopônimo	simples
	lajeado	Estancado	LP	animotopônimo	simples
	córrego	Fundo	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Iguaçu	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Iratim	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Lagoão	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Lagoãozinho	LP	hidrotopônimo	simples
	córrego	Manchorra <sup>128</sup> ou Verendinha	LP	somatotopônimo	simples
	córrego	Mundéu	LI	ergotopônimo	simples
	córrego	Passo Feio	LP	hidrotopônimo	composto
	lajeado	Passo Fundo	LP	hidrotopônimo	composto
	ribeirão	Pinhal	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Pitanga – vermelho,	LI	cromotopônimo	simples

<sup>127</sup> Forma reduzida de surubim-pintado (ABHF).

<sup>128</sup> Pode ser de mancho: com falha, imperfeição (diz-se especialmente do andar de cavalgadura); defeituoso, falho, manco + ‘orra’: sufixo aumentativo ou de machorra: fêmea estéril, incapaz de procriar (AH).

		corado; [...] o mesmo que piranga (TS).			
	rio	Rancho Grande	LE+LP	sociotopônimo	composto
	rio	São Lourenço	LP	hagiotopônimo	composto
	córrego	São Pedro	LP	hagiotopônimo	composto
	ribeirão	São Pedro	LP	hagiotopônimo	composto
	córrego	São Roque	LP	hagiotopônimo	composto
<b>Palmeira</b>	rio	Água Clara	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Aterradinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Campestre	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Campo Alto	LP	fitotopônimo	composto
	rio	Caniú – caneuí - corr. Caneõ - a canseira, a fadiga, o enfado (TS).	LI	animotopônimo	simples
	arroio	Capão do Moinho	LI+LP	fitotopônimo	composto
	rio	Capivara	LI	zootopônimo	simples
	água	Clara	LP	cromotopônimo	composto
	rio	da Areia	LP	litotopônimo	simples
	arroio	da Lagoa da Prata	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	da Sumaca – do holandês schmake - antigo navio à vela, muito usado na costa do Brasil, semelhante ao patacho , [...], que enverga vela latina (ABHF).	LE	ergotopônimo	simples
	arroio	da Rondinha	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	da Vargem	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	das Almas	LP	animotopônimo	simples
	rio	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	arroio	das Tocas	LP	morfotopônimo	simples
	arroio	do Campestre	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	do Mendão	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Monjolo	LA	ergotopônimo	simples
	rio	do Salto	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	do Sítio	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	do Sono	LP	animotopônimo	simples
	arroio	do Tigre <sup>129</sup>	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	Dois Córregos	LP	numerotopônimo	composto
	arroio	dos Coxos <sup>130</sup>	LP	somatotopônimo	simples
	rio	dos Freitas	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Góis - sobre a origem da imagem de N. Sr. <sup>a</sup> da Conceição da capela de Tamanduá. [...] cuja imagem pertencia a D. Antonia de Góes, mulher do capitão povoador Matheus Leme, declarando que era seu desejo construir uma capela para essa imagem (JEM).	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Macacos	LP	zootopônimo	simples

<sup>129</sup> Pode ser originário do nome do Capitão Luis Tigre. Um neto de D. Antonia Góes, o capitão João de Carvalho Pinto, legava a mesma imagem ao capitão Antonio Luiz Tigre, que construiu a capela da Conceição de Tamanduá, origem da atual cidade de Palmeira (JEM).

<sup>130</sup> Que coxeia – manco (ABHF).

	rio	dos Papagaios	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Encruzilhada	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Faxinal	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Forquilha	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Guaraúna – ‘guará-una’ - a garça escura; uma <i>Ardea</i> , vulgo Carão ou Caráu (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Guaraúninha	LI	zootopônimo	simples
	rio	Iguaçu	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Imbituva	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Jacaré	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Minguinho	LP	somatotopônimo	simples
	arroio	Paiol dos Fundos	LP	sociotopônimo	composto
	arroio	Passo Fundo	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Poço Grande	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Potreirinho	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	Pugas	LE	antropotopônimo	simples
	arroio	Pulador	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Quero-quero	LP	zootopônimo	composto
	arroio	Ribeirão	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Samambaia	LI	fitotopônimo	simples
	rio	São Pedro	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Tabuleiro	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Tapera	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Taquaruçu	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Tibagi	LI	sociotopônimo	simples
	rio	Turvo	LP	cromotopônimo	simples
<b>Paranaguá</b>	rio	Alegre	LP	animotopônimo	simples
	morro	Bento Alves	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Brejatuba	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Cambará	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Canavieiras	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Cubatãozinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	morro	da Brejauva	LI	fitotopônimo	simples
	rio	da Colônia Pereira	LP	sociotopônimo	composto
	canal	da Cotinga <sup>131</sup> – espécie de ave insetívora, de cores vivas (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	ilha	da Cotinga	LI	zootopônimo	simples
	morro	da Divisa	LP	cardinotopônimo	simples
	enseada	da Prainha do Uvá	LP	hidrotopônimo	composto
	serra	da Prata	LP	litotopônimo	simples
	ilha	das Bananas	LP	fitotopônimo	simples
	enseada	das Conchas	LP	zootopônimo	simples
	farol	das Conchas	LP	zootopônimo	simples
	ponta	das Conchas	LP	zootopônimo	simples
	morro	das Descantadas	LP	animotopônimo	simples
	rio	das Ostras	LP	zootopônimo	simples
	ilha	das Palmas	LP	fitotopônimo	simples
	ilha	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	rio	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	rio	das Pombas	LP	zootopônimo	simples

<sup>131</sup> Pode ser de ‘coo’: roça, lugar, povoação + ‘tinga’: branca ou de branco = lugar ou povoação de brancos (WFF).

	baía	de Paranaguá	LI	hidrotopônimo	simples
	morro	do Bico Torto	LP	somatotopônimo	composto
	morro	do Caçoeiro <sup>132</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	morro	do Cedro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Cedro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Cerco	LP	geomorfotopônimo	simples
	ilha	do Curral	LP	sociotopônimo	simples
	serra	do Feiticeiro	LP	mitotopônimo	simples
	rio	do Furado	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	do Henrique	LP	antropotopônimo	simples
	morro	do Joaquim	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Maciel	LP	antropotopônimo	simples
	rio	do Maciel	LP	antropotopônimo	simples
	morro	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	ilha	do Mel	LP	estematotopônimo	simples
	morro	do Miguel	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	do Mingu <sup>133</sup>	LP	antropotopônimo	simples
	morro	do Pasto	LP	fitotopônimo	simples
	morro	do Retiro	LP	sociotopônimo	simples
	rio	do Retiro	LP	sociotopônimo	simples
	enseada	do Saco da Tambarutaca – ‘do saco’ + ‘da’ + ‘tambarutaca’: mesmo que tambaru: variedade de crustáceo (LCT).	LP+LI	geomorfotopônimo	composto
	canal	do Sucuriú - ver sucurijuba - réptil ofídio da família dos boídeos ( <i>Eunectes murinus</i> ) – mesmo que sucuri (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	canal	do Sul	LP	cardinotopônimo	simples
	morro	do Uvá - árvore ( <i>Myrcia acrantha</i> ) da família das mirtáceas, nativa do Brasil, de folhas verde-escuras, flores perfumadas, brancas, [...], e frutos bacáceos, cuja madeira é usada em carpintaria; ubá (AH).	LP	fitotopônimo	simples
	rio	dos Almeidas - João de Almeida foi um vulto preponderante do seu tempo, pois no auto de posse que a Câmara deu a Diogo Vaz, figura como um dos 25 homens bons para o governo da terra e partidários do Conde da Ilha do Príncipe (08 de maio de 1655). Cremos que fosse João de Almeida tronco da família dos Almeidas, que deu esse nome a um dos rios de Paranaguá (EL).	LP	antropotopônimo	simples

<sup>132</sup> Pode ser de: 1. cesto grande e comprido de vime, cipó ou bambu, sem tampa e com alças para prender às cangalhas no transporte de gêneros diversos em animais de carga; 2. mesmo que caçoeira (rede) (AH).

<sup>133</sup> Provável hipocorístico de Domingos.

	rio	dos Correias	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Medeiros	LP	antropotopônimo	simples
	ilha	dos Papagaios	LP	zootopônimo	simples
	ilha	dos Valadares - [...] ela nos lembra um passado bem triste... a noite, em pequenas embarcações, com todo cuidado, esses “escravos” eram trazidos para a nossa ilha fronteira, onde havia um entreposto apropriado a compra dos mesmos. No dia seguinte, vinham os “traficantes” à Vila, a fim de negociar com os “escravagistas” da terra. [...]. E quem eram esses “traficantes”, que se dedicavam a esse comércio já considerado “ilícito”? Eram uns homens de sobrenome “Valadares”. Nessa ilha, era sabido, morava uma família, muito antiga, de sobrenome “Valadares”. [...] Só depois da extinção total do tráfico negreiro é que a família “Valadares” saiu de Paranaguá, deixando a ilha, que não tendo alcunha, já era conhecida e chama por esse nome: “Valadares” (MV).	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Emboguauçu - pode ser de mboiguassu: cobra-de-veado; lit. cobra grande (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Embuçui	N/C	N/C	simples
	rio	Forquilha	LP	geomorfotopônimo	simples
	ilha	Guaraguaçu – cachorro – do - mato: designação comum a várias espécies de carnívoros da família dos Canídeos, gênero Cães, que vivem nas matas e campos brasileiros, como, por exemplo, o guará e o guaraxaim (M).	LI	zootopônimo	simples
	rio	Guaraguaçu	LI	zootopônimo	simples
	ilha	Guararema	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Itiberê <sup>134</sup>	LI	antropotopônimo	simples
	rio	Jacareí	LI	zootopônimo	simples
	rio	Miranda	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Mundo Novo	LP	animotopônimo	simples
	rio	Nhundiaquara	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Penedo –[...] o fatos	LP	antropotopônimo	simples

<sup>134</sup> De ‘y’: rio + ‘tim’: baixios + ‘berê’: grande cacique - rio de baixios pertencentes ao chefe da nação (WFF).

		documentados, com seguimento histórico, isentos de dúvidas, que nos dão notícia dos povoadores de Paranaguá, são da época em que a povoação foi elevada a vila, em 1648. Figuram como povoadores nessa data, além do cap. Gabriel de Lara, João Gonçalves Martins, cap. João Gonçalves Penedo, Estevão de Fontes,[...]. Todos estes povoadores compareceram aos atos da eleição do governo que constituiu a vila (RM).			
	rio	Perequê	LI	zootopônimo	simples
	rio	Pitinga	LI	cromotopônimo	simples
	rio	Ribeirão	LP	hidrotopônimo	simples
	ilha	Rasa da Cotinga	LP	dimensiotopônimo	composto
	rio	Sagrado	LP	hierotopônimo	simples
	rio	Sambaqui	LI	litotopônimo	simples
	ilha	São Miguel	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Sebastião	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Saquarema	LI	estematotopônimo	simples
	ilha	Sucuriçú – variante de sucuriú - ver sucurijuba - réptil ofídio da família dos boídeos ( <i>Eunectes murinus</i> ) – mesmo que sucuri (LCT).	LI	zootopônimo	simples
	ilha	Teixeira –[...] Apenas que, 60 anos depois da concessão, em 1708, a “sesmaria do Torales” passou por compra, às mãos do cidadão – Gaspar Teixeira de Azevedo - homem rico e poderoso (dono também da ilha do Teixeira), que vivia em Paranaguá, na opulência (MV).	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Toral - Bartolomeu de Torales, - fidalgo espanhol – proprietário de sesmaria que se estendia desde o Imboguacu, com frente para a baía, até Jacareí, e fundos para o rio Taquareé e Serra da Prata. A frente do terreno tinha 18 quilômetros de extensão e abrangia, não só as terras do atual distrito de Alexandra, como também alguns bairros da vila. [...]. Tinha ele sua residência no	LP	antropotopônimo	simples

		lugar chamado “Pocinho”; hoje conhecido por “Pocinho do Toral” (abreviatura de Torales, pelo povo) (MV).			
	rio	Vermelho	LP	cromotopônimo	simples
<b><i>Pinhão</i></b>	lajeado	Anta	LP	zootopônimo	simples
	rio	Boi Carreiro	LP	zootopônimo	composto
	arroio	Bonito	LP	animotopônimo	simples
	rio	Bracatinga – de possível origem tupi - árvore da família das leguminosas ( <i>Mimosa escrabella</i> ), [...] é importante para a produção de lenha para carvão (ABHF).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Bragança	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Butiá	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Camargo	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Capão Grande	LI+LP	fitotopônimo	composto
	rio	Capivara	LI	zootopônimo	simples
	córrego	Capoteiro	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Card	N/C	N/C	simples
	rio	Chorão	LP	animotopônimo	simples
	rio	da Areia	LP	litotopônimo	simples
	rio	da Lagoa Preta	LP	hidrotopônimo	composto
	lajeado	da Serra	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	das Mangueiras	LP	fitotopônimo	simples
	lajeado	das Torres	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Descadeirado	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Barro	LP	litotopônimo	simples
	lajeado	do Butiá	LI	fitotopônimo	simples
	banhado	do Corvo	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Mato Branco	LP	fitotopônimo	composto
	rio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	rio	do Pinho	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Sobradinho	LP	ecotopônimo	simples
	arroio	do Tigre	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Tijolo	LP	ergotopônimo	simples
	rio	dos Soares	LP	antropotopônimo	simples
	rio	dos Touros	LP	zootopônimo	simples
	lajeado	Faxinal	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Faxinal	LP	fitotopônimo	simples
	lajeado	Feio	LP	animotopônimo	simples
	rio	Fundão	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Iguaçu	LI	dimensiotopônimo	simples
	lajeado	Iporã – ‘y’:água, rio + ‘pora:estar cheio - rio cheio (LCT).	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Irati	LI	zootopônimo	simples
	rio	Jordão	LP	corotopônimo	simples
	arroio	Lajeado Bonito	LP	litotopônimo	composto
	rio	Lajeado Grande	LP	litotopônimo	composto
	rio	Laranja	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Mandaçaia	LI	zootopônimo	simples
	rio	Passo do Bugre	LP+LE	hidrotopônimo	composto
	rio	Passo do Tombo	LP	hidrotopônimo	composto

	rio	Pimpão	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Pinhalzinho	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Pinhão	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Pinhãozinho	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Pinheirinho	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Poço Bonito	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Pontão	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Reserva	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Rondinha	LP	sociotopônimo	simples
	rio	São Jerônimo	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Pedro	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Tapera	LI	ecotopônimo	simples
	rio	Três Barras	LP	numerotopônimo	composto
	rio	Turvo	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Verde	LP	cromotopônimo	simples
<b>Piraquara</b>	morro	Alvorada	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	Cayuguava	N/C	N/C	simples
	rio	Canguiri	LI	necrotopônimo	simples
	rio	Curralinho	LP	sociotopônimo	simples
	córrego	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	morro	do Chapéu	LP	ergotopônimo	simples
	morro	do Chapeuzinho	LP	ergotopônimo	simples
	serra	do Marumbi	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	do Sapo	LP	zootopônimo	simples
	rio	Ipiranga	LI	cromotopônimo	simples
	rio	Iraí	LI	estematotopônimo	simples
	rio	Iraisinho	LI	estematotopônimo	simples
	rio	Itaqui	LI	litotopônimo	simples
	córrego	Jardim	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Melança <sup>135</sup>	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Mico	LP	zootopônimo	simples
	morro	Pelado	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Piraquara - de pirákwára: toca de peixes (ADR).	LI	ecotopônimo	simples
	rio	São João	LP	hagiotopônimo	composto
<b>Pirai do Sul</b>	arroio	Água Fria	LP	hidrotopônimo	composto
	ribeirão	André	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Caipá	N/C	N/C	simples
	rio	Cambará	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Caxambu	LE	ergotopônimo	simples
	arroio	Caxambuzinho	LE	ergotopônimo	simples
	arroio	Cuiabá – ‘cui’: a farinha; o pó + ‘abá’: homem -o homem da farinha, o farinheiro (TS).	LI	sociotopônimo	simples
	rio	da Carreira	LP	animotopônimo	simples
	arroio	da Figueirinha	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	da Formiga	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Cinzas	LP	litotopônimo	simples
	serra	das Furnas	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	do Butiá	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	do Paulinho	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	do Sapateiro	LP	sociotopônimo	simples
	lajeado	do Tigre	LP	zootopônimo	simples

<sup>135</sup> Colheita de mel de abelhas (ABHF).

	ribeirão	dos Pereiras	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Guaricanga – variedade de palmeira; de ‘guari (ba)’ - canga, coquinho de bugio (LCT).	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Guilherme	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Iapó	LI	hidrotopônimo	simples
	córrego	José Bernardo	LP	antropotopônimo	composto
	serra	Monte Negro	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Pirai	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	Quebra-cangalha	LP	dirrematotopônimo	composto
	arroio	Quebra-perna	LP	dirrematotopônimo	composto
	rio	Redomona	LE	zootopônimo	simples
	ribeirão	Samambaia	LI	fitotopônimo	simples
<b>Ponta Grossa</b>	arroio	Amarelo	LP	cromotopônimo	simples
	arroio	Ambrozina	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Aterrado	LP	geomorfotopônimo	simples
	córrego	Baixa Funda	LP	geomorfotopônimo	composto
	arroio	Bela Vista	LP	animotopônimo	composto
	rio	Botuquara – butuquara – corr. ybytú-quara - o buraco do vento; a garganta do vento (TS).	LI	geomorfotopônimo	simples
	rio	Caçador	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Caçandoca <sup>136</sup> - o termo significa “gabão de mato” numa referência ao país do centro-oeste africano Gabão.	LA	etnotopônimo	simples
	arroio	Capão do Cipó – capão – corr. caá-pãu - a ilha de mato, o mato crescido e isolado no campo + ‘do’ + ‘cipó’ - corr. içá-pó: literalmente galho-mão, que é o mesmo que dizer – galho apreensor- que tem propriedade de se prender, de se enleiar, de atar (TS).	LI	fitotopônimo	composto
	arroio	Capão Grande	LI+LP	fitotopônimo	composto
	rio	Cara-cará – caracará - variedade de gavião (LCT).	LI	zootopônimo	composto
	arroio	Carrapato	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Chapada	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Cipó	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Conceição	LP	hagiotopônimo	simples
	rio	Congonha – corr. congõ - o que sustenta ou alimenta; é a erva-mate, variedade <i>Ilex congonha</i> (TS).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	da Atafona	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	da Caixa d'água	LP	ergotopônimo	composto
	arroio	da Encrenca	LP	animotopônimo	simples

<sup>136</sup> Disponível em:

[www.baixosantadoaltogloria.com.br/portugues/cultura\\_africana/quilombolas\\_cacandoca.htm](http://www.baixosantadoaltogloria.com.br/portugues/cultura_africana/quilombolas_cacandoca.htm).

	arroio	da Faisqueira	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	da Fazenda	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	da Invernada	LE	sociotopônimo	simples
	arroio	da Laje	LP	litotopônimo	simples
	rio	da Morte	LP	necrotopônimo	simples
	arroio	da Olaria	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	da Pedra	LP	litotopônimo	simples
	arroio	da Prancha	LP	ergotopônimo	simples
	rio	da Roça Velha	LP	sociotopônimo	composto
	arroio	da Ronda	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	da Viola	LP	ergotopônimo	simples
	rio	das Conchas	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	do Padre	LP	hierotopônimo	simples
	arroio	do Rocha	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Rodeio	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	dos Coxos	LP	somatotopônimo	simples
	lagoa	Dourada	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Dourado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Engenho Velho	LP	sociotopônimo	composto
	arroio	Estância – do espanhol platino estância - RS – fazenda (ABHF).	LE	sociotopônimo	simples
	arroio	Gertrudes	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Guaraúna	LI	zootopônimo	simples
	rio	Guaraúninha	LI	zootopônimo	simples
	rio	Imbituva	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Jatubá – variante – jatubá, jatobá – ietĩ'ua, ietaĩ'ua – 'ieta'i': jataí + 'i'ua': fruta - planta da família das leguminosas, subfamília das cesalpináceas; variedade de jataí (AGC).	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Lajeado Grande	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Limeira	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Madureira	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Modelo	LP	animotopônimo	simples
	arroio	Monjolo	LA	ergotopônimo	simples
	ribeirão	Moquém	LI	ergotopônimo	simples
	arroio	Papudo <sup>137</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Piedade	LP	animotopônimo	simples
	arroio	Pilão de Pedra	LP	ergotopônimo	composto
	rio	Pitangui	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Quebra-perna	LP	dirrematotopônimo	composto
	arroio	Sabaió	N/C	N/C	simples
	arroio	Santa Cruz	LP	hagiotopônimo	composto
	córrego	Santa Luzia	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Santa Rita	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Jorge	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	São Miguel	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Tabuleiro	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Tamanduá	LI	zootopônimo	simples

<sup>137</sup> Arredondado; saliente, proeminente (ABHF).

	rio	Taquari	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Terra Vermelha	LP	litotopônimo	composto
	rio	Tibagi	LI	sociotopônimo	simples
	lagoa	Turva	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Verde	LP	cromotopônimo	simples
	arroio	Vilhena	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Xaxim	LI	fitotopônimo	simples
<b>Rio Branco do Sul</b>	rio	Abaixo	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	Água Branca	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Açungui	LI	somatotopônimo	simples
	ribeirão	Antinha	LP	zootopônimo	simples
	rio	Barigui	LI	zootopônimo	simples
	rio	Bacaetava	LI	sociotopônimo	simples
	morro	Betara – origem controversa; provavelmente tupi – ‘mbe’tara’- pedra de beijo - peixe teleósteo perciforme da família dos cienídeos ( <i>Menticirrhus americanus</i> ), do Atlântico ocidental, [...], geralmente encontrada sobre fundo arenoso em águas costeiras e estuários de pouca profundidade: [...] papa-terra-de-mar-grosso, perna-de-moça, pescada-cachorro, pirá-siririca, pomba-de-mulata, sambetara, siririca, tambetara, tametara, tembetara, tremetara (AH).	LP	zootopônimo	simples
	rio	Betara	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Boca da Serra	LP	somatotopônimo	composto
	rio	Bromado <sup>138</sup>	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Caetê - ‘caá’+ ‘e’tê’: verdadeiro - mata virgem (ABHF).	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Capiru – ‘ca(caá)’: erva + ‘piru’: seco - relva seca (OB).	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Capivara	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	Curriola <sup>139</sup> da Limeira	LP	sociotopônimo	composto
	arroio	Curriola dos Franças	LP	sociotopônimo	composto
	rio	Curriola dos Franças	LP	sociotopônimo	composto
	rio	Curriola	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Curriolinha	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Cutia – corr. agutí ou acutí - o indivíduo que come de pé, de referência ao hábito que tem o animal deste nome de tomar o	LI	zootopônimo	simples

<sup>138</sup> Variante de brumado: moita cerrada e baixa (ABHF).

<sup>139</sup> Pode ser de corriola – grupo de pessoas que agem desonestamente ou de forma inescrupulosa; quadrilha (AH).

		alimento com as patas dianteiras (TS).			
	ribeirão	da Lança	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	da Negra	LP	etnotopônimo	simples
	serra	do Bromado	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Carmo	LP	hagiotopônimo	simples
	ribeirão	do Inferno	LP	mitotopônimo	simples
	rio	do Lima	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	do Pilãozinho	LP	ergotopônimo	simples
	rio	do Salto	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	Fisqueiro	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	Faxineiro	LP	sociotopônimo	simples
	lajeado	Lava-pé	LP	dirrematopônimo	composto
	rio	Órgãos	LP	somatotopônimo	simples
	rio	Passo Santana	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Piedade	LP	animotopônimo	simples
	rio	Pocinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Pombas	LP	zootopônimo	simples
	rio	Ponta Grossa	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Queimadinho ou da Campina	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	Rancharia	LP	ecotopônimo	simples
	rio	Ribeira	LP	hidrotopônimo	simples
	ribeirão	Rio Branco	LP	hidrotopônimo	composto
	rio	Sabino	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Santana	LP	hagiotopônimo	simples
	arroio	São Vicente	LP	hagiotopônimo	simples
	rio	Tacaniça <sup>140</sup>	LP	ergotopônimo	simples
	ribeirão	Taici – ‘taiaci’ - variedade de mandioca (ATEPAR).	LI	fitotopônimo	simples
	córrego	Tatá	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Taquara	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	Tristeza	LP	animotopônimo	simples
	lajeado	Voturuvu – voturuvu – ‘ybyty’ + ‘rua’ - o cume da montanha, o pico (ATEPAR).	LI	geomorfotopônimo	simples
	serra	Voturuvu	LI	geomorfotopônimo	simples
	rio	Votuverava – de ybytyberába – morro brilhante (ADR).	LI	geomorfotopônimo	simples
<b>Rio Negro</b>	rio	Areia Branca	LP	litotopônimo	composto
	ribeirão	Azul	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Caiúva – Pode ser relativo aos Caiovás, subgrupo guarani cujos remanescentes vivem no litoral de São Paulo. Indígena dessa tribo.	LI	etnotopônimo	simples
	lajeado	Caçador	LP	sociotopônimo	simples
	lajeado	Campina do Fecho	LP	fitotopônimo	composto
	ribeirão	Campo Novo	LP	fitotopônimo	composto
	lajeado	Comprido	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	da Baitava/da Baitaca	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	da Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	rio	da Várzea	LP	geomorfotopônimo	simples

<sup>140</sup> Lanço de telhado que resguarda os lados do edifício (ABHF).

	lajeado	da Viúva	LP	animotopônimo	simples
	lajeado	das Mortes	LP	necrotopônimo	simples
	lajeado	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	córrego	do Coruja	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Ouro	LP	litotopônimo	simples
	lajeado	do Passo	LP	hidrotopônimo	simples
	lajeado	do Tamanduá	LI	zootopônimo	simples
	rio	do Veado	LP	zootopônimo	simples
	lajeado	dos Buracos	LP	geomorfotopônimo	simples
	lajeado	dos Cordeiros <sup>141</sup>	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Lajeadinho	LP	litotopônimo	simples
	córrego	Mesquita	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Negro	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Ouro Fino	LP	litotopônimo	composto
	rio	Passa Três	LP	dirrematopônimo	composto
	rio	Pavãozinho	LP	zootopônimo	simples
	ribeirão	Poço Frio	LP	geomorfotopônimo	simples
<b>Reserva</b>	rio	Alonso ou do Peixe	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Andrade	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Areia Preta	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Barra Grande	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Barra do Encontro	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Barreirinho	LP	litotopônimo	simples
	rio	Barreiro	LP	litotopônimo	simples
	rio	Boca Negra	LP	somatotopônimo	composto
	arroio	Bonito	LP	animotopônimo	simples
	rio	Botocudo	LP	etnotopônimo	simples
	arroio	Campinas Belas	LP	fitotopônimo	composto
	ribeirão	Cascudo <sup>142</sup>	LP	zootopônimo	simples
	rio	Cava Grande	LP	geomorfotopônimo	composto
	rio	Cavinha	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	Charqueada	LE	sociotopônimo	simples
	ribeirão	Claro	LP	cromotopônimo	simples
	arroio	Coruja	LP	zootopônimo	simples
	arroio	da Anta Gorda	LP	zootopônimo	composto
	rio	da Faca	LP	ergotopônimo	simples
	serra	da Imbuia	LI	fitotopônimo	simples
	ribeirão	das Três Barras	LP	numerotopônimo	composto
	serra	de São Roque	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	do Barreiro	LP	litotopônimo	simples
	arroio	do Daniel	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	do Encontro	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	do Leão	LP	zootopônimo	simples
	rio	do Peixe	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Tigre	LP	zootopônimo	simples
	arroio	dos Calixtos	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	dos Leonardos	LP	antropotopônimo	simples
	serra	do Monjolinho	LA	ergotopônimo	simples
	arroio	Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Imbaú – de embaúba (embayba) - árvore da preguiça; árvore que produz uma fruta que é o alimento predileto do	LI	fitotopônimo	simples

<sup>141</sup> Filhote ainda novo da ovelha (ABHF).

<sup>142</sup> Designação comum aos peixes teleosteos [...]. 3. besouro (ABHF).

		bicho preguiça (LCT).			
	rio	Imbaúzinho - de embaúba (embaúba): árvore da preguiça; árvore que produz uma fruta que é o alimento predileto do bicho preguiça (LCT) + 'zinho/inho': sufixo nominativo 'diminuição' (ABHF) - imbaú pequeno	LI + LP	fitotopônimo	composto
	rio	Imbaú Mirim - de embaúba (embaúba): árvore da preguiça; árvore que produz uma fruta que é o alimento predileto do bicho preguiça + 'miri': pequena - árvore pequena (LCT).	LI	fitotopônimo	composto
	rio	Imirim - 'y': água, rio + 'miri': pequeno - rio pequeno (LCT).	LI	dimensiotopônimo	simples
	arroio	Invernada Velha	LE+LP	sociotopônimo	composto
	rio	Ivaizinho	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Jacutinga - corr. yacútinga - o jacu branco - <i>Penélope leucoptera</i> (TS).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Lajeado	LP	litotopônimo	simples
	lajeado	Liso	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Maromba	LP	ergotopônimo	simples
	rio	Novo	LP	cronotopônimo	simples
	serra	Queimada	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Rancho Grande	LE+LP	sociotopônimo	composto
	rio	Sabugueiro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	São Pedro	LP	hagiotopônimo	simples
	arroio	Tira-fogo	LP	dirrematotopônimo	composto
<b>São José da Boa Vista</b>	água	Branca	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Barra Mansa	LP	hidrotopônimo	composto
	córrego	Barro Preto	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Batel	LE	ergotopônimo	simples
	ribeirão	Bengala de Fogo	LP	ergotopônimo	composto
	água	da Bengalinha	LP	ergotopônimo	simples
	rio	da Corredeira	LP	hidrotopônimo	simples
	ribeirão	da Grama	LP	fitotopônimo	simples
	água	da Onça	LP	zootopônimo	simples
	água	da Pedra	LP	litotopônimo	simples
	rio	da Pescaria	LP	sociotopônimo	simples
	água	da Prata	LP	litotopônimo	simples
	água	da Raposa	LP	zootopônimo	simples
	água	do Pinhal	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	do Pinhal	LP	fitotopônimo	simples
	água	do Pinhal Redondo	LP	fitotopônimo	composto
	água	do Zazim <sup>143</sup>	LP	antropotopônimo	simples
	ribeirão	dos Patos	LP	zootopônimo	simples
	rio	Eerval	LE	fitotopônimo	simples
	rio	Itararé	LI	litotopônimo	simples

<sup>143</sup> Classificação constante do banco de dados do ATEPAR – antropotopônimo.

	rio	Jaguariaíva	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	Taquara do Reino	LI+LP	fitotopônimo	composto
<b>São José dos Pinhais</b>	rio	Agaraú – pode ser de açará + ‘y’: rio do acará (ATEPAR).	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Agreste ou Araçaieiro	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Anta Gorda	LP	zootopônimo	composto
	rio	Arraial	LP	poliotopônimo	simples
	rio	Atuba	LP	somatotopônimo	simples
	rio	Avencal	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Banhado	LE	geomorfotopônimo	simples
	rio	Campestre	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Campininha	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Capivari	LI	zootopônimo	simples
	rio	Castelhanos	LE	etnotopônimo	simples
	rio	Cerro Azul	LP	geomorfotopônimo	composto
	serra	da Fula <sup>144</sup>	LP	etnotopônimo	simples
	serra	da Papanduva – alteração de panāpanā-ndy-ba - abundância de borboletas. (LCT)	LI	zootopônimo	simples
	serra	da Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	rio	da Prata	LP	litotopônimo	simples
	rio	da Vaca	LP	zootopônimo	simples
	rio	da Várzea	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	das Canavieiras	LP	fitotopônimo	simples
	rio	das Pacas – paca – a desperta, a acordada, a que está sempre atenta. É o animal roedor <i>Celogenys paca</i> (TS).	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	rio	Despique	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	do Adolfo	LP	antropotopônimo	simples
	serra	do Mar	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	do Monjolo	LA	ergotopônimo	simples
	arroio	do Salão	LP	sociotopônimo	simples
	serra	do Salto	LP	geomorfotopônimo	simples
	serra	dos Castelhanos	LE	etnotopônimo	simples
	arroio	dos Fariseus	LP	etnotopônimo	simples
	rio	Guaratubinha	LI	zootopônimo	simples
	rio	Iguaçu	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Itaqui	LI	litotopônimo	simples
	rio	Miringuava - ‘mirim’: pequeno + ‘guaba’: comida, bebida = pequeno alimento, bebida (OB).	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Miringuava-mirim	LI	dimensiotopônimo	composto
	rio	Osso da Anta	LP+LI	somatotopônimo	composto
	arroio	Passo da Onça	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo do Amâncio	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo do Campo Largo	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo do Fula	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo do Luba	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo dos Pires	LP	hidrotopônimo	composto

<sup>144</sup> Que ou o que é mestiço de negro com mulata ou de mulato com negra; pardo fulas (AH).

	rio	Pequeno	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Quati	LI	zootopônimo	simples
	córrego	Roça Velha	LP	sociotopônimo	composto
	arroio	Saltinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	São João	LP	hagiotopônimo	composto
	rio	Una	LI	cromotopônimo	simples
<i>Tibagi</i>	arroio	Água Clara	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Água Suja	LP	hidrotopônimo	composto
	córrego	Água Fria	LP	hidrotopônimo	composto
	água	Comprida	LP	dimensiotopônimo	simples
	rio	Alegre	LP	animotopônimo	simples
	rio	Amola Flecha	LP	dirrematotopônimo	composto
	arroio	Anta Gorda	LP	zootopônimo	composto
	arroio	Areia Branca	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Aterradinho	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	Botinha <sup>145</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Caçador	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	Cambará	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Campo Novo	LP	fitotopônimo	composto
	arroio	Capela da Porteira	LP	hierotopônimo	composto
	arroio	Capivari	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Cascavel	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Congonhas	LI	fitotopônimo	simples
	rio	da Barrinha	LP	hidrotopônimo	simples
	rio	da Conceição	LP	hagiotopônimo	simples
	lajeado	da Cutia	LI	zootopônimo	simples
	lajeado	da Divisa	LP	cardinotopônimo	simples
	arroio	da Ingrata	LP	animotopônimo	simples
	arroio	da Jacutinga	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	da Jaguatirica.	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	da Onça	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Antas	LP	zootopônimo	simples
	arroio	das Cavernas	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	das Pedras	LP	litotopônimo	simples
	rio	do Agudo	LP	morfotopônimo	simples
	arroio	do Barroso	LP	antropotopônimo	simples
	morro	do Caixão	LP	ergotopônimo	simples
	serra	do Facão	LP	ergotopônimo	simples
	arroio	do Lobo	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Monge	LP	hierotopônimo	simples
	ribeirão	do Monjolo	LA	ergotopônimo	simples
	ribeirão	do Palmito	LP	fitotopônimo	simples
	rio	do Peixe ou Laranjinha	LP	zootopônimo	simples
	córrego	do Rincão	LE	geomorfotopônimo	simples
	arroio	do Sabão	LP	estematotopônimo	simples
	arroio	dos Isidoros	LP	antropotopônimo	simples
	arroio	Empossado	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Engano	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	Erveira	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Fisqueira	LP	sociotopônimo	simples
	rio	Fortaleza	LP	sociotopônimo	simples
	arroio	Gonçalo	LP	antropotopônimo	simples
	lajeado	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	arroio	Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Guardinha	LP	sociotopônimo	simples

<sup>145</sup>Considerou-se como se o acidente tivesse a forma de bota.

	rio	Harmonia	LP	animotopônimo	simples
	rio	Iapó	LI	hidrotopônimo	simples
	rio	Imbaú	LI	fitotopônimo	simples
	rio	Invernada Velha	LE+LP	sociotopônimo	composto
	arroio	Labirinto	LP	geomorfotopônimo	simples
	córrego	Ladainha	LP	hierotopônimo	simples
	arroio	Lagoinha	LP	hidrotopônimo	simples
	arroio	Laranjeiras	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Limitão	LP	cardinotopônimo	simples
	lajeado	Manhoso	LP	animotopônimo	simples
	arroio	Maria Leme	LP	antropotopônimo	composto
	arroio	Moquém	LI	ergotopônimo	simples
	arroio	Palmito	LP	fitotopônimo	simples
	arroio	Passo Fundo	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Passo Liso	LP	hidrotopônimo	composto
	arroio	Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	rio	Pitangui	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Pururuca <sup>146</sup>	LP	geomorfotopônimo	simples
	rio	Preto	LP	cromotopônimo	simples
	arroio	Quati	LI	zootopônimo	simples
	arroio	Quebra-perna	LP	dirrematopônimo	composto
	arroio	Santana	LP	hagiotopônimo	simples
	rio	Santa Rosa	LP	hagiotopônimo	composto
	córrego	Santo Amaro	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	São Domingos	LP	hagiotopônimo	composto
	córrego	São João	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Sertãozinho	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Sete Rincões	LP+LE	numerotopônimo	composto
	rio	Tibagi	LI	sociotopônimo	simples
	rio	Vorá – corr. Borá - tirado do conteúdo, o extraído. É a massa amarela, amarga, feita do pólen das flores, que se encontra dentro do cortiço das abelhas; é o mesmo Samborá ou Tamborá. Designa várias espécies de abelhas (TS).	LI	zootopônimo	simples
<b>União da Vitória</b>	rio	Arrozal	LP	fitotopônimo	simples
	córrego	Banhado	LE	geomorfotopônimo	simples
	rio	Barra Grande	LP	hidrotopônimo	composto
	córrego	Barreado	LP	litotopônimo	simples
	arroio	Bengala	LP	ergotopônimo	simples
	córrego	da Bracatinga	LI	fitotopônimo	simples
	córrego	da Cachoeira	LP	hidrotopônimo	simples
	córrego	da Encruzilhada	LP	hodotopônimo	simples
	serra	da Esperança	LP	animotopônimo	simples
	córrego	da Fatura	LP	animotopônimo	simples
	córrego	da Guabiroba	LI	fitotopônimo	simples
	córrego	da Pedra Branca	LP	litotopônimo	composto
	ribeirão	da Prata	LP	litotopônimo	simples
	ribeirão	das Correntes <sup>147</sup>	LP	hidrotopônimo	simples

<sup>146</sup> Variante de pororoca: 1. variedade de milho de grão pequeno e duro, próprio para cavalos de corrida. 2. quebradiço, frágil (ABHF).

	arroio	do Abarracamento	LP	sociotopônimo	simples
	córrego	do Bugre	LE	etnotopônimo	simples
	arroio	do Corvo	LP	zootopônimo	simples
	arroio	do Guaraipo – guaraipó-guarupi - variedade de abelha da família das melíponas (TS).	LI	zootopônimo	simples
	rio	do Louro <sup>148</sup>	LP	etnotopônimo	simples
	ribeirão	do Meio	LP	cardinotopônimo	simples
	córrego	do Monjolo	LA	ergotopônimo	simples
	rio	do Soldado	LP	sociotopônimo	simples
	ribeirão	do Tigre	LP	zootopônimo	simples
	arroio	Faxinal	LP	fitotopônimo	simples
	rio	Iguaçu	LI	dimensiotopônimo	simples
	rio	Jangada	LP	ergotopônimo	simples
	rio	Palmital	LP	fitotopônimo	simples
	córrego	Papua – talvez tupi - capim marmelada (ABHF).	LI	fitotopônimo	simples
	córrego	Santo Antonio	LP	hagiotopônimo	composto
	ribeirão	São Domingos	LP	hagiotopônimo	composto
	córrego	São João	LP	hagiotopônimo	composto
	córrego	São Joaquim	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Serradão	LP	geomorfotopônimo	simples
	arroio	Taió	LI	fitotopônimo	simples
	arroio	Tanque	LP	ergotopônimo	simples
	rio	Três Antas	LP	numerotopônimo	composto
	rio	Verde	LP	cromotopônimo	simples
	rio	Vermelho	LP	cromotopônimo	simples
<b>Wenceslau Braz</b>	água	Grande	LP	dimensiotopônimo	simples
	córrego	Barreirinho	LP	litotopônimo	simples
	córrego	Barro Preto	LP	litotopônimo	composto
	arroio	Batel	LE	ergotopônimo	simples
	rio	Corredeira	LP	hidrotopônimo	simples
	água	da Campina	LP	fitotopônimo	simples
	água	da Forquilha	LP	geomorfotopônimo	simples
	ribeirão	da Grama	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	da Hulha – do francês houille - carvão (ABHF).	LE	litotopônimo	simples
	ribeirão	da Natureza	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	das Antas	LP	zootopônimo	simples
	rio	das Cinzas	LP	litotopônimo	simples
	rio	das Pombas	LP	zootopônimo	simples
	água	do Jacu	LI	zootopônimo	simples
	água	do Mato Preto	LP	fitotopônimo	composto
	ribeirão	do Pinhal	LP	fitotopônimo	simples
	ribeirão	dos Oliveiras	LP	antropotopônimo	simples
	rio	Fartura	LP	animotopônimo	simples
	ribeirão	Farturinha	LP	animotopônimo	simples
	córrego	Fazenda Velha	LP	sociotopônimo	composto
	rio	Manduri	LI	zootopônimo	simples
	ribeirão	Novo	LP	cronotopônimo	simples

<sup>147</sup> Corrente: 1. que corre sem encontrar empecilho; fluente. 2. diz-se das águas que correm, que não se acham estagnadas; corrediço, corredio. 3. o curso das águas de um rio, de um ribeiro, de um regato; correnteza. 4. cadeia de metal; grilhão (ABHF).

<sup>148</sup> Indivíduo que tem o cabelo louro (ABHF).

	córrego	Olho d'água	LP	hidrotopônimo	composto
	ribeirão	São Pedro	LP	hagiotopônimo	composto
	arroio	Salto do Silvério	LP	geomorfotopônimo	composto

**Quadro I** – Quadro geral dos dados lexicográficos e toponímicos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853

## 5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO *CORPUS*, SEGUNDO A LÍNGUA DE ORIGEM

O levantamento feito a partir de mapas oficiais enviados pela SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná - forneceu os topônimos que serão analisados e discutidos neste *corpus*. Após classificar os topônimos, segundo os requisitos constantes do Quadro I, calculou-se a produtividade numérica e percentual desses itens no conjunto dos dados.

O resultado desta pesquisa é visualizado em 12 gráficos repartidos em duo, que trazem os valores numéricos e percentuais obtidos mediante a elaboração desse modelo de figuras dos dados toponímicos dos municípios fundados entre 1648 e 1853, acreditando-se oferecer informações mais concretas e facilitar a interpretação.

Tem-se assim, a seguinte distribuição de gráficos para a análise de dados:

4.2.1 Distribuição numérica e percentual dos topônimos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853, segundo a Língua de Origem; 4.3.1. Distribuição numérica e percentual dos topônimos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853 nas taxionomias de natureza Antropo-cultural, Física e não classificados; 4.4. Taxionomias toponímicas com maior produtividade de ocorrências nos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853; 4.5. Distribuição numérica e percentual dos topônimos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853, segundo a Estrutura Morfológica; 4.6. Distribuição numérica e percentual dos topônimos do litoral paranaense, segundo a Língua de Origem.

Na organização deste fragmento do Capítulo IV, apresenta-se, primeiramente, cada duo de gráficos e, em seguida, a discussão dos números extraídos dos gráficos.

### **5.2.1 Distribuição numérica e percentual dos topônimos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853, segundo a Língua de Origem.**

Já se tornou lugar comum afirmar que a língua, por ser um sistema dinâmico, é passível de mutações e, sendo um patrimônio de toda uma comunidade lingüística, faculta a todos os membros dessa sociedade o direito de criatividade léxica, pois é o homem que atua em suas transformações.

De acordo com os estudos de Genouvrier; Peytard (1974, p.132), as palavras que constituem a língua estão sujeitas a transformações, de acordo com os diferentes momentos da história. Conforme o autor, o léxico de uma língua é o lugar das mais amplas variações, já que certas palavras caem em desuso enquanto outras são criadas conforme a necessidade da denominação, isto é, segundo as necessidades socioculturais do meio.

As relações língua-cultura-sociedade estão refletidas na língua e, a partir de seu estudo, podemos conhecê-las, principalmente no nível lexical que permite observar os aspectos valorizados por determinado grupo e até as condições de vida impostas pelo meio físico. A língua, então, engloba a cultura, comunica-a e transmite-a.

É um componente de interação entre o indivíduo e a sociedade, um elemento cultural revelador da visão de mundo de cada comunidade. Logo, para um real conhecimento de um grupo humano, é necessário observar a forma de este representá-la. Constata-se, portanto, que a linguagem é um fato social, está a serviço da vida social, é viva, flexível e evolui junto com o homem.

A sociedade tem o poder de aceitar ou repelir determinadas transformações. Por sua vez, esclarece Preti (1977, p.02) que

nas grandes civilizações, a língua é suporte de uma dinâmica social, que compreende, não só as relações diárias entre os membros de uma comunidade, como também uma atividade intelectual, que vai desde o fluxo informativo dos meios de comunicação de massa, até a vida cultural, científica ou literária.

O homem interage com outros homens na sociedade, se comunica com o mundo através de vários níveis de linguagem. É na criação da linguagem que o homem se mostra enquanto criador, pois:

pelo mesmo ato, mediante o qual o homem extrai de si a trama da linguagem, também vai se entretecendo nela e cada linguagem traça um círculo mágico ao redor do povo a que pertence, círculo do qual não existe escapatória possível, a não ser que se pule para outro. W. von Humboldt (1972 apud CASSIRER, 1972, p.23).

Ao pretender analisar aspectos que envolvam a relação entre sociedade, cultura e ambiente ou língua e homem, pode-se recorrer ao léxico como guia de referência, uma vez que o vocabulário, ao ser empregado pelo homem, reflete aspectos do ambiente, conforme atestam as palavras de Sapir (1969, p.45):

o léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como um complexo inventário de tôdas as idéias, interêsses e ocupações; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado. Não é difícil encontrar exemplos de línguas cujo léxico traz o sinete do ambiente físico em que se acham situados os seus falantes<sup>149</sup>.

Desse modo, o estudo de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam, permitindo-se compreender os conceitos e as ocorrências da vida cotidiana, por ser modelo e modelador da cultura humana.

Acredita-se ser esclarecedor, para melhor compreensão da análise que se propõe esta pesquisa, iniciar por uma distinção de ordem terminológica referente às noções de léxico e de vocabulário. Por léxico de uma língua entende-se “a totalidade das palavras de uma língua, ou, como o saber interiorizado, por parte dos falantes de uma comunidade lingüística” (VILELLA, 1994, p.10).

São as palavras que os falantes podem, oportunamente, empregar e compreender. O vocabulário é o “conjunto das palavras efetivamente empregadas pelo locutor num acto de fala preciso. O vocabulário é a actualização de certo número de palavras pertencentes ao léxico individual do locutor [...]. Vocabulário e léxico acham-se em relação de inclusão” (GENOUVRIER; PEYTARD, 1974, p.279-280).

A palavra, por sua vez, pode ser definida como o uso momentâneo e especial que o indivíduo faz da língua; e, por ela, uma porção bastante limitada da língua é transportada de um estado virtual para o domínio da ação. Ela é o “elemento visado pelo estudo do léxico”. Ao estabelecer a análise dos problemas do léxico, deve-se buscar a

---

<sup>149</sup> Optou-se por manter a grafia original do autor.

exploração das estruturas léxicas onde toda a palavra se insere e as estruturas semânticas, onde toda a palavra adquire sentido (GENOUVRIER; PEYTARD, 1974, p.281).

As palavras, consoante Mattoso (1997, p.157), distribuem-se no léxico:

por campos semânticos, isto é, associações de significação para um certo número de semantemas<sup>150</sup>, como, como os termos para cor, para partes do corpo animal, para os fenômenos meteorológicos, etc., por famílias léxicas, isto é, conjunto de palavras que têm em comum o seu semantema, cuja função lexical se multiplica pelos processos de derivação e composição.

Donde se infere que as palavras estão cercadas por uma rede de associações que as ligam a outros termos e que algumas das associações baseiam-se em ligações entre os sentidos; algumas são naturalmente formais, enquanto outras associações envolvem simultaneamente a forma e o significado.

Podem-se destacar os estudos do lingüista francês George Matoré, nos quais analisou, segundo Ullmann (1973, p.527), o vocabulário de diversos setores da sociedade em um período escolhido: vida política e social, jornalismo, arte e ciência e outras esferas. Matoré introduziu dois conceitos após seus estudos: ‘palavras-testemunhas e palavras-chaves’.

As palavras-testemunhas são “elementos particularmente importantes em função dos quais se hierarquiza e se coordena a estrutura lexicológica”. Uma palavra-chave é “uma unidade lexicológica que exprime uma sociedade [...] um ser, um sentimento, uma idéia, vivos na medida em que a sociedade neles reconhece o seu ideal”.

Para Matoré, a palavra analisa e objetiva o pensamento individual, assumindo um valor coletivo: há uma socialidade própria da língua. Recordando Isquierdo (1996, p.91), “podemos asseverar que os topônimos funcionam como ‘palavras-testemunhas’ de uma deriva de valores, de crenças e de expectativas de um grupo sócio-lingüístico-cultural”. Os topônimos, como integrantes do léxico e conseqüentemente da língua, podem representar uma infinidade de valores, retratando a realidade de um grupo social.

Nesse sentido, o signo toponímico é o que mais nitidamente reflete o ambiente social e físico dos falantes. Desse modo, para Wartburg; Ullmann (1975, p.149), o destino de uma palavra, “sua floração e proliferação, seu declínio e sua morte, estão em grande parte condicionados por suas relações com o seu meio”.

---

<sup>150</sup> “O termo semantema, lançado por Vendryes, tem por base uma raiz grega que quer dizer ‘significação’. Dá-se este nome ao elemento formal que simboliza na língua o ambiente bio-social em que ela funciona. Em seu lugar, também se usa morfema, indiferencialmente visto que também é forma ou ainda lexema” (MATTOSO, 1997, p.214).

A esse respeito pode-se acrescentar que a Toponímia é uma das disciplinas que integram a ciência lingüística por investigar o léxico toponímico, considerando-o expressão lingüístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente; propõe o resgate da atitude do homem diante do meio, através da nomeação dos lugares. Isso ocorre pela inserção dos topônimos originados de diversos estratos lingüísticos. De acordo com Dick (1999 apud DARGEL, 2003, p.55).

a toponímia, principalmente, serve-se dessas circunstâncias de base, equivalente ou próxima a um substrato vocabular, para aí deitar suas raízes, aproveitando-se do material lingüístico que mais se adequa à configuração dos conceitos que deve transmitir. Uma nomenclatura local ou uma cadeia onomástica, que interage com vários segmentos culturais, num aparato semiótico de relações e procedências diversas, constitui, realmente, uma base de pesquisa lingüística altamente produtiva.

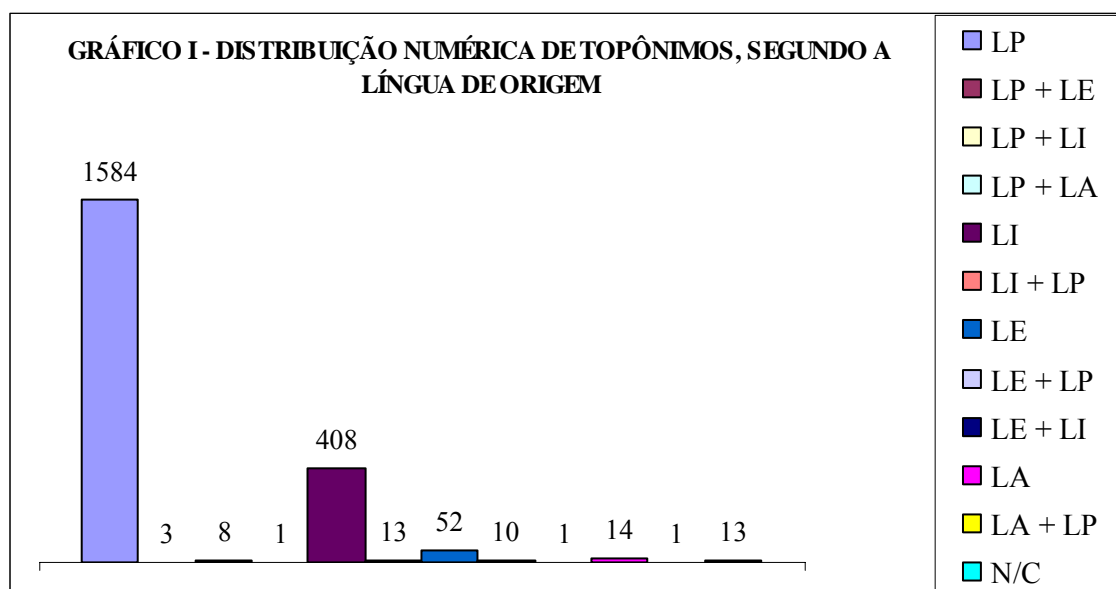
Para este estudo, buscaram-se subsídios metodológicos nos projetos *Atlas Toponímico do Estado do Paraná - ATEPAR* e *Para a História do Português Brasileiro: nas veredas do Atlas Lingüístico do Paraná - PHPB*. O primeiro busca sistematizar os topônimos paranaenses e, então, contribuir com o estudo dos topônimos do Paraná numa pesquisa mais abrangente, que tem como objetivo geral o *Atlas Toponímico do Brasil*, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (USP). O segundo, por sua vez, propõe buscar a correlação do registro lexical no *Atlas Lingüístico do Paraná - ALPR* (AGUILERA, 1994) com os fatos e momentos históricos da ocupação do território paranaense e, assim, contribuir para a escritura de uma história do português do Brasil e do Paraná.

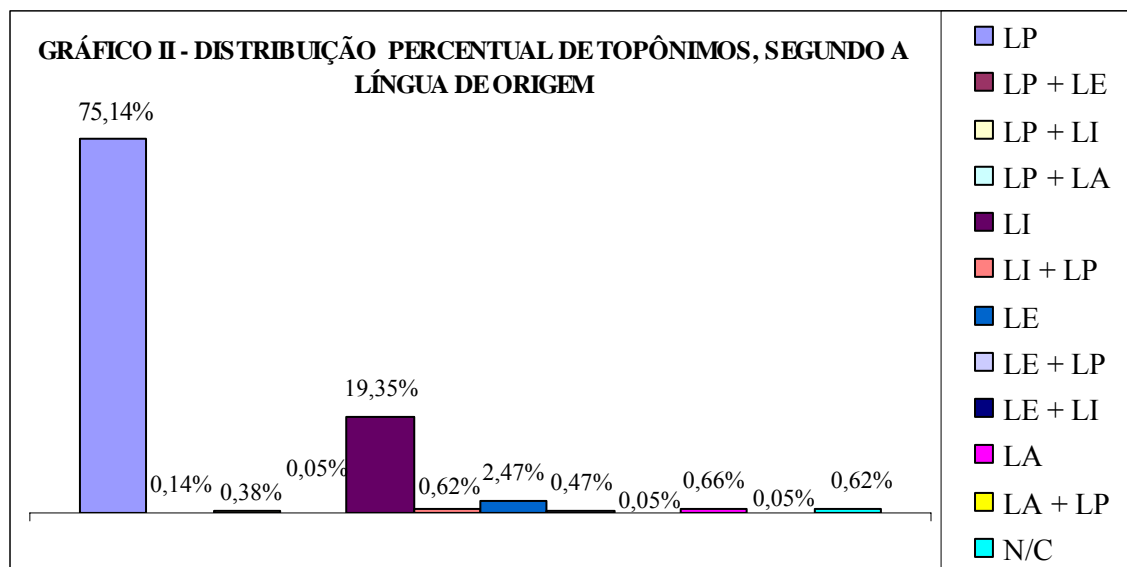
Após essas considerações, aborda-se a seguir a questão da língua de origem dos topônimos dos municípios paranaenses fundados no período que compreende 1648 a 1853. Nesse sentido é importante retomar as palavras de Dick (1999, p.129-130) para quem:

no simbolismo da linguagem, os signos tornados nomes exigem, porém, cuidados de interpretação e reflexão. Há os que são facilmente compreensíveis, porque o semantismo que sugerem ainda não se cristalizou; outros apresentam dificuldade dupla, seja quanto à origem genética da palavra ou quanto ao significado intrínseco. Este é um fato comum no país, principalmente quando se depara com palavras oriundas de outros estratos de língua, presentes desde a colônia, cujas matrizes permaneceram no léxico regional, apesar das transcrições deturpadas, em alguns casos.

Certamente, a afirmação de Dick é pertinente na medida em que, no *corpus* constituído, registram-se topônimos de ambas as naturezas: os facilmente compreensíveis e os de difícil compreensão. Essa dificuldade, porém, foi contornada pela pesquisa exaustiva para definir a motivação de cada um dos topônimos, o que minimizou o número dos incompreensíveis e permitiu contabilizar e interpretar os valores numéricos e percentuais expressos em cada um dos estratos lingüísticos formadores da toponímia paranaense do período- 1648 a 1853.

### 5.2.1.1 Apresentação e análise dos gráficos I e II





Por meio da análise dos Gráficos I e II, destacam-se os seguintes valores:

- **LP:** 1.584 topônimos – 75,14% do total de topônimos estudados;
- **LI:** 408 topônimos – 19,17% do total geral de topônimos analisados;
- **LI + LP:** 13 topônimos- 0,62% - ilha **Guamiranga de Baixo**, ilha **Guamiranga de Dentro**, arroio **Capão da Vargem**, rio **Ipanema do Sul**;
- **LP + LI:** 8 topônimos - 0,38% - enseada do **Saco da Tambarutaca**, rio **Osso da Anta**, rio **Passa Una**, rio **Barra da Imbuia**;
- **LE:** 52 topônimos- 2,47% - arroio **dos Pelechates**, rio **Ranchinho**, arroio **da Invernada**, arroio **Capilé**, rio **Charqueada**;
- **LE + LP:** 10 topônimos- 0,47% - arroio **Banhado Grande**, ilha **Canoa Velha**, rio **Rancho Grande**, arroio **Invernada Velha**;
- **LE + LI:** 1 topônimo - 0,05%- rio **Rincão da Canoa**;
- **LA:** 14 topônimos- 0,66% - rio, córrego, arroio **do Monjolo**, serra **do Monjolino**, água, rio **Caxambu**;
- **LA + LP:** 1 topônimo - 0,05% - arroio **Monjolo Velho**;
- **LP+ LA:** 1 topônimo - 0,05 % - arroio **Três Monjolo**;
- **LP + LE:** 3 topônimos - 0,14% - rio **Passo do Bugre**, arroio **Sete Rincões**, córrego **Água do Piquete**;
- **N/C:** 13 topônimos-0,62% dos topônimos encontrados - arroio **Mambeca**, arroio **Macorama**, rio **Crim** – não foi possível identificar o estrato lingüístico de que se originam.

Dos dados ilustrados acima, pode-se verificar que a língua de origem predominante na toponímia do recorte diacrônico é a portuguesa com 1.584 ocorrências ou 75,14% do total de topônimos estudados.

Acredita-se que essa predominância possa ser explicada a partir do fato de que, historicamente, no início da povoação do Brasil, e no Paraná não foi diferente, havia três grupos étnicos predominantes: os indígenas (habitantes primitivos de todo o espaço brasileiro), os portugueses (colonizadores), e os africanos (trazidos durante o período do tráfico negreiro). São três culturas distintas, são três estratos lingüísticos mais recorrentes na toponímia brasileira e paranaense.

De acordo com Bastos e Silva (1983, p.48), o colonizador lusitano, ao conquistar as terras brasileiras, impôs elementos de sua cultura, tais como religião, idioma, organização política e econômica, através da força (fez do índio um escravo), da organização militar e por seu interesse pelas riquezas do Brasil. No início da colonização, foi praticada a escravização de índios, mas foi logo proibida por lei e teve a oposição marcante dos padres jesuítas portugueses, que atuavam na colônia.

A população indígena, que no início da colonização se constituía em torno de quatro milhões de índios, foi logo “dizimada por doenças adquiridas em contato com o branco”. Segundo Mendes (2005, p.75), “em 1823 restava menos de 1 milhão. Os que escaparam, ou se miscigenaram, ou foram empurrados para o interior do país. A miscigenação se deveu à natureza da colonização portuguesa: comercial e masculina”.

Conforme destaca Balhana (2002, p.232), à tríade étnica fundamental: índio, português e negro, “vieram somar-se novos elementos étnicos, principalmente europeus, na composição do quadro demográfico do Paraná”. Embora numericamente o contingente de imigrantes entrados no Paraná, incluídos aqueles que se fixaram nas áreas urbanas, não tenha ultrapassado cem mil, o seu número é bastante significativo em relação ao total da sua população, como se percebe nos números a seguir<sup>151</sup>: 1872 -2,9%,1890 - 2,1%,1900 - 13,6%,1920 -9,2%. Assim, a entrada de novos contingentes populacionais, representados pelos imigrantes, de origem e procedência heterogêneas, fez do quadro populacional paranaense um verdadeiro mosaico étnico-cultural.

O simples fato de terem existido, ao longo de nossa história, diversos tipos de contato social, como por exemplo, em um primeiro momento do colonizador português com o índio; posteriormente, este colonizador com o negro e o índio e mais adiante o

---

<sup>151</sup> Disponível em <http://www.paranaweb.hpg.ig.com.br/>. Acesso: 31 mar.2005.

imigrante estrangeiro com todos eles, serve de amostra para o caráter particular de nossa realidade lingüística. Tudo isso pode ser encarado num plano de justificativa histórica.

Mas a própria origem social do colonizador e o sistema sócio-educacional desenvolvido, em nosso território, pelos jesuítas, serão, igualmente, fatores muito importantes para a caracterização da língua portuguesa no Brasil, em geral, ou do português de cada região, em particular. Se os fatos anteriormente destacados justificam a realidade da língua portuguesa no Brasil, nada impede que na busca da filiação do sistema toponímico brasileiro, o pesquisador possa tomar como parâmetros:

os princípios geográficos e histórico-sociais do país, adotando-se, como ponto de partida, a microvisão proporcionada pelas áreas de culturas regionais [...] que condicionaram um determinado tipo de atividades materiais, em função de um momento histórico preciso, chega-se ao estabelecimento da correspondência entre o “nome” de lugar e a condição sociológica determinativa (DICK, 1990b, p.44).

Observa Dick (1990b, p.44) que a toponímia de origem portuguesa, ou brasileira propriamente dita, pela variedade de traços ambientais que revela, proporciona um significativo campo de estudos ao pesquisador, partindo-se dos “primitivos topônimos históricos” e considerando-se “as condições mesológicas”.

Embora o colonizador português desejasse impor suas regras de nomeação, considerava a realidade vivida pelos nativos, uma vez que encontrou aqui, “uma nomenclatura básica em muitos casos incorporada à toponomástica que então se constituiu” (DICK, 1990b, p.81).

Por isso, durante três séculos, tivemos, no Brasil, uma língua geral: o tupi. Entretanto, os nomes geográficos de origem indígena,

acusam uma variada procedência, não se limitando a uma única família lingüística, a Tupi [...] o fato é que a Toponímia brasileira contém um acervo considerável de designações de outras origens como a Karib, Aruak, Bororo, Jê, Kariri, Kaingang etc, por exemplo (DICK, 1990b, p.120).

Historicamente, os acidentes geográficos (rios, morros, riachos, etc.) foram os primeiros a serem nomeados no início da conquista e ocupação do espaço brasileiro<sup>152</sup>. Em princípio, a formação dos topônimos seguiu a tendência natural do processo de designação, sendo feita de acordo com os padrões vigentes na cultura lusitana, muito embora já se encontrasse aqui uma nomenclatura básica indígena. Desse modo, a nomenclatura geográfica do território estruturou-se a partir de elementos humanos formadores da etnia brasileira, apresentando-se tão mestiça e heterogênea quanto o próprio povo.

De acordo com a evolução territorial do Brasil, diversas transformações ocorreram na configuração do espaço geográfico, da extensa porção territorial brasileira. A formação dos estados e municípios no país foi-se materializando à medida que as transformações políticas e econômicas iam-se concretizando.

A inviabilidade na implantação da colônia de povoamento no Brasil decorreu, também, do fato de que “em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte de seu território se achava ainda, em meados do século XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão- de- obra escrava [...]. Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores...” (PRADO JÚNIOR, 1999, p.30).

Os municípios no Brasil seguem uma estrutura política administrativa montada desde o período colonial. Como é sabido, o processo de ocupação das terras brasileiras, foram estruturados a partir das sesmarias. Grandes extensões de terras foram doadas pela coroa portuguesa, partilhas foram feitas no Império, mas grande parte do território ficou intocada por mais de um século. O uso dessas terras era empreendido pelos índios.

Silva (1997, p.01) argumenta que a organização dos espaços originados segundo a lógica da dependência colonial, como é o caso do Brasil, está “calcada na exploração de recursos naturais e em objetivos geopolíticos, ambos interdependentes”, já que ao garantir a posse de territórios em disputa por vários países colonizadores, “garante-se também as condições de exploração de suas riquezas naturais”.

---

<sup>152</sup> De acordo com Dick (1990a, p.312), “o Brasil nasceu sob o signo da Cruz e da Fé”. O monte Pascoal e a origem do nome da terra encontrada, Ilha de Vera Cruz, transformado depois em Terra de Santa Cruz, são exemplos de dois acidentes recém-nomeados à época do descobrimento, e que se enquadraram na sistemática denominativa genérica, de se buscar os motivos nas inscrições do calendário religioso”.

A crescente ocupação do território brasileiro durante o período colonial<sup>153</sup> foi movida pelo aumento das atividades econômicas motivadas a partir das necessidades e satisfação do mercado externo. Segundo Padis (1981, p.38),

essa economia “reflexa” deixa margem ao aparecimento de outras atividades econômicas- agropastoris e manufatureiras- cuja finalidade é, de uma parte, atender à parcela da procura interna não satisfeita por produtos importados e, de outra- e talvez a mais importante-, agir como que sustentáculo de atividade condutora da economia.

A organização do sistema produtivo colonial, normalmente em torno de um produto principal, provocava, de um lado, o fortalecimento econômico dos espaços produtores e, de outro, a organização de economias de sustentação nos espaços não potenciais para exploração do produto valorizado. A inserção do território que hoje constitui o estado do Paraná na economia colonial brasileira ocorreu para apoiar a atividade principal da metrópole, a mineração do ouro, associada à segurança e expansão da posse portuguesa na América Latina.

O processo de ocupação do território irá seguir a lógica da economia colonial, sempre voltada para mercados externos, exportando produtos primários, geralmente extrativos e dependentes da oscilação dos interesses do mercado que dá sustentação, tendo ainda a constituição de uma tímida produção para a subsistência.

Neste sentido, fica claro que o processo de ocupação e a distribuição populacional no território paranaense tiveram íntima relação com a distribuição dos recursos naturais e seus momentos de valorização. A economia colonial, centrada na exploração de riquezas naturais, dinamizou a ocupação do território em locais estratégicos ao cumprimento de seus objetivos. Deste modo, organizou o litoral no sentido de promover o escoamento das riquezas naturais; ao mesmo tempo lançou expedições de reconhecimento de outros espaços para tomar posse e aumentar sua área de exploração.

De acordo com Little (2002, p.04), se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial:

---

<sup>153</sup> O período colonial começa com a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1530, e vai até a Proclamação da Independência por D. Pedro I em 7 de setembro de 1822. Disponível em <http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/colonia.html>. Acesso: 01 abr. 2005.

a colonização do litoral no século XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das plantations açucareiras e algodoeiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII baseadas no uso intensivo de escravos africanos; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX – podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos.

Finaliza afirmando que, para um entendimento mais profundo desses processos, cada frente de expansão precisa ser contextualizada “com respeito ao momento histórico no qual acontece, à região geográfica que serve como seu palco principal, aos atores sociais presentes no processo, à tecnologia a sua disposição e às cosmografias que promovem”.

Bauer (1998, p.05) destaca que índios, negros e mestiços foram brutalmente inseridos no processo produtivo colonial como “meros instrumentos de trabalho, desrespeitando-se e desconsiderando-se seus modos de vida, usos e costumes”. Esse processo, levado à frente pelos colonizadores e pela Igreja, caracterizou-se “pela tentativa constante de enxertar valores e normas da sociedade ibérica no mundo colonial”.

Com a suspensão ou extinção da maior parte das características sociais e culturais que caracterizavam as populações indígenas e africanas e com a crescente substituição de seus costumes, normas e relações sociais pelas leis da economia colonial, delineou-se “um processo de imposição externa e de supressão dos próprios elementos culturais”.

Essa disposição para integração se expressaria nitidamente pela “mestiçagem, cristianização e a absorção de elementos culturais preponderantes”, como a língua, tradições e valores, contribuindo decisivamente para a conformação histórico-cultural da sociedade brasileira. Em outras regiões do Brasil, particularmente de São Paulo para o sul, o relacionamento entre portugueses e índios teve como resultado o surgimento de desbravadores - os bandeirantes paulistas- que se destacavam por sua dureza no tratamento com os nativos.

Como não havia, praticamente, a opção da escravidão negra, tiveram os colonos portugueses e seus descendentes de lutar continuamente para escravizar o índio. Disso surgiu uma atividade econômica que consistia no aprisionamento de índios para venda

como escravos. Os bandeirantes, devido às circunstâncias em que viviam, precisavam aprender sua língua para melhor alcançarem seus objetivos e faziam isso dentro de um contexto de contato lingüístico, não de interação.

Ao longo do século XVII diminuiu consideravelmente a população indígena da costa brasileira, pois, segundo Matos e Silva (2004, p.126), os índios não integrados esconderam-se, fugidos, nos interiores brasileiros, já que a colonização se iniciou ao longo do litoral atlântico, entre os limites do Rio Grande do Norte e, ao Sul, a bacia do rio do Prata. Diante do exposto, pode-se afirmar que, historicamente, houve toda uma disputa entre o colonizador europeu e o indígena seja pela terra, seja pela língua.

Matos e Silva (2004, p.101) apresenta o quadro a seguir, em que se discutem os grupos étnicos e lingüísticos do período colonial (1530 a 1822) até o pós-colonial, afirmando que “dados demográficos são um fator significativo para a compreensão da formação histórica das línguas” e, diante desses dados “pode-se admitir que o forte candidato para a difusão do que tenho chamado de português geral brasileiro, [...] seriam os africanos e afro-descendentes, e, não os indígenas autóctones[...].”

<b>Etnias</b>	<b>1538-1600</b>	<b>1601-1700</b>	<b>1701-1800</b>	<b>1801-1850</b>	<b>1851-1890</b>
<b>africanos</b>	20%	30%	20%	12%	2%
<b>negros brasileiros</b>	-	20%	21%	19%	13%
<b>mulatos</b>	-	10%	19%	34%	42%
<b>brancos brasileiros</b>	-	5%	10%	17%	24%
<b>européus</b>	30%	25%	22%	14%	17%
<b>índios integrados</b>	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991 apud MATOS E SILVA, 2004, p.101).

**Quadro II** – Grupos étnicos e lingüísticos do período colonial (1530 a 1822) até o pós-colocinal

<b>Séculos</b>	<b>etnias não-brancas</b>	<b>etnia branca</b>
<b>1538-1600</b>	70%	30%
<b>1601-1700</b>	70%	30%
<b>1701-1800</b>	68%	32%
<b>1801-1850</b>	69%	31%
<b>1851-1890</b>	59%	41%

Fonte: T. Lobo (1996 apud MATOS E SILVA, 2004, p.102).

**Quadro III** – Etnias

Diante desses quadros, Matos e Silva (2004, p.101-102) destaca os seguintes aspectos: predominam as etnias não-brancas, numa média aproximada de 70%, ressaltando-se que até meados do século XIX a etnia branca estava representada, quase que exclusivamente, pelos portugueses e luso-descendentes.

E acrescenta que, os “índios integrados”, portanto contáveis, decresceram, tristemente – “por doenças transmitidas pelos europeus ou por chacinas intencionais durante o processo inicial da colonização” – de 50% no século XVI para 2%, na metade do século XIX.

Do ponto de vista lingüístico, propriamente dito, destaca a autora que, ao longo do Brasil colonial, pode-se dizer que havia um “multi/bilingüismo generalizado, principalmente entre a população africana e afro-descendente e a lusitana e luso-descendente, reduzidas, certamente, a certas comunidades as línguas indígenas”.

No século XIX se pode dizer que o “multi/bilingüismo se torna localizado, caracterizando certas áreas brasileiras, mas já com outra configuração: as línguas dos imigrantes no Sudeste/Sul e as línguas indígenas, principalmente, no Centro-oeste e na Amazônia, onde se concentraram os indígenas remanescentes”.

Neste particular, Matos e Silva (1988, p.22) assevera que, confluindo no século XVIII, entre outros, fatores demográficos significativos tais como o avanço da população branca e mestiça integrada (cerca de quinhentos mil) e alcançando um milhão a população escrava negra, associados à nova política pombalina, se definiu por aquele século o português como língua dominante. A situação da população paranaense no período colonial não era muito diferente.

Assevera Balhana (2003, p.247) que os dados disponíveis para o conhecimento da população do Paraná “nos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII, como de resto para o Brasil, de modo geral, são escassos, fragmentários e pouco conhecidos”. Prossegue destacando que, a partir da “segunda metade do século XVIII, as informações tornam-se mais abundantes, permitindo estudos demográficos mais elaborados e resultados mais significativos”.

Entretanto, ressalta que, “no início do século XVIII, o ouvidor Raphael Pires Pardino, em carta datada de 7 de junho de 1720, estimava a população do litoral paranaense em cerca de 2.000 pessoas, e a população do planalto curitibano, em 1.400 pessoas”. A população do litoral e do planalto somava, portanto, na “segunda década do século XVIII, 3.400 pessoas de confissão, ou seja, maiores de sete anos e livres, uma vez que não era considerada a população infantil e não são referidos os escravos”.

Para a pesquisadora, uma análise mais completa da população paranaense, no período colonial, quanto ao seu número, distribuição e composição, pode ser efetivada através de “algumas fontes primárias pouco utilizadas até o presente, constituídas, sobretudo, pelos registros paroquiais e pelos recenseamentos coloniais, realizados com maior regularidade e precisão nas últimas décadas do século XVIII, e primeiras do século XIX” (BALHANA, 2002, p.222).

Para melhor explicitar, a autora apresenta o primeiro censo completo da série relativa à Capitania de São Paulo, abrangendo, portanto o Paraná, e que permite a construção e análise de um quadro da população.

É o “*Mapa Geral da Capitania de Sam Paulo, de todos os fogos, homens, mulheres, mininos ,velhos, escravos que se achavão nas Villas, Freguezias e Povoaçoes neste ano de 1772*”.

Segundo esse mapa, assim estava constituída a população paranaense quanto à sua condição jurídica:

<b>Localidades</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>total</b>
Villa de Paranaguá	1.779	1.414	3.193
Villa de Guaratuba	180	9	189
Villa de Curitiba	1.835	104	1.939
Freguezia de São José	688	145	833
Freguezia de S. Antonio	460	40	500
Povoação do Yapó	973	-----	973
<b>TOTAL</b>	<b>5.915</b>	<b>1.712</b>	<b>7.627</b>

Fonte: Balhana, 2002, p.224.

#### **Quadro IV** – População do Paraná em 1772

Diante dos fatos, Balhana (2002, p.224) afirma que a

população escrava representava 28,8% do total de habitantes atingidos pelo censo, porem, observa-se que na população de Paranaguá os escravos alcançaram proporções mais elevadas, ou seja, de 44,2% dos seus habitantes; não foram registrados escravos na povoação do Yapó, onde certamente os havia como se conhece através de outras fontes que os mencionam desde o início da ocupação dos Campos Gerais; não é feita no censo de 1772, nenhuma referência aos “administrados”, isto é, a índios que sob esta condição vivem junto aos colonizadores.

O que se percebe também nos dados acima é que não se pode afirmar que entre aqueles considerados livres seriam todos de etnia branca, pois, na composição do grupo negro havia os libertos e alforriados.

Ainda segundo Balhana (2002, p.230), “a distribuição da população paranaense, por grupos de cor, nos recenseamentos anteriores ao século XIX, não fornece indicações precisas nem para a população livre, nem para a população escrava”. E mais, a partir do século XIX, os recenseamentos embora “apresentando critérios imprecisos ou discordantes mencionam com regularidade declarações de cor da população recenseada”.

Para tanto, exemplifica com o quadro a seguir, provando que assim como no restante do Brasil, é nítida a predominância da etnia branca:

<b>Ano</b>	<b>Branços</b>	<b>Negros, Mulatos e Pardos</b>
1800	58,6	41,4
1803	55,5	44,5
1822	55,1	44,9
1854	57,2	42,9
1872	55,0	45,0
1900	63,8	36,2

Fonte: Balhana, 2002, p.231.

**Quadro V** – Composição da população do Paraná segundo a cor, no século XIX

Corroborando nesta questão da etnia branca e do aspecto lingüístico, o relato de Saint-Hilaire em sua Viagem pela Comarca de Curitiba (1995, p.118), afirmando que “em nenhuma outra parte do Brasil encontrei tantos homens genuinamente brancos quanto no distrito de Curitiba. Os habitantes da região pronunciam o português sem alterações [...] e que são sinais da mistura da raça caucásia com o indígena”.

Diante do exposto, parece-nos que pode ter havido um fenômeno similar com a toponímia brasileira/paranaense, pois, apesar do contato entre culturas e línguas diferentes constamos superioridade de topônimos da LP (língua portuguesa) em todo Brasil.

Nesse sentido, do período em questão, pode-se trazer à baila diversos topônimos de origem portuguesa resultantes da ligação do homem com seu território em um determinado momento histórico. Seja pela importância da pecuária para os habitantes de uma região como, por exemplo, morro e rio do *Retiro*, arroio do *Freio*; seja pela influência da fauna e flora - arroio *Cigarra*, ribeirão das *Gralhas*, arroio do *Pessegueiro*, rio *Arrozal*; pelos locais de trabalho como arroio *Engenho Novo* e ilha da *Olaria*.

Assim, o homem se organiza em seu universo ambiental e percebe as particularidades da realidade circundante, transferindo ao topônimo de determinada área, a possibilidade de poder concretizar a descrição de algum fato ou ocorrência natural comportando, portanto, a descrição pura do ambiente em que se encerram ou do próprio acidente que nomeia.

São muitos os fatores que influenciam no ato do batismo de determinados espaços geográficos, e o signo lingüístico, é transportado à condição de signo toponímico, tornando-se um nome próprio retratando um espaço concreto, real e revestido das características que lhe são peculiares.

A partir das palavras de Júlio Estrela Moreira (1975, p.265), pode-se entender como se procedeu a atribuição de nomes aos locais :

os primeiros exploradores dos sertões de Curitiba afugentaram os índios de região e, por isso, não tiveram quem os indicasse os nomes tupínicos dos acidentes geográficos e dos cursos d'água pelos quais passavam, nas incursões que empreendiam para caça do gentio, ou para encontrar o fascinante metal. Davam nomes portugueses às cousas com as quais deparavam, no sentido de as caracterizar. Aos córregos, rios e riachos chamavam-nos indiscriminadamente por “ribeiros”. Não foram designações que perdurassem. Valeram apenas como simples indicações deixadas nos velhos papéis de antigos cronistas.

Esses fatos históricos estão registrados nos topônimos constituindo-se em fonte de motivação, embora até o final do século XIX e início do século XX o Estado do Paraná não estivesse totalmente urbanizado, permanecendo grande parte de seu território ainda desconhecida. Assim sendo, muitos dos acidentes geográficos, apesar de sua existência desde épocas remotas, não tinham um nome específico.

Albino (2004, p.71) retrata muito bem a situação da nomenclatura dos acidentes geográficos paranaenses de outras épocas, visto que o *corpus* de sua Dissertação de Mestrado se compôs dos mapas topográficos do século XIX (1876 e 1896). O estudo por ela realizado mostrou a grande diferença de hidrônimos: “no mapa de 1876 apareciam cerca de 87 nomes de afluentes e subafluentes do rio Iguaçu; no de 1896 foram elencados 88 nomes; enquanto atualmente há aproximadamente 1.240 nomes catalogados”.

Aborda-se, neste item do trabalho, a questão das línguas indígenas nos topônimos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853. Considera-se significativa sua incidência – 408 topônimos – 19,17% do total geral de topônimos analisados.

A toponímia brasileira recebeu uma grande contribuição do tupi, língua geral indígena da costa brasileira. Conforme Dick (1990b, p.123), os tupis “caracterizam-se, por ser um grupo bem preciso em todo o litoral brasileiro, de norte a sul”, confirmando-se que eram, em sua maioria, nômades, pois, as migrações desses povos, “iniciadas em tempos remotos, puseram-nos em contacto com outros grupos”. Isso contribuiu para que, por onde passavam, deixassem rastros de sua cultura e língua, e também adquirissem aspectos culturais de outros povos indígenas.

Por isso, encontram-se tantos elementos da flora e da fauna com nomes originados da língua tupi. Sobre a influência do léxico tupi na toponímia, Dick (1990b, p.33) destaca que este sistema,

como reflexo de uma economia mista, deixou uma gama variada de contribuição lingüística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência.

Conforme apontado por Dick (1990b, p.35) para o estudo dos topônimos brasileiros, ao estudar a toponímia paranaense, não se pode ignorar a contribuição indígena, distribuída por todo o território e representada por termos, que na maioria das vezes, apresentam uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena.

De acordo com Melo (1981), a mobilidade geográfica e cultural do grupo, a ação religiosa dos missionários, bem como a participação das antigas bandeiras permitiram a difusão do léxico tupi pelo interior do país, dilatando, assim, a área ocupada por esses indígenas e incorporando vários designativos ao português do Brasil.

Ainda sobre as designações indígenas, Ramos e Venâncio (2002, p.116) consideram que “as próprias tradições desses grupos eram pouco favoráveis à multiplicação de topônimos”. Ilustram esta situação ao resgatar os dizeres de Antenor Nascentes que afirma que “em razão do nomadismo, os povos indígenas brasileiros não nomeavam as próprias aldeias, designando apenas os acidentes geográficos (rios, montanhas, etc.)”.

Como exemplos de vocábulos de étimo indígena que compreende o período histórico paranaense por nós estudado, destacam-se, quando relacionados à flora - arroio *Cambará*, rio *Guabiroba* e a sua abundância em ribeirão *Indaiatuba*; a fauna - rio *das Araras*, rio *Cotia*; aos artefatos em arroio *Moqué*, rio *Mundéu*; a cor das águas em rio *Ipiranga*, rio

*Uberaba*, conforme se observa no Quadro 1 - Quadro geral dos dados lexicográficos e toponímicos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853.

Por tudo isso, confirma-se na nomenclatura geográfica, segundo Dick (1990b, p.39), a alta freqüência do léxico de base tupi que “deixou uma gama variada de contribuição lingüística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência”.

Sobre itens lexicais de origem tupi no Paraná, Aguilera (2002, p.38) afirma que “a presença dos tupinismos na linguagem rural paranaense contemporâneo indica o grau de relações interpessoais entre o bandeirante, o minerador, o fazendeiro e os seus administrados nos séculos XVII e XVIII”.

Vista a contribuição em termos numéricos de topônimos de origem portuguesa (1.584 – 75,14%) e indígena (408 – 19,17%), é importante discutir a presença africana no *corpus*. Pelos gráficos I e II verifica-se que apenas 14 topônimos são de base africana, representando 0,66% e se constroem unicamente sobre as lexias *monjolo* e *caxambu*.

A presença do índio, também a presença do negro data dos primeiros agrupamentos humanos estabelecidos no Paraná, conforme as inúmeras referências existentes, tanto nas atividades da mineração, como naquelas que se desenvolvem posteriormente.

Conforme relata Balhana (2003, p.249),

em 1674, Agostinho de Figueiredo, Capitão-mor e Governador da Capitania de São Vicente e Administrador Geral das minas da repartição do Sul, vindo à Paranaguá a fim de averiguar o descobrimento de minas de prata que se dizia existentes, refere-se ao Provedor das minas de Paranaguá, Manoel Lemos Conde, que o acompanhou na citada averiguação, com sua pessoa, filhos; e **negros** de seu serviço à sua custa..” (grifo nosso).

Pouco mais tarde, em 1696, continua a autora, as autoridades eram informadas por Bernardino Freire de Andrade, que os “homens moradores da Villa de Pernaguá e de Iguape, ficaram com algumas impossibilidades para poderem ir a descobrimentos de minas como costumavam, por causa que lhes morreram **os negros** de sarampo e bexigas” (grifo nosso).

E não apenas no litoral, mas igualmente no planalto, aparecem os negros desde o começo da ocupação, operando nos diferentes setores de produção. Cresce o seu

número conforme crescem os recursos dos moradores, ampliando-se as fazendas, surgindo engenhos de mate, ou seja, desenvolvendo as suas atividades (BALHANA, 2003, p.249).

No Paraná não se desenvolveram, a princípio, as grandes fazendas de lavoura que concentravam enorme “escravaria”. As atividades econômicas dominantes no Paraná até a época da Abolição, não exigiam um grande número de braços escravos. Contudo, embora em pequena escala e concentrados apenas em alguns pontos do território paranaense; “Lapa, Ponta Grossa, Castro e no litoral”, o Paraná recebeu escravos que também “influíram biológica e culturalmente em sua formação étnica” (BALHANA, 2002, p.38).

Conforme Leandro (1999, p.01), Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e Guaratuba eram localidades que concentravam uma boa parte da população do Paraná quando da criação da Província, em 1853. Nas proximidades do mar viviam cerca de 20 mil habitantes que, na sua grande maioria, situavam-se na faixa etária entre 21 a 40 anos. O recorte social senhor *versus* escravo, no litoral paranaense, era mais nítido na comarca de Paranaguá. As quatro outras vilas somavam 1.796 escravos. Paranaguá, por sua vez, possuía 1.274 escravos para uma população total estimada em 6.533 habitantes.

Alguns aspectos chamaram-nos a atenção, quanto à área de localização dos topônimos africanos. Nos acidentes geográficos situados no litoral não se encontrou nenhum nome que se possa atribuir a essa origem. Por outro lado, a concentração de topônimos africanos se localiza na região onde surgiram os municípios do movimento tropeiro: Arapoti, Lapa, Castro, Palmeira, Tibagi, Guarapuava, São José dos Pinhais, Clevelândia.

É sabido que na região campeira, as fazendas estavam, principalmente, voltadas para a economia pecuária, envolvidas com o criatório e a invernagem do gado trazido do sul. Os trabalhadores se ocupavam de atividades diversas<sup>154</sup>, como a moagem de trigo, a fabricação de laticínios, o artesanato de couro, a criação de pequenos rebanhos de ovelhas, cuja lã era destinada à confecção de cobertores e tecidos grosseiros. O trabalho nas fazendas era realizado pela família proprietária (quando esta ali residia), pelos agregados e, sobretudo, pelos escravos, força de trabalho que incluía negros, índios ou seus mestiços.

Com base nos argumentos apresentados, pode-se trabalhar com algumas hipóteses para o surgimento dos topônimos africanos. Para isso comprova-se com o topônimo *monjolo* designativo de rios, córregos, arroios e ribeirões encontrados em Castro, Cândido de Abreu, Guarapuava, Ivaí, Lapa, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Tibagi.

---

<sup>154</sup> Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais - Universidade Estadual de Ponta Grossa - on-line.

Primeiramente teríamos *monjolo* como instrumento usado para fazer farinha, um dos itens da alimentação dos tropeiros, e depois a presença de trabalhadores negros, escravos que teriam trazido para o Paraná e disseminado pelo estado. Todavia, os fatos investigados não nos fornecem informações suficientes para comprovar essas hipóteses.

A propósito, Amaral (1982, p.109) afirma que *monjolo* era o nome dado outrora “aos pretos de certa nação, importados no Brasil ao tempo do tráfico dos africanos”. Tudo isso para confirmar o emprego de um signo lingüístico – *monjolo* - unidade virtual da língua, o qual é enriquecido, motivado, torna-se um nome próprio indicador de um espaço real, concreto e revestido de característica específica circundante, portanto - um signo toponímico.

Embora a intenção de um trabalho acadêmico seja a de solucionar problemas, em se tratando de toponímia, não se devem desconsiderar os mistérios da nomenclatura geográfica do território brasileiro, tão mestiça e heterogênea quanto o próprio povo.

Ainda que não se refutem as hipóteses anteriores, considera-se também o aspecto de que possa ser fruto da condição do africano que veio para o Brasil somente para o trabalho escravo, em uma posição de jugo e inferioridade. A esse respeito Dick (1990b, p.152) assevera que, em relação aos africanos configura-se em proporção menor, extensivamente, porque o próprio contingente vocabular legado ao português é pequeno, “cerca de trezentos termos mais ou menos, numa desproporção clara com o total de negros imigrados”.

Assim, na toponímia dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853, com respeito à língua africana, destacam-se com 14 ocorrências ou 0,66%: *Monjolo* (córrego, ribeirão, arroio, rio), *Manjolo* (arroio), *Monjolinho* (serra do), *Caxambu* (água, rio) e *Caxambuzinho* (arroio), comprovando-se que, embora tenha havido um contingente humano numeroso no Paraná, a cultura e a língua dos negros, ficou relegada a um segundo plano.

### **5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO *CORPUS*, SEGUNDO A TAXIONOMIA**

#### **5.3.1 Distribuição numérica e percentual dos topônimos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853 nas taxionomias de natureza Antropo-cultural, Física e não classificados**

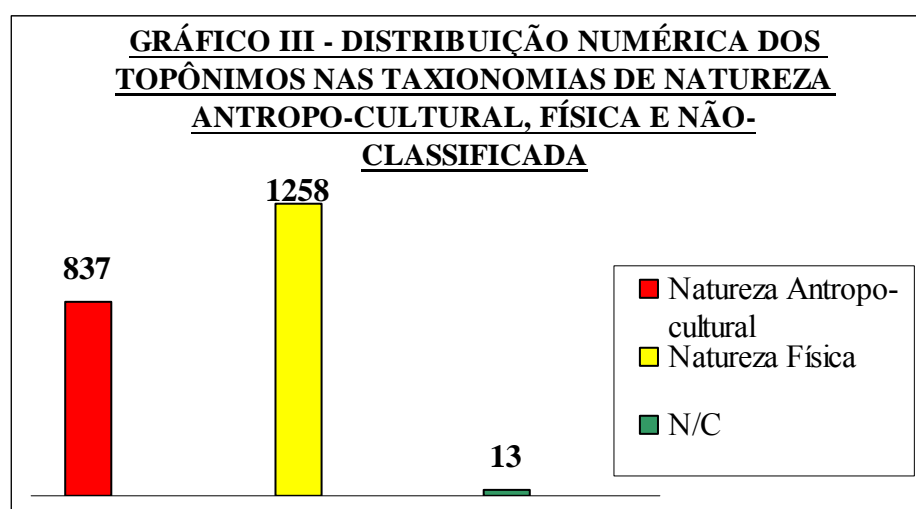
### 5.3.1.1 Apresentação e análise dos gráficos III e IV

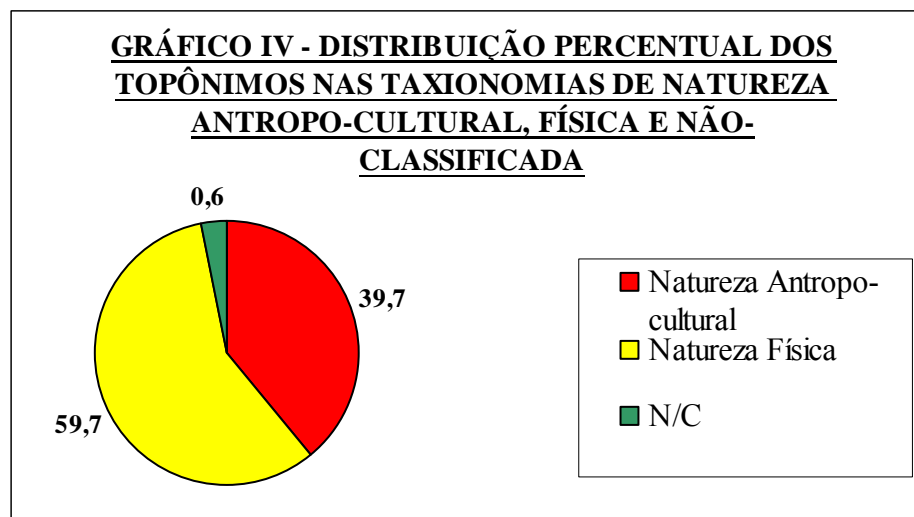
Um dos objetivos desta pesquisa é também proceder à classificação taxionômica dos topônimos dos acidentes físico-geográficos, conforme modelo adotado por Dick (1990b, p.31-34).

A proposta de classificação dos topônimos de Dick é formulada a partir da repartição do topônimo em duas ordens: a física e a antro-po-cultural e dentro delas há uma outra que é particularidade do topônimo, ou seja, “através de uma terminologia técnica, composto do elemento ‘topônimo’, antecedido de um outro elemento genérico, definidor da respectiva classe onomástica” (DICK, 1990b, p.26).

Concluindo-se o levantamento dos topônimos, alcançou-se o índice numérico de 2.108 nomes de lugares. Após serem enquadrados na classificação taxionômica, ficaram assim distribuídos numérica e percentualmente: 837 ou 39,7% dentre os topônimos analisados pertencem às taxionomias de natureza antro-po-cultural; 1.258 ou 59,7% das denominações se enquadram nas taxionomias de natureza física e 13 ou 0,6% não puderam ser classificados.

Tem-se assim, a seguinte distribuição de gráfico para a análise dos dados:





A partir da análise dos Gráficos III e IV, percebe-se claramente a predominância de topônimos enquadrados nas taxionomias de natureza física.

Neste aspecto pode-se ressaltar a consideração de Dick (1990a, p.367), de que foram “analisadas designações que envolveram motivos retirados das formas terrestre e da natureza do solo, dos cursos d’água, das plantas e dos animais”.

A apresentação desses gráficos não estabelece contraste entre as taxionomias de natureza antropono-cultural e física, mas apenas a produtividade de cada categoria separadamente. A recorrência e análise de cada taxa serão apresentadas no item a seguir.

### 5.3.1.2 Apresentação e análise dos gráficos V e VI

A elaboração desses gráficos tem como objetivo a visualização da produtividade total dos topônimos enquadrados nas taxionomias de natureza física e antropono-cultural, não se apresentando neste item a análise de dados de forma pormenorizada.

A partir da análise dos gráficos V e VI<sup>155</sup>, percebe-se a predominância de acidentes de natureza física – 1.258 – 59,7%, assim distribuídos numérica e percentualmente: *astrotopônimo* (4-0,2%), *cardinotopônimo* (28-1,3%), *cromotopônimo* (55-2,6%), *dimensiotopônimo* (61-2,9%), *fitotopônimo* (336-15,9%), *geomorfotopônimo* (185-8,8%),

<sup>155</sup> O objetivo destes gráficos é ilustrar o total de itens analisados.

*hidrotopônimo* (156-7,4%), *litotopônimo* (127-6,0%), *meteorotopônimo* (6-0,3%), *morfotopônimo* (5-0,2%), *zootopônimo* (295-14,0%).

Na natureza antro-po-cultural atingiu-se um total de 838 - 39,8% denominativos toponímicos distribuídos numérica e percentualmente em: *animotopônimo* (106-5,0%), *antropotopônimo* (183-8,7%), *axiotopônimo* (14-0,7%), *corotopônimo* (3-0,1%), *cronotopônimo* (2-0,1%), *dirrematotopônimo* (24-1,1%), *ecotopônimo* (44-2,1%), *ergotopônimo* (113-5,4%), *estematotopônimo* (13-0,6%), *etnotopônimo* (29-1,4%), *hagiotopônimo* (86-4,1%), *hierotopônimo* (17-0,8%), *higietopônimo* (1-0,0%), *hodotopônimo* (8-0,4%), *mitotopônimo* (11-0,5%), *necrotopônimo* (8-0,4%), *numerotopônimo* (23-1,1%), *poliotopônimo* (3-0,1%), *sociotopônimo* (123-5,8%), *somatotopônimo* (26-1,2%) e *s/classificação* (13-0,6%).

Na taxionomia de natureza física, foram mais recorrentes, por ordem decrescente, os *fitotopônimos* com 336 topônimos, o que representa um percentual de 15,9% do cômputo geral. Na seqüência, aparecem os *zootopônimos* - 295 topônimos que atingem um percentual de 14,0%. Bastante recorrentes, foram, também, os *geomorfotopônimos* que somaram 185 topônimos, com um percentual de 8,8%. Já em relação às taxionomias de natureza antro-po-cultural, constatou-se a predominância de *antropotopônimos* que apresentaram um total de 183 topônimos ou percentual de 8,7%. Em seguida surgem os *sociotopônimos* -123 topônimos, o que representa 5,8%. Atingiram também um índice considerável de ocorrências os *ergotopônimos*, com um total de 113 topônimos e percentual de 5,4%.

**GRÁFICO V - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS**

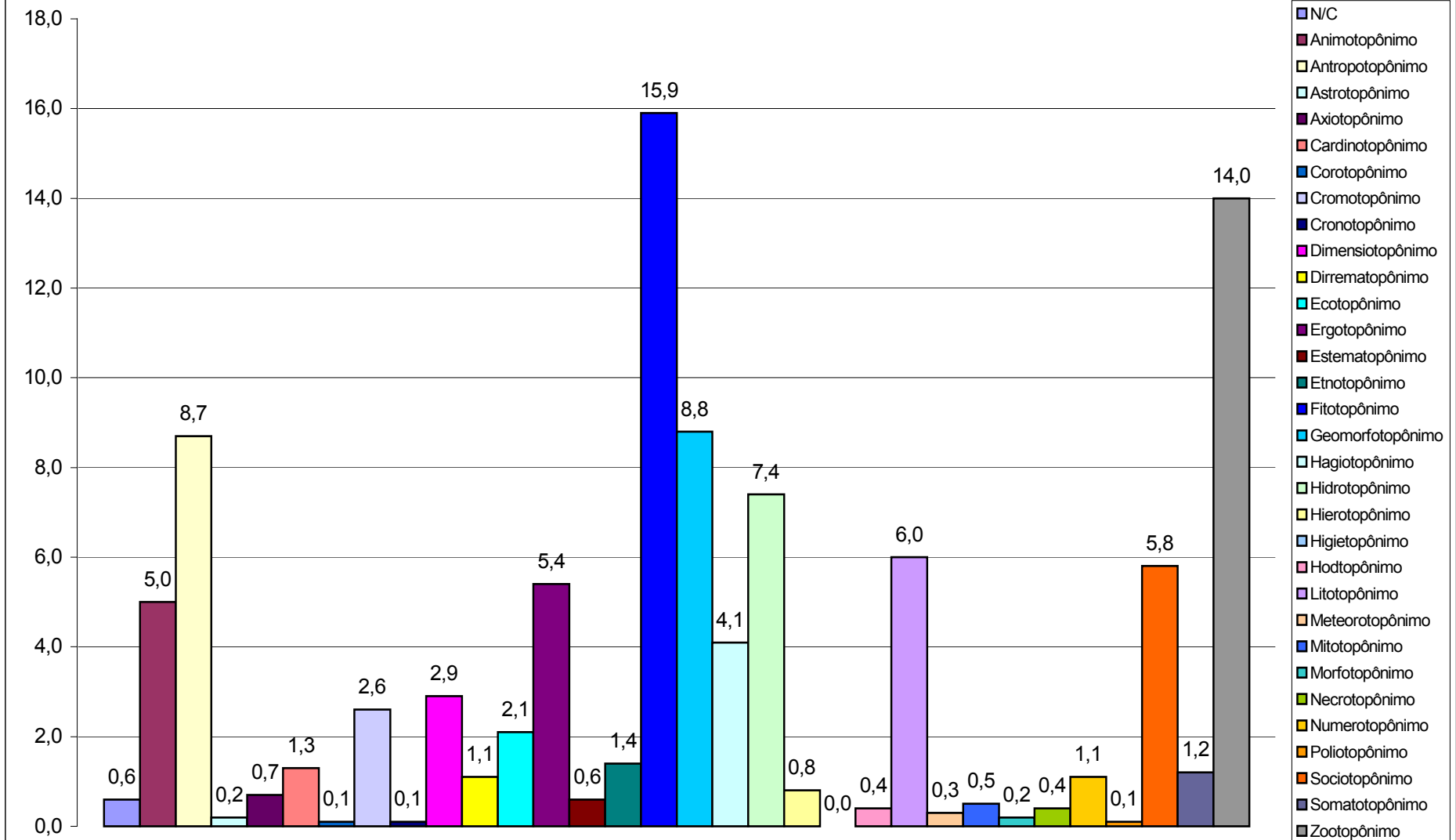
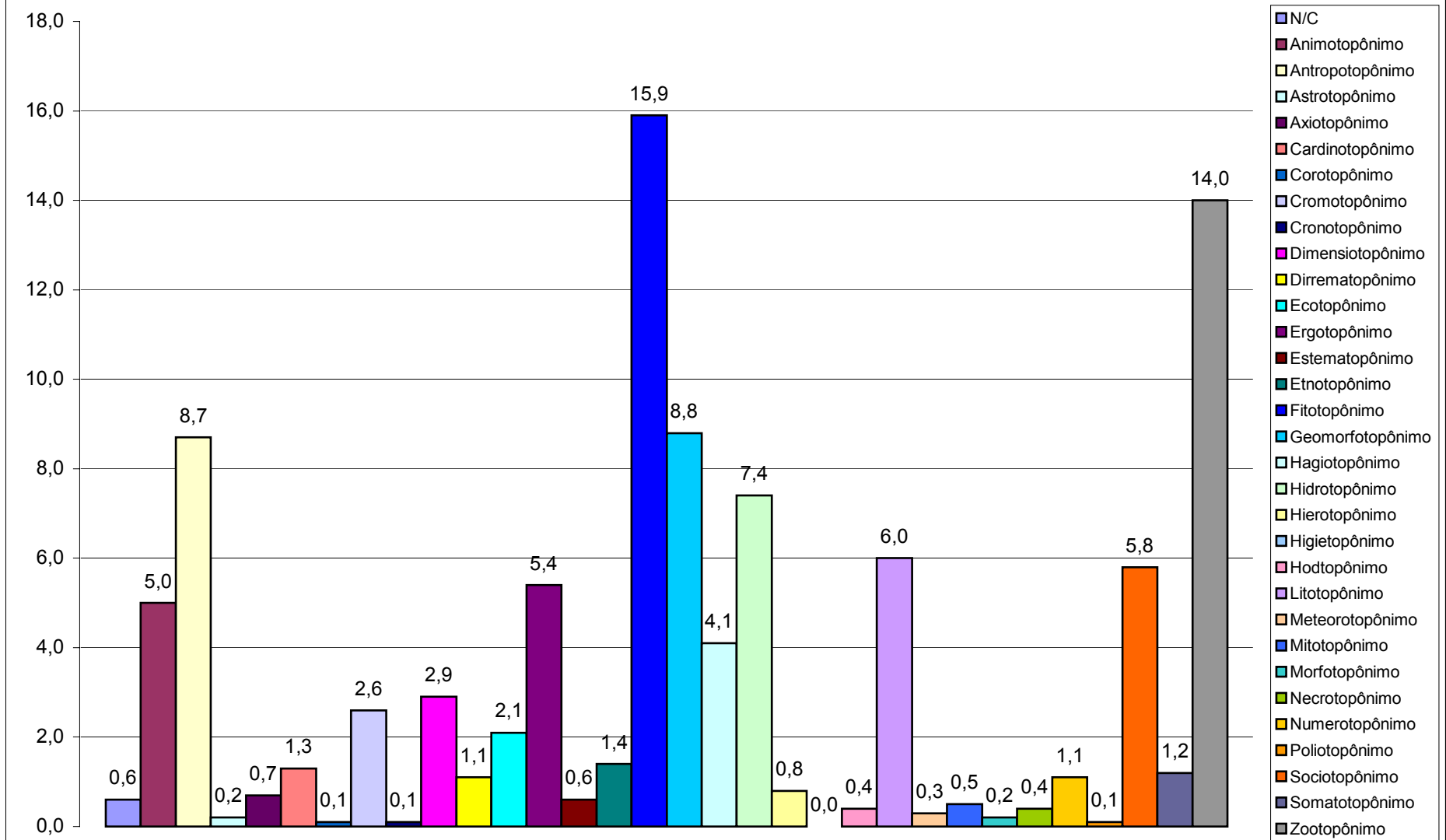


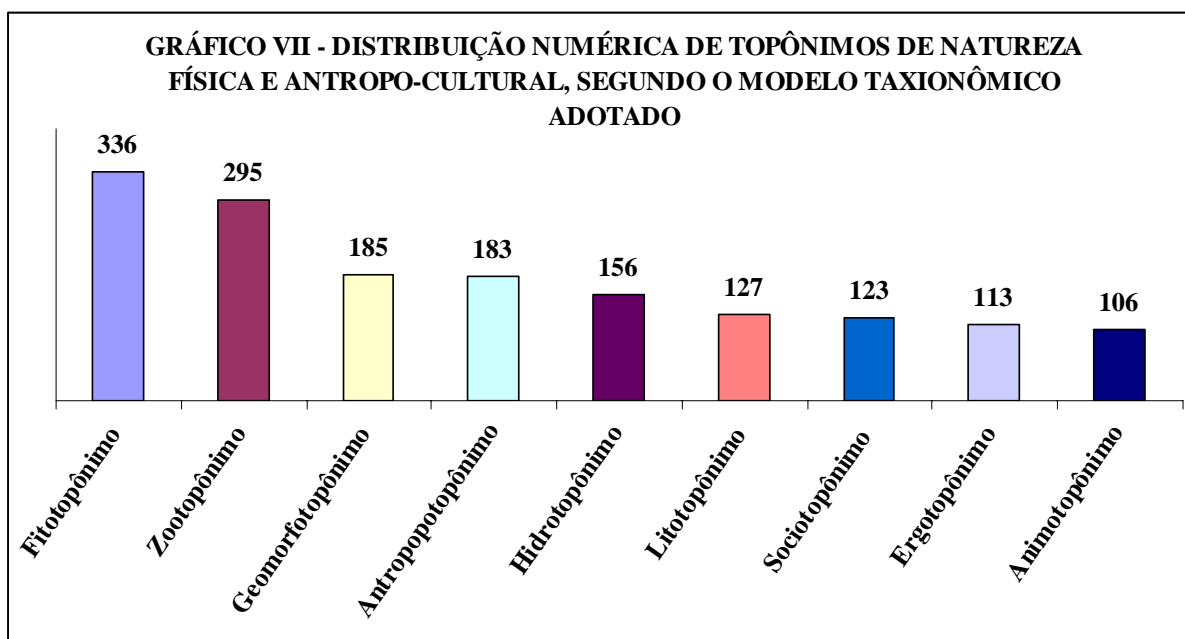
GRÁFICO VI - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS

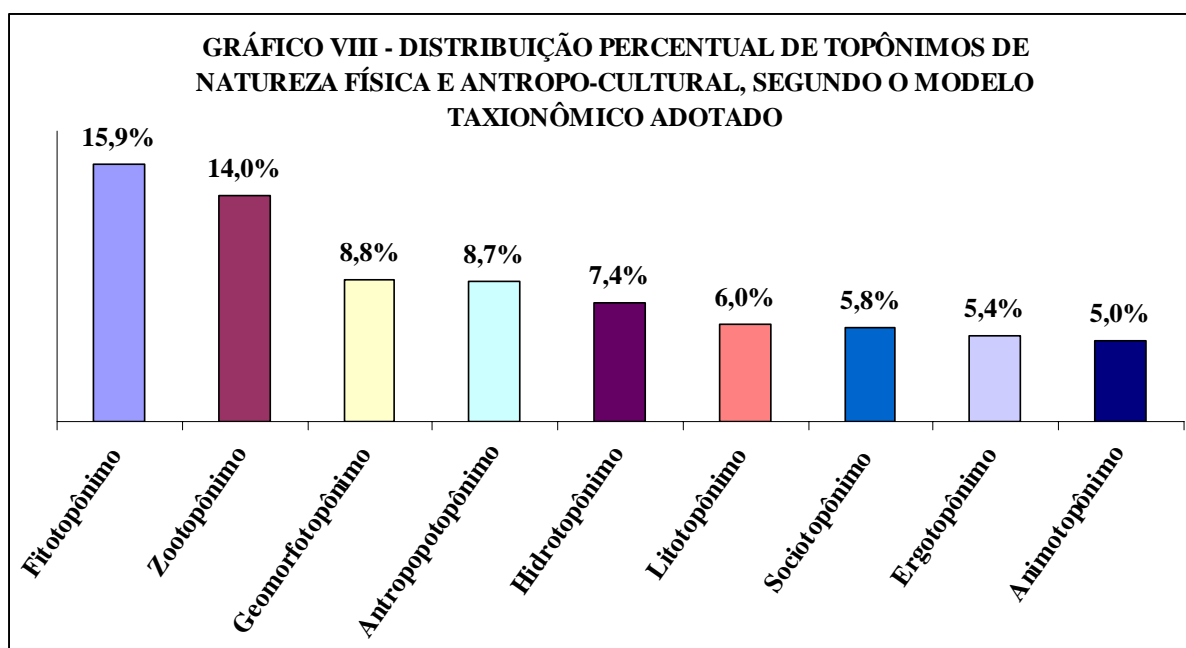


Na apresentação dos gráficos V e VI, não se objetivou contrastar a taxionomia de natureza antro-po-cultural e a de natureza física, mas apenas evidenciar, separadamente, as taxes mais recorrentes em cada uma das duas categorias. A análise e produtividade de cada taxionomia serão apresentadas no item a seguir.

#### 5.4 TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS COM MAIOR PRODUTIVIDADE DE OCORRÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FUNDADOS ENTRE 1648 E 1853

##### 5.4.1 Apresentação e análise dos gráficos VII e VIII





A partir do enquadramento dos topônimos nas taxionomias propostas por Dick (1990b, p.31-34), apresentamos a análise e discussão daquelas que surgiram no conjunto geral com maior produtividade de ocorrências, com índice numérico superior ou igual a 5% (cinco por cento).

Com maior produtividade de ocorrências, destacaram-se os **fitotopônimos** com 336, ou seja, o equivalente a 15,9%.

A beleza e a diversidade das espécies vegetais existentes na superfície terrestre sempre inspiraram o homem, tornando-se uma das suas principais riquezas, pois, ao viver conforme o seu desejo, desfruta delas garantindo alimentação e continuidade de sua espécie. A raça humana primitiva, na luta constante pela sua sobrevivência, não dispunha de outros recursos senão aqueles oferecidos pela natureza. Assim, da necessidade de alimentação fazia uso das raízes, folhas, frutos, caça e pesca. Essa ligação tão íntima com a natureza que o cercava fez com que despertassem nele de forma espontânea e verdadeira pensamentos e sentimentos atingindo a sua espiritualidade.

Por isso, colocou a própria experiência no plano do sagrado, onde pôde entender e dialogar com o que conhecia. De tal modo nasceram “as preces, os ritos, os cultos aos espíritos da natureza, aos antepassados, aos mortos, aos heróis do grupo; cada qual refletindo e dominando um problema específico da vida”. A partir daí havia uma infinidade de

deuses: um para cada espécie animal e um para cada fenômeno da natureza, bem como cada astro que brilhava no céu seria um deus. (NHAGA; VEGETTI, 2003, p.02)

A raça humana evoluiu, saindo do estágio primitivo, mas nunca abandonou o misticismo, de tal forma que, entre os povos da antiguidade, elegeu-se a árvore como objeto de culto. Assim sendo, entre os egípcios julgavam Osíris como deus da vegetação ou gênio das árvores; Ceres era o nome romano e Deméter, o grego, para a deusa da mitologia das colheitas, dispensadora dos cereais e dos frutos. Os assírios adoravam a palmeira; os hebreus, o carvalho; os árabes, uma acácia. (Martins, 2004, p.21-27)<sup>156</sup>. Hoje presente nos símbolos das nações: armas, brasões, bandeiras.

Há ainda um outro modo de verificar o fascínio das árvores sobre o homem, é a sua constante presença em livros religiosos, históricos e nas lendas e tradições de diversos povos da Terra. Na Bíblia, por exemplo, Adão e Eva foram expulsos do paraíso após comerem o fruto de uma árvore, a macieira. Em outra religião, a Budista, a figueira tem um significado muito especial para os adeptos, pois foi sob uma delas que Buda teria sido iluminado.

Da mesma maneira, se rememorarmos o tempo em que os portugueses chegaram à terra que viria a ser o Brasil, veremos que durante os primeiros anos pós-descoberta do território, tornou-se motivo principal a extração de uma espécie vegetal nativa de nossas florestas, o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Essa planta existia com relativa abundância em largas faixas da costa brasileira, e despertou a atenção porque podia extrair-se de seu cerne avermelhado uma substância corante, utilizada para tingir tecido e, devido a sua grande resistência, era utilizada na construção de móveis e navios. (Fausto, 2003, p.78).

A extração das árvores ocorria principalmente mediante troca com os índios. A partir do contato com essa cultura diferente, não foi difícil aos portugueses perceber que havia uma fascinante ufanía entre os nativos e os elementos que compunham o seu ambiente, demonstrando a veneração por nossas árvores e florestas. Neste contexto e da cultura indígena surgiram várias lendas, incorporadas ao nosso folclore.

Mas não era só dos índios e dos portugueses que o potencial fitogeográfico brasileiro despertou a curiosidade. Do mesmo modo, muitos cientistas europeus vieram ao Brasil e cada um deixou sua contribuição científica retratando o ambiente, a história e os costumes de nossos povos.

---

<sup>156</sup> Disponível em <http://www.floresa.ufpr.br/~paisagem/curiosidades/parecis.htm>. Acesso: 03 mar.2005.

Conforme afirma Fernandes (2002, p.01), “desde o governo de Maurício de Nassau (1637-1644), em Pernambuco, destacou-se Marcgrav, um jovem naturalista alemão que, com Guilherme Piso, escreveu *Historia Naturalis brasiliae*, publicada em 1648. Foi considerada obra de vanguarda sobre a flora, a fauna e a medicina, no período colonial”.

O início da participação de naturalistas nas investigações da potencialidade dos recursos naturais inspirou muitos pesquisadores na diligência de aproveitamento máximo da riqueza botânica brasileira, o que resultou o trabalho de “Carl Friedrich Phillipp von Martius, *Reise in Brasiliae*, publicado em 1824, quando foi projetado o primeiro esboço da compartimentação fitogeográfica do Brasil”, usando nomes de divindades gregas para sua divisão botânica.

#### **5.4.2 Vegetação Brasileira**

Segundo o IBGE (1992), 67,1% do território nacional ainda é recoberto por vegetação primitiva, apesar dos intensos avanços do homem. A classificação das formações vegetais no território é a seguinte: Floresta Amazônica, Mata dos Cocais, Caatinga, Cerrado, Complexo do Pantanal, Floresta Tropical, Mangues Litorâneos, Mata das Araucárias e Campos Gerais.

Uma contribuição aos estudos da flora brasileira é destacada por Leite (2000, p.18) ao afirmar que “baseando-se nos princípios da deriva das placas continentais e da evolução monofilética dos seres vivos, Veloso *et al.* (1991 apud LEITE, 2000) propuseram uma classificação da vegetação brasileira em regiões fitoecológicas”.

Cada região fitoecológica reproduz suas “formas de vidas nos ambientes semelhantes, o que permite uma adaptação a um sistema universal”. A categorização em regiões fitoecológicas abarca “uma hierarquia que expressa nominalmente a estrutura da vegetação, clima a que está exposta, a fisionomia ou hábitos e o relevo do ambiente” (LEITE, 2000, p.19).

E sob essa ótica, no Paraná ocorrem quatro regiões fitoecológicas<sup>157</sup>: a Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), a Floresta Ombrófila Mista (Floresta com

---

<sup>157</sup> Disponível em:

<http://www.ambientebrasil.com.br/php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/pr4.html>. Acesso: 06 mar.2005.

Araucária), Cerrado (Savanas) e Floresta Estacional Semidecidual; além das Áreas de Formações Pioneiras: Vegetação com Influência Marinha (Restingas), Vegetação com Influência Fluviomarina (Manguezal e Campo Salino), Vegetação com Influência Fluvial (Comunidades Aluviais).

Afastando-se da porção litorânea em direção à Serra do Mar no estado do Paraná, conforme Leite (2000, p.19), “a vegetação será seqüencialmente enquadrada nesta classificação”. Afirma também que, na planície litorânea, além da Floresta Ombrófila Densa, a vegetação está representada por restingas, comunidades aluviais e manguezais. Na seqüência, temos a região fitoecológica da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta com Araucária, “caracteriza-se pela presença da *Araucaria angustifolia* em associações diversificadas, as quais compreendem grupamentos de espécies com características próprias, formando estágios sucessionais distintos”.

A conhecida “Floresta com Araucária” constitui uma das mais importantes formações florestais do sul do Brasil, não só pela área que outrora ocupava nessa região, mas também pelo papel que os seus recursos naturais tiveram na ocupação do espaço paranaense. O pinheiro-do-paraná - *Araucaria angustifolia* - participa de forma marcante na fitofisionomia da região, especialmente devido à sua abundância e seu grande porte, com copa ampla, de formato característico, emergente sobre as demais árvores da floresta.

Neste particular, é importante resgatar a divisão da Flora Brasileira realizada por A. J. Sampaio (1938) em *Fitogeografia do Brasil*, registrada por Dick (1990a, p.148-149): I - Flora Amazônica; II - Flora Extra-Amazônica ou Geral, subdividida em seis zonas: 1) - Zona dos Cocais; 2) - Zona das Caatingas; 3) - Zona das Florestas Orientais (ou das Matas Costeiras); 4) - Zona dos Pinhais ou Sul Brasileira da Araucária; 5) - Zona dos Campos; 6) - Zona Marítima: a) - Vegetação halófila ou do litoral; b)- Flora Insular – subdividida em: das ilhas afastadas e das ilhas costeiras; c) - Fitoplancton ou Flora Flutuante.

Embora se considere a intensidade das pesquisas fitogeográficas brasileiras, o que se pode perceber é que na divisão da flora brasileira, em cada uma das regiões, encontra-se formação vegetal específica de onde são constituídos os extratos fitotoponímicos, podendo se estabelecer uma equivalência entre áreas geográficas e toponímicas. Assim, a castanha e o buriti aparecem na toponímia da região da Floresta Amazônica, como o pinhão na toponímia das Matas de Araucárias e o coqueiro nas Matas de Cocais, por exemplo.

O fato de os elementos da flora estarem estreitamente ligados à sobrevivência do homem, desde que ele passou a percorrer os caminhos da terra que descobria, contribuiu para a abundância de nomes de lugares relacionados à vegetação. O

descobridor passava pelos lugares e se estabelecia, mas não sem antes investigar minuciosamente a natureza e, para diferenciar os espaços, dava-lhes o nome baseado muitas vezes no ambiente que o rodeava, fosse o nome de uma erva, de uma árvore, de uma fruta ou flor.

Pode-se entender, por meio da análise dos topônimos dos municípios abordados, que o uso de fitotopônimos na nomeação de um acidente geográfico decorre da abundância e da diversidade da flora e que o denominador tenha sido motivado pela existência dessas plantas ou vegetais no ambiente em que se encontrava seu objeto de denominação.

A importância dos pinhais para a história e para o estado confirma-se nas denominações não só quantitativa, mas qualitativamente percebidas, decorrentes do termo genérico como: *Pinheiro* (rio – Antonina, ilha do – Guaraqueçaba), *Pinheiros* (baía dos – Guaraqueçaba), *Pinheiral* (rio do – Lapa), *Pinho* (rio do - Pinhão), *Pinhão* (serra do - Cândido de Abreu, arroio e rio - Cândido de Abreu, Guarapuava, Pinhão); *Pinhãozinho* (rio – Guarapuava, Pinhão), *Pinheirinho* (arroio – Curitiba, Pinhão, ilha do - Guaraqueçaba), *Pinhal* (ribeirão – Palmas, água, ribeirão do - São José da Boa Vista, Wenceslau Braz), *Pinhalzinho* (rio – Pinhão), *Pinhal Redondo* (água do - São José da Boa Vista). Mesmo o nome científico da planta é retratado por meio do nome do município de *Araucária*.

A Floresta com Araucária constitui um ecossistema regional complexo e variável que acolhe muitas espécies, algumas das quais endêmicas. Sua feição é caracterizada por dois estratos arbóreos - um superior, dominado pela araucária, que dá à floresta um desenho exclusivo, e outro inferior, dominado por variedades, como a canela e a imbuia - e um estrato arbustivo no sub-bosque, em que predominam a erva-mate e o xaxim.

Destas formações fitogeográficas, a toponímia registra: *Imbuia* (arroio – Cândido de Abreu, serra da - Ivaí, Reserva), *Xaxim* (arroio – Cândido de Abreu, Ponta Grossa, rio – Antonina, arroio do – Castro), *Congonha* (rio – Ponta Grossa), *Congonhas* (arroio – Tibagi), *Erval* (rio – Arapotí, Cândido de Abreu, Guaraqueçaba, São José da Boa Vista; arroio do – Cândido de Abreu), *Erveira* (ribeirão – Tibagi). O aparecimento de termos ligados à espécie vegetal – *congonha* - talvez se deva ao fato de os indígenas paranaenses se locomoverem por todo o território do estado e, como já a conheciam, se dizer terem sido eles os responsáveis pela sua difusão<sup>158</sup>.

---

<sup>158</sup> V. 2.5.3.

De acordo com Dick (1990a, p.178), nos pinhais há também associações destes às araçás, às guabiobas, de onde pode-se resgatar, do ponto de vista toponímico: *Araçaiero* (córrego – Bocaiúva do Sul), *Araçá* (ilha do – Guaratuba, morro do – Guaraqueçaba), *Araçatuba* (serra – Guaratuba), *Guabioba* (rio – Castro, Guaraqueçaba, Ivaí, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, arroio – Lapa, Tibagi, Reserva, ribeirão da – Rio Negro, córrego da – União da Vitória), *Guavirova* (rio – Ipiranga)

Associados ao pinheiro, ocorrem espécies arbóreas de outras famílias, e na região onde essa formação assume expressão maior, podem ocorrer “ilhas” florestais de formato mais ou menos circular e tamanho variável em meio às formações campestres, constituindo os “capões<sup>159</sup>”, ou então formando florestas contínuas de composição e estrutura variáveis.

Por essa razão, há na denominação paranaense nomes como: *Capão da Vargem* (arroio – Guarapuava), *Capão Raso* (arroio – Guarapuava), *Capão do Moinho* (arroio – Palmeira), *Capão Grande* (rio – Pinhão, arroio - Ponta Grossa), *Capão do Cipó* (arroio – Ponta Grossa). Encontram-se pelo Brasil afora, e, nas regiões em questão não é diferente, topônimos de formação vegetal lembrando: associações fitológicas como em *Matão* (rio – Bocaiúva do Sul, Cândido de Abreu), *Floresta* (arroio da – Ipiranga, Lapa), *Florestal* (rio – Campina Grande do Sul).

Em outras situações, o pinhal pode formar longas faixas de vegetação, chamadas faxinais ou catanduvás, que acompanham o trajeto sinuoso dos rios e lajeados. Por essas características fitogeográficas têm-se denominações como: *Faxinal* (rio – Lapa, Araucária, Campina Grande do Sul, arroio – Palmeira e União da Vitória, lajeado e rio – Pinhão, rio do – Guarapuava), *Faxinal Boa Vista* e *Faxinal de Baixo* (arrosios – Cândido de Abreu), *Catanduvás* (lajeado das – Palmas).

Nos designativos dos municípios abordados e dentro ainda de valer-se do uso toponímico, constata-se a presença de plantas úteis à alimentação tais como: *Abobreira* (rio – Antonina, Guaraqueçaba, arroio - Guarapuava), *Mamão* (morro - Guaratuba), *Caju* (arroio - Cândido de Abreu), *Arrozal* (rio – Arapoti, União da Vitória), *Bananas* (rio – Guarapuava, ilha das – Paranaguá), *Laranjeira* (serra da, arroio da – Cândido de Abreu), *Laranjeiras* (baía das, rio das- Guaratuba, Guaraqueçaba, ilha das- Guaraqueçaba, rio – Laranjeiras do Sul, arroio - Tibagi).

---

<sup>159</sup> Capão – fitogeografia: formação arbórea de pequena extensão, volume e composição variados, e de aspecto diverso da vegetação que o circunda; caapuã, capuão, capuão de mato, ilha de mato (AH).

Outros topônimos resgatam o uso de certas plantas na carpintaria, como: *Ipê* (rio do - Guaratuba), *Angico* (rio - Campo Largo), *Figueira* (ribeirão da - Campina Grande de Sul, rio- Cândido de Abreu); na confecção de material de uso doméstico ou comercial: *Cacheta-Caxeta* (rio - Guaraqueçaba), *Tamanqueira* (arroio - Cândido de Abreu); além da utilidade na ornamentação: *Margaridas* (morro - Matinhos), *Roseira* (rio da - Campina Grande do Sul, rio - Guaraqueçaba), *Rosas* (ilha das - Antonina) e na medicina: *Maracujá* (rio - Guarapuava), *Sabugueiro* (rio - Reserva, Cândido de Abreu).

Ainda do ponto de vista toponímico, no *corpus* desta pesquisa merecem destaque especial a palmeira e o palmito. Essas espécies existiam em quase todo o território paranaense e conservam-se nas denominações: *Palmeira* (município), *Palmeiras* (morro, rio das - Guaratuba), *Palmital* (rio - Cândido de Abreu, Ipiranga, Ivaí, União da Vitória, Campo Largo, rio do - Lapa, Palmas, ribeirão - Campo Largo), *Palmito* (morro, serra - Ivaí, arroio - Tibagi, rio do - Tibagi), *Palmeirinha* (rio - Campina Grande do Sul), *Coqueiro* (rio - Campina Grande do Sul, Guaraqueçaba). Além destes, aparecem também: *Butiá* (rio - Jaguariaíva, Palmas, Pinhão, lajeado do - Pinhão, ribeirão do - Piraí do Sul), *Ubazinho* (rio - Cândido de Abreu).

Muito comum também na toponímia paranaense, tendo em vista a importância da vegetação a partir da ocupação paranaense por meio das viagens dos tropeiros, é o emprego das formações campestres que se constituem pelas tipologias de vegetação que correspondem aos campos e campinas do planalto.

Desse modo, valorizaram-se as formações de campos, definidos como um terreno plano, extenso, com poucos acidentes, destituído de árvores e destinado à agricultura ou às pastagens e campina(s) que se refere a um campo extenso desprovido de árvores e normalmente revestido de gramíneas, subarbustos e ervas. Encontram-se nos designativos de lugares, além da referência a estes tipos de vegetação, os matos, as capoeiras, os capins, os sapés e uma menção a caatinga que se caracteriza como vegetação típica e/ou região do Nordeste brasileiro.

Particularmente, neste aspecto, registra-se: *Campo das Cinzas* (serra - Jaguariaíva), *Campo Real* (rio - Guarapuava), *Campo Novo* (rio - Guarapuava, Matinhos, ribeirão - Rio Negro, Ipiranga, arroio - Tibagi), *Campinas Belas* (arroio - Ivaí, Reserva), *Campinas* (rio - Guaratuba), *Campina do Fecho* (lajeado - Rio Negro), *Campestre* (rio - São José dos Pinhais, ribeirão - Araucária, arroio - Lapa e Palmas), *Campininha* (arroio - São José dos Pinhais), *Campina do Fecho* - lajeado-Rio Negro, *Campina das Pedras e dos Martins* - rios-Araucária), *Mato Branco* (arroio do - Pinhão, rio do - Araucária), *Mato Preto*

(água – Wenceslau Braz), *Capoeira* (arroio da – Araucária e Campo do Tenente), *Capinzal* (rio – Araucária, ilha do – Guaratuba), *Sapezal* (ribeirão do – Campo do Tenente), *Caatinga* (ribeirão – Guaraqueçaba). Ocorre também, em menor escala, topônimos que recuperam o ciclo da cultura cafeeira no estado: *Café* (rio do – Arapoti) e *Cafezinho* (rio – Guaraqueçaba).

Chamou-nos a atenção, na designação do período escolhido, a recorrência a unidades lexicais de origem indígena, transpostos para os topônimos. Pode-se acreditar que as lexias de origem indígena, principalmente do tupi, e referentes à vegetação brasileira, já estavam cristalizadas na língua portuguesa, sendo, portanto, incorporadas ao seu patrimônio lexical. Citam-se como exemplos, os designativos: *Buriti* (arroio – Campo do Tenente), *Tucunduva* (rio – Antonina), *Ivaí* (rio – Cândido de Abreu, Ivaí), *Cacatu* (rio - Antonina). Nesse sentido, Theodoro Sampaio (1928, p.85) destaca sobre a forma de nomeação dos lugares pelos fitotopônimos indígenas:

numa região como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena, deve, de contínuo, traduzir a feição local do ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A geografia aqui reflecte nas denominações dos lugares a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o frequente emprego de nomes de plantas, árvores, para indicar um rio, um banhado, um valle, um povoado, uma serra, um accidente topographico qualquer<sup>160</sup>.

O que se percebe é que a exuberância e a diversidade da flora, tão aproveitada pelos grupos humanos que habitaram ou habitam a região, foram os fatores decisivos para que se registrassem e conservassem as designações fitotoponímicas até a atualidade.

Já **zootopônimos** (topônimos de índole animal, representados por animais domésticos e não domésticos) destacaram-se como a segunda maior produtividade nos municípios em questão com 295 ocorrências correspondendo a 14,0%.

A fauna de uma determinada região, a exemplo dos topônimos motivados pela flora, também se reflete nos nomes dos acidentes geográficos, destacando-se desse modo a influência do ambiente físico na geração dos designativos. Este fato ocorre não só por estarem os zootopônimos vinculados à vida das populações, como também pela presença física dos animais lembrados na localidade. Entretanto, nem sempre “a presença de

<sup>160</sup> Optou-se por manter a grafia original do autor.

determinado animal numa área qualquer”, pressupõe necessariamente, seu habitat natural, bastando um encontro ocasional pelo denominador, no ato da nomeação, resultando daí o toponomástico Stewart (1954 apud DICK 1990a, p.256).

Gabriel Soares de Souza (1974 apud DICK 1990a, p.259) descreve a fauna brasileira, distribuindo os animais em três classes, a dos aéreos, dos aquáticos e dos terrestres. Na região analisada, pode-se perceber a referência: *i-) aos animais aéreos em: Gaivotas* (rio- Antonina), *Perdizes* (rios das- Arapoti), *Garças* (ilha, rio das- Guaratuba, ilha- Antonina), *Gralhas* (ribeirão das- Jaguariaíva, Araucária), *Sabiá* (rio- Guarapuava), *Araras* (arroio das- Clevelândia, rio das- Guarapuava), *Coruja* (córrego do- Rio Negro, arroio- Reserva, Clevelândia ); *ii-) aos animais aquáticos em: Lambari* (rio – Laranjeiras do Sul), *Betara* (morro, rio – Rio Branco do Sul), *Prejereba* (córrego – Antonina), *Mossunguê* (arroio- Curitiba), *Amêijoa* (rio- Guaraqueçaba), *Pescada* (rio da- Guaraqueçaba), *Peixe* (rio do- Reserva) ;*iii-) aos animais terrestres em: Cutia* (rio- Rio Branco do Sul, lajeado da - Tibagi), *Cotia* (arroio da – Castro), *Macacos* (serra dos- Ivaí, arroio dos- Laranjeiras do Sul, rio dos- Morretes, córrego- Bocaiúva do Sul), *Leão* (arroio do- Clevelândia, rio do – Laranjeiras do Sul, Reserva), *Lagarto* (arroio- Lapa), *Tatu* (arroio – Castro), *Tamanduá* (rio – Guaratuba, Ponta Grossa, arroio – Ipiranga, lajeado do – Rio Negro).

Também é perceptível, a lembrança na nomeação de alguns nomes como *Boi Carreiro* (rio – Pinhão), que pode ter sido motivado em virtude do trabalho de transporte feito por esses animais; e, no caso de *Vaca Gorda* (rio – Lapa), *Porcos* (lajeado dos – Guarapuava, ilha dos - Guaraqueçaba), *Gado* ( arroio do – Ipiranga), *Boi* (morro do – Matinhos, ribeirão do – Campina Grande do Sul), por fornecerem alimento aos habitantes da localidade. Resgatam-se também designativos que se referem a animais consumidos como alimento e descritos por Léry (1972 apud DICK 1990a, p.257), quando de seu contato com os indígenas: veado, javali, cotia e tatu, que “figura como exemplar de alimentação habitual”.

Desse modo, os nomes de animais, que serviram como motivação para nomear os acidentes geográficos, estão de alguma maneira vinculados à vida cotidiana do denominador.

Com 185 topônimos e um percentual de 8,8% do total de topônimos analisados, aparecem os **geomorfotopônimos** que são aqueles relativos às formas topográficas, elevações ou depressões do terreno.

Desde as primeiras civilizações, a forma do relevo influenciou a ocupação humana, facilitando ou dificultando o povoamento das diferentes regiões do planeta. O homem sempre buscou se fixar em territórios favoráveis à sua sobrevivência, que tivessem

água em abundância e topografia mais plana, o que facilitava as práticas agrícolas e a construção de habitações.

O relevo é o “piso do homem”, pois é onde ele assenta sua moradia, de onde retira o seu sustento, e se consolida como um dos fatores fundamentais para a ocupação do homem na Terra. O ser humano sempre viu o relevo como parte da natureza tanto por sua beleza como por sua força ou forma.

Este, por sua vez, foi e sempre será de primordial importância no decorrer da vida humana, pois sua forma é que vai permitir que sua evolução seja completa, ou seja, é com ele que o homem vai estabelecer as melhores maneiras de localizar suas terras e definir os limites onde exercerá seus domínios.

A superfície terrestre, ou melhor, o relevo, não é estático, nem pronto, acabado, ele está em permanente alteração, numa dinâmica constante de construção e destruição. Isso resulta da ação de “forças ou agentes internos (endógenos) e externos (exógenos) do planeta, que atuam de maneira oposta sobre a superfície terrestre”.

As forças “endógenas são resultantes da dinâmica interna da crosta (tectonismo, vulcanismo, orogenia, terremotos entre outros). As forças exógenas, como a chuva, o vento, rios, oceanos, gelo entre outros, esculpem as formas do relevo, provocando o desgaste da superfície”<sup>161</sup>. Isso demonstra que a Terra nunca foi como está atualmente, e no futuro ela já não será como se encontra hoje, porque ocorre uma evolução do relevo. Todo este processo, conforme apresentado por Christofletti (1980, p.02), é denominado de Universo,

o qual compreende o conjunto de todos os fenômenos e eventos que, através de suas mudanças e dinamismo, apresentam repercussões no sistema focalizado, e também de todos os fenômenos e eventos que sofrem alterações e mudanças por causa do comportamento do referido sistema particular.

Todos estes fatores vão formar um “emaranhado” de informações que nos remeterão à compreensão dos tipos de relevo. Este emaranhado é desfeito pelo homem que, ao mesmo tempo em que desvenda a complexidade dos processos formadores das formas de relevo, contribui para que essa complexidade aumente.

---

<sup>161</sup> Disponível em [http://geocities.yahoo.com.br/uel\\_geomorfolgia/textosdiscentes1.htm](http://geocities.yahoo.com.br/uel_geomorfolgia/textosdiscentes1.htm). Acesso: 29 mar.2005.

O homem é, também, desde o início de sua ocupação no planeta, um agente modificador da superfície terrestre, à medida que procura adaptar-se à natureza e adaptá-la às suas necessidades. A adaptação do homem às diversificadas paisagens transforma-se, portanto, em parte significativa da história das mesmas.

As classificações do relevo brasileiro - divisões do território em grandes unidades - baseiam-se em diferentes critérios que refletem o estágio de conhecimento à época de sua elaboração e a orientação metodológica utilizada por seus autores. Tradicionalmente, o relevo divide-se tomando como base duas classificações<sup>162</sup>:

<b>Aroldo de Azevedo</b>	<b>Aziz Ab'Saber</b>
<b>Planaltos</b> 1. das Guianas 2. Brasileiro, subdividido em: - Atlântico - Central - Meridional	<b>Planaltos</b> 1. das Guianas, engloba a região serrana e o planalto Norte-Amazônico 2. Brasileiro, subdividido em: - Central - Meridional - Nordeste - Serras e planaltos do Leste e Sudeste - do Maranhão-Piauí - Uruguaio-Rio-grandense
<b>Planícies</b> 1. Amazônica 2. do Pantanal 3. Costeira	<b>Planícies</b> 1. Planícies e terras baixas amazônicas 2. Planícies e terras baixas costeiras 3. Planície do Pantanal

O relevo brasileiro tem formação antiga e resulta principalmente da ação das forças internas da Terra e da sucessão de ciclos climáticos. A alternância de climas quentes e úmidos com áridos ou semi-áridos favoreceu o processo de erosão.

Com base nos estudos e pesquisas aplicados no Brasil, podemos exemplificar os tipos de relevos existentes no Paraná, que teve como um dos seus principais pesquisadores o estudioso Reinhard Maack.

Conforme assevera Riad Salamuni, na apresentação da obra de Maack (2002, p.25), este era um observador metódico e persistente da natureza, e teve o “incontestável mérito de metodizar as pesquisas, dando-lhes um cunho de sistematização virtualmente desconhecido nas geociências paranaenses”, centrando suas pesquisas, de modo consciente e continuado, “em vistas ao espaço geográfico do estado do Paraná”.

Como região parcial do espaço sul brasileiro, conforme Maack (2002, p.108), o Paraná possui zonas naturais de paisagem cuja divisão “baseia-se na posição das

<sup>162</sup> Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/php3?base=/natural/index.html&conteudo=/natural/geomorfologia.html>. Acesso: 29 mar. 2005.

escarpas, vales de rios e divisões de águas, assim como no caráter fisiográfico unitário da paisagem dentro de tais limites”.

O estado, em sua maior parte, é formado por escarpas de estratos e planaltos que declivam suavemente em direção Oeste e Noroeste. Na superfície o aspecto mais evidente é que o estado se divide em duas regiões naturais: o litoral e os planaltos do interior. O pesquisador estudou durante anos o relevo paranaense dividindo-o em regiões que foram pesquisadas uma a uma.

Ao mesmo tempo, enfatiza que o Paraná apresenta um relevo de altitudes modestas divididas nas unidades topográficas: **i.)**Litoral - distingue-se: a) planícies litorâneas b) zona montanhosa litorânea ; **ii.)** Serra do Mar; **iii.)** Região de Planalto- 1º Planalto ou Planalto de Curitiba; 2º Planalto ou Planalto de Ponta Grossa; 3º Planalto ou Planalto de Guarapuava (MAACK, 2002, p.109).

Assim como o restante do Brasil, a ocupação do território paranaense também teve início a partir da faixa litorânea, ficando a população restrita à estreita faixa de terras. Parte da história da colonização do território sul-brasileiro encontra-se eternizada nesta região pela existência das vias de acesso ao 1º Planalto Paranaense. Pelas primeiras picadas que ligavam o litoral de Paranaguá com o Planalto subiram os predadores de índios, os faiscadores de ouro e os homens que povoaram os Campos de Curitiba e os Campos Gerais.

Tomando-se, então, por princípio, o fato de que o espaço natural é percebido de maneira peculiar pelo povo que o habita, e do qual tem uma noção precisa, chegamos à conclusão de que a Serra do Mar, formada a partir de blocos isolados com a aparência de um íngreme paredão que separa a baixada litorânea do interior paranaense, representou grandes obstáculos para as ligações entre as partes do território, desde o início da colonização portuguesa no Brasil.

As primeiras grandes vitórias dos homens sobre tais serras costeiras, assimétricas e abruptas processaram-se tardiamente durante o ciclo do ouro. Antes, as aludidas escarpas comportavam-se como se fossem verdadeiras muralhas, facilitando o isolamento e a segregação. Podemos dizer que a circulação dos grupos humanos, por entre as montanhas brasileiras, serviu em muitas ocasiões como motivação para o desbravador, que se embrenhava pelo sertão desconhecido, planalto adentro, embora houvesse um grande diferencial entre o relevo brasileiro e o europeu que ele conhecia.

Por isso afirma-se que, assim como a fauna e a flora, as formas do relevo terrestre, considerando-se as elevações ou as depressões, também conferiram à toponímia uma multiplicidade de signos onomásticos. Esta pesquisa demonstrou a ocorrência de

geomorfotopônimos que remetem às montanhas como: *Serra* (ribeirão da - Bocaiúva do Sul), *Serra Negra* (rio - Guaraqueçaba), *Serrinha* (morro - Campo Largo), *Serradão* (arroio - União da Vitória), *Espigão* (arroio - Curitiba), *Espigão Alto* (ribeirão - Jaguariaíva), *Espigão Branco* (arroio - Lapa).

Da referência a elevações com poucas dimensões originam topônimos como *Morro Grande* (arroio - Bocaiúva do Sul), *Morretes* (município, morro - Guaratuba), *Cerro Lindo* (ribeirão - Bocaiúva do Sul), *Cerro Grande* (morro, rio - Guaraqueçaba), *Cerro Azul* (arroio- Ipiranga, rio- São José dos Pinhais), *Cerrito* (arroio - Lapa), *Lombão* (serra - Ivaí), *Monte Negro* (serra - Piraí do Sul).

Das configurações de planalto de rochas sedimentares apresentando topografia tabular provêm nomes como *Tabuleiro* (arroio - Palmeira, Ponta Grossa), *Chapada* (arroio da - Lapa, arroio - Ponta Grossa); das planícies situadas à margem de um rio ou ribeirão *Várzea* (rio da - Campo do Tenente, Lapa, Rio Negro, São José dos Pinhais) e das costeiras, *Baixa Funda* (córrego - Ponta Grossa), *Restinga* (arroio - Lapa).

Se se preferir identificar entre os designativos aqueles que reportam à parte de mina ou cavidade em rochedo onde se desenvolvia o trabalho de exploração de elementos minerais, tem-se *Lapinha* (lajeado - Bocaiúva do Sul, rio - Campina Grande do Sul), *Socavão* (rio - Castro), *Fojo* (morro do - Guaraqueçaba), *Furna* (morro da - Guaratuba), *Furnas* (arroio das - Ipiranga, serra das - Jaguariaíva, Piraí do Sul).

Por outro lado, se a intenção fosse a de atingir um lençol de água subterrâneo, demonstrando sua profundidade/depressão, revela-nos topônimos como: *Poço* (rio do - Guarapuava, Guaraqueçaba, Lapa), *Poço Grande* (morro do - Guaraqueçaba, arroio- Ipiranga, rio - Palmeira), *Poço Preto* (morro do - Guaratuba), *Poços* (rio dos - Lapa), *Poço Bonito* (rio - Pinhão), *Poço Frio* (ribeirão - Rio Negro), *Pocinho* (rio - Campina Grande do Sul, Rio Branco do Sul), *Cava Funda* (arroio - Ipiranga), *Cava Grande* (rio - Cândido de Abreu, Reserva), *Cova* (rio da - Guaratuba), *Buracos* (lajeado dos - Rio Negro), *Grota Funda* (ribeirão - Jaguariaíva) e se o local servisse de abrigo nota-se *Cavernoso* (rio - Laranjeiras do Sul).

Ainda da nomenclatura geográfica, encontram-se nomes originados a partir da escavação formada por erosão/força das águas: *Barroca* (rio - Morretes), *Barrocão* (arroio - Lapa), *Chupador* (rio - Cândido de Abreu, arroio - Ivaí, morro do - Ivaí), *Canudo* (canal do - Guaraqueçaba), *Canudal* (morro do - Guaraqueçaba), *Lambedor* (rio - Arapoti), *Funil* (arroio - Cândido de Abreu), *Panela/Panelas* (arroio - Guarapuava, rio - Guaratuba). Os relatos de Saint-Hilaire em Viagem pela Comarca de Curitiba (1995, p.15) pode ilustrar esta situação, ao

afirmar que [...] a maior parte dos rios – coisa digna de nota – corre límpida e celeremente por sobre rochas lisas, e sempre que a água se despeja do alto sobre pedras, o que acontece com freqüência, ela cava na rocha buracos arredondados, chamados de caldeirões.

Destacam-se os banhados, áreas alagadas permanente ou temporariamente, conhecidos na maior parte do país como brejo, que contribuem na sua configuração, gerando nomes como *Banhado* (córrego - União da Vitória, rio - São José dos Pinhais), *Banhado Grande* (córrego - Arapoti, Jaguariaíva, arroio - Guarapuava), *Banhado Vermelho* (arroio - Cândido de Abreu), *Banhadão* (córrego do - Palmas).

Entre os topônimos desta taxionomia, estão aqueles que se referem ao local cercado por acidentes naturais como rios, matos, para onde se levam os animais, a fim de que lá pastem ou sejam alimentados em segurança: *Rincão* (rio - Guarapuava, córrego do - Tibagi), *Rincão da Canoa* (rio - Guarapuava), *Cerco* (rio do - Paranaguá), *Cerquinho* (rio - Guaraqueçaba), *Cerco Grande* (rio - Guaraqueçaba).

Outro aspecto evidenciado quando se trata de acidentes geográficos é a ramificação lateral de um rio, chamado de braço ou esteiro, evocado em topônimos como *Bracinho*, *Braço da Esquerda*, *Braço do Macaco*, *Braço do Norte*, *Braço do São Pedro*, *Braço Feio* (rios - Guaraqueçaba), *Braço do Rio do Meio* (ribeirão do - Guaraqueçaba), *Esteiro* (morro, rio do - Guaraqueçaba).

Dentre os geomorfotopônimos encontrados, pode-se cogitar que, no momento da designação, ocorreu uma prática espontânea, existente a partir do desejo de comunicar um aspecto mais proeminente do acidente denominado como: *Labirinto* (arroio - Tibagi), *Forquilha* (rio - Paranaguá, rio da- Antonina, arroio - Lapa, Palmeira, água da - Wenceslau Braz), *Lingüiça* (córrego - Guaraqueçaba), *Trombudo e Trombudinho* (morros - Cândido de Abreu), *Ponta Grossa* (município de, ilha da - Antonina, rio - Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul), *Cadeado* (rio - Guarapuava, serra do - Guaraqueçaba), *Cadeadinho* (rio - Cândido de Abreu), *Saltinho* (ribeirão – Arapoti, Campina Grande do Sul, arroio -Ivaí, São José dos Pinhais, lajeado -Palmas), *Salto* (rio do- Palmeira, Rio Branco do Sul, serra do - São José dos Pinhais), *Salto Morato* (cachoeira do - Guaraqueçaba) e *Salto do Silvério* (arroio - Wenceslau Braz).

Na seqüência, dentre as taxionomias, sobressaem-se pela expressividade de ocorrências, com índice de 183 ou 8,7%, os chamados **antropotopônimos**, que são os topônimos constituídos a partir dos designativos pessoais, em prenomes ou em apelidos de família, de maneira combinada ou não.

A respeito da importância dos designativos dos nomes próprios na nomeação de lugares, Dick (1990a, p.293) destaca que

a diversidade da motivação na escolha dos nomes próprios, denota, portanto, em última análise, um reflexo da natureza psico-social do homem, das tendências e costumes dominantes em sua época e em seu meio. A identificação individual, através de apelativos, é, ainda, pelo menos no estágio atual de desenvolvimento da civilização, a melhor maneira de se designar os elementos de um grupo humano qualquer.

Como na toponímia brasileira de modo geral, a classificação antropotoponímica é efetivada, às vezes, por meio de designativos constituídos: i) pelo prenome, nome que antecede o de família (arroio *Hipólito*, morro do *Joaquim*, ilha *Catarina*, rio *Dário*); ii) pelo nome de família, o sobrenome (água dos *Rodrigues*, arroio dos *Galvões*, rio *Tavares*); iii) pelo prenome + nome de família, conjunto onomástico completo (ribeirão *Inácio Alves*, rio *Isabel Alves*, morro *Bento Alves*, arroio *Maria Leme*); iv) pelo prenome + alcunha (rio *Joãozinho Feliz*, lago *Maria Chica*); v) por hipocorístico (córrego *Tatá*, rio *Manequinho*, córrego *Vavá*).

Entende-se que, às vezes, os antropotopônimos são denominações espontâneas; outras vezes são impostas por autoridades políticas, por atos voluntários, por oportunismo e outras ainda por nomeação anônima. Às vezes, se deve a nomeação de ruas, bairros, rodovias, córregos e outros afins ao fato de pessoas de uma determinada região, normalmente um político influente que, por interesse material ou como solicitação de apoio político, proporem que o local receba o nome de um ilustre habitante da sua ou de outra região, como forma de se obter benefícios.

Um exemplo de antropotopônimo paranaense que pode ser visto como imposto pelas autoridades estaduais ocorreu quando denominaram um município - *Braganey* - relembrando o ex-governador do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga. Como há uma lei que impede a atribuição do nome de pessoas vivas a nome de lugares, os denominadores tentaram encontrar uma outra forma para que tal homenagem pudesse ocorrer. Assim, por meio da junção do nome *Braga* e do prenome *Ney* o ex-governador teve seu nome registrado na memória do povo paranaense, ainda em vida<sup>163</sup>.

---

<sup>163</sup> Embora este município não pertença ao *corpus* desta pesquisa, julgou-se interessante citá-lo para ilustrar a imposição das autoridades na denominação.

Outra particularidade observada na antroponímia paranaense é que ao lado dos nomes locais há aqueles de projeção internacional. É o caso de *Clevelândia*<sup>164</sup> que surgiu em homenagem a Grover Stephen Cleveland, presidente dos Estados Unidos da América, que deu parecer favorável ao nosso país na questão de limites Brasil – Argentina.

A denominação espontânea, de acordo com Dick (1990a, p.294-296), acontece com os acidentes identificados “simplesmente pelo nome de um morador” e que revelam uma técnica denominativa característica de um “pequeno horizonte geográfico, distinto daquela imposta por autoridades ou eventuais detentores do poder de mando e que, tantas vezes, se distinguem pelo distanciamento da realidade ambiental ou do gosto popular” e, nessa nomeação anônima, “a razão de ser de seu emprego não extrapola as cercanias da localidade que lhe deu origem, por não possuírem, a força e o prestígio dos nomes históricos ou de projeção nacional”.

Pelos antropotopônimos encontrados, verificou-se que muitos se referem a pessoas que tiveram importância apenas regional, quando não o tiveram apenas para um determinado município, verdadeiros desbravadores, como por exemplo, *Ilha do Teixeira* (Antonina), *Ilha do Valadares*, rio *Toral* e rio *dos Almeidas* (Paranaguá), rio *Inhate* (Guaraqueçaba). De modo geral predominam os sobrenomes de origem portuguesa *Alves*, *Teixeira*, *Martins*, *Correias*, *Pinto*, *Soares*, mas há também os de origem estrangeira como *Butka*, *Gurski*, *Gote*, *Lekes*.

Já se afirmou anteriormente que há uma tendência na toponímia de prestar, no ato da nomeação de lugar, uma homenagem a alguma pessoa importante da localidade ou não. Um fato interessante numa relação inversa de homenagem, criação de antropônimo a partir de um topônimo, é relatado por Viana (1976, p.254),

o Dr. João Manoel da Cunha, antigo proprietário do prédio onde morava, era um brilhante pianista e esteta de valor. Esse advogado ilustre, talvez fascinado pela alcunha do decantado rio, fez questão de acrescentar ao nome dos filhos, a palavra mágica – ITIBERÊ – tão querida do paranaguara. Foi assim que surgiu na ilustre família – João Manoel da Cunha – o tradicional nome “ITIBERÊ”. [...] Ficou assim perpetuado, na História de Paranaguá, o solar que serviu de “berço” a dois eminentes paranaguaras: Monsenhor Celso Itiberê da Cunha e Dr. Brasília Itiberê da Cunha.

---

<sup>164</sup> Município pertencente ao *corpus* desta pesquisa.

Como se percebe, são vários os motivos que ocasionam a criação de topônimos de origem antroponímica. Segundo Dick (1990b, p.206-207), não importa que sejam “frutos de movimentos espontâneos dos habitantes ou sistematizados pelo cunho oficial”. Os topônimos dessa origem refletem, sem dúvida, aspectos históricos e sociais a respeito do local denominado.

Diante do exposto, pode-se vislumbrar a extensão do emprego dos antropotopônimos na região analisada e que os nomes pessoais encontrados definem-se pelo aspecto meritório tornando-se um marco, pelo fato de fixar no tempo a atuação do homem. Conseqüentemente, capta-se um detalhe histórico-cultural, podendo-se dizer que o uso dos nomes de pessoas, quando bem aplicados, procurando-se um “vínculo aproximado entre as circunstâncias do lugar e o denominador que lhe permitiu a designação, possibilita, que uma parcela da História regional ou nacional seja conservada e transmitida às gerações futuras” (DICK,1990a, p.178).

Os antropotopônimos exercem o papel de verdadeiros registros, pois denotam respeito às pessoas que de uma forma ou de outra participaram de maneira significativa do desenvolvimento político, histórico e social de cada município, merecendo, por isso, serem lembradas.

Do total de designativos analisados, houve também uma grande incidência de **hidrotopônimos** (topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral), perfazendo 156 num percentual de 7,4 %.

As mais belas imagens da Terra, aquelas que são apazíveis aos olhos, à fantasia, as que são um convite ao relaxamento, sempre têm a água em sua composição: as ondas do mar, as cachoeiras, um riacho cristalino, a neve sobre as montanhas, os lagos espelhados, a chuva a precipitar-se sobre a mata. Tornou-se impossível no mundo em que vive a nossa sociedade dispensar o uso da água, seja para beber e cozinhar; seja para higiene pessoal e do local em que vivemos; também para irrigar as plantações e prover a alimentação e, para geração de energia e, por conseguinte, facilitar e melhorar a vida humana.

A água é um dos recursos naturais mais importantes encontrados na natureza. Essencial para a vida no planeta, além de sua importância vital nos processos biológicos dos seres vivos, tem exercido grande influência no desenvolvimento das civilizações ao longo da história da humanidade.

A água sempre teve importância vital, desde o homem primitivo, servindo como fonte de alimentação pela pesca, ou por lhe oferecer um meio para locomover-se e descobrir novas áreas. Os rios, fontes de vida e vias de comunicação de todas as antigas

civilizações, possuíam importância simbólica significativa e a água representava o nascimento e a morte, a origem e o fim da vida. Conforme Barbosa (2002, p.03),

nas cosmogonias de antigas civilizações, os corpos d'água eram elementos considerados como sagrados e representavam o devir das coisas do mundo. Destacando-se especialmente os corpos d'água formados pelos rios, em função de suas influências contraditórias na história da vida humana, pois fecundam e arrasam vales e planícies, carregam no seu dorso caminhos e descaminhos para os viajantes, alimentam e penetram no tecido terrestre para formar lagos e deltas. Heródoto afirmava que o Egito era uma dádiva do Nilo. O mesmo podemos afirmar a respeito dos rios Tigre e Eufrates em relação às civilizações mesopotâmicas, do Amarelo e do Azul para os chineses e, do Indo e do Ganges para os indianos. Entretanto, os leitos fluviais não significam apenas fluxos de água doce e veículos de sedimentos que fertilizam terrenos e imprimem a renovação morfológica dos lugares. Os rios significam muito mais do que acidentes geológicos traçados nos mapas.

Por descerem montanhas e colinas, ou sinuosamente penetrando em vales e planícies, os rios carregam simbolicamente a existência humana e toda a sua imensidão de desejos, sentimentos intencões e ações. Para além da sua importância na cultura material das sociedades, os rios também carregam surpreendentes significações na história dos homens.

Nos primórdios da civilização, os grupos humanos para estabelecerem suas relações comerciais, encontram nos rios o melhor caminho, acabando por transformá-los em verdadeiros eixos econômicos, decorrendo dessa prática a multiplicação dos núcleos urbanos em suas margens.

Os rios já foram definidos por Frederico Rondon (1945 apud DICK 1990a, p.201) como “caminhos que andam”, pela função exercida de meio de transporte, oferecendo aos indivíduos um intenso intercâmbio cultural pelo seu percurso.

No Brasil, desde o seu descobrimento, nota-se a importância dada aos cursos d'água. Caminha (1500), na carta que escreve a Dom Manuel, revela a abundância das águas aqui existentes: “águas são muitas e infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”.

O homem, ao escolher uma localidade para viver, escolhe um espaço em que a água seja abundante. Além da questão da sobrevivência, a procura por cursos d'água decorria da busca por riquezas minerais, como ouro, prata, diamantes.

Ao fator utilitário que a água possui, Dick (1990a, p.197) ressalta um fator mítico no cotidiano do homem:

o aspecto aventureiro que grandes volumes líquidos sempre despertaram nas populações, verdadeira fascinação pelo desconhecido, que as levou a criar lendas e figuras míticas, poemas e cantos, sagas de uma raça, todo um maravilhoso enfim, resumindo um ideal de vida ou de morte.

O homem, procurando conhecer o universo que o cerca, deu estímulos à sua sede de conhecimentos criando oportunidades para desvendar segredos e para construir ou encontrar lugares onde pudesse se fixar e dar início a comunidades, vilas, aldeias e cidades. Isso permitiu a ele aprender com suas descobertas e com seus erros e, até hoje, busca consolidar e redefinir seus conhecimentos.

Desde os tempos mais remotos da ocupação do território paranaense, o colonizador buscava nos rios que explorava a orientação para sua empreitada. Partindo-se do pressuposto de que, no momento de denominar um rio, o procedimento mais natural é o de designá-lo a partir de uma das particularidades mais marcantes, infere-se que várias foram as motivações toponímicas.

Se um fluxo de água era translúcido, limpo, claro, como por exemplo, em *Água Branca* (rio – Campina Grande do Sul, arroio- Guarapuava, Rio Branco do Sul), *Água Clara* (arroio - Bocaiúva do Sul, Tibagi, rio - Palmeira), *Rio Branco* (serra- Guaraqueçaba, ribeirão – Rio Branco do Sul) indicaria a presença de água potável e, portanto, seria possível ali se estabelecer, produzir e construir uma vida de histórias.

Do mesmo modo, se fosse considerada a coloração das águas teria a motivação para topônimos como *Água Amarela* (arroio - Bocaiúva do Sul), *Água Azul* e *Água Azulzinha* (rio da – Lapa), *Água Suja* (arroio - Tibagi), pela qualidade da temperatura em *Água Quente* (arroio – Campo Largo, rio – Cândido de Abreu), *Água Fria* (Arroio – Piraí do Sul, córrego – Tibagi), *Água Morna* (arroio – Ivaí).

Igualmente, ao transportar todo o seu encantamento pela água para o topônimo, o denominador singularizava o acidente geográfico e diferenciava-o dos demais tornando real a sua impressão, seja, pela dimensão/forma do acidente em *Água Comprida* (arroio – Bocaiúva do Sul), *Água Parada* (córrego – Ivaí); pela beleza estampada na paisagem como em *Águas Belas* (rio – Guarapuava), e, se a razão fosse a homenagem a alguém como *Passo do Amâncio*, *Passo dos Pires* (arrosios – São José dos Pinhais), *Passo do Romão* (arroio – Ipiranga).

Com relação aos acidentes geográficos, encontram-se topônimos que se relaciona aos locais apropriados ao esporte e lazer, e que advêm de nomes como *Cachoeira*

(rio – Antonina, Araucária, Guaraqueçaba, Lapa, arroio – Araucária, Curitiba, arroio da - Cândido de Abreu, ribeirão – Laranjeiras do Sul, córrego da – União da Vitória) *Cachoeira Roncadeira* (ribeirão – Castro), *Cachoeira Branca* (rio – Guarapuava), *Cachoeirinha* (arroio – Guarapuava, Clevelândia, rio- Matinhos, ribeirão- Arapoti); *Cascata* (arroio da - Clevelândia), *Cascatinha* (rio – Curitiba).

Por outro lado, se vincularmos a força das águas ao perigo ou ao barulho, tem-se motivação para designativos como *Correntes* (ribeirão da – União da Vitória), *Roncador* (rio – Arapoti, Ipiranga, arroio – Bocaiúva do Sul).

Igualmente os locais em que rios nascem, ou desembocam também contribuem com número expressivo de topônimos enfatizando-se quanto ao estado de espírito do nomeador como em *Paranaguá*<sup>165</sup> (baía - Guaraqueçaba, Paranaguá), *Barra Mansa* (córrego – Arapoti, ribeirão da - Jaguariaíva, rio –São José da Boa Vista), *Barra Bonita* (rio- Bocaiúva do Sul, Cândido de Abreu), *Barra Escondida* (rio da - Cândido de Abreu), *Barra Vermelha* (rio - Lapa), *Barra Grande* (arroio – Reserva, rio - União da Vitória, Cândido de Abreu), *Barrinha* (rio da – Tibagi, Ipiranga, arroio - Cândido de Abreu), *Fonte* (rio da - Guaraqueçaba) e, tendo a intenção de apontar a localização do acidente, como em *Barra do Pito*, *Barra da Imbuia*, *Barra do Doutor* (rios - Cândido de Abreu), *Barra do Encontro* (arroio - Reserva), *Barra do Cubatão* (ilha – Guaratuba).

Do mesmo modo, na toponímia do recorte analisado, encontra-se menção às extensões de água estagnada, seja considerando a forma normal como *Lagoa da Onça* (ribeirão – Castro), *Lagoa* (rio da - Guarapuava, Morretes), *Lagoa da Prata* (arroio da - Palmeira), *Lagoa Preta* (rio da – Pinhão); para destacar a grandeza, profundidade e pequenez do lugar como *Lagoão* (arroio – Clevelândia, Guarapuava, Lapa, Palmas), *Lagoãozinho* (arroio - Palmas), *Lagoinha* (arroio - Tibagi), *Riozinho* (rio – Cândido de Abreu), *Charquinho* (arroio - Guarapuava); e a ausência da água em *Seco* (rio – Antonina).

É importante lembrar que muitos dos hidrotopônimos desta pesquisa surgiram da passagem de tropas (gado e cavalos) vindos de Viamão (RS) para Sorocaba (SP). Assim, nesse vai-e-vem dos tropeiros, a busca pelos cursos d'água era uma constante para matar a sede do rebanho embora surgisse um novo problema que era a questão da profundidade.

Para transpor os leitos dos rios com segurança, era necessário encontrar o ponto apropriado, e em muitos dos municípios desta rota, destaca-se o elemento de maior

---

<sup>165</sup> Para esclarecer o significado dos topônimos, v. o Quadro I, das páginas 99 a 161.

influência na denominação - passo (com 31 ocorrências), significando lugar no rio ou arroio de passagem habitual.

Assim sendo, resgata-se hidrotopônimos como *Passinho* (arroio - Ipiranga), *Passo do Felisberto* (córrego – Arapotí), *Passo da Areia, da Cruz, da Guarda, do Atalho, do Pero, dos Marianos* (arrosios – Lapa), *Passo do Romão* (Arroio – Ipiranga), *Passo do Bugre* (rio - Pinhão), *Passa-passo* (arroio - Lapa).

A alta incidência de topônimos referentes aos elementos de índole hidrográfica comprova a importância da água na vida do denominador, elemento da natureza sem o qual a humanidade não consegue viver e que carrega em si tão profunda e consistente riqueza de significado.

Os **litotopônimos** destacaram-se com produtividade de 127 ou 6,0%. Os topônimos de índole mineral refletem a natureza constitutiva dos solos e terrenos. A presença dos litotopônimos em uma região está relacionada diretamente a dois fatos: um, de índole genérica, específica às regiões da terra em sua constituição (areia, barro, lama, pedra, terra, por exemplo); e outro, mais restrito, diz respeito a alguns momentos significativos da história de um povo.

De acordo com Dick (1990a, p.126), esses fatos se interligaram no Brasil, tornando muito difícil discorrer sobre um sem mencionar o outro. Sabe-se que, desde o primeiro documento escrito nesta terra por Caminha, enviada ao rei de Portugal, Dom Manuel, ficou evidente o principal interesse do europeu em relação ao Novo Mundo, que era o de encontrar metais preciosos, criando a mística em torno da riqueza da terra.

Por meio da exploração do ouro, iniciou-se a ocupação humana do Planalto Central. Com o declínio da fase áurea, surge como atividade posterior a exploração diamantífera, em que a procura dos metais resultou em movimentos expressivos de diversos grupos humanos, gerando algumas vezes, uma superposição litotoponímica (Dick, 1990b, p.170).

Como exemplo, consoante Dick (1990b, p.170), podem-se encontrar marcas expressivas na toponímia concernente ao ciclo do ouro em Minas Gerais; região que traz no nome a caracterização de sua principal riqueza. Dessa maneira, nesse estado, desponta uma variedade de expressões formadas com “ouro”, como córrego *do Ouro, Ouro Preto*, por exemplo. Em outros pontos do território surge essa tipologia denominativa, como no Paraná (ribeirão do *Ouro Grande*); Bahia (córrego *do Ouro*); no Rio Grande do Sul (arroio *do Ouro*).

Os minérios como diamante, prata (mais empregada que o ouro na toponímia brasileira), cristal e elementos mais comuns como barro, lama, terra, pedra, laje,

entre outros, também foram fonte para o surgimento de topônimos em todo o território brasileiro.

Como dito anteriormente, o povoamento do Paraná começou no processo de investigação e buscas auríferas. Os recôncavos, rios e sertões que circundam a baía foram explorados até a descoberta ouro de lavagem nos vários rios que depois se chamaram rio dos Almeidas, dos Correias, Guaraguaçu, ficando conhecidas como minas de Paranaguá.

Assim é que nos municípios analisados encontram-se expressões formadas que recordam o *Ouro* (rio - Campo Largo, arroio do - Castro), *Ouro Fino* (rio - Bocaiúva do Sul, Cândido de Abreu, Rio Negro); a sua cor *Dourado* (arroio - Ponta Grossa), *Dourada* (lagoa - Ponta Grossa).

A prata tem maior expressividade toponímica do que o ouro, sendo mais freqüente o próprio sintagma simples como em: *Prata* (rio da - Campo Largo, São José dos Pinhais, serra da - Cândido de Abreu, Morretes, Paranaguá, água da - São José da Boa Vista, ribeirão da - União da Vitória).

Quanto às pedras preciosas que constituíam objetos extraídos das lavras e das catas, tem-se *Cristal* (rio - Araucária, Morretes); da mineração *Diamante* (rio - Jaguariaíva, arroio - Lapa).

Litotopônimos mais comuns, que envolvem elementos como barro, terra ou pedra, aparecem na nomenclatura geográfica em um número maior de ocorrências. Desse modo tem-se: *Barro Preto* (arroio - Cândido de Abreu, Guarapuava, rio - Palmas, córrego - São José da Boa Vista, Wenceslau Braz), *Barro Seco* (arroio - Cândido de Abreu), *Barro* (rio do - Pinhão), *Barreiro* (córrego - Arapotí, rio - Guarapuava, Guaraqueçaba, Lapa, Reserva, lajeado - Ivaí, rio do - Reserva), *Barreirinho* (rio - Cândido de Abreu, arroio - Ivaí, reserva, córrego - Wenceslau Braz), *Barreado* (córrego - União da Vitória).

Em composições ou derivações tem-se: *Terra Boa* (ribeirão - Campina Grande do Sul) *Terra Seca* (córrego - Guaraqueçaba), *Terra Vermelha* (rio - Ponta Grossa). Têm-se ainda como motivadores nas designações o termo *Areia Branca* (água - Bocaiúva do Sul, rio - Rio Negro, arroio - Tibagi), *Areia Preta* (rio - Reserva), *Areiazinho* (arroio - Ipiranga), *Areia* (rio da Lapa, Palmeira, Pinhão).

O substantivo pedra, encontrado nas denominações, tem como fonte motivadora a cor como em: *Pedra Vermelha* (arroio - Cândido de Abreu), *Pedra Azul* (arroio da - Lapa), *Pedra Branca* (morro da - Cândido de Abreu, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, morro - Ivaí, rio da - Guarapuava, serra da - São José dos Pinhais, arroio - Tibagi, córrego da - União da Vitória), apenas *Pedra* (córrego da - Bocaiúva do Sul, arroio - Ponta

Grossa, água - São José da Boa Vista), *Pedras* (rio das - Bocaiúva do Sul, Guarapuava, Palmeira, Paranaguá, ilha - Paranaguá, arroio- Lapa, córrego - Palmas, Piraquara, ribeirão - São José dos Pinhais, Tibagi, lajeado - Rio Negro), e finalmente nos nomes derivados em *Pedregulho* (lajeado do - Castro), *Pederneiras* (rio - Bocaiúva do Sul, Guaraqueçaba).

Ainda dentro dos designativos toponímicos, pode-se destacar o sintagma *lajeado*, que ocorre na categoria simples ou composto, a saber: *Lajeado* (arroio - Cândido de Abreu, rio - Ivaí), *Lajeado* (arroio - Cândido de Abreu, Ivaí), *Lajeado Bonito* (arroio - Pinhão), *Lajeado* (arroio - Ivaí), *Lajeado Grande* (rio - Guarapuava, Pinhão, ribeirão- Jaguariaíva, arroio- Ponta Grossa), *Lajeado Raso* (rio - Guarapuava), *Lajeado Liso* (arroio - Lapa), *Laje* (arroio da - Guarapuava, Ponta Grossa, rio da - Guaratuba). Dentro ainda desta categoria temos um outro elemento motivador para topônimos como *Cinzas* (rio das - Arapoti, Jaguariaíva, Piraí, Wenceslau Braz).

Na análise da categoria litotoponímica, não se pode ignorar a influência de elementos motivadores de origem indígena como ‘itá’ (com primitivo significado de ‘pedra’). Os topônimos compostos no próprio código lingüístico indígena abrangem as mais variadas motivações como em: *Itaqui* (rio - Campo Largo, Guaraqueçaba, Piraquara, São José dos Pinhais, baía, enseada, serra do - Guaraqueçaba) - mó, pedra de afiar, *Itacolomi* (ilha - Guaratuba) - de ita-curumi: o menino de pedra ou pedra-menino, *Itaguá* (morros-Matinho) - itá-guá, significando - pedra ou argila variegada, de cores diversas, *Taguá* (rio - Guarapuava, morro - Guaratuba, Matinhos).

Há que se destacar ainda *Tabatinga* (rio - Guaratuba) que se refere ao barro branco, o barreiro de argila branca, *Sambaqui* (ilha do, rio do- Guaraqueçaba, rio- Morretes, Paranaguá) que é o mesmo que ostreira.

Os **sociotopônimos**, ou topônimos relativos às atividades profissionais, locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade (largo, pátio, praça), se destacaram como a quarta taxionomia no *corpus*, com índice numérico de 123 e com um percentual de 5,8% .

As atividades econômicas do estado do Paraná resultam desde seus primórdios, em sua grande parte, da combinação de seu solo com o clima. Tem-se como certo que as atividades das primeiras povoações paranaenses, por mais de dois séculos, se exerceram à beira dos rios auríferos e no pastoreio (Asari, 1978, p.210).

A atividade de busca de minérios representa, talvez, o mais importante papel na história do Brasil, se nem sempre econômico, contudo de extrema relevância social e



No que se refere ao local de trabalho ou ao espaço aludido a extração de minérios ou elementos do solo, pode-se constatar a motivação para sociotopônimos como: *Faisqueira* (rio - Antonina, Guaraqueçaba, Tibagi, arroio da - Ponta Grossa, morro da - Guaraqueçaba), *Faisqueiro* (ribeirão - Rio Branco do Sul), *Lavrinha* (rio - Guaraqueçaba), *Lavras* (rio das - Bocaiúva do Sul, ribeirão - Campo Largo), *Olaria* (ilha da - Antonina, arroio - Castro, Ipiranga, arroio da - Ponta Grossa, ilha - Guaraqueçaba), *Casqueiro* (ilha do - Guaratuba), *Caieiras* (morro das - Guaratuba).

Numa referência à presença específica dos tropeiros - agentes da conversão de trilhas em caminhos e depois em estradas - suas atividades foram semeando pelo caminho os ‘encostos’, pousos em pasto aberto que depois se transformaram em ‘ranchos’, abrigos já construídos, pontos de partida para a formação de vilas e povoados. Em torno do movimento das tropas, foram surgindo novas profissões: o peão domador, o ferrador, o coureiro, o rancheiro.

Entende-se ser relevante trazer o exposto por Dick (1990b, p.57), citando que “em função das áreas geo-sócio-econômicas podem-se determinar áreas toponímicas correlatas, ou seja, zonas demarcadas pela maior concentração de nomes de uma mesma tipologia classificatória”.

Desse modo, da atividade campeira pode-se ter a motivação para topônimos como: *Fazenda* (ribeirão da - Campo do Tenente, serra da - Guaraqueçaba, arroio da - Ponta Grossa), *Fazenda Velha* (córrego - Wenceslau Braz), *Retiro* (morro do, rio do - Paranaguá), *Retiro dos Patinhos* (córrego- Bocaiúva do Sul), *Invernada* (ribeirão - Bocaiúva do Sul, arroio da - Castro, Jaguariaíva, Ponta Grossa), *Invernada Grande* (rio - Bocaiúva do Sul), *Invernada Velha* (arroio- Reserva, rio - Tibagi). Também era imprescindível que houvesse, nas longas jornadas, um local onde pudessem descansar, surgindo nomes como *Tibagi* - rio do pouso (rio - Ipiranga, Palmeira, Ponta Grossa, Tibagi).

Cabe destacar também os sociotopônimos: *Engenho* (rio do - Campina Grande do Sul, enseada do - Guaraqueçaba, serra do - Guaratuba, arroio do - Ipiranga), *Engenho Grande* (ribeirão do - Guaratuba), *Engenho Novo* (arroio - Ipiranga), *Engenho Velho* (arroio - Ponta Grossa), *Cercado* (arroio - Castro).

Com base nos argumentos já apresentados, deduz-se que o tropeirismo também colaborou no surgimento dos topônimos: *Reserva* (rio - Pinhão, município de), *Rondinha* (arroio - Araucária, Lapa, arroio da - Palmeira, rio - Pinhão), *Rodeio* (rio - Bocaiúva do Sul, ribeirão - Campo do Tenente, arroio do - Ponta Grossa), *Arrieiros* (lomba do - Castro),

*Charqueada* (rio - Guarapuava, ribeirão - Reserva), *Potreirinho* (ribeirão do - Campo do Tenente, arroio - Palmeira), *Curral* (arroio do - Castro, ilha do - Paranaguá).

O fato de, no recorte toponímico pesquisado, ter havido uma ocorrência bastante significativa de sociotopônimos evidencia como as atividades sociais, de maneira geral, influenciaram o denominador na ocasião da escolha de um topônimo para um acidente geográfico. De certa forma, os pontos de trabalho também se configuram como pontos de encontro, como se nota nos designativos *Botequim* (rio do - Guaraqueçaba) e *Meleiro* (arroio - Lapa).

Outra categoria, com expressiva representatividade no *corpus*, com 113 ou 5,4%, é a dos **ergotopônimos**, que se baseiam em elementos da cultura material do homem. Jules David Prown (1993 apud Nogueira, 2002, p.01) define que o estudo da cultura material tem o propósito de “(...) entender a cultura, de descobrir as crenças – os valores, as idéias, as atitudes e as pretensões de uma determinada comunidade ou sociedade num certo tempo”. A cultura está sempre e primeiramente ligada à atividade mental do Homem.

Cultura é sem dúvida tudo aquilo que recebemos, herdamos e recriamos na nossa sociedade e para a nossa sociedade. Cultura material é, pois, tudo aquilo que o homem cria ou concebe e que utiliza na sua vida cotidiana, de modo a extrair do meio envolvente tudo o que necessita. Como a realidade é apreendida materialmente, carrega consigo práticas que, quotidianas ou não, são criadas, incorporadas e ratificadas pelo social, enquanto construção política.

Dentro dessa perspectiva podemos alegar a profunda ligação existente desde tempos imemoriais entre o homem e os utensílios/objetos /artefatos<sup>167</sup> criados e recriados para satisfazer as suas necessidades. Qualquer objeto, por mais rude ou singelo que seja, é fruto de criação intelectual e do trabalho criativo do ser humano.

Muitas questões se colocam quanto à importância destes elementos na vida de todos nós e na caminhada evolutiva da humanidade. O que se percebe é que rodeados de objetos encontramos-nos, inevitavelmente, rodeados de muitas histórias.

Os objetos, aqui vistos como formas individuais de cultura material ou produto deliberado da mão-de-obra humana, são, pois, capazes de vencer as barreiras temporais e espaciais. Vencem o tempo e a idade, porque perduram para além da sua época. Vencem espaços e distâncias, porque “viajam” para além das suas fronteiras originárias, transcendendo a fronteira do tempo e do espaço. Dos objetos é conhecida a sua faceta

---

<sup>167</sup> Qualquer que seja a terminologia empregada remete ao fato de ser útil ou necessário aos usos do cotidiano, da vida diária.

“viajante”; eles circulam no seio das sociedades humanas e, por isso, um mesmo objeto pode adquirir diversos significados em mais de um contexto ou lugar.

Contudo, o fato de esses elementos possuírem esta característica da intemporalidade, pertencem a um determinado tempo e definem uma determinada época. Por meio do seu estudo, podemos mesmo traçar a história de certa comunidade, como podemos ir mais longe e traçar até o perfil da atividade profissional que concebeu esse objeto e do artesão que lhe deu corpo. Elementos como a cor, materiais usados, texturas, formas e motivos decorativos configuram-se como tipificadores de um determinado momento no tempo.

Do mesmo modo é que, com a curiosidade e muitas vezes por acidente, o homem foi descobrindo, desde épocas pré-históricas, outros materiais, os quais permitiam criar novos objetos que facilitaram sua vida e de seu grupo. Admite-se a importância de elementos da cultura material de uma civilização, a partir da descoberta de vestígios, encontrados nos sambaquis e sítios arqueológicos<sup>168</sup>, alvos de investigação da Arqueologia<sup>169</sup>.

Determinados períodos da história de um país são especialmente significativos, não porque representam um rompimento radical com as estruturas sociais, políticas ou econômicas anteriores, mas porque neles os agentes históricos procuram dar novas dimensões e significados à realidade passada a fim de construírem no presente um mundo adequado a seus próprios projetos.

O estudo das evidências arqueológicas provenientes de unidades domésticas tem se revelado como uma das mais fecundas vias de pesquisa da Arqueologia Histórica. Considerados como vestígios do comportamento humano do passado, esses elementos materiais da cultura se apresentam como uma fonte que, ao contrário dos registros escritos, não pode ser distorcida segundo os interesses e valores das pessoas que a produziram, evidenciando, portanto, os aspectos não conscientes e, nas palavras de Lima *et al.* (1989 apud SYMANSKI, 1997, p.01), “... por isso mesmo altamente reveladores da estrutura de uma sociedade”.

---

<sup>168</sup> De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Paraná possui 928 sítios arqueológicos.

<sup>169</sup> A palavra Arqueologia vem do grego *archaios* (antigo) + *logos* (conhecimento, estudo), ou seja, o estudo do que é antigo. Com o desenvolvimento das ciências humanas, o conceito atual de arqueologia tornou-se mais amplo, podendo ser entendida como sendo a disciplina que estuda as sociedades atuais ou passadas através da cultura material, ou seja, através dos objetos e vestígios materiais, da sociedade estudada. A arqueologia tem por objetivo a reconstituição das culturas humanas, a partir de teorias, métodos e técnicas específicas. Assim, é a cultura humana que tentamos reconstituir e interpretar. Disponível em [http:// www.arqueologia.arq.br](http://www.arqueologia.arq.br). Acesso: 30 mar.2005.

Com relação ao Paraná, os indígenas deixaram por todo o estado “vestígios<sup>170</sup> de sua cultura material, ou seja, os objetos e utensílios por eles criados. Esses vestígios são objetos elaborados em pedra (lâminas de machados, mãos de pilões, pontas de flechas, raspadores), fragmentos de cerâmica utilitária, pinturas e gravações rupestres, restos alimentares, sepultamentos, etc.”.

Desse modo, a coleção de elementos da cultura material indígena contribuiu para o surgimento de topônimos como: *Mundéu*<sup>171</sup> (rio - Campina Grande do Sul, córrego - Palmas), *Moqué*m (arroio - Cândido de Abreu, Ipiranga, Tibagi, rio - Guaraqueçaba, ribeirão - Ponta Grossa), *Guarina* (ribeirão - Castro), *Canoinhas* (rio - Arapoti), *Massarapuã* (morro - Guaraqueçaba).

Ainda com relação aos ergotopônimos, olhando para a contribuição da cultura portuguesa na formação dos topônimos paranaenses, alguns fatos históricos merecem ser revistos, entre eles o tropeirismo.

Assim, se a intenção é delimitar a área geográfica e os fatores históricos que motivaram o surgimento do movimento tropeiro, constata-se que o tropeirismo não foi somente a alternativa de transporte ou o ciclo econômico e social que substituiu o bandeirismo no início do século XVIII; teve relação direta com o povoamento brasileiro, contribuiu para a consolidação de fronteiras e mudou a história das relações comerciais no país.

Desse modo, na antiga rota das tropas ainda existem diversos vestígios de fazendas, pousos, capelas que confirmam a existência/ importância desse ciclo, fazendo despontar nomes que sugerem elementos úteis ao trabalho dos tropeiros como: *Freio* (arroio - Guarapuava), *Ferro* (morro - Castro), *Guarina* (ribeirão da - Castro), *Lanceta* (rio - Guarapuava), *Maromba* (rio - Reserva).

Igualmente, despontam designativos dos quais se podem entender como facilitadores na locomoção das tropas: *Ponte Coronel* (arroio - Cândido de Abreu), *Tabuão* (rio - Castro), *Prancha* (arroio da -Ponta Grossa), *Varejão* (arroio- Clevelândia), *Pinguela* (rio - Ipiranga), *Jangada* (rio - União da Vitória), *Estiva* (arroio - Bocaiúva do Sul, rio da - Lapa, Palmas), *Batel* (arroio - Arapoti, São José da Boa Vista, Wenceslau Braz); para carregar os pertences durante o trajeto: *Baú* (arroio - Clevelândia, rio do - Guarapuava) e como defesa: *Bocamarte* (rio - Guaratuba).

<sup>170</sup> Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/arqueologiapr/principal.htm>. Acesso: 30 mar.2005.

<sup>171</sup> Para esclarecer o significado dos topônimos, v. o Quadro I, das páginas 99 a 161.

A viagem dos tropeiros conduzindo seus animais era longa e cansativa, o que os obrigava a procurar abrigo para se proteger e descansar. Acrescente-se, ainda, a importância de preparar a comida e da diversão após a longa jornada. Pelo levantamento realizado destacamos os ergotopônimos que refletem essas circunstâncias como: *Porteira* (arroio da - Ipiranga, rio das - Lapa), *Cochos* (rio dos - Lapa).

E também, *Pilão Velho* (arroio – Cândido de Abreu), *Pilão de Pedra* (arroio – Ponta Grossa), *Gamelas* (ilha das - Guaraqueçaba), *Gamelão* (arroio – Cândido de Abreu), *Moquém* (arroio - Cândido de Abreu, Ipiranga, Tibagi, rio – Guaraqueçaba, ribeirão – Ponta Grossa), *Moinho do Engenho* (lajeado do - Palmas), *Monjolo* (arroio - Castro, Ponta Grossa, córrego - Guarapuava, rio do - Lapa, São José dos Pinhais, arroio do - Palmeira, ribeirão do - Tibagi), *Monjolo Velho* (arroio - Cândido de Abreu), *Manjolo* (arroio - Clevelândia), *Monjolinho* (serra do - Reserva), *Capilé* (arroio - Clevelândia), *Sanfona* (córrego - Arapoti), *Viola* (arroio da - Guarapuava, Ponta Grossa).

Percebe-se, dessa forma, que o homem registra nos topônimos a valorização dos elementos de sua cultura material, e que os utensílios/objetos /artefatos podem, portanto, ser vistos como a imortalidade das nossas histórias, das nossas vivências sócio-culturais e, para, além disso, explicam e justificam a forma de estar em sociedade de cada um dos povos que representam.

Também se destacam, tanto quantitativa quanto qualitativamente, os **animotopônimos**, com cerca de 5,0% ou 106 ocorrências. São os topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria-prima, como fator cultural, não pertence ao meio físico propriamente dito. Percebem-se nesses topônimos manifestações do estado anímico do denominador frente ao acidente a ser nomeado.

Segundo Isquierdo (1996, p.118), os animotopônimos podem ser subdivididos em eufóricos e disfóricos. Assim, quando um topônimo manifestar “sensação de perfeito bem-estar, boa disposição de ânimo” será considerado eufórico; e quando manifestar “sensação desagradável, ansiedade, desassossego, expectativas não muito otimistas”, será chamado disfórico.

Como já dito anteriormente, o desenvolvimento do estado do Paraná, que compreende o período da povoação e/ou colonização de 1648-1853, se deve em grande parte aos ciclos econômicos que se sucederam a partir da descoberta de ouro nos cursos dos rios que descem da Serra do Mar.

Considerando a realidade sócio-histórico-cultural do grupo colonizador, nos sintagmas toponímicos, *Pasmado* (rio - Guaraqueçaba), *Tristeza* (ribeirão – Rio Branco do Sul), *Triste* (rio - Guaratuba), *Manhoso* (córrego - Arapoti, lajeado - Tibagi), *Encrenca* (arroio da - Ponta Grossa), *Feio* (rio - Laranjeiras do Sul, lajeado - Pinhão), *Desencantadas* (morro das - Paranaguá), *Chorão* (rio - Pinhão), nota-se a manifestação de um sentimento disfórico do denominador em relação ao acidente geográfico, talvez algum fato ruim acontecido no local.

O total dos animotopônimos analisados demonstra, no entanto, em sua maioria um sentimento eufórico em suas significações, revelando as perspectivas otimistas do grupo.

Desse modo, há sentimentos de: *i.) recomeço: Mundo Novo* (rio-Paranaguá), *Alvorada* (morro- Piraquara), *ii.) admiração e encantamento pelo local: Boa Vista* (morro da - Antonina, morro- Campo Largo, rio – Curitiba, serra da- Guaratuba, arroio- Lapa, lajeado- Palmas), *Bela Vista* (arroio- Guarapuava, Ponta Grossa), *Belo* (rio- Cândido de Abreu), *Beleza* (arroio- Campo Largo), *Bonito* (rio – Antonina, Campina Grande do Sul, Guarapuava, Lapa, córrego- Palmas, arroio – Ipiranga, Pinhão, Reserva), *Mimosa* (ilha- Guaraqueçaba), *iii.) felicidade: Alegre* (rio- Guaratuba, Paranaguá, Tibagi), *Graciosa* (serra da- Campina Grande do Sul, serra- Morretes), *Gracioso* ( rio- Campina Grande do Sul), *iv.) esperança e prosperidade: Boa Esperança* (serra- Jaguariaíva), *Esperança* (serra da- União da Vitória), *Fortuna* (rio- Guaraqueçaba, Morretes), *Fatura* (arroio da Laranjeiras do Sul, córrego da - União da Vitória, rio- Wenceslau Braz), *v.) adaptação e bem-estar: Bom Retiro* (arroio- Guarapuava), *Bom Jardim* (arroio- Ivaí, Jaguariaíva, rio- Morretes), *Boa Sorte* (rio- Guarapuava), *Paraíso* (ribeirão- Bocaiúva do Sul), *Harmonia* (rio- Tibagi), *vi.) espírito combativo: Batalha* (rio- Guaraqueçaba), *Custódia* (serra da- Guaraqueçaba), *Guerreiro* (lajeado- Clevelândia), *Encrenca* (arroio da – Ponta Grossa), *Despique* (rio- Lapa, São José dos Pinhais), *Cilada* (arroio- Jaguariaíva), *vii.) solidariedade: União* (rio- Guaratuba, Laranjeiras do Sul), *União da Vitória* (município), *Piedade* (arroio- Ponta Grossa, rio- Rio Branco do Sul).

Mesmo após a classificação semântica dos topônimos, com base na proposta de Dick (1990b), alguns designativos ainda suscitam dúvidas.

Julga-se conveniente destacar que as classificações apresentadas no Quadro I - Quadro geral dos dados lexicográficos e toponímicos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853, procuram se aproximar o máximo possível da motivação real, embora

tenha sido necessário, em algumas situações, levantar hipóteses, principalmente na ausência de maiores informações sobre os topônimos.

Desse modo, resgataram-se alguns topônimos, que podem admitir outros motivos na sua denominação, além daquele escolhido para esta pesquisa, e que, se enquadrariam em mais de uma taxionomia. Visualiza-se melhor este objetivo com o quadro a seguir:

TOPÔNIMO	TAXIONOMIA ADOTADA <sup>172</sup>	TAXIONOMIA POSSÍVEL
Repartição	geomorfotopônimo	sociotopônimo - seção, divisão ou serviço de organização ou estabelecimento destinado a atender interesses comunitários (ABHF).
Aterrado	geomorfotopônimo	litotopônimo – de aterrado: terreno resultante de aterro (ABHF).
Lambedor	geomorfotopônimo	zootopônimo – himenóptero: animais artrópodes, da classe dos insetos, [...], incluem as abelhas, as vespas, os marimbondos e as formigas (ABHF).
Parati	geomorfotopônimo	zootopônimo - tupi -pira'ti: peixe branco- provavelmente pi'ra:peixe e 'tinga': branco, claro (AH).
Pulador	geomorfotopônimo	hidrotopônimo – considerando-se o aspecto da água.
Saltinho	geomorfotopônimo	hidrotopônimo - considerando-se o aspecto da água.
Braço	geomorfotopônimo	hidrotopônimo - considerando-se o aspecto da água.
Torres	geomorfotopônimo	antropotopônimo - originário da família Torres.
Encontro	geomorfotopônimo	hodotopônimo – meio que possibilita uma passagem/travessia.
Encruzilhada	geomorfotopônimo	hodotopônimo - meio que possibilita uma passagem/travessia.
Botinha	geomorfotopônimo	ergotopônimo - diminutivo de bota: bota de cano curto, para senhora ou criança (ABHF).
Pururuca	geomorfotopônimo	ergotopônimo - com a pele torrada, crespa e crocante, como torresmo (diz-se de alimento, especialmente leitão assado) (AH).
Azeite	geomorfotopônimo	ergotopônimo - substância líquida e gordurosa extraída da azeitona, usado na alimentação, lubrificação etc. (AH).
Cadeado	geomorfotopônimo	ergotopônimo - cadeia ou corrente, especialmente quando usado para prender, fixar ou fechar algo (AH).
Chapéu	geomorfotopônimo	ergotopônimo - peça do vestuário masculino e feminino destinada a cobrir a cabeça, [...] (AH).
Chapeuzinho	geomorfotopônimo	ergotopônimo - idem
Panelas	geomorfotopônimo	ergotopônimo – vasilha de barro ou de metal destinada à cocção de alimentos (ABHF).
Caixão	geomorfotopônimo	ergotopônimo – caixa grande (ABHF).
Papudo	geomorfotopônimo	somatotopônimo- que tem papo grande (ABHF).
Cavallhada	sociotopônimo	zootopônimo – porção de cavalos, gado cavalari (ABHF).
Seco	hidrotopônimo	litotopônimo – lugar ou terreno seco, enxuto (ABHF).

<sup>172</sup> Para esclarecer o significado dos topônimos, v. o Quadro I, das páginas 99 a 161.

Órgãos	ergotopônimo	somatotopônimo - derivação: por analogia: parte de um conjunto qualquer de elementos, organizado e comparável a um ser vivo, que possua função definida, especializada (AH).
Arrasto	ergotopônimo	geomorfotopônimo – sulco nos declives das montanhas, produzido pela lenha tombada pelos lenhadores (ABHF).
Manilha	ergotopônimo	fitotopônimo – variedade de fumo (ABHF).
Sururuca	ergotopônimo	fitotopônimo - planta perene ( <i>Passiflora setacea</i> ) da família das passifloráceas, [...] ; surucura (H).
Matos	fitotopônimo	antropotopônimo – originário da família Matos.
Pelado/Pelada	fitotopônimo	estematotopônimo – a que se tirou a pele; esfolado (ABHF).
Descoberto	sociotopônimo	estematotopônimo – que não está coberto; nu (ABHF).
Bacaetava	sociotopônimo	litotopônimo - baque-itá-aba: que corre por declives ou por degraus em pedras (OB).
Fincão	zootopônimo	ergotopônimo - haste de madeira que, em posição vertical, sustenta a <i>lousa</i> de uma armadilha (AH).
Cordeiros	zootopônimo	antropotopônimo – originário da família Cordeiro.
Calista	antropotopônimo	fitotopônimo -ver dendróbio: designação comum às plantas do gênero <i>Dendrobium</i> , da família das orquidáceas, [...] (AH).
Pinto	antropotopônimo	zootopônimo – filhote da galinha ainda novo; franguinho (ABHF).
Lanças	antropotopônimo	ergotopônimo – arma ofensiva ou de arremesso; haste de madeira terminada por ferro pontiagudo (ABHF).
Pimpão	antropotopônimo	animotopônimo – vaidoso, jactancioso (ABHF).
Machados	antropotopônimo	ergotopônimo – instrumento cortante que se usa, encabado, para rachar lenha, aparelhar madeira, etc (ABHF).
Modelo	animotopônimo	ergotopônimo – objeto destinado a ser reproduzido por imitação.

**Quadro VI** – Quadro de Topônimos com taxinomia adotada e taxinomia possível

A primeira vista, os topônimos Calista, Pinto, Lanças, Pimpão, Machados, poderiam sugerir classificações diferentes. Entretanto, a busca da história da ocupação do território paranaense deu uma orientação segura para classificar, por exemplo, Lanças como antropotopônimo, pois houve uma família de sobrenome Lança que participou no povoamento quando toda a região de Arapoti, Jaguariaíva, Pirai do Sul e demais municípios pertenciam à comarca de Castro.

Diante dos fatos apresentados, o que se pode concluir é que a falta de informações confiáveis sobre nomes como estes dificulta a classificação. Isso ocorre pelo fato de a origem e o motivo dos topônimos estarem distantes do pesquisador e deles não se terem encontrado documentos comprobatórios, seja na história oficial do Paraná e dos municípios, seja na história oral, ou até mesmo nos documentos manuscritos de que se dispõe tanto no CDPH e como na sala de Projetos do Departamento de Letras, junto ao Projeto de Pesquisa “Para a história do português brasileiro no Paraná”.

## 5.5 DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA E PERCENTUAL DOS TOPÔNIMOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FUNDADOS ENTRE 1648 E 1853, SEGUNDO A ESTRUTURA MORFOLÓGICA

Dick (1990b, p.13) classifica os elementos morfológicos dos topônimos, que se dividem em: topônimo ou elemento específico simples; topônimo composto ou elemento específico composto e topônimo híbrido ou elemento específico híbrido. O primeiro é aquele que se define por um só formante, como em rio **Abobreira**, podendo apresentar-se também acompanhado de sufixos (ou outras procedências lingüísticas), como em rio **Canoinhas**, rio **Capinzal** e terminação em – *lândia*, como em **Clevelândia**. O topônimo composto é o que possui mais de um elemento formador, como em ribeirão **Morro Grande**.

Embora não se discorde da classificação proposta por Dick, entende-se que o topônimo híbrido pode, na maioria dos casos, se encaixar dentro da classificação do topônimo composto, pois, recebe em sua configuração elementos lingüísticos de procedências diferentes, como por exemplo, a formação indígena + portuguesa, rio **Ipanema do Sul** ou portuguesa + indígena, **rio Passa Una**.

Neste sentido, alguns aspectos chamam a atenção quando se aborda a classificação de um topônimo como híbrido. É consensual entre os autores Cegalla (1980, p.58), Nicola e Infante (1997, p.98), Lima (1972, p.97), Monteiro (1991, p.182), Bechara (2000, p.372), Cunha e Cintra (1985, p.113) que o hibridismo pode se constituir de palavras ou processo de formação destas a partir de línguas/idiomas/elementos diferentes.

Acerca deste assunto, Rocha (1997, p.72) também compartilha da mesma definição, mas considera que em “homem-show, disco-laser, estamos diante de formações híbridas compostas. Em shakespeariano, behaviourismo, estamos diante de formações híbridas simples (derivação afixial)”. O autor traz à tona a discussão da lingüística diacrônica ao considerar como híbridas as palavras bicicleta (latim + grego), automóvel (grego + latino) e goiabeira (tupi+português).

Na perspectiva sincrônica, segundo Rocha (1997, p.72), estas formações “não são híbridas, pois a competência lexical do falante não considera os elementos formadores das palavras como pertencentes a línguas distintas, mas sim, como bases e afixos da língua portuguesa”.

E prossegue afirmando que, se bi-, auto-, goiaba - não são formas do português, seria o mesmo que negar as “desinências - va, - mos, -s, os sufixos - ense, -ano, os prefixos pré-, re- e anti- e as raízes terr-(a), livr-(o) sejam do português”, já que todas essas

formas são “naturais aos falantes de nossa língua”, apesar de suas origens no latim ou no grego.

Corroboram na questão Silva e Koch (2001, p.36), ao afirmarem que não consideram o hibridismo como um novo processo de formação vocabular e mais, o “falante nativo, não consegue depreender sincronicamente a origem da palavra”, e, portanto, “não tem condições de determinar a língua de origem”. As autoras asseveram ainda que “só num estudo diacrônico ou num levantamento etimológico” é que se cogitaria a procedência “deste ou daquele morfema”.

Desse modo, consideram que classificar uma palavra como híbrida não pode ser como um “processo à parte, mas enquadrá-lo entre os casos de justaposição, quando resulta de junção de dois morfemas lexicais ou entre os de derivação, quando é formado pela combinação de afixo e morfema lexical”. No tocante ao termo, Câmara Junior (1974, p.214) acrescenta que no hibridismo são

particularmente importantes os compostos de elemento grego com elemento latino – exs: autoclave (gr.autós, lat.clavis), e que o nome provém da associação de idéias que um tanto artificialmente se fez entre esses compostos e os seres gerados pela junção de reprodutores de espécies diferentes (planta híbrida, animal híbrido, na botânica e na zoologia, respectivamente) e tem uma conotação condenatória; mas esses compostos decorrem, em princípio, da circunstância dos elementos se terem integrado no mecanismo da língua que faz a composição, e a sua origem diversa só ter um sentido diacrônico, que não é levado em conta na sincronia.

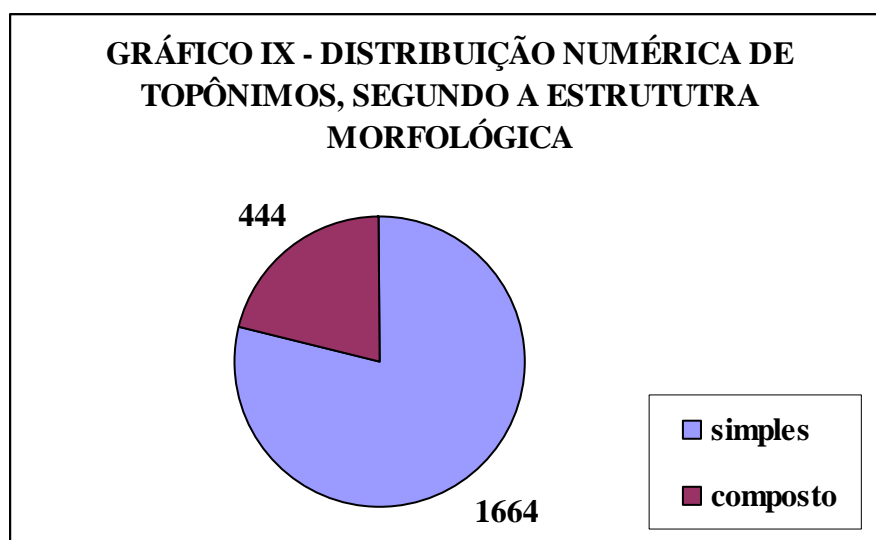
Justificando o emprego dos compostos híbridos, diz Napoleão Mendes de Almeida (1986, p.404-405) que só é aceitável uma palavra híbrida: i.) quando os elementos já existiram, isoladamente, e forem de largo uso no vernáculo: alcoômetro (árabe e grego); minerologia (latim e grego); automóvel (grego e latim); polivalente (grego e latim); ii.) quando um dos elementos, por ser muito usado em outros compostos, tiver perdido o caráter estrangeiro: sociologia (latim e grego) e televisão (grego e português); iii.) quando um dos elementos não puder de forma nenhuma ser tirado por ter sentido especial: galvanotipia (o primeiro elemento é tirado do nome de célebre físico italiano); burocracia (já nos veio formado de francês: bureau – escritório, cracia, grego-governo); iv.) quando de todo consagrado, já com direitos em nossa língua: monóculo (grego e latim); sociologia (latim e grego) e centímetro (latim e grego).

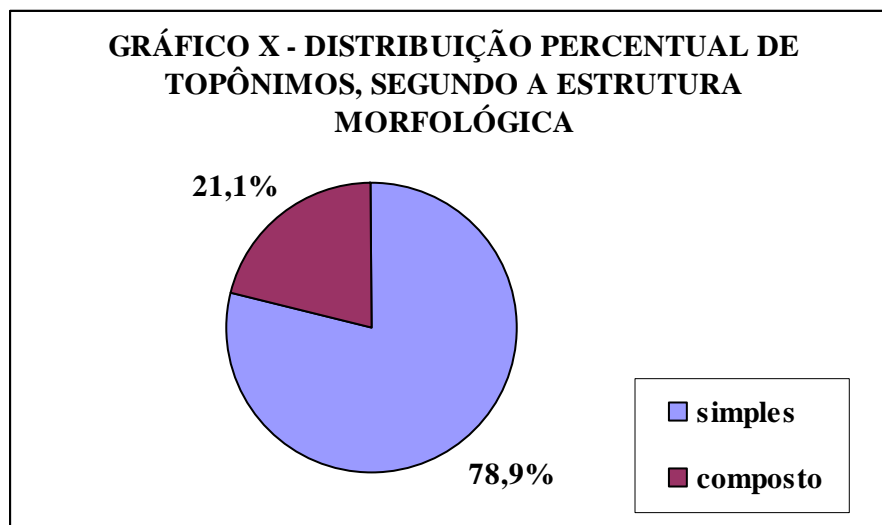
Diante das considerações e constatações acima, considera-se na questão referente à estrutura morfológica, o hibridismo como elemento constituinte da linguagem, resultante de um contínuo processo de transculturação, no qual embora não haja mais nenhuma das identidades originais, ainda guarda traços delas.

Como se sabe, não há línguas puras, pois, sempre se nota a influência das estrangeiras. Em se tratando da nossa língua, nessa forma de composição, os falantes já sentem como portugueses os elementos de procedência diversa, especialmente os sufixos, e isso justifica a estrutura híbrida.

Não se pode negar que os termos híbridos espelham a história, o dinamismo cultural presente no país e a dinamicidade da língua portuguesa falada no Brasil. Assim, para esta pesquisa o topônimo híbrido se encaixa dentro da classificação do topônimo composto.

### 5.5.1 Apresentação e análise dos gráficos IX e X





Os gráficos IX e X demonstram a produtividade dos topônimos dos municípios paranaenses fundados no período que compreende 1648 a 1853 de acordo com a sua estrutura morfológica. Nesta classificação não se considera o elemento genérico do sintagma toponímico (rio, córrego, serra, ribeirão), mas, apenas o elemento específico.

Para esta pesquisa o modelo escolhido foi de enfocarem-se somente os acidentes geográficos físicos, portanto, os primeiros a receberem nome, e que a princípio o designador pode ter recorrido à tendência natural do processo de designação a partir de nomes descritivos.

Neste sentido, acredita-se que por meio de um substantivo ou de um adjetivo como em rio **Bonito**, rio **Barreiro**, o signo toponímico representa uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado.

Dick (1995, p.60), ao expor sobre o processo de nomeação dos acidentes geográficos, atesta que:

os primeiros topônimos funcionavam, portanto, como verdadeiros “sign-posts”, ou marcas semióticas de identificação dos lugares, usadas com a finalidade de distinguir as características de espaços semelhantes: uma forma, uma silhueta, o perfil de uma paisagem se apresentando como recortes de uma corografia maior a ser detalhada.

Para a pesquisadora, esse fato explica a “quase-monotonia” apresentada na “primeira camada da nomenclatura geográfica” e demonstra a tendência do denominador de adotar nomes descritivos quando do ato de nomeação.

Desse modo, dentre os 2.108 analisados, 1.664 são simples, perfazendo um percentual de 78,9% e 444 topônimos apresentam a estrutura composta, o que representa 21,1% dos topônimos estudados.

Frente ao exposto, percebe-se que, no processo de nomeação do período de 1648 a 1853, o designador utilizou, na maior parte das vezes, apenas um elemento descritivo, fazendo com que predominasse a estrutura morfológica de topônimo simples.

Mais uma vez, resgatam-se as palavras esclarecedoras de Dick (1990b, p.50) sobre o processo designativo, pois “não seria difícil verificar que o elemento mais freqüente nas denominações dos cursos d’água [...] tem, como denominador básico, a forma lingüística correspondente a rio, lago, córrego ou água, simplesmente, ou acompanhada de uma indicação atributiva de cor, volume, natureza da corrente, etc.”

## **5.6 DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA E PERCENTUAL DOS TOPÔNIMOS DO LITORAL PARANAENSE, SEGUNDO A LÍNGUA DE ORIGEM**

Este capítulo está longe de ser um exercício de reconstrução da história do litoral paranaense à época do descobrimento. Espera-se aqui delinear algumas informações, com respeito à ocupação indígena e aos primeiros ocupantes brancos na região da baía de Paranaguá, procurando reproduzir as condições que norteavam as relações entre estes no litoral.

Aborda-se, neste item do trabalho, a questão levantada acerca do litoral paranaense, a despeito de trabalhar-se com a hipótese de que, nessa região, predominariam topônimos originados do estrato tupi, uma vez que esses povos deixavam por onde passavam rastros de sua cultura e de sua língua. Chamou-nos a atenção o fato de haver nesta região três municípios com etimologia indígena: Paranaguá, Guaratuba e Guaraqueçaba.

Rodrigues (1995, p.228) destaca que “grande parte do território paranaense foi habitada por índios que falavam a língua guarani”, a qual foi bem documentada na primeira metade de século XVII. E acrescenta que havia povos tupi-guarani “ainda mais a leste, até o litoral atlântico do Paraná, os quais eram “conhecidos desde o século XVI sob o

nome de carijós e são considerados também guaranis”. O autor registra que “não dispomos, entretanto, de nenhuma documentação direta sobre as variedades lingüísticas que falavam esses guaranis orientais. Mas há uma espécie de documentação indireta, que são os topônimos”.

Embora a questão da etimologia de muitos desses nomes indígenas não seja consensual e pacífica entre lingüistas, filólogos, antropólogos, neste trabalho adotaremos as orientações de Aurélio (1986), Sampaio (1928), Tibiriçá (1984), Bordoni (19--). Alguns casos ilustram estas divergências como os trabalhos de Rodrigues (1995) e Ladeira (1990).

Em relação à história do nome da capital paranaense, Rodrigues (1995,p.234) destaca que “realmente Curitiba é um caso único entre os topônimos de origem guarani no Paraná. Não há outro nome de lugar nessa região, em que a vogal y do guarani ou da língua geral tenha sido adaptada ao português com i quando precedia o fonema b”. (grifos do autor)

Afirma ainda, que há uma “fronteira bem nítida, no litoral, entre as áreas de - **tiba** ao norte de Angra dos Reis e de - **tuba** /-**tuva** ao sul daquela baía coincide com a fronteira entre a língua tupinambá ao norte e as língua tupi e guarani (carijó) ao sul”, fato este que justificaria Ubat**uba** (São Paulo), Guarat**uba**, Imbit**uva**, Mandirit**uba**, At**uba**, no Paraná. (grifo nosso)

A questão da etimologia indígena suscita tantas dúvidas e questionamentos, que Ladeira (1990) em seu trabalho: *YY PAU ou YVA PAU- “Espaço Mbya entre as Águas ou o Caminho aos Céus”: os índios guarani e as ilhas do Paraná*; relata “dados complementares sobre a toponímia regional”. Desconsiderando as denominações dos outros povos da família Tupi-Guarani que também viviam na região, na época da conquista, os Guarani-Mbya tampouco levam em conta que as corruptelas lusas tenham se originado da língua dos outros povos da mesma família.

De acordo com a pesquisadora, os significados dos topônimos apresentados em seu artigo, e citados na seqüência, foram extraídos de alguns autores e dos próprios Guarani-Mbya que se ressentem das deformações e deturpações do sentido dos nomes originais, atribuídos aos locais pelos seus antepassados.

### **PARANAGUÁ**

1-) PARANA na etimologia tupi é “rio grande” e Goa “redondo”.Assim, Paranaguá, ou melhor, PARANAGOA pode ser traduzido por “rio grande e redondo como uma lagoa”. (Nascimento Junior, 1980 p. 36.)

2-) PERNAGOA seria o “gracioso nome dado pela raça audaz” que quer dizer “grande mar redondo”. Com o passar do tempo “sofreu a corruptela de PARANAGUÁ (PERNAGOÁ – PARNAGOÁ – PARNAGUÁ, PARANAGUÁ)” (MANOEL VIANA, 1976 p. 11)

3-) PARA NÃ GUÁ era o nome com que os Carijós nativos denominavam a paisagem das baías de ingressão. Significa “baía parecida com o mar”. A mesma tradução se aplica à baía da Guanabara, no estado do Rio de Janeiro: Guá Nã Para, portanto, o significado é “baía do mar”. (MAACK, 1981 p. 40)

4-) IPARAVÃPY: No mar, o fim do caminho e o início do destinado: Esta é a definição dos Mbya para a região. Paranaguá seria uma deformação do nome original feita pelos brancos. PARANAGUÁ, numa tradução literal do Guarani seria “do Paraná”, ou “lugar do Paraná”. Paraná seria uma corruptela de “IPARAVÃ”.

### **GUARAQUEÇABA**

1-) GUARAQUEÇABA: Na língua Tupi quer dizer “lugar das aves guarás”. Guará é o nome de dois animais: um, do mar, ave de plumagem vermelha; outro do mato. (JÚLIO ALVAR, 1979 p. 05)

2-) GUARAQUEÇABA: Os Mbya fazem a analogia desse nome não às aves, e sim ao “aguará ” ou cachorro do mato (pequeno guará) que vivem nessa região, inclusive na Ilha da Cotinga.

### **COTINGA**

1-) COOTINGA quer dizer, na língua Tupi “lugar (casa) de brancos” tendo sido assim denominada pelos carijós a ilha onde se instalaram os primeiros povoadores vindos da Cananéia. (MANOEL VIANA, 1976).

2-) COTINGA; é o nome Guarani de uma árvore de frutas silvestres que se encontra na Ilha do mesmo nome. Para os Mbya a tradução acima não faz sentido.

3-) JACUTINGA: Esse é o nome original do lugar em razão da existência de muitas dessas aves de nome “JACU”, na região. De Jacu teria se derivado “JACUTINGA” que depois seria abreviado para “CUTINGA”.

A busca em relatos, a partir do histórico dos municípios que compõem o litoral paranaense, traz à baila o fato de que o complexo de ilhas e de continente que integram os atuais municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba eram considerados como municípios de Paranaguá até 1838, quando Guaraqueçaba é desmembrada. Até então os historiadores se referem a toda a região como Paranaguá.

O Paraná tem um dos menores litorais de todos os estados brasileiros, com cerca de 90 km de extensão e abriga as baías de Paranaguá, de Antonina, de Guaraqueçaba e de Guaratuba, entre outras.

No início do século XVIII, conforme Balhana (2002, p.222), o ouvidor Raphael de Pires Pardini, em carta de 7 de junho de 1720, “estimava a população de litoral paranaense em cerca de duas mil pessoas, e a população do planalto curitibano, em mil e quatrocentas pessoas”. Assim, a população do Paraná, originalmente constituída por alguns faiscadores e mineradores de ouro estabelecidos no litoral e posteriormente no planalto curitibano, configurava-se como um contingente populacional diminuto e disperso.

Antes, porém, de entrarmos na discussão dos topônimos do litoral, é importante conhecer um pouco do histórico da ocupação do território paranaense, uma vez que foi colonizado em épocas diferentes e por povos diferentes. Essa diversidade vem desde os tempos do Tratado de Tordesilhas, assinado entre Espanha e Portugal, que dividiu a região entre os dois países.

O início da colonização das terras do Paraná teve as suas raízes na história da ocupação espanhola do Prata e só muito mais tarde é que se vinculou à ocupação portuguesa e ao seu efetivo domínio. A ocupação do território paranaense e seus moradores primitivos pode ser entendida com as afirmações de Ladeira (2003, p.22)

antes da chegada dos europeus, a grande família, ou a nação Tupi-Guarani ocupava uma vasta região que, de maneira descontínua descia pelas costas do Oceano Atlântico desde a desembocadura do Amazonas até o estuário Platino, estendendo-se rumo ao interior até os contrafortes andinos, especialmente em volta dos rios.

Corroborando o relato de Clastres (1978, p.08), para quem, os guaranis ocupavam a porção do litoral compreendida entre São Paulo e o Rio Grande do Sul; a partir daí, estendiam-se para o interior até os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. As aldeias indígenas distribuíam-se ao longo de toda a margem oriental do Paraguai e pelas duas margens do Paraná. Seu território era limitado ao norte pelo rio Tietê, a oeste pelo rio Paraguai.

Durante o período de colonização, para não se submeterem aos processos de “domesticação” dos novos povoadores, os índios abandonaram aldeias situadas na costa Atlântica. Nos séculos XVIII e XIX, a colonização volta-se para o interior, de modo que os registros e os povos indígenas do litoral, considerados extintos ou integrados à população

regional, são esquecidos. No final do século XIX e início do século XX, encontram-se alguns registros sobre a presença dos “remanescentes” guarani no litoral (LADEIRA, 2003, p.04).

Ladeira (1990, p.28) assevera que “se hoje é possível distinguir a ocupação e o território, coincidente ou não, dos diferentes sub-grupos Guarani da América, o mesmo não se sucedia com relação ao território original delineado pelos cronistas e pelos historiadores”. Algumas tentativas de classificação dos grupos indígenas que habitavam a região foram feitas, mas, em geral, várias etnias eram reunidas como sendo uma só nação.

Pode-se acrescentar ainda como fator de discordância, “quando as denominações atribuídas aos índios pelos colonizadores, o interesse que espanhóis e portugueses tinham em ampliar o território de seus aliados, Guarani ou Carijó e, em consequência, seu próprio domínio, sobrepondo classificações tribais, conforme suas próprias regras” (LADEIRA, 1990, p.29).

Do contexto de exploração indígena pelos colonizadores, Onofre (2004, p.02) ressalta que a preocupação dos governantes europeus voltava-se essencialmente para o alargamento de seus domínios, objetivando o crescimento econômico de seu país de origem. Para o novo continente não elaboraram um projeto de colonização, interessavam somente desfrutar de suas riquezas.

Nesse processo de conquista territorial, os europeus destacavam-se em relação aos indígenas, em virtude dos indígenas lutarem com seus instrumentos rudimentares (arcos, flechas e tacapes) e os europeus com armamentos pesados. Outra tática de conquista utilizada pelos europeus era a técnica de persuasão: “ora procurando conquistar os indígenas com presentes, ora amedrontando com suas armas de fogo, ora incentivando a rivalidade entre os mesmos”.

Os primeiros registros de incursões ao atual território do estado do Paraná, datam do século XVII. Pelo mar chegaram os primeiros colonizadores que, em busca de ouro, se estabeleceram e fundaram em 1648 - Paranaguá, a mais antiga cidade paranaense (BALHANA *et al.* 1969, p.32). Nesse período o território era coberto por uma extensa e exuberante floresta e os interesses econômicos estavam voltados para a exploração das riquezas minerais.

Segundo Maack (2002, p.60), o fato de a baía de Paranaguá não ter sido representada num mapa até 1520, indica que, até então, não fora atingida por via marítima. Prossegue afirmando que “a baía de Paranaguá foi atingida primeiramente a partir de Cananéia, por deportados e naufragos das expedições realizadas entre 1501 e 1514”.

Ainda, segundo ele, não se pode afirmar tampouco que a expedição de Martim de Souza, realizada em 1531-32, tenha feito o reconhecimento da baía Paranaguá através do mar, pois não existe nenhum registro dessa expedição sobre tal fato.

Mas destaca que “entretanto, a baía era conhecida, a partir da Cananéia, pelos portugueses deportados ou naufragos das viagens sucedidas entre 1501 e 1514. Estes puderam atingir, em canoas, a oeste da ilha do Cardoso, canais de comunicação (Varadouro Velho) que conduziam ao canal de Superagui” (MAACK, 2002, p.60).

Vários autores, entre os quais se destaca Maack (2002, p.60), afirmam que “a partir de Cananéia os portugueses ocuparam primeiramente a Ilha da Cotinga, na baía de Paranaguá, tendo iniciado, com isso, a conquista do estado do Paraná. Os portugueses se apoderaram também das terras circundantes da baía, como esfera de interesse de Portugal”.

Para Manoel Viana (1976, p.11), foram os aventureiros Domingos Peneda e Diogo de Unhate que, “ávidos de tudo conhecer” e “encontrar meios de sustento mais seguro”, em 1550, saem em canoas e costeando as praias de Ararapira e Superagui “ficam extasionados ante tamanha beleza”. Buscando pouso aproximam-se da “majestosa ilha fronteira ao continente”. “[...] Foi nessa histórica e secular “Cotinga” de nossos ancestrais que surgiu o primeiro povoado de brancos, nele chantando-se o marco civilizador da terra paranaense”.

Embora a base deste trabalho sejam mapas oficiais atuais dos municípios que foram fundados no período histórico de 1648 a 1853, recorreu-se na elucidação das dúvidas surgidas às cartas geográficas acolhidas por Soares e Lana (1994): 1- Carta que mostra a costa entre o “Rio de S.Francisco” e a “Ilha de Cananéia”. In: Descrição de todo o marítimo, da terra de S. Cruz chamado vulgarmente Brasil por João Teyxeyra (1640); 2- Demontração de Pernagua e Cananeia (1666).In: Livro de toda a costa da Província Santa Cruz ; 3- Mappa Topographico da Província do Paraná (1876), organizado pelo Engenheiro Carlos Rivierre, na Inspectoria Geral das Terras e Colonização feito por João Teixeira Albbernaz.

Soares e Lana, na obra intitulada “Baía de Paranaguá - Mapas e Histórias” (1994) apresentam um “inventário de mapas da Baía de Paranaguá confeccionados desde o século XVI até os dias atuais, uma vez que os originais destes registros cartográficos encontram-se dispersos em instituições do país e do exterior”. Assim, nos mapas descritos a seguir, destacam-se os topônimos: <sup>173</sup>

---

<sup>173</sup> Para os topônimos que não conste definição neste item, v. Quadro I, p.99 a 161.

## MAPA 1640

MUNICÍPIO	ACIDENTE	TOPÔNIMO	LÍNGUA DE ORIGEM
<i>Parnagua</i>	rio	Guaratuba	LI

## MAPA 1666

MUNICÍPIO	ACIDENTE	TOPÔNIMO	LÍNGUA DE ORIGEM
<i>Parnagua</i>	rio	Guaratuba	LI
	ilha	das Cobras	LP
	ilha	das Gamellas - Gamelas	LP
	ilha	das Pesas - Peças	LP
	Barra	do Obupituba –obú: corr.y-bú ou ypú: a água que surge, o manancial, o olho d'água + 'pituba':o bafo, o sopro, a exalação (TS).	LI
	barra	do r. Parnagua	LI
	Barra	do Saporago – atual Superagüi	LI
	praya	do Sul	LP
	ilha	do Mel	LP
	praya	do Norte	LP
	Ilha	Raza - Rasa	LP
	barra	(sem nome)	N/C
	-.-	Varadouro	LP

## MAPA 1876

MUNICÍPIO	ACIDENTE	TOPÔNIMO	LÍNGUA DE ORIGEM
<i>Antonina</i>	rio	Cachoeira	LP
	rio	Cary – pode ser de cari: cascudo (pancada na cabeça com o nó dos dedos; castanha, coque) (ABHF).	LP
	rio	Curitibaiba	LI
	serra	da Graciosa	LP
	serra	da Virgem Maria	LP
	rio	Limeira	LP
	rio	Mãe Catira	LP
	rio	Mouro	LP
	rio	Nhundiaquara	LI
	rio	Ponte Alta	LP
	rio	São João	LP
	rio	Salto	LP
	rio	Sambuguy – Sambaqui	LI
	rio	Seco	LP
	rio	Taquari	LI
<i>Guaraqueçaba</i>	rio	Assunguy - Açungui	LI
	morro	Bico Torto	LP
	rio	Branco (1)	LP

	rio	Branco (2)	LP
	rio	Cachoeira	LP
	rio	Caçado	LP
	rio	Canguiri	LI
	baía	da Serra Negra	LP
	morro	da Ziria	LP
	rio	das Canoas	LP
	baía	de Laranjeiras	LP
	ilha	das Ostras	LP
	ilha	das Peças	LP
	rio	das Pedras	LP
	rio	do Costa	LP
	ilha	do Lamé – atual Lamin	LP
	rio	do Sedro – atual Cedro	LP
	canal	do Superagui	LI
	serra	do Taquari	LI
	rio	do Varadouro	LP
	rio	dos Patos	LP
	rio	Guarakessaba	LI
	rio	Ipiranga	LI
	rio	Itaguiguassú – provavelmente de ‘itaki’:a pedra aguçada + ‘guaçu’: grande = pedra grande (TS).	LI
	morro	Itaqui	LI
	rio	Itaquimirim – provavelmente de ‘itaki’ : a pedra aguçada + ‘mirim’:pequena = pedra pequena (TS).	LI
	rio	Itinga	LI
	ilha	Jererê – pode ser de jererê: pequena rede de pesca (LCT).	LI
	rio	Morato	LP
	serra	Negra	LP
	rio	Palmeira	LP
	rio	Panema - atual Ipanema	LI
	rio	Pasmado	LP
	ilha	Pavoça	LP
	rio	Pederneira	LI
	morro	Quitumbê	N/C
	ilha	Rasa	LP
	ilha	Retiro	LP
	rio	Santa Bárbara	LP
	rio	Serra Negra	LP
		Serrinha	LP
	morro	Superagui	LI
	rio	Tabiraquara – corr. ta-bira: o tronco empinado, a haste em pé + ‘quara’: o furo, a cova, o buraco; o esconderijo, o refúgio (TS).	LI
	rio	Tagaçaba	LP

	rio	Tetequera - te.te.qüe.ra: (tupi tetekuéra) -depressão de terreno que serviu de leito ao rio Paraíba do Sul e que se acha hoje coberta de vegetação (M).	LI
	rio	Trancado	LP
	rio	Varadouro Velho	LP
	rio	Verde	LP
	rio	Vermelho(1)	LP
	rio	Vermelho (2)	LP
	rio	Xobaré	N/C
<b>Guaratuba</b>	rio	Arariva – atual Araribá	LI
	morro	Araraquara	LI
	rio	Boyuassú – variante de emboguaçu	LI
	rio	Canavieiras	LP
	rio	Cubatão Grande	LP
	rio	Cubatão Mirim	LP
	ponta	da Caveira	LP
	serra	da Prata	LP
	baía	de Guaratuba	LI
	serra	do Cubatão	LP
	serra	do Mar	LP
	ilha	Gaivota	LP
	rio	Guaratuba	LI
	morro	Marumby - Marumbi	LP
	rio	Palmeiras	LP
	rio	Preto	LP
	ilha	Sahy - Saí	LI
	rio	Sahy-guassú – Saí -guaçu	LI
	rio	São João	LP
<b>Morretes</b>	rio	Arraial Marumby	LP
	rio	Cariri –corr.Kiriri: taciturno, silencioso, calado (TS).	LI
	rio	Pinto	LP
	rio	Ponte Alta	LP
	rio	Rangel	LP
	rio	Squarema	LI
	rio	Salgado	LP
	rio	Tacuarahy - taquari	LI
	rio	Taperuas – pode ser de taperoá –corr. tapér-uá: forma contracta de tapér-uara, o vivente ou morador das ruínas, o habitante das taperas (TS).	LI
<b>Paranaguá</b>	rio	Branco	LP
	rio	Bocuaçu – variante de boguaçu	LI
	ribeira	Bucaty	N/C

	rio	da Praia	LP
	rio	das Pombas	LP
	ilha	de Cotinga	LI
	barra	de Paranaguá	LI
	ilha	do Coral	LP
	ilha	do Mel	LP
	barra	do Norte	LP
	ilha	do Teixeira	LP
	rio	dos Almeidas	LP
	ilha	dos Filhões	LP
	rio	dos Pasmados	LP
	ilha	Gualheta	LP
	rio	Guaragu Assú – atual guaraguaçu	LI
	barra	Ibopetuba ou do Sul – ibopetuba:variante de obupituba.	LI
	rio	Itiberê	LI
	ilha	Itacolomi	LI
	rio	Maciel	LP
	rio	Olho d'água	LP
	ilha	Palmas	LP
	morro	Pelado	LP
	ilha	Pedras	LP
	rio	Perequê	LI
	rio	Perequê Velho	LI + LP
	ilha	Rasa da Cotinga	LP + LI
	rio	Sobreú	N/C
	--	Timbuy – tymbohy- corr. timbó-y: o rio do timbó, ou da exalação, das névoas (TS).	LI
	--	Tora – atual Toral	LP

**Quadro VII** – Quadro geral dos topônimos do litoral paranaense, segundo a língua de origem – mapas antigos

MAPA 1640			MAPA 1666			MAPA 1876			MAPAS ATUAIS		
Língua de origem	Qtde	%	Língua de origem	Qtde	%	Língua de origem	Qtde	%	Língua de origem	Qtde	%
LP	0	0	LP	8	62	LP	78	63	LP	424	72
LI	1	100	LI	4	31	LI	40	32	LI	128	22
LE	0	0	LE	0	0	LE	0	0	LE	8	1
LI + LP	0	0	LI + LP	0	0	LI + LP	1	0,8	LI + LP	3	1
LP + LI	0	0	LP + LI	0	0	LP + LI	1	0,8	LP + LI	2	0
LE + LP	0	0	LE + LP	0	0	LE + LP	0	0	LE + LP	1	0
N/C	0	0	N/C	1	7,7	N/C	4	3,2	N/C	22	4
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>124</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>588</b>	<b>100</b>

**Quadro VIII** – Distribuição numérica e percentual de topônimos do litoral paranaense segundo a língua de origem - mapas 1640, 1666, 1876 e atuais

Diante dos dados levantados e registros históricos apresentados, infere-se que, desde os tempos mais remotos da ocupação do território paranaense, sobressaem os topônimos de base portuguesa.

Neste aspecto, as palavras de Ladeira (2003, p.04) são esclarecedoras, pois durante o período de conquista do novo território pelos novos povoadores, para não se submeterem aos processos de dominação, os índios abandonaram aldeias situadas na costa Atlântica, justificando a presença no mapa datado de 1640 de apenas dois topônimos de língua indígena – Parnagua e Guaratuba. Essa tendência é confirmada nos mapas de 1666 e 1876: no primeiro de um total de 13 topônimos 8 são de origem portuguesa e no segundo de 124, 13 tem a origem portuguesa.

Desperta interesse o relato de Lima (2000, p.97) de que as povoações da Costa Leste, principalmente as mais antigas, sofreram a influência do processo de “sacralização que consistia numa tendência dos desbravadores portugueses, profundamente cristãos, de dar nomes de santos, de Nossa Senhora e da Santíssima Trindade às cidades, capitânicas e acidentes geográficos em geral”.

Esse processo cedeu lugar ao “materialismo mental” (denominação por meio de critérios metonímicos, com base na fauna, flora, enfim, na natureza brasileira), ocorrendo então a dessacralização, razão pela qual muitas localidades mudaram de nome, como se explicita a seguir:

- Freguesia Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais - Curitiba
- Freguesia Nossa Senhora do Pilar da Graciosa - Antonina

- Nossa Senhora da Luz de Tindiquera ou Nossa Senhora dos Remédios do Iguassu - Araucária

- Vila de São Luiz de Guaratuba da Marinha - Guaratuba

- Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes - Nhundiaquara -Morretes

- Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá – Paranaguá.

As primeiras denominações guardavam uma relação com fatos da cultura religiosa, uma constante nos diversos períodos da história do país, passando posteriormente a uma relação estreita com o local, seja descrevendo-lhes as características físicas, ou associando-os a incidentes ou fatos da cultura.

Nesse sentido, percebe-se que o que anima o “espírito das denominações é a faculdade inerente de praticar uma função de registro do momento vivido pelas civilizações”, e que alguns designativos foram mudados em função de acontecimentos posteriores, muitos dos quais alheios à sensibilidade dos habitantes.

Já se sabe que os portugueses aceitaram, muitas vezes, a toponímia indígena antiga, e que havia um envolvimento do índio com as características específicas dos acidentes; formas e dimensões, situação geográfica, recorte do relevo, escassez ou abundância da vegetação ou da fauna, etc.

A título de exemplificação, podem ser citados os seguintes topônimos: *Paranaguá* - Tibiriçá (1984) apresenta o termo como sendo “enseada do mar, foz, desembocadura de rio caudaloso”; Bordoni (s.d), registra como “reentrância do mar”; *Guaratuba* - nome procedente do tupi ‘wará’... pássaro com belas e variadas penas, ‘tuba’ ... muitos: pássaro de muitas penas; *Guaraqueçaba* - ‘wará’... guará, garça + ‘queçaba’...ninho: o ninho da garça.

Não se pretende, certamente, neste momento, abranger toda a influência que as línguas autóctones promoveram no patrimônio lexical do português brasileiro e porque não dizer na toponímia.

Sobre o assunto, Dick (1990b, p.39) ressalta que

o sistema léxico tupi, como reflexo de uma sociedade mista, deixou uma gama variada de contribuição lingüística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na toponímia, que se vale deles como fonte de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a motivação existente nos topônimos paranaenses é bastante diversificada: homenagem a pioneiros, respeito à religiosidade, resgate do vocabulário indígena. A interpretação dos dados mostra a toponímia como “a crônica de um povo” e o topônimo como um registro da visão de mundo do denominador.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, mais importante do que apresentar conclusões é destacar o que de mais expressivo despontou dentre os fatos examinados, admitindo um campo aberto a investigações posteriores para preencher as lacunas deixadas no momento.

Muito já se disse sobre a intersecção que há entre a Toponímia, a História, a Geografia e as Ciências Sociais. O que se entende é que qualquer ciência pode se tornar útil a uma outra sem por isso se tornar sua serva. Não há nenhuma ciência que seja tão auxiliar, assim como não há ciência que não possa prestar algum serviço a qualquer das outras ciências.

Se a Geografia estuda, descreve e representa a superfície terrestre, não se pode esquecer que todo acontecimento se faz no espaço e datas e fatos são importantes para o conhecimento histórico. Nesse emaranhado que se forma quando se juntam todos esses elementos, a Toponímia pode-se constituir em um fio condutor de grande utilidade, pois historicamente, os acidentes geográficos (rios, morros, riachos, etc.) foram os primeiros a serem nomeados no início da conquista e ocupação do espaço brasileiro.

No estudo da toponímia dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853, deve-se considerar principalmente a questão da ocupação territorial, pois esse período se desenvolveu durante os ciclos econômicos, definidores da gente paranaense, porque a cada um deles correspondeu uma forma de exploração do solo, de ocupação da terra, um regime de trabalho e um tipo humano, que, conjugados, expressam a fisionomia de nosso estado.

Como se sabe, até o final do século XIX e início do século XX, o estado do Paraná não estava totalmente urbanizado, permanecendo grande parte de seu território ainda desconhecido. Assim sendo, muitos dos acidentes geográficos, apesar de sua existência desde épocas remotas, não tinham um nome específico. Além disso, a sociedade colonial apresentava outra característica, importante desde o início, mas que se intensifica com o tempo: a miscigenação.

Com relação ao fato de os municípios fundados durante este período já terem sido objetos de pesquisa somente a partir dos dados armazenados no projeto ATEPAR, o que se percebeu foi uma diferença significativa entre o número de topônimos do banco de dados com os desta pesquisa, levantados em mapas oficiais. A questão exposta não foi completamente comprovada, uma vez que esta pesquisa envolveu apenas alguns municípios

do estado, e necessita do amadurecimento e maior empreendimento para sair do campo das hipóteses e dar respostas positivas.

Uma explicação pode ser aventada, não como fato comprovado, mas sim como provável: na metodologia escolhida para coleta de dados pelo ATEPAR não se cogitou que as Prefeituras Municipais não enviassem a completude dos designativos pertencentes a suas áreas territoriais. Portanto, quem sabe num futuro, a retomada do ATEPAR e um trabalho de confrontamento e complementação de dados, possibilite a elaboração de cartas toponímicas, que retratem informações sobre a língua, a cultura, os acidentes geográficos, os estratos lingüísticos predominantes de nosso estado.

Ao longo desta pesquisa afirmou-se, categoricamente, que o ambiente tanto o social como o físico, reflete-se na língua, e que ao investigar a toponímia de uma região, investiga-se um recorte do léxico. Sapir (1969, p.45), afirma que “não é difícil encontrar exemplos de línguas cujo léxico traz o sinete do ambiente físico em que se acham situados os seus falantes”. É por meio do léxico e de seu uso que o ser humano sempre atribuiu nome a tudo que o cerca – às coisas, aos animais, às pessoas, ao espaço físico em que vive.

Em razão disso, cautelosamente, o autor esclarece que, ao asseverar-se a existência da correlação entre língua e ambiente, deve-se entender o termo *ambiente* como os fatores físicos e sociais. Os aspectos geográficos, a topografia, o clima, o regime das chuvas, a fauna, a flora, por exemplo, seriam os fatores físicos, enquanto os aspectos que interferem na vida e no pensamento dos indivíduos, como por exemplo, a religião, os padrões étnicos, a forma de organização política e a arte seriam entendidos como os fatores sociais.

Também a investigação do léxico, de uma comunidade sócio-lingüístico-cultural, permite compreender os conceitos e as ocorrências da vida cotidiana, por ser modelo e modelador da cultura humana. Neste sentido, destaca-se o papel desempenhado pelo designador que, como um artista ao realizar a sua obra mais importante, manipula o que já existe- o signo lingüístico- e transforma-o em signo toponímico – o topônimo- que individualiza o espaço nomeado.

Além desses aspectos, o topônimo retrata a realidade físico-social e cultural dos grupos humanos que colonizaram a localidade, deixando neles impressas sua marca pessoal e a da comunidade a que pertencem. No entanto, tal influência só acontece no momento em que o grupo valoriza um elemento e o reporta à língua. Por exemplo, a simples existência de uma espécie de animal, vegetal ou outro aspecto físico não é suficiente para que surja um signo correspondente. É necessário que os falantes da língua dêem importância ao fator físico.

Verificou-se que, ao nomear, o homem busca motivação, seja física, considerando aspectos naturais, a aparência do acidente geográfico, seja por questões culturais, que indicam um sentimento, ideologia de uma comunidade no ato da nomeação ou por estados psicológicos dos grupos que ocupam uma localidade.

Com a finalidade de buscar as causas que motivaram os denominadores a eleger um nome para batizar os lugares, foi indispensável recorrer ao resgate dos aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antroponímicos que atravessaram a história da humanidade. À medida que a história enriquece as representações possíveis da memória, fornece símbolos e conceitos para que a sociedade pense sobre si mesma e sobre sua relação com o passado e fertilize a memória, reativando as lembranças.

Os nomes das cidades, seus bairros, rios, córregos, serras e outros, refletem – e deverão continuar a refletir – os sentimentos, as personalidades das pessoas, valores, fatos, traços de relevo, épocas, usos e costumes, pelo que, perpetuando na memória das populações, os critérios da escolha e atribuição das designações toponímicas as quais retratam a realidade físico-social e cultural dos grupos humanos que colonizaram a região deixando neles impressas sua marca pessoal e a da comunidade a que pertencem.

Em cada um desses nomes há uma história ligada ao espaço ocupado pelo homem. A natureza era seu desafio e sua inspiração e isso ficou registrado no topônimo escolhido para identificar o lugar desbravado e habitado. A toponímia se estende além do seu significado e importância como elemento de identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis urbanos e rurais.

Em relação ao que se pode ser destacado nesta pesquisa, ressalta-se a tendência para o que ocorre na toponímia do restante do Brasil, que, como nação, é composto por uma vasta heterogeneidade cultural, fruto de longos, complexos e espacialmente diferenciados processos envolvendo sociedade e natureza.

Frente ao exposto, vale retomar, à guisa de conclusão, o pensamento de Lévi-Strauss, (apud Dick 1990 a, p. 262), segundo o qual “não basta a identificação de cada animal, planta ou qualquer outro fenômeno, é preciso saber qual é o papel que cada cultura lhe atribui dentro do sistema de significações”. Assim, o recorte diacrônico deste trabalho tomado como objeto de análise, forneceu mostras da presença da interdependência entre língua e cultura na forma de designação dos acidentes físicos do estado.

Para esta pesquisa, foram propostos os seguintes objetivos: i) recolher nos mapas atuais os topônimos dos municípios paranaenses que tiveram a sua fundação durante o período de 1648 e 1853; ii) resgatar a língua de origem dos topônimos, a fim de verificar o (s)

estrato (s) lingüístico (s) predominante (s) na toponímia, acompanhada da evolução histórica; iii) proceder à classificação taxionômica dos topônimos dos acidentes físico-geográficos, conforme modelo taxionômico adotado; iv) estabelecer a relação língua/cultura e sociedade, valorizando os fatores extralingüísticos.

Para tanto, nortearam os estudos duas hipóteses de trabalho: 1 – a toponímia dos municípios paranaenses criados no período de 1648 a 1853 incorpora totalmente particularidades socioculturais, históricas e geográficas da região a que pertencem; 2 – é no litoral que se sobressai a designação dos acidentes geográficos originados do estrato tupi, uma vez que esses povos deixavam por onde passavam rastros de sua cultura e de sua língua.

Ao término da pesquisa, acredita-se ter cumprido os objetivos propostos e confirmada somente a hipótese de que as particularidades socioculturais, históricas e geográficas estariam refletidas no processo de nomeação dos acidentes físicos dos municípios observados.

Em relação aos municípios fundados no período, confirmou-se que as condições do meio físico paranaense aliadas aos ciclos econômicos, influíram no povoamento, na fixação humana, no aproveitamento das reais possibilidades econômicas e figuram como fatores que influenciaram na motivação toponímica paranaense, porque estão presentes em inúmeros topônimos. A partir dos ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo e das atividades extrativas da erva-mate e da madeira é que se formou o efetivo populacional paranaense, com os mesmos elementos étnicos que constituíram os fundamentos da população brasileira, o branco, o índio, o negro e toda a variada gama de mestiços.

Da primeira fase da povoação do Paraná, os fatos sócio-históricos que envolveram a busca do ouro e minérios, bem como o local de trabalho ou a extração deixaram alguns vestígios na denominação de lugares, como se pode comprovar resgatando-se os designativos *Faisqueira* (rio, arroio da, morro da), *Faisqueiro* (ribeirão), *Lavrinha* (rio), *Mina* (rio da), *Lavras* (rio das, ribeirão).

Na continuidade do processo de ocupação populacional, e, graças aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave, destacou-se o movimento do tropeirismo que transformou a paisagem dos campos no Paraná. Estes fatores propiciaram o surgimento de locais em que as tropas fixavam pouso, fazendo seus pequenos ranchos para descanso, trato e engorda do rebanho. O uso constante desses pontos transformou-os em locais de pousos e, posteriormente, em pequenos vilarejos resultando mais tarde, nos municípios atuais.

Os fatos sócio-históricos, que abarcaram o trabalho e a vida dos tropeiros, deixaram alguns vestígios na denominação de lugares, como se pode comprovar, resgatando-se os designativos com relação aos objetos de uso pessoal, coletivo ou a seus animais, ao local de trabalho e à diversão. Ilustram este caso, por exemplo: *Chapéu* (morro do, ilha do), *Fazenda* (ribeirão da, serra da, arroio da), *Fazenda Velha* (córrego), *Rodeio* (rio, ribeirão, arroio do), *Arrieiros* (lomba do), *Potreiroinho* (ribeirão do, arroio), *Curral* (arroio do, ilha do), *Freio* (arroio), *Ferro* (morro), *Guarina* (ribeirão da), *Lanceta* (rio), *Ponte Coronel* (arroio), *Tabuão* (rio), *Prancha* (arroio da), *Varejão* (arroio), *Pinguela* (rio), *Estiva* (arroio, rio da), *Porteira* (arroio da, rio das), *Cochos* (rios dos).

A região percorrida pelos tropeiros, com sua cobertura vegetal e natural, despertava no grupo a motivação para denominar locais como *Rincão da Canoa* (rio), *Capão Grande* (rio, arroio), *Capão da Vargem* (arroio), *Faxinal* (rio, arroio, lajeado), *Mato Grande* (ribeirão, arroio). Da mesma forma, as dificuldades enfrentadas sugeriam denominações que se constituem em verdadeiras fotografias das agruras vividas, como *Passo Ruim* (rio, arroio), *Quebra-cangalha* (ribeirão), *Quebra-perna* (arroio, ribeirão).

Para surpresa desta pesquisadora, a segunda hipótese não foi confirmada, pois os indígenas do litoral praticamente desapareceram, deixando gravado somente nos topônimos, sua passagem por estas terras, contribuindo decisiva e inequivocamente para a própria constituição do Paraná, uma vez que sua língua era essencialmente relacionada ao meio ambiente que circundava seus falantes e a denominação se fazia de acordo com peculiaridades específicas de cada objeto.

Constatou-se que os municípios com maior percentual numérico foram Guaraqueçaba (243), Guaratuba (123), Guarapuava (113), Lapa (109), Cândido de Abreu (107); e os menores Rio Negro (27), Wenceslau Braz (25), São José da Boa Vista (22), Piraquara (19), Campo do Tenente (14), somando-se os topônimos de *natureza física* e os de *antropo-cultural*. O que pode ser destacado no cômputo geral é a predominância de topônimos arrolados nas taxionomias de *natureza física* com 1.258 ocorrências em relação aos de *natureza antropo-cultural* com 837.

Assim, dentre as categorias de natureza física, destaca-se com maior produtividade na classe dos *fitotopônimos* (336 – 15,9%) – topônimos motivados pelos elementos de índole vegetal. Detectou-se, também, alta produtividade de *zootopônimos* (295 – 14,0%) - topônimos de índole animal; de *geomorfotopônimos* (185 – 8,8%) – topônimos relativos às formas topográficas, elevações ou depressões do terreno; de *hidrotopônimos* (156

– 7,4%) – topônimos relativos à água e de *litotopônimos* (127 -6,0%) – topônimos de índole mineral.

Já entre os topônimos de natureza antro-po-cultural, foi registrada maior ocorrência nos *antropotopônimos* (183 -8,7%) – topônimos constituídos a partir dos designativos pessoais; nos *animotopônimos* (106 – 5,0%) – topônimos relativos à vida psíquica; nos *sociotopônimos* (123 – 5,8%) – topônimos relativos às atividades profissionais e de *ergotopônimos* (113 -5,4%) - topônimos que se baseiam em elementos da cultura material do homem.

Entre os 2.108 topônimos analisados, 13 (0,6%) não foram classificados dentro da vinte e sete taxes sugeridas pelo modelo taxionômico proposto por Dick (1009a), quais sejam: *Mambeca* (arroyo), *Macorama* (arroyo), *Caxambeva* (arroyo), *Crim* (rio), *Card* (rio).

Desse modo, através da análise dos *zootopônimos*, *fitotopônimos*, *hidrotopônimos*, antropotopônimos, entre outros, a partir da taxionomia adotada por Dick (v.3.3), obtém-se uma amostra da diversidade da fauna e da flora, além dos caminhos hidrográficos e dos aspectos socioculturais dos topônimos paranaenses e chega-se ao estabelecimento da correspondência entre o nome do lugar e a condição ambiental determinativa.

Objetivando-se a língua de origem dos topônimos, destaca-se que há uma parcela mais significativa de signos toponímicos originados de *língua portuguesa* (1.584 - 75,14%). Essa maior recorrência advém da constatação de que os municípios, inicialmente os do litoral, foram povoados, em sua maioria, por migrantes paulistas que, ao nomearem os acidentes geográficos físicos e humanos analisados, preferiram o estrato português, língua por eles falada.

Nesse sentido, do período em questão, pode-se trazer à baila diversos topônimos de origem portuguesa resultantes da ligação do homem com seu território em um determinado momento histórico. Seja pela importância da pecuária para os habitantes de uma região como, por exemplo, *Retiro* (morro e rio do arroio do), *Freio* (arroio do); seja pela influência da fauna e flora – *Cigarra* (arroyo), *Gralhas* (ribeirão das), *Pessegueiro* (arroio do), *Arrozal* (rio); pelos locais de trabalho como *Engenho Novo* (arroyo) e *Olaria* (ilha da).

Considerou-se muito significativa a ocorrência de topônimos originados da *língua indígena* (408 – 19,17%), e que podem ser advindos da época do ciclo das bandeiras e das missões, uma vez que é sabido terem os bandeirantes e missionários frequentado a região quando esta se encontrava em seu estado natural habitada por indígenas de várias tribos.

Como exemplos de vocábulos de étimo indígena que compreende o período histórico paranaense estudado, destacam-se quando relacionados à flora – *Cambará* (arroio), *Guabiropa* (rio) e a sua abundância em *Indaiatuba* (ribeirão); a fauna - *Araras* (rio das), *Cotia* (rio); aos artefatos em *Moqué* (arroio), *Mundéu* (rio); a cor das águas em *Ipiranga* (rio), *Uberaba* (rio).

Em relação aos topônimos de *origem africana*, foram identificados *Monjolo* (córrego, ribeirão, arroio, rio), *Manjolo* (arroio), *Monjolino* (serra do), *Caxambu* (água, rio) e *Caxambuzinho* (arroio), comprovando-se que, embora tenha havido um contingente humano numeroso no Paraná, a cultura e a língua dos negros, ficou relegada a um segundo plano com apenas 14 – 0,66% topônimos, o que só faz confirmar o desprestígio com se tratou esse estrato lingüístico, no ato da denominação dos lugares paranaenses.

Com relação à estrutura morfológica dos topônimos dos municípios fundados entre 1648 e 1853, percebe-se que o designador utilizou, na maior parte das vezes, apenas um elemento descritivo, fazendo com que predominasse com 1.664 – 78,9% a ocorrência de designativos com estrutura morfológica simples e com 444 – 21,1% topônimos apresentam a estrutura composta.

Abrangendo-se a visão numérica geral dos 2.108 topônimos classificados segundo a natureza antro-po-cultural e física, confirmou-se que foram contempladas quase todas as 27 (vinte e sete) taxas propostas por Dick, mesmo que se destacasse às vezes apenas dois elementos, como os *cronotopônimos* (*Novo* – rio e ribeirão), por exemplo, além das formuladas pelo grupo do projeto ATEPAR, *estematotopônimo* (*Felpudo* – morro, *Melado* – arroio, *Salgado* – rio, *Peludo* – rio) e *higietopônimo* (*Banho* – rio do).

A segunda hipótese de que no litoral paranaense predominariam topônimos originados do estrato tupi, por haver no litoral três municípios com etimologia indígena, Paranaguá, Guaratuba e Guaraqueçaba, não foi comprovada. Dentre os topônimos inventariados, do total de 588 ocorrências, foram identificados 423 – 71,9% topônimos de língua portuguesa e 129 – 21,9% de topônimos oriundos de língua indígena. Destacou-se o município de Guaraqueçaba com 243 topônimos sendo 170 de língua portuguesa, como *Segredo* (ilha, rio), *Barreiro* (rio), *Batalha* (rio), *Capelinha* (rio).

Vários outros exemplos poderiam ser citados, mas considera-se que o resgate do período histórico do Brasil ou do Paraná, forneceu uma variedade de detalhes sobre a colonização, trazendo à baila também o papel das línguas desempenhado pelo tupi e pelo português, reflexo da época, que permitiu as seguintes conclusões:

a) um número estimável de elementos autóctones ocupava o território paranaense quando da chegada dos europeus; b) inúmeras tribos migravam de seus territórios originais em busca de um melhor *habitat*; outras foram simplesmente utilizadas pelos colonizadores em prol de seus interesses e outras extintas. Essa itinerância das tribos impediu à época uma análise mais precisa da distribuição geográfica de cada uma delas; c) a partir dos primeiros contatos entre os nativos e os colonizadores começaram estes a se informar de hábitos e costumes dos primeiros com finalidades econômicas e catequéticas, sendo esse conhecimento a princípio insuficiente devido à pluralidade de grupos indígenas e às suas diversas línguas; d) o desconhecimento da língua brasílica levou o europeu a organizar pequenos textos explicativos. Todavia, como consequência das diferenças de sons existentes entre as línguas européias e as dos nativos, muitos sons produzidos pelos indígenas foram grafados de acordo com a percepção do homem branco, levando esse fato a uma interferência lingüística dos colonizadores na língua dos índios.

Acredita-se que a abordagem escolhida para esta pesquisa foi significativa, mas outras poderiam ser executadas a partir dos dados coletados, para elucidar e esgotar os mecanismos de construção dos topônimos e a intenção do denominador no momento do batismo dos nomes de lugares, deixando-se assim questões pendentes que podem ser resolvidas quando da retomada para uma nova pesquisa sobre a toponímia do universo investigado.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Tupinismos lexicais no português brasileiro: trilhas e traços no Paraná*. In: Sybille Grobe; Axel Schönberger. (Org.). *Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*. Frankfurt am Main, v. 1, 2002. p. 19-39.

\_\_\_\_\_. *Taxionomia de Topônimos: Problema sem solução?* In: *Revista Signum: Estudos da Linguagem*. Londrina: Ed. da UEL. n.2. 1999.p.125-137.

\_\_\_\_\_. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

ALBINO, Lídia. *A relação da Hidronímia com a História do Paraná: uma descrição diacrônico-contrastiva*. 2004. 265p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *A estrutura dos topônimos Paranaenses*. In: CELSUL - Circulo de Estudos Lingüísticos do Sul, 2000, Curitiba. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

ALMANDRADE. O nome do belo. A FONTE: revista de arte. Curitiba, set., 2002. Disponível em: <[http:// www.fonte.ezdir.net](http://www.fonte.ezdir.net)>. Acesso em: 20 fev. 2005.

AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira*. 4. ed. São Paulo: Hucitec/INL-MEC, 1982.

ASARI, Alice Yatiyo. *Aspectos Históricos, Físicos, Econômicos e Institucionais do Município de Londrina*: Documento – Consulta. Londrina, 1978, p.19-57, 209-227.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori*. (Org.) Cecília Maria Westphalen. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. v. II . p.247-250.

\_\_\_\_\_. *Un Mazzolino de Fiori*. (Org.) Cecília Maria Westphalen. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002. v. I. p.27-53, 221-233.

BALHANA, A.P., et al. *História do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Paraná Cultural. 4. v, 1969.

BARBOSA, Jorge Luis. *Rios, Baías e Continentes: paisagens nas andanças das águas*. As Linguagens da Lusofonia. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.uiperj.br/Lusofonia/papers>>. Acesso em: 20 set 2003.

BAUER, Guilherme G. Telles. Sobre as origens da questão agrária brasileira. *Revista de História Regional*. v.3. n.1, verão 1998.

BASTOS, Pedro Ivo de Assis; SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: Colônia, Império e República*. 2. ed.ver. ampl. São Paulo: Moderna, 1992.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *A face quantitativa da linguagem: um dicionário de freqüências do Português*. In: ALFA, São Paulo: UNESP, v. 42., 1998.

BORBA, Oney B. *Os Iaponenses*. Curitiba: Lítero-técnica, 1986. p. 45.

BORDONI, Orlando. *A língua tupi na geografia do Brasil*. Campinas: Muto Ltda., [19--?].

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOUTIN, Leônidas. *Paranaguá: desenvolvimento sócio-econômico e cultural*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. v. XLVI. Curitiba, 1989.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Lisa, 1989.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática: Referente à Língua Portuguesa*. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta ao Rei Dom Manuel*. Coleção Prestígio. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CANDOTTI, Eliane Aparecida. *Memórias da cidade: Londrina-1930-1960*. 1997. 202p. Monografia (Especialização em História) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARDOSO, Jaime Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Projeto, 1981.

CARVALHO, José Mesquita de. *Dicionário Prático da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Globo, 1954.

CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito: uma contribuição ao problema dos nomes dos deuses*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*. ASSOESTE. Cascavel: Educativa, 1988.

CHRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia*. 2. ed.rev. ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 1980. p. 01-19.

CLASTRES, Héléne. *Terra sem mal*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CUNHA, Celso; Luis F. Lindley CINTRA. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras de Origem Tupi*. 5. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

DADOS, Banco de. Projeto ATEPAR.

DARGEL, Ana P.T. Patrício. *Entre Buritis e Veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul - mato-grossense*. 2003. 261 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Três Lagoas: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*. In: Investigações, Lingüística e Teoria Literária. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, v. 9, mar. 1999.

\_\_\_\_\_. Atlas Toponímico: um estudo de caso. In: *Acta Semiótica et Lingvistica*. SBPL. São Paulo: Plêiade, v. 6, p. 27-44, 1996.

\_\_\_\_\_. *O léxico toponímico: marcadores e recorrências lingüísticas (Um estudo de caso: a toponímia do Maranhão)*. In: Revista Brasileira de Lingüística. São Paulo: Plêiade, v. 8, n.1., 1995.

\_\_\_\_\_. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990 a.

\_\_\_\_\_. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH, 1990 b.

DOMINGUES, Zilna Hoffmann. *História da cobertura vegetal de Guaraqueçaba-PR*. II Encontro da ANPPAS – São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/papers.html>>. Acesso em: 23 jan 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERNANDES, Afrânio. *Libelo taxinomico*. Boletim Botânico Latinoamericano. Publicación Oficial de La Asociación Latinoamericana de Botánica– VIII Congreso Latinoamericano de Botánica e II Colombiano: “Nuestros conocimientos al servicio de la sociedad”. Colombia, n. 44., out. 2002. Acesso em: 03 mar.2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed.rev.e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus Municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1999.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 14 ed.v.1. Portugal: Bertrand, 1937.

FILHO, Paulo Fortes. *Vocabulário Falares Caiçaras*. Disponível em: <<http://www.atlanticonet.com.br/noticias/outubro/FALARES%20CAI%C7ARAS.htm>>. Acesso em: 16 out. 2004.

FILIPACK, Francisco. *Dicionário Sociolinguístico Paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.233.

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. *O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da Microrregião de Paranavaí*. 1998, 263p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de. *História de Paranaguá – das origens à atualidade*. Paranaguá: IHPG, Vicentina, 1999.

GENOUVRIER, E. PEYTARD, J. *Linguística e Ensino de Português*. Coimbra: Almedina, 1974.

GLOSSÁRIO ATEPAR. – Esboço de um Atlas toponímico do Estado do Paraná. Londrina: UEL, 1999.

GUIRAUD, Pierre. *A Semiologia*. Lisboa: Presença, 1973.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em <<http://www.patio.com.br/labirinto/memoria%20coletiva.html>>. Acesso em: 26 out.2004.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Disponível em <<http://houaiss.uol.com.br/busca.htm>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Municípios do Estado do Paraná*. v. XXXI. Rio de Janeiro, 1959.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ – on-line. Evolução dos Conhecimentos sobre Vetores da Doença de Chagas 90. Anos após sua Descoberta. Suppl. I, Set.1999. Disponível em: <http://memorias.ioc.fiocruz.br/94sup1/21.html>. Acesso em: 06 dez. 2004.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *O Fato Lingüístico como Recorte da Realidade Sócio-cultural*. Tese (Doutorado). Araraquara: UNESP, 1996.

LADEIRA, Maria Inês. *YPAU ou YVAPAU: espaço Mbya entre as águas ou o caminho aos céus – os índios Guarani e as ilhas do Paraná*. Centro de Trabalho Indigenista, 1990. Acesso em: 14 jan.2005.

\_\_\_\_\_. *Os Índios Guarani / Mbya e o Complexo Lagunar Estuarino de Iguape – Paranaguá*. Centro de Trabalho Indigenista, 1994. Acesso em: 14 jan.2005.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003.

LEANDRO, José Augusto. Devastação e tráfico de madeira no litoral do Paraná Provincial. *Revista de História Regional*. v.4. n.2- inverno 1999.

LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*. Instituto Histórico e Geográfico e Etnológico Paranaense. v. VII. Curitiba, 1994.

LEITE, Maria Renata Pereira. *Relações entre a Onça-pintada, Onça-parda e Moradores Locais em Três Unidades de Conservação da Floresta Atlântica do Estado do Paraná, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais)-Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000. Disponível em: <[http://www. www.duke.edu/web/ctc/staff/Tese\\_Renata.PDF](http://www. www.duke.edu/web/ctc/staff/Tese_Renata.PDF). Acesso em: nov. 2004.

LICARDO, Antonio et al. *O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVII*. Boletim Paranaense de Geociências, Editora da UFPR, n. 54, p. 41-49, 2004.

LIMA, Ivone Alves de. *Topônimo: um signo motivado*. In: XLVIII Seminário do GEL, 2000, Assis-SP. XLVIII Seminário Programação e Resumos. v. 1, p. 97-97, 2000.

LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1974.

LIMA, Solange Terezinha de. *Geografia e literatura: alguns pontos sobre a percepção de paisagem*. GEOSUL :Revista do Departamento de Geociências – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.v15.n.30. jul./dez.2000.

LITTLE Paul E. *Territórios sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade*. Série Antropologia, Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais. Brasília, 2002.

MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MANHÃES, Manuela Chagas; ARRUDA Sérgio. *A análise de discurso e a apreensão de universos simbólicos. Uma referência para o entendimento da linguagem subjetiva do poeta e letrista Vinícius de Moraes*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiic>. Acesso em: 13 mar.2005.

MANZOLILLO, Vito C. de Oliveira. *Acerca da Dinamicidade Lexical e do Dinamismo Cultural*. In: CADERNOS DO CNLF, (01), 2001. Anais do V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/v/ci\\_v.htm](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/v/ci_v.htm). Acesso em: 15 maio 2003.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3.ed. Curitiba: Guaíra, [19--?].

\_\_\_\_\_. *Terra e gente do Paraná*. Coleção Farol do Saber. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba: 1995.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MENDES, Ademar de Souza. *Acesso à terra no Brasil: uma análise histórico-política*. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. 2005. Disponível em: [www.unijui.tche.br/decon/ceema/mestradosdesenvolvimento](http://www.unijui.tche.br/decon/ceema/mestradosdesenvolvimento). Acesso em: 20 abr. 2005.

MATTOS E SILVA, R. V. - *Diversidade e Unidade: A Aventura Lingüística do Português*. Revista ICALP, v. 11, p.60-72, mar.1988; Revista ICALP, v. 12/13, p. 13-28, jun/ set.1988.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/michaelis/>.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1991.

MOREIRA, Júlio Estrela. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá (até a emancipação da Província do Paraná)*. 3v. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975.

MÜLLER, Mary S.; CORNELSEN, Julce M. *Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias*. 4. ed. atual. Londrina: Ed. da UEL, 2001.

NICOLA, José de; Ulisses INFANTE. *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.

NOGUEIRA, Sandra. *Cultura Material: a emoção e o prazer de criar, sentir e entender os objectos*. RBSE, v.1, n.2, p.140-151, João Pessoa, GREM, agosto de 2002. Disponível em: <<http://planeta.terra.com.br/educacao/RBSE/V1.n.2%20agosto%202002/texto%20NOGUEIRA.html>>. Acesso em: 15 abr.2005.

NORA, Pierre. *Entre a Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. EDUC. São Paulo, v.10, p.07-28, dez 1993.

ONOFRE, Gisele Ramos. *A Questão Indígena Paranaense, suas particularidades Sociais, Políticas e Econômicas: o caso de Campo Mourão*. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1%20252%20a.htm>>. Acesso em: 09 fev.2005.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRETTI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala, um estudo sociolinguístico do diálogo na Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *O Nome Curitiba*. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba: origens, fundação, nome. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. v.21, n.105, jun.1995.

RAMOS, Jânia Martins, VENÂNCIO, Renato Pinto. *Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa*. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e CALLOU, Dinah (orgs). *Para a história do português brasileiro - Notícias de corpora e outros estudos - v. IV*, p. 113-123. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002.

ROST, Martinho Carlos. *Pausa Para a Filosofia*. Disponível em: [http://www.armazem.literario.nom.br/autoresarmazemliterario/eles/martinhocarlosost/filosofia/29\\_modulo29.htm](http://www.armazem.literario.nom.br/autoresarmazemliterario/eles/martinhocarlosost/filosofia/29_modulo29.htm) . Acesso em: 25 maio 2004.

SAINT-HILAIRE. *Viagem pela Comarca de Curitiba*. Tradução de Cassiana Lacerda Carollo. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. *La Toponimia em Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Publicaciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memória Histórica – Chronologia, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu município – 1850, v.II, [s.d]*.

\_\_\_\_\_. *Memória Histórica – Chronologia, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real vulgarmente Porto de Çima -1851 TomoI., [s.d]*

SAPIR, Edward. *Lingüística como Ciência*. Ensaios. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

SCHNEIDER, Marlene. *A Toponímia como Representação da Realidade regional*. Anais... 2º Congresso Internacional da ABRALIN, 2001. Disponível em: [http://www.sw.npd.ufc.br/abralin/anais\\_conint\\_sum.html](http://www.sw.npd.ufc.br/abralin/anais_conint_sum.html)>. Acesso em: 15 jun. 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ. Museu Paranaense. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/museupr/expolon1.html>>. Acesso em: 05 maio 2001.

SILVA, Joseli Maria. *Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava-Paraná*. Revista de História – Regional. v.2, n.1 – Verão 1997. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v2n1/sumariov2n1.htm>>. Acesso: 12 maio 2004.

SILVA, Maria Cecília P. de Souza; Ingedore G.V. KOCK. *Linguística Aplicada ao Português: morfologia*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. *Grupos Domésticos, Comportamento de Consumo e Louças: O Caso do Solar Lopo Gonçalves*. Revista de História Regional. v. 2. - nº 2 - Inverno 1997. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v2n2/luiz.htm>>. Acesso em: 30 mar.2005.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário tupi-português*. São Paulo: Traço, 1984.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi – significação dos nomes geográficos de origem tupi*. 1. ed. São Paulo: Traço, 1985.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

VEGETTI, Rosângela, NHAGA, Francelino. *As Religiões Tradicionais*. Revista “Mundo e Missão”. Pontifício Instituto Missões Exteriores. São Paulo: 2003. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/pimenet/mundoemissao/religtradicionais2.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2005.

VIANA, Manoel. *Paranaguá na História e na Tradição*. Paranaguá: Conselho Municipal de Cultura, 1976. p.19-20.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina, 1994.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – zona de trânsito. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaenses. v. VII, julho – dezembro, fasc. 3-4, 1957.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBINO, Lídia. *O Resgate do Nacional na Denominação dos Municípios Paranaenses*. In: II SELESIGNO E III SIMPÓSIO DE LEITURA, Londrina: Ed. da UEL, v. 01, 2001.p.445-456.

ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. *Ocupação das terras no Paraná e transformações sociais*. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. v. 1 - XLVII. Curitiba: IHPG, Imprensa Oficial, 1990. p. 77 – 94

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *A memória resgatada na toponímia paranaense*. In: II SELISIGNO E III SIMPÓSIO DE LEITURA. Londrina: Ed. da UEL, v. 01,2001. p. 51-52.

\_\_\_\_\_. *A Toponímia Paranaense - Projeto ATEPAR*. In: XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes. Ed. Tubingen: Niemeyer, v. IV, Bruxelles, 1998. p.45-49.

\_\_\_\_\_. *Os nomes de lugar e sua motivação*. Revista SIGNUM - Estudos da Linguagem/CLCH. Londrina: Ed. da UEL, n.1. 1998. p. 5-14.

BARS, Elton. *O olhar dos Viajantes*. I Seminário Mapas e Maquetes. Faxinal do Céu: maio 2001. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/def/historia/olhar.html>. Acesso em: 13 mar.2004.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1979.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1989.

BIDERMAN, Maria T. C. *Teoria Lingüística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, M.T.C. (1991). Polissemia Versus Homonímia. Anais do XXXVIII Seminário do GEL. Franca. (1978). FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Coleção Idéias. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 1998.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – Três anos em suas florestas e campos 1872/1875*. Curitiba: J. Olympio: UFPR., 1974.

BORBA, Oney Barbosa. *Tropeirismo paranaense*. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. v. 1 - XLVII. Curitiba: IHPG, Imprensa Oficial, 1990. p. 97 – 117.

BUENO, Silveira. *Grande Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1965.

CARDOSO, Elisângela Costa Rebello. *Especificidades da motivação toponímica na microrregião de Campo Mourão*. 1996, 92 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CARVALHO, José Mesquita de; PEIXOTO, Vicente. *Dicionário Prático da Língua Nacional*. Porto Alegre: Globo, 1953.

CERNEV, Jorge. *Liberalismo e Colonização: o caso do Norte do Paraná*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

COSERIU, E. *Teoria Del language y lingüística General*. Madrid: Gredos, 1969.

\_\_\_\_\_. *O Homem e sua Linguagem*. Trad. Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova fronteira da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Aspectos da Etnolingüística: a Toponímia Carioca e Paulistana. Contrastes e Confrontos*. Anais... IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Semântica e Semiologia. Cadernos do CNLF, série IV, n.10. Disponível em [http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/cong\\_vcnlf.html](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/cong_vcnlf.html). Acesso: 06 abr. 2003.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: PIRES DE OLIVEIRA, Ana Maria P.; ISQUERDO, Aparecida. (Org.). *As ciências do léxico*. Campo Grande: ed. da UFMS, 2001. p.78-90.

\_\_\_\_\_. *Os nomes como marcadores ideológicos*. In: *Acta Semiótica et Lingvistica*. SBPL. São Paulo: Plêiade, v. 7, 1998. p. 97-122.

\_\_\_\_\_. *Atlas Toponímico: um estudo dialetológico (Projeto ATESP)*. In: XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes. Bruxelles, v. IV, 1998.p.189-197.

DRABIK, Alexandre. *Emancipação política do Paraná: Sesquicentenário*. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. v. 1 - LIV. Curitiba: IHPG, Imprensa Oficial, 2003. p. 5 – 23.

\_\_\_\_\_. *A primeira invasão do território espanhol*. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. v. 1 - LII. Curitiba: IHPG, Torre de Papel, 2002. p. 9 - 19.

HONÓRIO- CECI, Maria Aparecida. *O vocabulário geográfico brasileiro e a construção da identidade lingüística*. In: Línguas e instrumentos lingüísticos. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Pontes, n 12, p.65-76, jul – dez. 2003.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *A Toponímia como signo de representação de uma realidade*. In: Fronteiras – Revista de História (UFMS). Campo Grande: Ed. da UFMS, v.1,n.2, jul./dez.1997,p.27-46.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. *As minas de Paranaguá*. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. v. 1 - LII. Curitiba: IHPG, Torre de Papel, 2002. p. 138 - 162.

LINHARES, Temístocles. *Paraná vivo: um retrato sem retoques*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LOPES, Ana Y.D. Paulino. *Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná*. 1982.241p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES, Edward. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

MORAES, Rubens Borba de. *Contribuições para a História do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII*. Revista Terra Livre – AGB. São Paulo, n. 10, jan/jul. 1992.

MOREIRA, Hélio Costa. *Toponímia dos novos municípios paranaenses*. 2002, 138p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

NASCENTES, Antenor. *A saudade portuguesa na toponímia brasileira*. In: Revista dos Cursos de Letras. UFPR. Faculdade de Filosofia, (11). Curitiba, 1960.

OLIVEIRA, Leodmar Romam de. *Esboço de um Atlas Toponímico*. 2000, 92 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina,.

PAYES, Manuel A. Munguia. *O norte do Paraná: expansão cafeeira e apropriação da renda fundiária desde fins do século XIX até 1960*. 1984, 173 p. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Instituto de Ciências Humanas e Sociais), Rio de Janeiro.

PEIXOTO, Zara Vieira. *O reflexo da memória social da Toponímia: o espontâneo e o popular*. V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Estudos de textos - tradução, análise e edição. Cadernos do CNLF, série V, n.02. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/cong\\_vcnlf.html](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/cong_vcnlf.html)>. Acesso em: 02 abr. 2003.

PONTES, Salvador Pires. *Nomes Indígenas na Geografia de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1970.

PRADO, J.F. de Almeida. *Primeiros Povoadores do Brasil-1500-1530*. 4 ed. ver. e aum. São Paulo: Nacional, 1966.

PRETTI, Dino. *A Gíria e outros Temas*. São Paulo: EDUSP, 1984.

RAMOS, João Antonio Leite, CREPALDI, Edilaine Renata. *Antropotopônimos - Influências histórico-políticas na toponímia do Paraná*. In: XI Seminário do CELLIP - Língua, Literatura e Modernidade. Anais do XI CELLIP, 1997, Cascavel - PR. Anais do XI CELLIP. v.11, Cascavel, 1998.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia Paranaense de origem Tupi*. Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. A Filologia ontem e hoje. Cadernos do CNLF, série V, n.08. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/cong\\_vcnlf.html](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/cong_vcnlf.html)>. Acesso em: 15 abr. 2003.

RECTOR, Mônica Paula; YUNES, Eliana. *Manual de Semântica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo. Edições Loyola. 2000.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Caminhos do tropeirismo no Brasil Meridional (Paraná e expansão para o Sul – século XVIII e XIX)*. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. v. 1 - XLVII. Curitiba: IHPG, Imprensa Oficial, 1990. p. 7 – 11.

SANTOS, Célia Dias dos. *Topônimos Londrinenses: uma proposta taxionômica com base no motivo da denominação*. 1996, 51 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SERAINÉ, Florival. *Folclore Brasileiro: Ceará*. Ministério da Educação e Cultura. FUNARTE. Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. *Topônimos de Portugal*. In: Revista dos Cursos de Letras. UFPR. Faculdade de Filosofia, (11). Curitiba, 1960.

SCHAFF, Adam. *Introdução a Semântica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SILVA, Maria B. Nizza da. *Cultura do Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SILVA, Sandro Menezes. *Considerações Fitogeográficas e Conservacionistas sobre a Floresta Atlântica no Brasil*. UFPR. Disponível em:  
<<http://www.planetaverde.org.br/Floresta.html>>. Acesso em: 15 dez. 2004.

STECA, Lucinéia Cunha. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Ed. da UEL, 2002.

SLUSARSKI, Simone R. *Histórico Botânico*. Disponível em:  
<<http://www.biociencia.org/botanica/histobot.htm>>. mar. 2004. Acesso :15 fev. 2005.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

VIANA, Márcia Serra Ribeiro. *Linguagem como fato social total*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

WARTBURG, Walther von; S. Ulmann. *Problemas e métodos da lingüística*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1975.

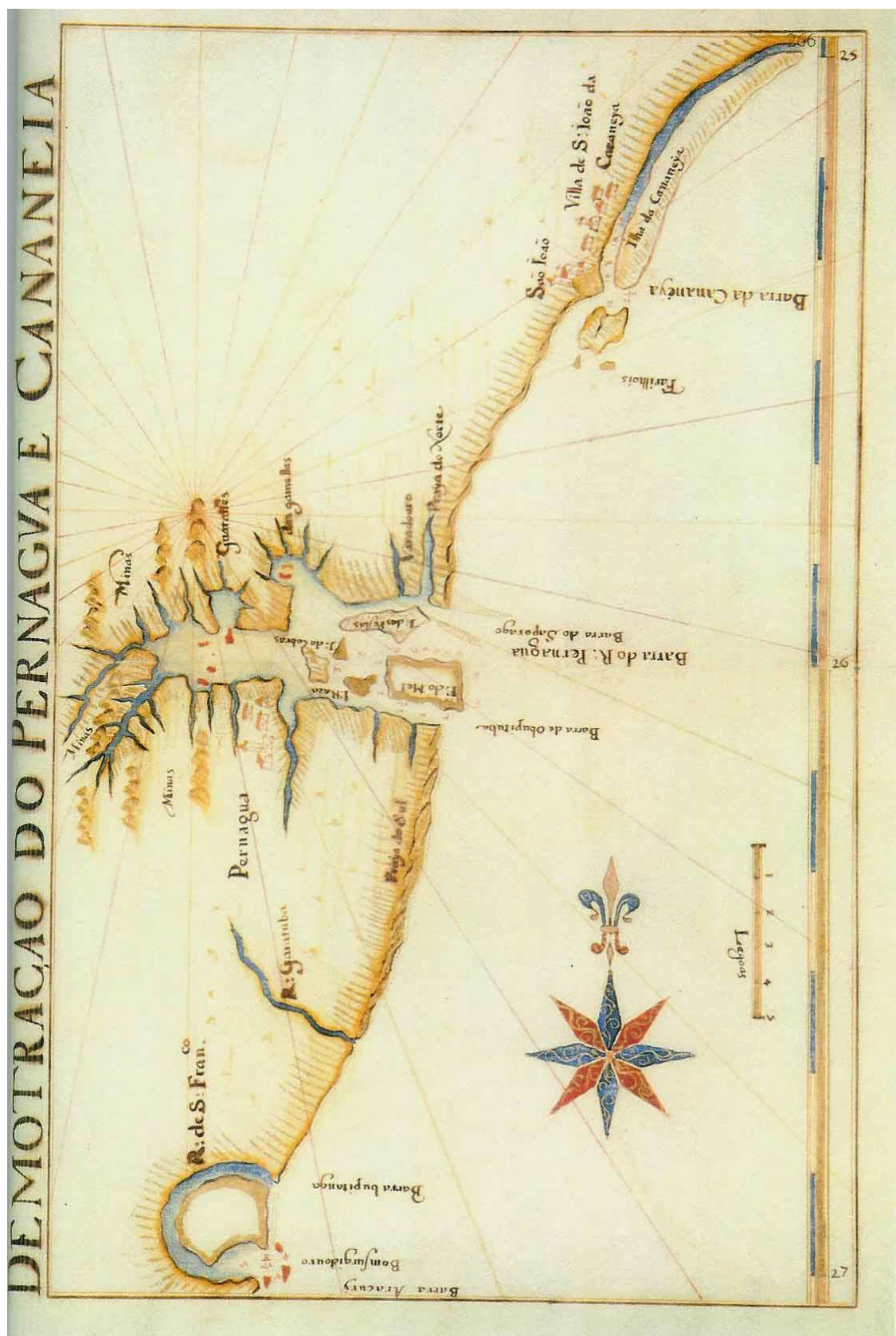
ZAMARIANO, Márcia. *Estudo da Toponímia de Londrina e Municípios Limítrofes*. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

\_\_\_\_\_. *Percebendo a Toponímia do Litoral Paranaense*. In: XXXI Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 2001. Anais do... GEL, Marília 2002.

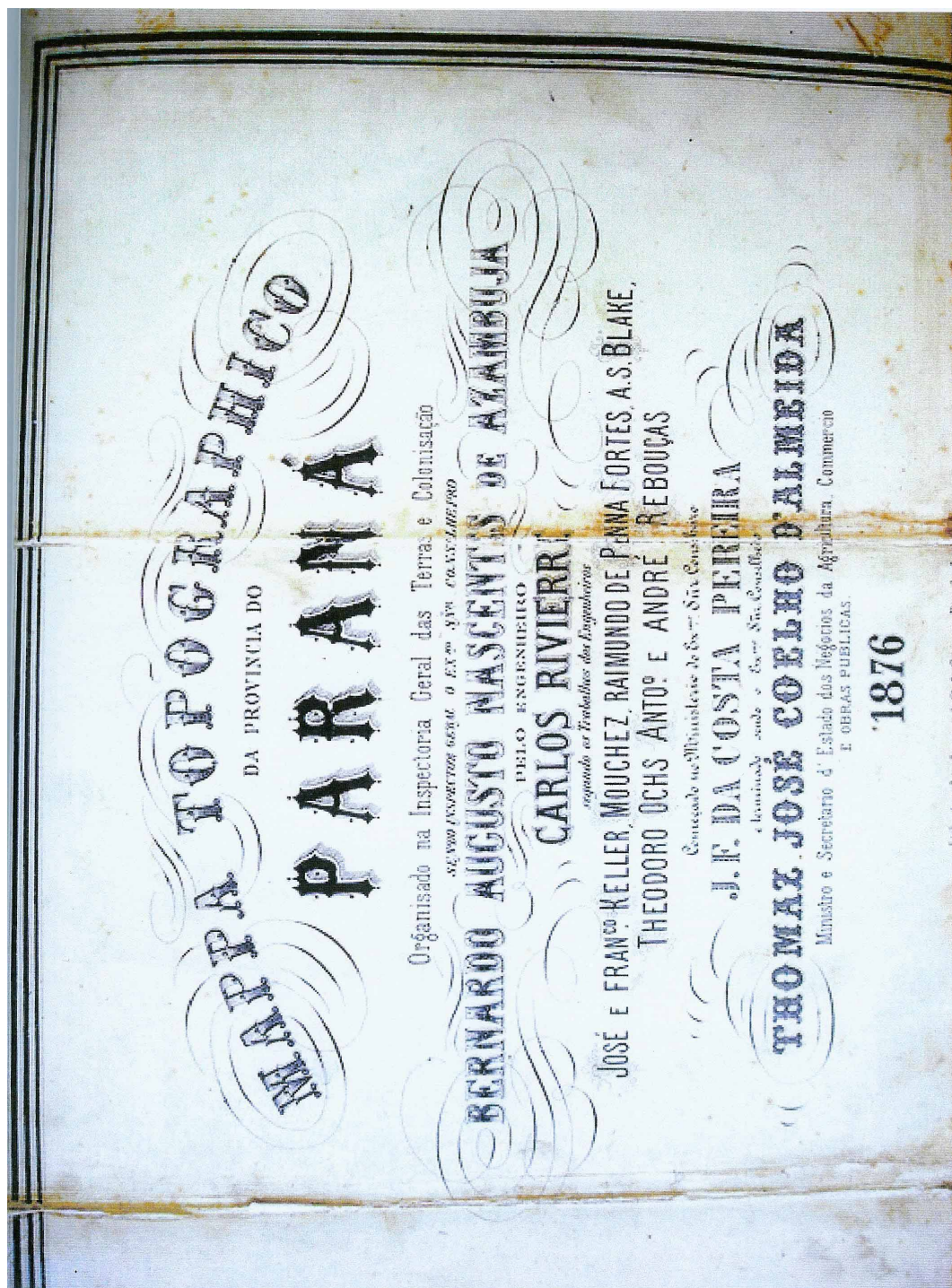
\_\_\_\_\_. *A Toponímia Paranaense – Resgatando o Vivido por um Grupo*. In: II SELISIGNO, 2001. Anais do... Londrina: UEL, 2001. p.405-416.

## **ANEXOS**





Mapa III – Demotração do Pernagua e Cananeia (1666). In: Livro de toda a costa da Província Santa Cruz feito por João Teixeira Albernaz



**Mapa IV** – Mappa Topographico da Provincia do Paraná (1876), na escala de 1.600.000, organizado pelo Engenheiro Carlos Rivierre, na Inspectoria Geral das Terras e Colonização



**Mapa IV** – Mapa Topográfico da Província do Paraná (1876), na escala de 1.600.000, organizado pelo Engenheiro Carlos Rivierre, na Inspeção Geral das Terras e Colonização (continuação)

**ANEXO A - MODELO DE CARTA ENVIADA ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA  
CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS E CLÁSSICAS

Londrina, 10 de março de 1997.

Senhor (a) Secretário (a)

Tem a presente a finalidade de solicitar dados referentes a seu município, pois desenvolvemos, na Universidade Estadual de Londrina, um projeto de pesquisa cujos objetivos são inventariar, classificar e buscar a origem dos topônimos paranaenses, isto é, dos nomes de localidades e dos acidentes geográficos.

Contamos com a colaboração de V.S<sup>a</sup>. no sentido de enviar os dados relativos a sua cidade, para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho. Solicitamos, então, a devolução do envelope anexo com as informações abaixo relacionadas:

- 1 – Nome (s) anterior (es) do município.
- 2 – Nome dos bairros urbanos (se houver).
- 3 – Nome dos bairros, distritos, patrimônios ou comunidades rurais.
- 4 – Relação dos rios que banham o município.
- 5 – Relação dos córregos, ribeirões, (sangas ou arroios).
- 6 – Relação das serras ou montanhas.
- 7 – Nome de praias, ilhas, baías, portos (se houver).
- 8 – Histórico do município.
- 9 – Nome pelo qual é conhecido o município. Por exemplo: Capital da Amizade.
- 10 – Outras informações que V.S<sup>a</sup>. julgar conveniente.

Pedimos a gentileza de, no caso de alguma dúvida, ligar para os telefones da Universidade Estadual de Londrina – (043) 371 – 4102 ou 371 – 4428.

Contando com o seu desprendimento, subscrevemo-nos, atenciosamente,

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Antonieta Carbonari de Almeida

**COORDENADORA DO PROJETO**